

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



**INÁCIO DE SANTA TERESA
O PERCURSO DE UM ARCEBISPO POLÉMICO**

José Maria Mendes

DOUTORAMENTO EM HISTÓRIA
(Especialidade: História dos Descobrimentos e da Expansão)

VOLUME I

2015

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



INÁCIO DE SANTA TERESA
O PERCURSO DE UM ARCEBISPO POLÉMICO

José Maria Mendes

DOUTORAMENTO EM HISTÓRIA
(Especialidade: História dos Descobrimentos e da Expansão)

Tese orientada pela Prof. Doutora Maria Leonor García da Cruz, com a
coorientação do Prof. Doutor Teotónio R. de Souza, especialmente elaborada
para a obtenção do grau de doutor.

VOLUME I

2015

RESUMO

Esta tese resultou do aprofundamento de temas e interrogações perspectivados na dissertação de mestrado (FLUL, 2012-05-18). Efectivamente, a investigação levada a cabo permitiu a recolha de novos dados que não só fortaleceram o conhecimento dos meandros em que o Arcebispo se movimentou como proporcionaram o esclarecimento de factos controversos que então se apresentavam sem explicação.

Para uma mais apropriada contextualização da época em que o Arcebispo permaneceu no Oriente, aduziram-se as razões que conduziram Goa ao estado de declínio que então era notório.

Importava, também, aprofundar as medidas reformadoras por ele implementadas e confrontá-las com os resultados obtidos. É o que se trata no primeiro capítulo.

A jurisdição própria constituiu uma das principais obsessões do Arcebispo e o denominador comum dos conflitos que o levou a envolver-se com Jesuítas, Franciscanos e com os próprios vice-reis.

Quando o confronto com os Jesuítas se mostrou mais aceso, surgiu no palco o Padre Geral da Companhia de Jesus, Miguel Angelo Tamburino, a presentear o Prelado com um testemunho laudatório, gesto que se apresentou como qualquer coisa de intrigante no contexto em que foi produzido. Esta intervenção constituiu uma das questões de maior interesse que importava esclarecer, o que de facto se conseguiu.

O cisma de Santa Mónica foi devidamente desenvolvido na citada dissertação. Todavia, tornava-se necessário desvendar os motivos que levaram mulheres simples e incultas a enfrentar um arcebispo todo-poderoso. A investigação mostrou, de forma clara, que foram as principais Ordens Religiosas, presentes em Goa, os agentes de tal rebelião.

O último capítulo baseia-se num documento, que D. Inácio de Santa Teresa intitulou *Estado do Estado da Índia* e produziu em 1725, mas que somente foi tornado público em 1760, após a sua morte. Divide-se em duas partes distintas. Na primeira, inventariou os males que cavaram a ruína de Goa e os remédios para a sua cura. Na segunda, desenvolveu, muito peculiarmente, a teoria de António Vieira acerca de um

Quinto Império universal que teria Portugal à cabeça, tudo fruto de uma interpretação fantasiosa da lenda de Ourique.

O Arcebispo dispunha de uma experiência que resultava das relações privilegiadas que mantinha com diversos sectores eclesiais e da administração local, facto que lhe proporcionava um diagnóstico dos problemas que afectavam a solidez do Estado, em particular no Oriente. As suas propostas de reforma nem sempre coincidiam, todavia, com uma praticabilidade objectiva e consistente.

ABSTRAT

This thesis resulted from efforts to unravel some of the questions that remained unanswered in my M.Phil thesis (FLUL, 2012-05-18). The research undertaken permitted not only to obtain new data which helped to throw more light upon the context in which the Archbishop functioned, but also helped to answer some of the questions mentioned above.

To better understand the period in which the Archbishop was acting in Índia, we needed to look at the state of decline that Portuguese Índia was facing at the time.

It was also important to deepen our knowledge of the reforms he proposed and the results he obtained. We have tried to handle this in the first chapter.

The jurisdiction was one of the main obsessions of the Archbishop, and underlying most of the conflicts he had with the Jesuits, the Franciscans and even with the viceroys.

When the confrontation with the Jesuits had reached its peak, there appeared the General Miguel Angelo Tamburini on the scene, presenting the Prelate with a certificate of praise, a gesture that appeared very intriguing in the context. This had remained as an issue to be clarified in my M.Phil dissertation. I found an answer to it.

The schism at Santa Mónica was sufficiently well studied in the M.Phil dissertation, but it was yet not clear what could have motivated the simple women to confront an all-powerful Archbishop. Our present research points clearly to the Religious Orders then present in Goa as the chief instigators of the rebellion.

The last chapter is based upon a document entitled *Estado do Estado da Índia* (The state of the State of Índia) which D. Inácio de Santa Teresa produced in 1725, but became public only after his death in 1760. It consists of two parts. In part I he lists the ills that caused the ruin of Goa and what could help to restore it to health. In part II he developed Antonio Vieira's theory about the Fifth Universal Empire led by Portugal, an extension of the myth of Ourique.

The Archbishop had the advantage of experience based on the privileged relationships which he maintained with different ecclesiastical quarters and local administration, which enabled him to diagnose the problems of the State, particularly in the East. However, his reform proposals were not always sufficiently practical and consistent.

PALAVRAS-CHAVE: Arcebispo de Goa, Bispo de Malaca, Conde de Sandomil, Convento de Santa Mónica, Goa, Dominicanos, Estado da Índia, Franciscanos, Inácio de Santa Teresa, Inquisição, Jesuítas, João de Saldanha da Gama, Miguel Tamburino, Política Indígena, Visitas.

KEY-WORDS: Archbishop of Goa, Bishop of Malacca, Convent of Santa Monica, Count of Sandomil, Goa, Dominicans, Franciscans, Inácio de Santa Teresa, Inquisition, Jesuits, Miguel Tamburini, Native Politics, State of Índia, Visits..

AGRADECIMENTOS

O primeiro agradecimento renovado à minha Orientadora, Professora Doutora Maria Leonor García da Cruz. Sobre a sua orientação percorri, com êxito, o trajecto do Mestrado, tempo que serviu para cimentar o grande apreço que já nutria por ela e que me levou a pedir-lhe o seu acompanhamento em mais esta árdua mas gratificante tarefa.

Sempre contei com a sua preciosa ajuda e incentivo para ultrapassar todas as dificuldades e momentos de desânimo e este trabalho reflecte os preciosos ensinamentos que dela recebi.

O meu reconhecimento vai, igualmente, para o meu coorientador, Professor Doutor Teotónio de Souza. A empatia que criámos nos tempos da licenciatura transformou-se em estima mútua. O seu estímulo foi decisivo para que o meu percurso académico não tivesse terminado aí. E os seus conselhos, sobre uma terra que é a sua e que ele conhece melhor que ninguém, muito me ajudaram a ultrapassar muitas das dificuldades que surgiram ao longo da investigação.

Renovo a minha gratidão ao Professor Doutor Francisco Contente Domingues de quem, em todo o tempo que frequentei esta Faculdade, recebi palavras de incentivo.

Um agradecimento muito particular à Professora Doutora Maria Adelina Amorim, pelo que me ensinou na licenciatura, pelo carinho que sempre me dedicou, pela honra que me concedeu na publicação em coautoria do que foi o meu primeiro trabalho de investigação. Estendo esse agradecimento à Professora Doutora Gisélia Felício, da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, que, desde a licenciatura, tem acompanhado o meu percurso sempre com uma palavra de estímulo.

Não tenho palavras para agradecer ao Professor Doutor Vitor Serrão a grande simpatia que me dispensou desde os tempos da licenciatura, os incentivos que dele recebi em todo o tempo, a gentileza da disponibilização das imagens do Mosteiro de Santa Mónica e as muitas outras sugestões que me abriram algumas portas da investigação.

O meu muito obrigado ao Senhor Pe. Henrique Pinto Rema que, numa manifestação de extrema bondade e solidariedade, se disponibilizou para a tradução dos textos latinos.

Desejo ainda incluir nos agradecimentos o Dr. Pedro Pinto, da Universidade Nova de Lisboa, pelas informações sobre eventuais documentos relacionados com o arcebispo D. Inácio de Santa Teresa, e o Professor Doutor Henrique Lameira, da Universidade de Évora, pelas indicações sobre os arquivos da Diocese de Faro.

Deixo ainda o meu agradecimento aos colaboradores, com quem houve necessidade de estabelecer contactos, do Arquivo Histórico Ultramarino, do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, da Biblioteca da Ajuda, da Biblioteca da Brotéria, da Biblioteca Nacional de Portugal, particularmente, o grupo de atendimento de Reservados, da Biblioteca Pública de Évora e da Biblioteca Universitária João Paulo II, pela simpatia sempre demonstrada no atendimento.

O meu bem-haja às Senhoras D. Arlete Pato e D. Fátima Ferreitra, da Secretaria da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, pela sua permanente amabilidade no trato.

Um particular obrigado ao Archivum Romanum Societatis Iesu, na pessoa do seu arquivista Mauro Brunello, pela disponibilização de alguns documentos, um dos quais de elevado interesse para a compreensão do relacionamento entre D. Inácio de Santa Teresa e o Padre Geral Miguel Angelo Tamborino.

Num momento tão marcante da minha vida não posso deixar de envolver meus pais que, contra todas as adversidades decorrentes de uma existência de privações, sempre, enquanto vivos, incutiram nos filhos a prática do dever e que se sentiriam orgulhosos com o meu percurso; meus sogros pela constante presença da solidariedade familiar; minha esposa, que durante estes quase nove anos de aprendizagem, sofreu a solidão e suportou a ausência; meus filhos e meus netos por todo o carinho que nos proporcionam. Um pensamento para o primeiro bisneto que aí vem e uma menção muito sentida a sua avó, minha filha Ana Margarida que tem suportado com grande estoicismo e coragem a terrível doença que a afectou.

Quando aspiro, já com uma idade bem avançada, a ascender ao patamar mais elevado da cultura, a minha última reflexão vai para o meu mestre da Instrução Primária, Porfírio do Nascimento, cuja influência foi decisiva na escolha do caminho que percorri. Seguramente que, sem ele, não estaria aqui.

INDICE

RESUMO.....	3
ABSTRAT	4
PALAVRAS-CHAVE	5
KEY-WORDS	5
AGRADECIMENTOS	6
ÍNDICE GERAL	8
ÍNDICE DAS ILUSTRAÇÕES.....	10
SIGLAS E ABREVIATURAS	11
INTRODUÇÃO	13
1. GOA SETECENTISTA, O FIM DE UMA ERA DOURADA	19
2. INÁCIO DE SANTA TERESA, REFORMADOR OU MISTIFICADOR?...75	
2.1. A reforma dos costumes	81
2. 2. A nível doutrinal e clerical	89
2.3. Da teoria à prática	94
3. JURISDIÇÃO, O DENOMINADOR COMUM DE TODOS OS CONFLITOS INSTITUCIONAIS.....	106
3.1. Com os Jesuítas em Salcete	113
3.2. Com os Franciscanos em Bardez	131
3.3. Com o poder civil em geral	151
4. O CONVENTO DE SANTA MÓNICA.....	160
4.1. Breve historial da instituição	161
4.2. O cisma das freiras, uma invenção das Ordens Religiosas para reforço da sua estratégia contra o Arcebispo	175
5. UMA REFORMA PARA A REFORMA INSTITUCIONAL E ESPIRITUAL DO ESTADO DA ÍNDIA.....	195
5.1. A reforma do Estado da Índia	197
5.2. O Arcebispo e o Quinto Império Português	223
REFLEXÕES FINAIS	230
BIBLIOGRAFIA	230

Fontes manuscritas.....	230
Fontes impressas	235
Outras fontes mpresas	252
Estudos.....	252
GLOSSÁRIO UTILIZADO NA PESQUISA	264
Bibliografia utilizada na elaboração do Glossário.....	267
INDICE DO VOLUME II (DOCUMENTOS TRANSCRITOS)	269

ÍNDICE DAS ILUSTRAÇÕES

<i>Goa na visão de Linschoten, in Itinerário.....</i>	18
<i>Pagode de Zandaulim, in A. Lopes Mendes, A Índia Portuguesa, vol. II, Lisboa, Fundação Oriente, 1992, p. 154</i>	29
<i>Vista da cidade de Velha Goa, ibidem, vol. I, p. 48,</i>	45
<i>Inácio de Santa Teresa, bispo do Algarve, Galeria dos bispos do Algarve, Paço Episcopal, Faro, foto de José M. Mendes</i>	79
<i>Seminário dos Jesuítas em Rachol, A. Lopes Mendes, op. cit., vol. II, p.180.....</i>	120
<i>Certificado laudatório, ANTT-TSO-CG, liv. 104</i>	124
<i>Convento de S. Francisco, A. Lopes Mendes, op. cit., vol. I, p. 66</i>	135
<i>Convento das Mónicas, ibidem, vol. I, p. 74</i>	164
<i>Trindade Triângular, num mural da Capela da Trindade, em Santa Mónica, por gentileza do Prof. Doutor Vitor Serrão</i>	168
<i>Murais da capela da Santíssima Trindade no Mosteiro de Santa Mónica de Goa, c. 1620-30, atribuíveis à oficina de Aleixo Godinho. (Prof. Doutor Vitor Serrão), Idem....</i>	172

SIGLAS E ABREVIATURAS

ACL – Academia das Ciências de Lisboa

Act. - Actualizada

ADA - Arquivos da Diocese do Algarve

AHG – Arquivo Histórico de Goa

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa

Anot. – Anotado(s)

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Apud –Junto de, em

ARSI - Archivum Romanum Societatis Iesu

BA – Biblioteca da Ajuda, Lisboa

BB – Biblioteca da Brotéria, Lisboa

BND – Biblioteca Nacional Digital

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa

BPE – Biblioteca Pública de Évora

BUJP – Biblioteca Universitária João Paulo II, Lisboa

Cap. – Capítulo

Cit. – Citado

Cf. – Conferir

Col. – Colaboração

Comp. - Compilação

Coord. – Coordenação ou coordenado

Cx – Caixa

Doc. – Documento

Ed. – Edição

Fasc. - Fascículo

Fl(s). – Folha(s)

Gav. - Gaveta

Ibidem. – No mesmo lugar

Idem. – O mesmo
In – Em
Introd. – Introdução
Liv. – Livro
Mº. – Maço
Mic. - Microfilme
MMA – Monumenta Missionária Africana
Ms. – Manuscrito
N.º. – Número
Op. cit. – Obra citada
Org. – Organização
P., Pp. – Página(s)
Pe.(s). – Padre(s)
Pref. - Prefácio
Reimp. - Reimpressão
Reorg. - Reorganizada
Rev. - Revisão
S.d. – Sem data
S.l. – Sem lugar
Supl. - Suplemento
TSO-CG – Tribunal do Santo Ofício - Conselho Geral
Trad. – Tradução
Vol. – Volume

INTRODUÇÃO

Apresentei, na dissertação de mestrado, defendida em Maio de 2012, um estudo que se focou sobre a figura de um arcebispo de Goa, ao qual se deu o título de *Inácio de Santa Teresa, construindo a biografia de um Arcebispo*.

A tese de doutoramento foi projectada com a intenção de um aprofundamento de temas e interrogações então perspectivados. Como nessa altura se acentuou, D. Inácio de Santa Teresa foi uma das personalidades mais marcantes da sua época, uma época em que Portugal enfrentava toda a espécie de entraves que punham em risco a sua permanência e Goa, que fora vista como a Roma do Oriente, entrara em período de visível declínio.

A principal preocupação da presente tese consistiu, assim, no relacionamento de todas as perspectivas de actuação conflituosa do Arcebispo num campo de análise mais vasto e coerente, onde se tornasse possível verificar documentalmente as fundamentações de cada contributo historiográfico e, sobretudo, levantar problemas ainda não esclarecidos ou renovar o próprio questionário.

Considerou-se possível que um estudo aprofundado da vasta documentação existente, pouco explorada na sua maior parte ou praticamente desconhecida, abrisse perspectivas estimulantes para a descoberta de novos dados que reforçassem o conhecimento do contexto e da época em que o Arcebispo se movimentou e da teia em que ele se encontrava envolvido ou que permitissem o esclarecimento de outros acontecimentos para os quais não se achou então explicação. Daí a pertinência do tema numa tese de doutoramento a que se achou por bem dar o título de *Inácio de Santa Teresa, o percurso de um Arcebispo polémico*.

Não pode deixar-se sem uma referência a dificuldade que representa a elaboração de duas teses sobre o mesmo personagem. O autor tem consciência dessa dificuldade e tudo fez para contorná-la. Depois de um intenso e persistente trabalho de investigação, que somente a sua condição de reformado permitiu, está convicto de que conseguiu os objectivos pretendidos, ao desvendar novas realidades desta figura tão incontornável que foi este Arcebispo. No entanto, convém assinalar que, apesar disso,

foram inevitáveis algumas repetições não só para contextualizar, caso da questão das jurisdições, como ainda para ilustrar as reformas empreendidas.

A historiografia existente sobre D. Inácio de Santa Teresa apresenta uma característica comum uma vez que se concentra tão-somente em determinados conflitos de que foi um dos principais protagonistas, facto que se deixou devidamente realçado na indicada dissertação.¹

Casimiro Christovão de Nazareth, no seu *Catálogo dos Prelados da Igreja Metropolitana de Goa e das Dioceses Sufragâneas* (1887) dedica-lhe um capítulo em que sublinha a sua acção pastoral.

Leopoldo da Rocha descreveu, em *Uma página inédita do Real Mosteiro de Santa Mónica de Goa (1730-1734), e achegas para a história do padre nativo* (1979), a sua envolvimento no episódio que levou as freiras de Santa Mónica ao abandono do convento, debruçando-se em *As confrarias de Goa: séculos XVI-XX: conspecto histórico-jurídico* (1973), sobre o importante papel por ele desempenhado no grave conflito em torno da questão do *sigilismo*.

Este papel do Arcebispo foi, igualmente, desenvolvido por Fr. António Pereira da Silva na sua obra intitulada *A questão do sigilismo em Portugal no século XVIII: história, religião e política nos reinados de Dom João V e de Dom José* (1964).

Também Fortunato de Almeida, na *História da Igreja em Portugal* (1ª ed., 1910-1921), aflora, com alguma particularidade, a questão dos jacobitas e do *sigilismo*.

Deve salientar-se, já em época mais contemporânea, o trabalho de Everton Sales Souza, *Jansenisme et Reforme de l'Église dans l'empire portugais* (2004) que, para além da contenda do *sigilismo*, examina o processo em que o Arcebispo é acusado de jansenista pelo Santo Ofício, o mesmo sucedendo com Ronaldo Vainfas e outros, na obra *A Inquisição em xeque: temas, controvérsias, estudos de caso* (2006).

Concentrando-se, por seu turno, na sua conflituosa relação com os Franciscanos, na tentativa de lhes retirar o governo das paróquias de Bardez, há que notar as reflexões de Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, em *Ensaio histórico da língua concani* (1858), obra em que se revela um aceso crítico do Arcebispo, e as do Pe. M. J. Gabriel de Saldanha, na *História de Goa (Política e arqueológica)* (1898).

Assinalam-se ainda alguns trabalhos avulsos. Tratando, sobretudo, da disputa em que o Arcebispo se envolveu com o seu Cabido, merece menção o artigo de José

¹ José Maria Mendes, *Inácio de Santa Teresa, construindo a biografia de um Arcebispo*, (minha dissertação de mestrado), Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2013, pp. 10-11.

António Pinheiro e Rosa, intitulado “A catedral do Algarve e o seu Cabido: Sé em Faro” in *Anais do Município de Faro*, nº. XII, pp. 63-234 (1983-1984). Limitado às reformas que tentou implementar na diocese do Algarve, António Rosa Mendes, escreveu um texto a que deu o título de *Um bispo reformador, D. Inácio de Santa Teresa (1741-1751)*.

De destacar o contributo de Diogo Ramada Curto, com o escrito “O Estado do Presente Estado da Índia (1725) de Fr. D. Inácio de Santa Teresa”, inserto na obra *Metahistória, História Questionando História*, de Homenagem ao Prof. Doutor Teotónio R. de Souza (2007). O autor apresenta uma análise sucinta da proposta de D. Inácio de Santa Teresa para a reforma do Estado da Índia, a que deu o nome de *Estado do presente Estado da Índia. Meyos fáceis, e efficazes para o seu aumento e reforma espiritual e temporal. Tractado Político, Moral, Jurídico, Theológico, Histórico e Ascetico*, e que será a fonte principal para a elaboração do último capítulo do presente trabalho, que se intitula *Uma proposta para a reforma política e religiosa do Estado da Índia*. Num Breve resumo de cinco páginas ocupa-se de algumas das principais iniciativas e proposições do Arcebispo, apresentadas nesse seu escrito.

Mais recentemente, José Pedro Paiva (2011) abordou, em *Baluartes da Fé e da Disciplina*, a acusação da Inquisição de Goa, no processo que lhe moveu com base em proposições proferidas num sermão, consideradas de carácter jansenista e, por isso, heréticas.

Por último, já numa fase avançada da elaboração do presente trabalho, tomei conhecimento da tese de doutoramento, intitulada *O Reyno de Deos e a sua Justiça, Dom Frei Inácio de Santa Teresa*, defendida por Ana Maria Mendes Ruas Alves (2012). Nela se aborda matéria já desenvolvida na dissertação do meu mestrado. Particularmente relevantes são os conflitos relacionados com o cisma de Santa Mónica, o processo da Inquisição que envolveu o Arcebispo e aquele que ficou mais conhecido pela questão do sigilismo.

A autora traça um retrato extremamente benevolente do Arcebispo, que os factos, porventura, não justificam. Efectivamente, trata-se de uma apreciação que vai ao arrepio do que a documentação claramente comprova e da generalidade dos autores que abordam o tema, muito particularmente de Cunha Rivara que, do meu ponto de vista, deve considerar-se um dos mais versados na matéria.

São dois os objectivos fundamentais da minha tese: Um deles consiste no aprofundamento do discurso e do significado de atitudes que o Arcebispo assumiu em

textos e intervenções polémicas, pastorais e determinações; o outro centrar-se-á na sua intervenção nas mudanças ocorridas, procurando interpretá-la no contexto e em função das complexas tensões presentes, sobretudo, durante a sua permanência em Goa.

No desenrolar das pesquisas no âmbito da dissertação de mestrado, deparei-me com um documento que, desde logo, se apresentou como um iniciativa invulgar, porque transmitia a ideia de não se inserir, propriamente, no confronto que opunha os Jesuítas ao Arcebispo. Refiro-me ao *certificado laudativo* com que, em 1727, o Geral da Companhia de Jesus em Roma, Miguel Ângelo Tamborino, presenteou D. Inácio de Santa Teresa. A sua atribuição suscitou, desde logo, uma questão intrigante que ficou por esclarecer. Que razões teriam levado à concessão de tal benesse, justamente no auge do conflito? Tal enigma apresentou-se como uma das questões de maior interesse e terá sido esse um dos principais estímulos ao prosseguimento da investigação. O resultado foi compensador.

Mas outras questões, da maior relevância para a compreensão do período histórico abordado, se formularam então, tornando-se pertinente a procura de uma resposta.

D. Inácio de Santa Teresa foi um reformador ou apenas um hábil mistificador?

A luta pela jurisdição, que envolveu forças políticas e religiosas, era o objectivo final ou tão-somente uma capa que encobria desígnios mais ambiciosos?

A substituição dos párocos regulares pelos seculares redundou em benefício da cristandade?

O cisma de St^a. Mónica foi apenas uma briga de freiras mal formadas ou inseriu-se numa campanha artificialmente engendrada pelas Ordens Religiosas, primeiro, com o intuito de criar uma nova frente de batalha e, depois, o de subtrair o convento à jurisdição do Arcebispo?

A saída de Salcete por parte dos Jesuítas não foi uma estratégia concertada para provarem a sua indispensabilidade e regressarem mais poderosos? E porquê a celeuma levantada em torno da imagem do Menino Jesus de Colvá?

A actuação dos Franciscanos ultrapassou, a partir de determinado momento e em muitas circunstâncias, as fronteiras do admissível, para quem tinha como missão a evangelização e a prática do bem. Que razões induziram os frades a tão lastimável procedimento?

A metodologia utilizada, consequente da formulação de tais questões, resultou na divisão do estudo em cinco capítulos e alguns subcapítulos.

D. Inácio de Santa Teresa foi, sem dúvida, um homem que se distinguiu na vivência de uma época marcada por conflitos de toda a natureza, envolvendo tanto a sociedade civil como a religiosa. Para perceber os fenómenos que ocorreram torna-se necessária uma caracterização da época em que os mesmos tiveram lugar, particularmente, o seu contexto político, económico e religioso, e o da sociedade em que eles se desenvolveram.

Quando chegou a Goa para tomar posse do cargo de Arcebispo, vivia-se um período de intenso declínio em que era notório o desnorte das autoridades civis e religiosas, que se estendia a toda a sociedade em geral. Abordam-se, no primeiro capítulo, as razões que, no meu entender e no essencial, conduziram a tal situação.

Parece não haver dúvida de que o objectivo primordial de D. João V, ao optar por D. D. Inácio de Santa Teresa para ocupar a sede do Arcebispado de Goa, incidia na reforma do Estado da Índia, que alguns dos seus antecessores haviam já, debalde, tentado introduzir. Conseguiu ele corresponder aos anseios do Monarca ou a sua acção terá redundado num decepcionante fracasso? É a matéria que se analisará no segundo capítulo.

O capítulo seguinte divide-se em três subcapítulos, nos quais se desenvolvem as iniciativas do Arcebispo para reforçar a sua jurisdição. O primeiro deles ocupa-se dos Jesuítas e é constituído, além de uma parte introdutória em que se revelam novos contornos relacionados com o abandono das igrejas de Salcete, uma outra em que se clarificam particularidades da ligação do Arcebispo a Miguel Angelo Tamburino. O segundo incide sobre o processo que envolveu a tentativa de substituição dos párocos Franciscanos de Bardez por clérigos naturais. O último é dedicado às frequentes intromissões de D. Inácio de Santa Teresa na jurisdição do poder civil, um dos factores que mais contribuíram para a criação de um permanente clima de confronto.

No quarto capítulo, dividido em dois subcapítulos, apresenta-se um Breve historial do convento de St^a. Mónica e discorre-se sobre o cisma ali ocorrido. Não em torno das peripécias que o rodearam mas numa tentativa de demonstração de que o mesmo foi concebido e incentivado pelas principais Ordens Religiosas num contexto da luta que vinham travando contra o Arcebispo.

O último capítulo, a que se deu o título de *Uma proposta para a reforma política e religiosa do Estado da Índia e de todo o mundo*, dividiu-se, igualmente, em dois subcapítulos. No primeiro trata-se dos males da Índia, arrolados por D. Inácio de Santa Teresa e os remédios que receita para a sua cura; no segundo desenvolve-se a teoria por

ele construída em torno da lenda de Ourique e o papel determinante que, segundo a mesma, estaria destinado a Portugal como cabeça de um Quinto Império Universal.

Naturalmente que o mesmo se baseia no já mencionado documento da sua autoria, denominado *Estado do Estado da Índia, obra posthuma do Exm^o. e Rm^o. Snor D. Ignacio de Santa Thereza Arcebispo de Goa e depois do Algarve, publicado após a sua morte*, ainda pouco explorado.

1. GOA SETECENTISTA, O FIM DE UMA ERA DOURADA

Goa, situada na costa ocidental da Península Indistânica e banhada pelo Oceano Índico, tinha a sua geografia formada por um conjunto de três províncias, Bardez, na margem norte do rio Mandovi, Tisvadi, um grupo de ilhas com origem no serpenteado dos rios Mandovi e Zuari, e Salcete, na margem sul do Zuari, todos descendo dos Gates ocidentais,² geralmente conhecidas por *Velhas Conquistas*.³

A capital da Índia Portuguesa fixou-se em Goa no governo de Nuno da Cunha (1529-1538). Também se verificou, nesse período, a anexação de Bardez e Salsete, a que usa atribuir-se a designação de *terras firmes*. A ilha de Goa⁴ propriamente dita dispunha de recursos muito reduzidos devido, fundamentalmente, como revela J. H. Van Linshoten, à ineptidão da terra “montanhosa, bravia, selvagem e cheia de matagais”.⁵ A povoação abastecia-se de alguns produtos básicos em Bardez e Salsete mas o arroz, o trigo e outros cereais provinham da Cambaia, da costa norte e da costa de Canará. Nos solos arenosos contíguos à costa abundavam os palmeirais, uma valiosa fonte de receitas e cujos produtos constituíam, com o peixe seco e o sal, o grosso dos recursos exportáveis.⁶ O seu clima tropical de monção caracterizava-se por uma longa estação de chuvas, a que se seguia um longo período de calor, factores que, aliados a hábitos de pouca higiene por parte da população, agravavam as condições sanitárias do local. O abastecimento de água, por sua vez, fazia-se em poços inquinados, o que, tudo junto, originava frequentes epidemias de cólera e de varíola.

Após a morte de Afonso de Albuquerque (1509-1515), operou-se o desenvolvimento da cidade através de uma desenfreada construção de edifícios públicos

² Teotónio R. de Souza, *Goa Medieval: a Cidade e o Interior no século XVII*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, pp. 51-52.

³ Júlio Gonçalves, *Goa*, “artigo” in *Dicionário de História de Portugal*, dir. de Joel Serrão, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971, vol. 3, pp. 118-121.

⁴ Em boa verdade, a ilha onde Goa se situa chamava-se Tissuary. Por força do hábito, o nome da cidade passou a usar-se também para designar a ilha.

⁵ Jan Huygen Van Linschoten (que passa a designar-se por Linschoten), *Itinerário, viagem ou navegação para as Índias Orientais ou Portuguesas*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações das Descobertas Portuguesas, 1997, p. 147.

⁶ Teotónio R. de Souza, *op. cit.*, p. 52.

e privados de tal modo que, no governo de Lopo Soares de Albergaria (1515-1518), que lhe sucedeu, à falta de terrenos, a cidade ocupou todo o espaço que ladeava as muralhas.⁷

Consolidadas as conquistas, Albuquerque iniciou a tarefa da colonização dos territórios através da acção conjunta de um grupo composto por guerreiros, mercadores e missionários, cada um com a sua específica missão, mas todos unidos na prossecução dos objectivos da Coroa que eram, primeiro, comerciar e, depois, evangelizar, bem simbolizados pela feitoria e pela cruz.

Estas duas componentes encontravam-se de tal modo associadas que, há muito, a Igreja as tratava em conjunto nos Breves e bulas que emitia como incentivo às acções de Portugal. Na verdade, logo em 3 de Junho de 1418, a bula *Super gregem dominium*⁸ de Martinho V, consentia aos cristãos de Ceuta comercializar com os muçulmanos desde que lhes não vendessem ferro, cordas, navios, armas e outras mercadorias proibidas, do mesmo passo que semelhante documento, este emitido pelo Papa Eugénio IV, com a denominação de *Exigunt nobilitatis*⁹ e datado de 5 de Janeiro de 1443, concedia a D. Afonso V autorização para negociar com agarenos e sarracenos qualquer mercadoria com excepção de ferramentas, madeira, cordas, navios e armas.

No mesmo sentido foi a bula *Inter caetera*, de Calisto III que, em 13 de Março de 1456, atribuiu o exclusivo da navegação, nos mares dos descobrimentos, aos navios Portugueses, acompanhado da permissão de comerciar com os infiéis, com excepção de armas e outras coisas semelhantes¹⁰.

Nesse contexto de organização territorial eclesiástica, iria seguir-se, por deliberação do Papa Clemente VII, a pedido de D. João III, a instituição das dioceses de

⁷ Padre M. J. Gabriel de Saldanha, *História de Goa (Política e Arqueológica)*, Nova Goa, Casa Editora Livraria Coelho, 1925, p. 133.

⁸ *Monumenta Henricina*, vol. II, nº. 146, pp. 299-300.

⁹ *Ibidem*, vol. VIII, nº. 233, pp. 350-353.

¹⁰ .ANTT. Gav. 7ª., mº. 13, nº. 7.



Goa na visão de Linschoten (Itinerário)

Angra, S. Tiago, S. Tomé e, ainda, a de Santa Catarina, de Goa, por desmembramento da diocese do Funchal ¹¹.

Goa, a primeira diocese nascida em territórios do Oriente, estendia a sua jurisdição do Cabo Bojador até à China e ao Japão.

Convém ter presente que, no âmbito do Padroado, as bulas representavam, tão-somente, um instrumento papal de confirmação das solicitações ou nomeações régias, como bem observou Gaspar Correia:

[...] em dia de Nossa Senhora de Março deste presente ano de 539, o bispo pregou e disse missa em pontifical, a qual acabada, o bispo com grandes cerimoniaes apresentou ao Visorey uma patente d'ElRey nosso senhor; em que lhe dava o bispado de Goa, com todos os poderes do cabo da Boa Esperança pera dentro, em todas as cidades, vilas, fortalezas, e terras de seu mando e senhorios, que ao presente tem, e ao diante tiver, em todo o estado eclesiástico; e em cabeça de seu bispado a cidade de Goa, onde mandava que a sé Santa Caterina fosse colocada, e feyta sé catedral, oficiada e ordenada de todo o que comprisse, como lhe era necessário, com os cesardotes ordenados e eleytos polo dito bispo. ¹²

A esta reorganização não terá, por certo, sido alheio o avançado grau de desenvolvimento conseguido pelas possessões portuguesas, onde há muito se fazia sentir a necessidade de um bispo residencial em Goa, cidade que, em 1533, era já o principal ponto de convergência do Oriente.

Em 4 de Fevereiro de 1558, quando Goa ocupava já um lugar hegemónico no processo do Padroado, como centro de irradiação, o Papa Paulo IV, pela bula *Etsi Sancta, et immaculatata* ¹³ elevou-a a Arquidiocese metropolitana, tendo como subordinadas as dioceses de Cochim e Malaca, criadas, na mesma data, pela bula *Pro excellenti praeminentia* ¹⁴.

Goa, como centro de difusão do cristianismo, assumiu o papel de agente principal na administração de todo o Padroado, que se foi desenvolvendo com a criação de novas dioceses.

¹¹ A bula correspondente acabou por ser expedida por Paulo III, em 3 de Novembro de 1534, dois meses após o falecimento de Clemente VII. ANTT, *Bulas e Breves*, m.º. 26, n.º. 29.

¹² Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Porto, Lelo & Irmãos, 1975, vol. IV, pp. 88-89.

¹³ ANTT, *Bulas*, m.º. 18, n.º. 34.

¹⁴ *Ibidem*, m.º. 7, n.º. 25 e 37.

Logo a seguir à conquista da cidade, em 1510, surgiu, por iniciativa de Afonso de Albuquerque, a igreja de S. Catarina, pequeno edifício de madeira e cal, de construção precária, para que se pudessem celebrar os actos litúrgicos mais essenciais.

E junto-da casa- do-esprital mandou fazer a casa de santa Caterina, que era de taipas e cuberta de palha, o que assy erão as outras casas, porque nom auia telha; na-qual igreja sòmente estaua hum altar com huma pintura na parede da bemaumenturada santa Caterina. E porque ally estauão perigosos os ornamentos, por a casa assy ser fraqa, e mal fechada, e perigosa do- fogo, ordenou que dentro no- castello, em huma varanda das casas, que era grande, se dicessem as missas; o que se fez por muyto, esperando de fazer a igreja como compria.¹⁵

Esta pequena igreja acabou por ser consumida pelo fogo em 1526, sendo substituída por uma outra de pedra e cal, cuja construção se havia iniciado em 1514 e que, em 1534, se converteria na sé catedral da diocese de Goa.

A partir da elevação de Goa a Arquidiocese, fez-se sentir a necessidade de uma edifício mais consentâneo com tão grande dignidade e que condissesse com a grandeza das muitas igrejas e de um vasto conjunto de edifícios de cariz religioso que, então, pejavam todos os locais onde os missionários das diferentes Ordens se radicaram e desenvolviam a catequização.

D. Sebastião, por carta de 4 de Novembro de 1562, instruiu o vice-rei D. Francisco Coutinho, Conde de Redondo (1561-1564), para que promovesse a construção da nova catedral e canalizasse, para o efeito, “todas as Fazendas dos gentios e infiéis que falecerem nessa cidade e ilha de Goa e nas outras ilhas a ella adjacentes, e em Salcete e Bardes”.¹⁶

A construção prolongou-se por dezenas de anos, tendo o sumptuoso edifício sido concluído em 1631, por acção do então vice-rei D. Miguel de Noronha, Conde de Linhares (1629-1635).

¹⁵ Gaspar Correia, *op. cit.*, vol. II, p. 158.

¹⁶ *Archivo Portuguez Oriental*, comp. de J.H. da Cunha Rivara, Reprint, New Delhi, AES, 1992, fasc. 5, parte 2, doc. nº. 435, pp. 521-522 (que passa a designar-se por *Archivo Portuguez Oriental*).

Desde as primeiras iniciativas levadas a cabo pelo Infante D. Henrique que os missionários Franciscanos ¹⁷ e Dominicanos faziam parte integrante das tripulações, colaborando com elas mesmo na execução dos trabalhos mais exigentes.

A armada de Pedro Alvares Cabral levava consigo oito frades Franciscanos, «os primeiros religiosos que à Índia passaram» ¹⁸.

Quanto aos Dominicanos, a sua presença iniciou-se também logo nos primórdios da chegada dos portugueses à Índia. Os primeiros cinco acompanharam Afonso de Albuquerque na armada de três naus que partiu de Lisboa a 6 de Abril de 1503:

Seguindo a comparação, que começámos dos conquistadores da Terra da Promissão, é de saber, que tanto que a Índia foi descoberta pelo valor, e boa ventura d'el-Rei Dom Manoel, e começarão a correr Armadas deste Reino ordenadamente cada ano: logo a Ordem de S. Domingos tomou a cargo mandar seus Frades, não só acompanhar os navegantes nos trabalhos do mar; mas assistir com eles nos da guerra, e da terra. E como a tenção principal do bom Rei n'estas navegações foi sempre a redução da gentilidade Índiana ao grémio da Santa Madre Igreja, não havendo mais que três anos, que Vasco da Gama chegara ao Reino, depois de sua primeira viagem, e determinando despachar dous Capitães mores juntos, que foram Afonso d'Albuquerque, e Francisco d'Albuquerque seu primo, cada hum com três naos, mandou aos Prelados de S. Domingos, lhe dessem Frades, que os acompanhassem. Deu o Provincial cinco segundo as memórias que temos da Ordem: seus nomes, Frei Domingos de Sousa, Frei Rodrigo Homem, que alguns chamam de Sousa, Frei João do Rosário, Frei Pedro d'Abreu, e Frei António da Mata. ¹⁹

Quando da sua chegada á Índia, os portugueses depararam com uma população heterogénea constituída por uma diversidade imensa de gentios, por muçulmanos e por uma pequena porção de judeus.

Os muçulmanos, com quem os portugueses tinham uma relação tensa, foram, desde logo, considerados os principais inimigos e a conquista de Goa serviu a Afonso

¹⁷ Pertenciam à congregação dos observantes, conforme revela Gabriel de Saldanha, na sua citada obra, vol. 2, p.33. Convém recordar que, na Índia, os Franciscanos incluem-se em duas grandes divisões: A Província de S. Thome da Índia Oriental, fundada em 1583 mas que somente em 1612 assumiu a designação, e a Província (inicialmente, Custódia) da Madre de Deus dos religiosos capuchos da Índia, constituída em 1622. Os frades de cada uma dessas Províncias denominavam-se *observantes* e *reformados*, respectivamente. J. A. Ismael Gracias, *Reforma da Religião Franciscana em Goa*, In *O Oriente Portuguez*, 7º. Anno, 1910, Janeiro/Fevereiro, nº. 1 e 2, pp. 1-14.

¹⁸ Anónimo e Pe. Manuel Xavier, *Relações da Carreira da Índia*, dir. de Luís de Albuquerque, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, p. 9.

¹⁹ Fr. Luís Cacegas, *História de S. Domingos*, introd. e rev. de M. Lopes de Almeida, Porto, Lelo & Irmão – Editores, 1977, vol. II, pp. 257-258.

de Albuquerque para evidenciar os ódios ancestrais, reforçados pelas campanhas de África. Após a reconquista da cidade, transmitiu, simplesmente, aos capitães indicações para que “corressem toda a ilha e os mouros, mulheres e meninos que achassem, trouxessem todos à espada e não dessem vida a ninguém, porque sua determinação era não deixar nenhuma semente desta em toda a ilha”.²⁰

O apostolado dos primeiros missionários iniciou-se com a tentativa de evangelização junto das populações costeiras de Goa, Cochim e Cananor, e em Meliapor, seguindo na esteira dos mercadores e dos políticos da Coroa.²¹ Elas eram formadas, na sua maior parte, por gente que veio, depois, a ser designada por *canarins*, termo que, no século XVII, adquiriu uma conotação pejorativa.

De que forma se desenvolvia esse apostolado? O Padre Francisco de Sousa esclareceu que os missionários utilizavam um contacto directo com as populações:

Dizião Missa de madrugada, & consolados no corpo, & no espírito, os doentes do Hospital, sahião a pregar, & fazer doutrinas pelas praças, ouvião a huns de confissão, fazião pazes entre outros, visitavão todos os dias os carcereiros da Inquisição.²²

No entanto, parece ficar claro que, nos anos que se seguiram à sua chegada à Índia, os Portugueses fizeram incidir a sua atenção mais sobre as especiarias do que, propriamente, na evangelização dos gentios, facto comprovado pela reduzida presença de missionários, manifestamente incapazes de abranger tantos pequenos territórios, razão pela qual os resultados terão sido pouco significativos. Outros factores, porém, contribuíram para essa ineficácia, a começar pela deficiente formação do clero, inculto e, no geral, sem grande apetência vocacional, facilmente seduzido por práticas pouco recomendáveis e cedendo com facilidade à cobiça, a que se acrescentava uma completa ignorância da língua e o pouco interesse pelo conhecimento dos livros sagrados, tanto do Hinduísmo, como do Islão ou do Budismo. Acrescia, como escreveu Luís Felipe Thomaz

²⁰ Brás de Albuquerque, *Comentários do Grande Afonso de Albuquerque*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, vol., II, p. 164.

²¹ *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente*, (doravante designada por *Documentação*), Índia, vol. I, dir. de A. da Silva Rego, nº. 77, p. 78, e nº. 144, p. 343.

²² Padre Francisco de Sousa, *Oriente conquistado a Jesus Cristo*, Porto, Lello & Irmão – Editores, 1978, p. 31. Escrito já após 1560.

[...] que os cristãos eram recrutados sobretudo entre os marginais – castas baixas, populações mescladas dos portos de mar – e no seio dos elementos mais directamente ligados aos Portugueses; esposas ou amantes dos soldados, servidores das feitorias, escravos, colaboradores das autoridades portuguesas.²³

Também, a política de permissividade adoptada por Afonso de Albuquerque, em relação aos não-cristãos que, no entanto, se foi diluindo progressivamente, terá sido um dos factores que, de forma decisiva, contribuiu para o tão reduzido número de conversões conseguido.

O fracasso conduziu a uma alteração gradual da política de tolerância, com recurso à utilização de toda a espécie de métodos, repressivos ou não, incompatíveis com a verdadeira ética cristã, para que fosse concretizada a conversão de todos os infiéis.

A sugestão feita, a El-Rei D. Manuel, por Pedro de Mascarenhas, na sua carta de 7 de Dezembro de 1514, a propósito da cristandade de Cochim, inseria-se nessas práticas comportamentais utilizadas para obter conversões e ficava bem próxima da fronteira daquilo que hoje poderia configurar uma forma de corrupção:

E se Vossa Alteza quer que muita gente desta se converta, mande dar algumas dádivas [a] alguns homens principais porque o façam, que vendo a outra gente mais baixa estes tornar cristãos, com menos trabalho se tratarão a isso, como quer que todos o hão de fazer por seu justo preço, principalmente os naires que é gente do soldo.²⁴

O pedido que Fr. António Louro, que chegara a Goa no ano anterior, com a incumbência de construir um convento, fazia ao mesmo Monarca, na carta de 4 de Novembro de 1518²⁵, indicia que começara já a traçar-se o destino dos pagodes, um dos principais sustentáculos da crença hindú: “Senhor, hum grande pagode está nesta ilha de Divar que tem muita pedraria e he já derribada muita parte delle. Faça-nos Vossa Alteza esmola delle para este moesteiro”.²⁶

Em 1522, D. André de Torquemada, bispo de Dume, alvitrava, na sua carta de 12 de Janeiro para D. João III, a destruição dos pagodes ou a sua transformação em

²³ Luís Felipe F. R. Thomaz, *De Ceuta a Timor*, 2ª. ed., [Lisboa], Disfel [1998], p. 250.

²⁴ MMA, vol. I, nº. 108, pp. 224-227.

²⁵ Gaspar Correia, *op. cit.*, vol. II, p. 537

²⁶ *Documentação*, vol. I, nº. 148, p.354.

igrejas, recomendando, também, que Goa fosse reservada apenas aos cristãos, expulsando-se os não convertidos: “Serviço de Deus seria nesta soa ilha de Goa destruyrem se estes pagodes e fazerem neles igrejas com santos, e quem quer que quisesse viver na ilha fosse cristão e teria suas terras e casas, como tem, e nam querendo, que se fosse da ilha”.²⁷

Contrariando algumas vozes que apregoavam a introdução de medidas cada vez mais severas contra os gentios, foi ainda publicado, em 1526, um foral que permitia aos gancares de Goa e de outras terras pertencentes à Coroa a prática dos seus rituais, bem como a poligamia e a cremação. Consagrava-se ainda a liberdade de actuação às bailadeiras que o foral designava por “mulheres do Pagode que são mancebas do mundo”, a quem se concedia a prerrogativa de cultivarem terras que haviam pertencido aos pagodes, sem quaisquer encargos.²⁸

No ano seguinte, o vedor da Fazenda, Fernão Rodrigues de Castello Branco, servindo de governador na ausência de D. Estevão da Gama, governador de facto, anunciava, numa provisão de 30 de Junho, o trato negociado com os gancares da Ilha de Goa sobre o pagamento de rendas das terras que pertenciam aos pagodes, todos já destruídos:

Faço saber aos que este virem como querendo nosso senhor lembrar-se desta terra e gente della, que de tantos tempos estava sujeita ao demónio, e seus Pagodes, houve por seu serviço inspirar em muitas pessoas destas Ilhas pera se converterem á sua sancta fé e que os Pagodes fossem derribados, e desfeitos de todo, sem ficar nenhum em todas ellas.²⁹

Parece oportuno lembrar que os gentios passaram de proprietários a rendeiros a partir do momento em que foram desapossados pela Coroa das terras que lhes pertenciam e dos rendimentos daquelas que se encontravam na posse dos pagodes. Linschoten informa-nos sobre o destino dado às rendas daí provenientes:

Estas terras de Bardês e de Salsete são arrendadas por ordem de el-rei de Portugal e destas rendas recebem os arcebispos e os conventos, assim como o clero e também os vice-reis e os outros oficiais de el-rei, os seus salários e rendas e mantimentos anuais, por patente e privilégio real.³⁰

²⁷ *Ibidem*, nº. 201, p. 452.

²⁸ *Archivo Portuguez Oriental*, fasc. 1, parte 1, doc. 58, pp. 118-133.

²⁹ *Documentação*, vol. II, nº. 96, p. 293.

³⁰ Linschoten, *op. cit.*, p. 145.

Em 1546,³¹ D. João III transmitiu ao vice-rei D. João de Castro (1545-1548) instruções para combater a idolatria dos naturais, que persistia em manter-se não obstante as severas medidas já anteriormente aplicadas, destruindo pagodes, proibindo a realização de festas gentílicas e banindo toda a espécie de ídolos:

Como sabeis a idolatria hé tamanha offensa de Deos, que não devo eu consentir que a aja nas terras dessas partes, que são de meu senhorio, e porque sou informado que na ilha de Goa ha alguns pagodes publicos e secretos ³², o que hé tamanho desserviço de nosso senhor, como vedes, vos encomendo muito e mando que logo tanto que esta virdes defendais que não aja na dita ilha de Goa alguns dos ditos pagodes publicos nem secretos, e que nenhum official possa fazer nem faça de pedra, nem de pao, nem de cobre, nem de outro algum metal, e assy mesmo que em toda a ilha se não fação algumas festas gentilicas públicas, nem os moradores della recolhão em suas casas pregadores bramanes da terra, e ordeneis que se busquem as casas de todos os bramanes e gentios em que se tiver presumpção por sospeita que estão ídolos, e todas estas coisas defendereis com penas graves [...].³³

A morte de D. João de Castro, a 6 de Junho de 1548, inviabilizou a entrada em vigor das decisões régias que somente foram postas em prática quando o bispo D. João de Albuquerque teve conhecimento delas pelo governador Jorge Cabral (1549-1550) e se dispôs a promover a sua aplicação, no final de Março de 1550.

Em Março de 1559, numa carta que é cópia fiel daquela outra de D. João III, atrás mencionada, a Corte reforçou a disposição anterior quanto à destruição de todos os ídolos e pagodes existentes em Goa, castigando-se, com severas punições, todos aqueles que se atrevessem a fabricá-los, qualquer que fosse a sua composição. A proibição estendia-se à realização de toda a espécie de festas gentílicas, públicas ou privadas.³⁴

O Pe. Francisco de Sousa fez uma descrição circunstanciada do derrube dos pagodes de Salsete, ocorrida em 1567, que revela até que ponto se fazia sentir a fúria iconoclasta dos portugueses:

³¹ Não se conhece a data da carta uma vez que o bispo D. João Albuquerque não lhe faz menção. No entanto, Cunha Rivara entende que pode considerar-se que ela é de Março de 1546, data daquelas, sobre o mesmo assunto, de que o vigário-geral Miguel Vaz foi portador. *Documentação*, Vol. IV, p. 509, nota 2.

³² Cunha Rivara esclarece que “Os pagodes templos estavam já a este tempo derrubados, como se vê or outros documentos. Aqui, porém, fala dos pagodes ídolos porque a uma e outra coisa se applicava o mesmo vocábulo”. *Documentação*, vol. IV, nº. 88, p. 507, nota 1.

³³ *Documentação*, vol. IV, nº. 88, pp. 507- 508.

³⁴ *Ibidem*, vol. VII, nº. 56, pp. 264-265.



Pagode de Zandaulim (A. Lopes Mendes, A Índia Portuguesa, vol. II)

Logo no anno seguinte de mil quinhentos sessenta & sete foy a total destruição dos pagodes de Salsete, & procedeo o negocio nesta fórma. Era Capitão da Fortaleza de Rachol hum ilustre, & valente Portuguez, chamado Diogo Rodrigues ³⁵, o do Forte & não Diogo Fernandes, como dizem os nossos Authores.

[...] Mandou o Capitão chamar hum dia os Gancares de Lotolim, Aldea distante da Fortaleza meya legoa, & não querendo elles obedecer à sua ordem, perguntou aos moradores de Rachol, que castigo lhes daria. Responderão os moradores, que lhes mandasse queimar as casas. Muito melhor será, acodiu o Capitão, queimar a casa do diabo: & mandou pôr fogo ao principal pagode de Lotolim. Não hé crível o sentimento que tiverão os gentios quando virão arder o seu pagode, & como se não podião vingar por outro modo, correrão logo a Goa a queixarse do Capitão às justiças de Sua Magestade, & foy determinado por sentença, que o Capitão refizesse o pagode queimado a seu dispendio. Aggravou Diogo Rodrigues da sentença, allegando, que era contra a Ley de Deos levantar templos aos pagodes, & para não se arriscar a lhe mandarem resarcir o dano por outro modo, se acaso os gentios tivessem algum direito nos bens applicados ao demónio, sujeito incapaz de qualquer dominio, se valeo do Arcebispo Primás, & do Provincial da Companhia; os quaes persuadirão de sorte ao Viso-Rey a indecencia da sentença, que mandando logo chamar a Diogo Rodrigues, lhe disse, que voltasse para Salsete. & queimasse quantos pagodes pudesse. & deixasse o mais à sua conta. Não quis ouvir mais o bom Portuguez & tornando à sua Fortaleza, vitorioso do mesmo inferno, communicou ao P. Luis de Goes, & a outros Missionarios de Salsete a licença que trazia de D. Antão de Noronha, & prometendo-lhe todos sua ajuda, & o favor dos novos Christãos, tratou de pôr as mãos a hua obra de tanta gloria de Deos, & pelo silêncio das noytes, por evitar motins de gentios, foy quebrando ora estes ora aquelles pagodes, até que derrotou duzentos & oytenta,³⁶ & com a madeira que delles se tirou ficou provida a ribeyra del-Rey.³⁷

A intolerância religiosa saiu reforçada com a subida de D. Sebastião ao trono. O regente, cardeal D. Henrique, seguramente um dos mais zelosos guardiães da ortodoxia religiosa, - o exercício do cargo de inquisidor-geral deixara, por certo, as suas marcas - iniciou um dos períodos mais atrozes da perseguição aos gentios na procura de forçar a sua conversão.

³⁵ Diogo Rodrigues foi sepultado na capela-mor da igreja de Nossa Senhora das Neves, tendo sido colocada sobre a sepultura uma lápide com os seguintes dizeres. “Aqui jaz Diogo Rodrigues o do Forte, Capitão desta Fortaleza, o qual derrubou os pagodes destas terras. Faleceo a 21 de Abril de 1577”. Padre Francisco de Sousa, *op. cit.*, pp. 832-833.

³⁶ Tratava-se de pagodes-ídolos uma vez que, como se verificou anteriormente, os pagodes-edifícios já teriam sido destruídos na sua totalidade.

³⁷ Padre Francisco de Sousa, *op. cit.*, pp. 832-833.

Sanjay Subrahmanyam observa que essa intolerância se fortificou por via da Contra-Reforma e do aumento das Ordens Religiosas em presença no Estado da Índia, que conduziram à adopção de medidas repressivas contra os hindus e muçulmanos, discriminados com base em factores religiosos.³⁸ Efectivamente, pelas mãos da Inquisição, apuraram-se os mecanismos coactivos para castigar os desvios, de forma a conduzir os prevaricadores ao caminho certo.

A política utilizada para incentivar as conversões acabou por colher resultados, mas com efeitos perversos pelo meio. Boa parte dessas conversões eram fictícias, por medo e para evitar a marginalização a que o grupo dos resistentes era votado ou, mais propriamente, como define Ângela Barreto Xavier, levado à degradação económica, social, cultural e política.³⁹ E com frequência, na primeira oportunidade, o convertido retomava os ritos das suas crenças antigas. Se bem que as práticas adoptadas não tivessem conduzido aos resultados que seriam previsíveis, o certo é que, em todo o caso, favoreceu o crescimento dos convertidos forçados.

Somente desta forma se poderia superar uma resistência, moldada por costumes e crenças milenares, contra as novas doutrinas que os invasores lhes propunham. Perante o quadro criado pelos Portugueses, o seu relacionamento com os indígenas, sempre olhados como inimigos, não podia ser outro que um relacionamento tenso e de conflito permanente.

Esta política de conversão prosseguiu com recurso à perseguição dos brâmanes, a punições severíssimas contra quem tentasse impedir, por qualquer forma, as conversões, à destruição de ídolos e pagodes e à concessão de toda a sorte de benesses aos convertidos. A população hindu foi resistindo como pôde, manteve muitos dos seus usos e costumes, conseguindo até propagá-los aos colonizadores.

Atente-se na descrição que o Abade Carré fez da festa do Rosário, a que assistiu em Diu, no ano de 1642:

O nono dia foi a festa do Rosario, que terminou com uma cerimónia solene na igreja dos Padres Dominicanos. Houve um sermão e uma grande procissão do Santissimo Sacramento por toda a cidade, juntamente com música, concertos e outras cerimónias que os Portugueses muito apreciam. Mas não fiquei

³⁸ Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português, 1500-1700: Uma História Política e Económica*, trad. de Paulo Jorge Sousa Pinto, Lisboa, Difel, 1995, p. 324.

³⁹ Ângela Barreto Xavier, *A Invenção de Goa : poder imperial e conversões culturais nos séculos XVI e XVII*, 1ª. ed., Lisboa, Impr. de Ciências Sociais, 2008, p. 119.

contente com os desfiles de bailarinas e mascarados, que iam à frente da procissão e dançavam, adoptando posições indecentes. Isto diminuía a devoção e o respeito devido a uma ocasião tão solene. À noite, depois da benção, a festa foi completada com fogo de artifício, bailarinas e outra comédia representada na igreja dos Padres Dominicanos.⁴⁰

Em todo o caso, verificando embora um crescimento constante, o número de convertidos ficaria aquém das expectativas, o que terá levado D. João de Castro a confessar, em 1546, a D. João III, que “afirmo que mais almas são perdidas dos portugueses que vêm à Índia do que se salvam dos gentios que os pregadores e religiosos converteram à nossa santa fé”.⁴¹

Igual conclusão se poderá extrair do Relatório sobre a actividade da Companhia de Jesus no Oriente, elaborado pelo Pe. Valignano, em 1579. Na alusão que faz à província de Salcete, administrada por párocos jesuítas, ele afirma que “estaran en ella mas de ochenta mil almas casi todos gentiles sacando siete o ocho mil christianos que fueron echos por los nuestros de diez o dose años a esta parte”⁴². Em 1600, num universo de 140.000.000 de habitantes que constituíam a população da Índia, o número de convertidos cifrava-se em 150.000, 100.000 dos quais pescadores de castas inferiores, da costa de Manar.⁴³ Na prática, os convertidos representavam um pouco mais de 0,1 por cento da população gentia, número que não pode deixar de considerar-se desolador, considerando os meios humanos colocados no terreno, as fortunas despendidas, as benesses concedidas e as pressões utilizadas.

Durante o governo de António Moniz Barreto (1573-1576), o agravamento da intolerância religiosa deu lugar a uma sublevação das populações gentias de alguma freguesias da província de Salsete, lideradas por Cuncolim e Assolná. Reagindo à destruição dos seus ídolos e pagodes e à proibição de cerimónias gentílicas nas terras do Estado, medida saída do segundo Concílio Provincial, recusaram-se a pagar os impostos devidos à Fazenda e assassinaram o meirinho de Salcete, Estevão Rodrigues.

O governador agiu radicalmente, ordenando a destruição de Cuncolim.

⁴⁰ Abbé Carré, *The Travels of the Abbé Carré in India and the East, 1672 to 1674*, Londres, 1947-8, vol. I, pp. 135-6, apud M. N. Pearson, *Os Portugueses na Índia*, trad.de Ana Mafalda Telo, Lisboa, Teorema, O Jornal, 1987, p. 141.

⁴¹ *Cartas de D. João de Castro a D. João III*, dir. de Luís de Albuquerque, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, p. 98.

⁴² *Documentação*, vol. XII, n.º 55, p. 488.

⁴³ M. N. Pearson, *op. cit.*, p.134.

O Pe. Francisco de Sousa revela-nos os pormenores da iniciativa das autoridades goesas e da gravidade que atingiram os recontros entre as partes envolvidas no conflito.

Publicado o Concilio, desesperàraõ os gentios de Cuculim, que eraõ os mais empenhados, de levar por rogos o seu negócio, & por occultas intelligencias de outros da mesma seyta, que tinhaõ o fato seguro, & viaõ os touros de palanque, começaraõ a mostrarse rebeldes, naõ acodindo à fortaleza de Rachol com suas demandas, & retardando demasiadamente a paga dos foros Reaes. Quis sopear este atrevimento o Governador Antonio Moniz Barreto, & para este efeito nomeou por meyrinho das terras de Salsete a Estevaõ Rodrigues, bem conhecido, & temido nellas por seu esforço; o qual fazia seu officio com muita destreza. Mas como os valentes também morrem, & talvez às mãos dos mais fracos, indo hua vez cobrar o foro a Cuculim, foy morto pelos gentios à traição em Assolonâ com algua gente, que o acompanhava. Declarados já os de Cuculim por desleaes à Coroa, persuadirãõ aos Gancars das Aldeas vizinhas se rebellessem também cõtra o Estado, & feytos todos em hum corpo se puzeraõ em campo, & faziaõ assaltos, & matavaõ muita gente. Acodiu o Governador a estas novidades com a vara do Ouvidor géral, que naõ servio para outra cousa, senaõ para queimar a Aldea onde se fez a morte do meyrinho Estevaõ Rodrigues.⁴⁴

Não obstante o rigor da actuação governativa, os hindus continuaram no uso dos ritos gentílicos e reconstruíram os pagodes, persistindo na celebração dos seus cerimoniais. Com efeito, o mesmo autor acrescenta que em 1582, já com o vice-rei Francisco de Mascarenhas (1581-1584) à frente do governo, os gentios moradores de Cuncolim e Assoloná “viviam à sua vontade, levantavam pagodes, solenizavam as festas dos ídolos, sacrificavam homens, & commetiam abominações semelhantes a estas”.⁴⁵

Mais que isso, retardavam o pagamento dos foros devidos à Coroa, fazendo-o “quando, & como queria”.

O vice-rei organizou nova retaliação que culminou com a destruição de Assoloná, que “ficou assolada [...] e quãtos pagodes havia nella”.

Cuncolim também não escapou à senha perseguidora e viu os seus pagodes incendiados e a população em fuga. Todo este aparato contou com a presença dos Jesuítas que, como párocos da província de Salcete, tiveram uma participação activa na execução destas acções punitivas.

⁴⁴ Pe. Francisco de Sousa, *op. cit.*, pp. 895-896.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 969.

Resistiu a população e regressou para reconstruir casas e pagodes. De novo, as tropas, com os Jesuítas na primeira linha, arrasaram as novas construções e aspergiram com sangue os lugares sagrados dos gentios. O incidente terminou com a rendição dos insurrectos que, para sua humilhação, foram ainda forçados a pedir perdão ao vice-rei. Todavia, os ódios reprimidos subiram na proporção.⁴⁶

A perseguição aos gentios e ao mundo dos que não professavam o cristianismo prosseguiu com obstinação inaudita. E havia ainda de acrescentar-se a actuaçãoda Inquisição para que os indígenas percebessem até onde ia o requinte dos colonizadores. A sua instalação em 1560 tinha propósitos bem definidos, como observou Cunha Rivara quando escreveu que essa instituição “tendia não só á extirpação das crenças e superstições idolatras, mas ainda á dos usos e costumes inocentes, que, mais ou menos remotamente, podessem conservar alguma reminiscência da sociedade Asiática anterior à conquista”.⁴⁷

A fúria dos inquisidores exercia-se sem distinção sobre todo o tipo de transgressores, independentemente do credo praticado, mas preferencialmente sobre os que fossem ricos, como assinalou Pyrard de Laval.

A justiça deste tribunal é ali muito mais severa que em Portugal, e queimam mui frequentemente judeus, a que os portugueses chamam *cristãos novos*. Quando estes são presos pela justiça do Santo Ofício, todos os seus bens são também confiscados, e não prendem senão os ricos.⁴⁸

O vice-rei João Saldanha da Gama (1725-1732), quando, em 1729, assumindo uma postura corajosa, alertava Lisboa para os malefícios que resultavam para o comércio por via da perseguição do Santo Ofício aos mercadores de Goa, salientava os horrores sofridos nos cárceres, onde muitos, para não renegarem as suas crenças, permaneciam até à morte. Também questionava a razão por que a Inquisição prendia tanta gente que não processava a religião cristã, que juntamente com a fuga de muitos residentes, acarretava uma diminuição drástica na população da Província do Norte.

Não sei o regimento que a inquisição tem para conhecer de culpas de homens, que nunca forão catholicos, e vejo sim que pela excessiva quantidade de presos desta qualidade está despovoada toda a Província do Norte, perdida a admirável fabrica de Tauã, que hoje se

⁴⁶ Pe. M. J. Gabriel Saldanha, *op. cit.*, liv. I, pp. 140-141 e Pe. Francisco de Sousa, *op. cit.*, pp. 969-970.

⁴⁷ Cunha Rivara, *Ensaio Histórico da Língua Concani*, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1858, p. 54.

⁴⁸ François Pyrard de Laval, *Viagem de Francisco Pyrard de Laval*, ed. de Joaquim Heliodoro e Magalhães Basto, Porto, Livraria Civilização, 1944, vol. II, p. 73.

começa a estabelecer em Bombaim, de donde os Inglezes levão todos os camelões de seda, lã, todos os gurgurões, lenços de seda, e picotilhos, que introduzem nessa corte : vejo mais que os Commissionarios do Santo Officio são muitos, e commumente Frades; não procedem como devem, ainda que alguns por minha ordem se depõem, e outros são castigados pelos mesmos Inquisidores.

O meu parecer, Senhor, hé que V. Magestade ordene aos Inquisidores não procedão contra os gentios e mouros, que fazem alguma cerimonia em sua caza, sem escândalo do publico, nem concurso de christãos, nem por testemunhas de suas mesmas castas; e que esta ordem de V. Magestade se mande publicar em toda a parte, pois estou persuadido bastará para que os ditos mercadores, fabriqueiros, e vargeiros se recolhão aos domínios de V. Magestade.⁴⁹

A mudança de paradigma ocorrerá apenas com as reformas estruturais incrementadas pelo Marquês de Pombal. O fim do Tribunal do Santo Ofício e, particularmente, a expulsão dos Jesuítas que, como bem salienta Maria de Jesus dos Mártires Lopes, terá representado um forte incentivo à aposta no clero nativo que passou, depois, a preencher o espaço deixado pelos párocos religiosos,⁵⁰ terminaram não só com a intolerância social mas também a religiosa.

A política dos casamentos adoptada por Afonso de Albuquerque, após a conquista de Goa, gerou a essência da sociedade goesa e, em 1524, eram já, pelo menos 450 os portugueses que se encontravam casados com gentias. É esse o número apontado pela Câmara de Goa na carta remetida a D. João III, em 31 de Outubro de 1524, se bem que, esclareciam, outros mais houvesse mas incontáveis “por handarem espalhados per muitas partes, e destes que sabemos são muitos fidalgos, e cavaleiros, e escudeiros vossos cryados, e outras pessoas de muito merecimento [...]”.⁵¹

Esta estratégia da Coroa acabou por, à imagem do pecado original, transformar-se num estigma que havia de macular as gerações futuras, constituindo, por assim dizer, o fermento de decomposição das sociedades goesas.

Terá sido o caminho mais acertado para a consolidação da presença portuguesa no Oriente?

⁴⁹ *Archivo Portuguez Oriental*, fasc. 6, suplentos, doc. 130, carta de 19 de Dezembro, pp. 324-326.

⁵⁰ Maria de Jesus dos Mártires Lopes, *Goa Setecentista, Tradição e Modernidade*, Lisboa, Universidade Católica, 1996, p. 49.

⁵¹ *Documentação*, vol. II, nº. 13, p. 36.

Não pode deixar de ter-se em conta que o recrutamento de boa parte dos contingentes, que partiam para a Índia, provinha das prisões e masmorras, onde cumpriam punições por toda a espécie de crimes e, muitos deles, aguardavam até o cumprimento da pena de morte. Eles representavam nem mais nem menos que a camada marginal da sociedade. Esta política, que continuou a praticar-se por muitos anos, para a qual a Coroa não possuía alternativa por força dos baixos índices populacionais do reino, redundava em malefícios de toda a ordem, particularmente, no que dizia respeito à defesa do território. As recomendações feitas pelo vice-rei Francisco José de Sampaio e Castro (1720-1723), na sua carta de 12 de Dezembro de 1722 a D. João V, aludindo às dificuldades que enfrentava no recrutamento de soldados para as tarefas militares e pedindo-lhe o envio de mil homens, deixam bem evidenciadas as consequências de tal política:

[...] e esta gente deve ser de tropas regladas com officiaes que tenham tido experiencia; porque sendo só socorrida a Índia com presos do Limoeiro, não serve pera outra cousa mais que para V. Magestade fazer grandes despesas em os transportar para a Índia, e pôr nella ladrões que pelas estradas e Igrejas exercitão os que lá usavão, e quando se suppõem cúmplices, passam para os inimigos do Estado, e vem a ficar estes socorridos com os socorros que V. majestade manda para a Índia [...].⁵²

Esta teoria foi, igualmente, sustentada por diversos autores, como F. C. Danvers e W.W. Hunter, citados por M. N. Pearson, que atribuíram à miscigenação uma quota-parte importante da decadência dos Portugueses.⁵³

Entretanto, a tolerância que parece ter sido apanágio dos primeiros tempos de contacto entre as duas civilizações, por conveniência até de ambas as partes, sofreu uma gradual deterioração, sobretudo por razões do fundamentalismo religioso dos portugueses.

Em 1529, já Lopo Fernandez denunciava a D. João III, em carta de 17 de Novembro, a desumanidade e arbitrariedade do tratamento dos portugueses em relação aos naturais

Achey nesta cidade e suas ilhas a gente da terra muyto maltratada dos portugueses que lhes tomavam o seu e os espancavam e se serviam deles como de escravos e por qualquer cousa os prendiam

⁵² *Archivo Portuguez Oriental*, fasc. 6, suplementos, doc. nº. 93, p. 267.

⁵³ M. N. Pearson, *op. cit.*, p. 116.

em sua casa e os tynham presos quanto queriam sem nenguem lhe contradizer.⁵⁴

Essa intolerância provinha, particularmente, das congregações religiosas, provavelmente motivadas pelo despeito e porventura por um complexo de superioridade que se foi acentuando com o decorrer do tempo. Já em 1542 se denunciavam condutas menos abonatórias vindas de alguns membros da Ordem de S. Francisco.

Martim Afonso de Sousa (1542-1545), na carta de 23 de Dezembro desse mesmo ano, tendo D. João III como destinatário, salientava o ódio que os Franciscanos exteriorizavam contra os clérigos naturais. Comentando uma tentativa de abandono do mosteiro, por desacordo com a construção de uma torre sineira na Sé de Goa que, segundo eles, os impedia de ganharem para comer porque os clérigos lhe subtraíam as receitas provenientes de todas as missas, não se coíbia de aconselhar a sua substituição pelos Dominicanos:

E este odyo vem de huma torre de synos que festerão na see de Goa, pelo que eles estiverão de todo pera leixar o mosteiro, que eu golguara mui bem, porque pusera Vosa alteza nele frades dominycos que preguarão e fezerão fruyto, que estes outros que fazem bem pouco.⁵⁵

Os gentios acabarão por ser considerados gente inferior, não sem alma como os ameríndios, mas, porventura, com uma alma negra como fica subjacente das afirmações do autor anónimo do *Discurso apologético em que se mostra a Falsidade da Queixa que os Canarins, com informe do Exm^o. Arcebispo de Goa D. Ignacio de Santa Thereza, remetterão ao Conselho do Ultramar, contra os Religiozos Franciscanos Parochos da Provincia de Bardes*, conceito reafirmado pelo jesuíta Alexandre Valignano.

O primeiro, na defesa que fez dos párocos franciscanos, utilizou argumentos que atestam bem até que ponto ia a sua animosidade em relação aos clérigos naturais. Estabelecendo um paralelo com os clérigos índios das possessões espanholas da América Central, considerava que

São os Clérigos daquelas Índias respeitosos, porque emfim brancos, e Hespanhoes, ou descendentes da mesma Nação: E são os

⁵⁴ ANTT-Gaveta XX-2-28, p. 269.

⁵⁵ *Documentação*, vol. II, n.º. 98, pp. 309-310-

desta Índia sem respeito; porque enfim negros, e filhos de outros semelhantes: E que respeito se há-de ter a um negro?⁵⁶

E, num outro passo, repetia o mesmo conceito que, ao que parece, encontrava eco na generalidade da sociedade goesa:

Que dirão huns e outros, vendo que se tirão as igrejas a huns homens brancos na cor, Portuguezes por nascimento e, sobretudo, religiosos doutrinados e instruídos com os documentos de suas religiões, e se mandão entregar a huns clérigos na cor negros, por nascimento canarins, criados com a doutrina de outros tais como eles, enfim, nos costumes semelhantes aos mais índios, havendo de entre eles alguns de seu nascimento gentios por terem sido taes seus pays.

Este era, portanto, um sentimento comum aos restantes colonizadores que olhavam o gentio como um ser inferior.

O Pe. Alexandre Valignano, aludindo aos naturais da Índia, tecia, já em 1579, comentários de semelhante teor:

[...] tratanse muy pobre y miserablmente porque son en extremo tiranizados de sus señores, y aunque algunos dellos tengan grande poder y fausto em algunas cosas y muchas riquezas y oro, todavia en otras son tam miserables y tan baxos que bien se parece ser gente negra.⁵⁷

Uma análise simplista poderia levar-nos a concluir pela existência de um certo racismo nos comentários proferidos.

Mas não era esse, provavelmente, o sentimento revelado por ambos os autores. A realidade estaria mais próxima daquela interiorização que os europeus conceberam, desde muito cedo, em relação aos negros. A cor negra simbolizava a desgraça e era também a cor do castigo dos maus ou pecadores, enquanto a cor branca se apresentava como a cor da recompensa dos bons, como precisa José da Silva Horta. O mesmo autor acrescenta que “A contraposição branco/negro de sentidos respectivamente positivo e negativo não representa em si qualquer preconceito de tipo racial, mas tão-só o resultado do sistema de cores próprio do código cultural”.⁵⁸

⁵⁶ ANTT-Manuscritos da Livraria, nº. 437.

⁵⁷ *Documentação*, vol. XII, nº. 55, p. 475.

⁵⁸ José da Silva Horta, *A Imagem do Africano pelos portugueses antes dos contactos*, apud Luis de Albuquerque et alia, *O Confronto do Olhar*, Lisboa, Editorial Caminho, 1991, p. 45.

Em todo o caso, comentários de tal jaez comprovam até onde chegava o desprezo dos colonizadores.

Goa atingiu a fase do seu maior crescimento após o terrível surto de cólera verificado em 1542. A cidade viu-se pejada, de um momento para o outro, de sumptuosas construções que lhe deram a aparência de grande metrópole. A edificação de edifícios religiosos acompanhou esse ritmo de crescimento de tal modo que, em 1547, eram já treze as igrejas e capelas concluídas, dentro da cidade e seus arredores, e todas as Ordens Religiosas presentes no terreno dispunham do seu convento, igreja e colégio ou seminário.

Em 1557, como consequência do progresso alcançado, Goa, que um ano antes se vira alcandorada ao nível de Arquidiocese, apresentava-se como uma cidade de grande prosperidade e esplendor, decorrente da sua transformação num entreposto mercantil de grande sucesso, onde se cruzavam centenas de navios vindos de todas as partes do mundo, carregando um sem número de mercadorias. Lichoten, na descrição que fez dessa cidade, escreveu que

Encontra-se aqui igualmente o entreposto de todas as mercadorias e produtos orientais, onde se juntam todos os mercadores, que vêm procurar, comprar e vender todas as coisas oriundas da Arábia, Arménia, Pérsia, Cambaia, Bengala, Pegu, Sião, Java, Moluca, China, etc.⁵⁹

As lojas de ourives e lapidários, dos melhores e mais ricos artífices e mercadores originários das partes mais longínquas, estendiam-se por toda a Rua Direita, a principal artéria da cidade, que Pyrard de Laval apresenta como um centro comercial e financeiro de grande importância:

Saindo deste palácio (do vice-rei) para o interior da cidade entra-se na mais formosa rua de Goa, a que chamam *Rua direita*, que tem mais de mil e quinhentos passos de comprido, e de cada lado é povoada de grande número de ricos lapidários, ourives, banqueiros, e dos mais ricos e melhores mercadores e artífices de Goa, todos portugueses, italianos ou alemães, e outros ocidentais.⁶⁰

⁵⁹ Linschoten, *op. cit.*, p. 144.

⁶⁰ Pyrard de Laval, *op. cit.* p. 42.

O viajante marselhês, Vincent L. Blanc, não resistiu, em 1649, à sua sumptuosidade quando, depois de realçar a riqueza da Goa, acrescentava que “la rue principale pleine d’une infinité d’orfevres, qui ont leurs boutiques remplis d’or, d’argent et de pierreries”.⁶¹

Os fidalgos e nobres, que residiam na cidade, levavam, por norma, uma vida de ociosidade. Os mais ricos ostentavam ainda a sua riqueza oferecendo banquetes servidos em baixelas de luxo e deslocando-se em palanquins ou a cavalo, cercados por uma multidão de escravos que lhes transportavam as armas e amparavam os guarda-sóis. Este modo de viver foi contagiando a classe média, boa parte da qual se sustentava à custa do trabalho dos numerosíssimos escravos que os serviam, queimando o tempo na prática de toda a espécie de futilidades.

Quando se deslocavam à igreja, os escravos transportavam luxuosas cadeiras douradas e almofadadas para serviço dos amos e as mulheres ataviavam-se com todo o luxo, sempre acompanhadas por um bando de 15 ou 20 escravas, também elas ricamente trajadas.

Os relatos de alguns viajantes célebres colocam Goa e os seus edifícios ao nível do que melhor existia na Europa, tecendo a seu respeito comentários altamente lisonjeiros.

Em 1665 fr. Giuseppe di S. Maria, italiano, bispo de Therapoli; delegado da Santa Sé, depois da sua passagem por Goa, manifestava assim a sensação que lhe causara a cidade:

Vidi le ricchissime chiese di quella citta; li superbi conventi, li sontosi collegi, li due maestosi monasteri, l’uno di gentil donne secolari, e l’ottro di religiose di S. Agostino, il palazzo del viceré, la celebre casa della misericordia, et altre cose piú bella di tuta l’Asia, e poco inferiore á móltto piu principalli dell’Europa.⁶²

Por sua vez, o missionário espanhol fr. Dominiq. F. Navarret, que em Junho de 1669 esteve hospedado no convento de S. Domingos, fazia um relato não menos elogioso:

(Goa tem) templos muy vistosos [...] o convêto (de S. Domingos) puede competir com los mayores y mejores de la Europa.

⁶¹ Casimiro Christovão de Nazareth, *Impressões s/a cidade de Goa*, in *Oriente Portuguez*, vol. 8, pp. 14-24.

⁶² *Ibidem*.

Los franceses dixeron que en toda Francia no avia semejante pieza. La vista de la ciudad es muy hermosa, e de famosos edificios. Tanto como escrevi6 un mission6rio, el qual afirmava que excedia a la Roma.⁶³

Tamb6m P6re Tachard, na narra76o que fez da sua estadia em Goa, em 1685, n6o deixou de manifestar a surpresa que lhe havia causado a cidade:

Nous sejourname pr6s d'onze mois 6 Goa en 1685 [...]. La nouveaut et la beut6 de 6difices que nous vimes en cette ville me surprit extraordinairement: ce grande, no(m)bre de p(a)lais, de monasteres et d'6glises si riches et si somptueuses, ocupa longtemp n6tre curiosit6.⁶⁴

Vai na mesma linha a percep76o colhida pelo m6dico franc6s Charles Dellon a respeito de Goa, durante os cerca de dois anos, de Junho de 1608 a Janeiro de 1610, que ali passou prisioneiro das garras da Inquisi76o⁶⁵. Segundo o seu conceito, “A cidade de Goa 6 a mais formosa, a maior e mais magn6fica de toda a 6ndia. [...] Subindo a gente o rio, depara-se-nos prodigiosa quantidade de deleitosas casas, 6s quais com justi7a poderemos chamar pal6cios”.⁶⁶

A confirma76o que fez de que Goa j6 estaria em decl6nio ajusta-se 6 opini6o da generalidade dos estudiosos que se debru7am sobre o tema, quando escrevia que “Foram estas casas mandadas fazer por todas as pessoas poderosas que em Goa houve, no tempo em que os portugueses estavam em seu estado florescente”.

Continuando na sua exposi76o, real7a “o brilho e a formosura” das casas e igrejas dos Jesu6itas, a “grandeza e opul6ncia dos conventos” dos Dominicanos e Agostinhos, acrescentando que “os carmelitas descal7os est6o tamb6m perfeitamente alojados”.

Referindo-se 6 catedral de Santa Catarina e 6 igreja da Miseric6rdia, salientava a sua “riqueza e formosuras surpreendentes”. Mas, segundo ele, “nada iguala todavia o primor, a grandeza e a opul6ncia do pal6cio dos vice-reis”.

⁶³ *Ibidem*.

⁶⁴ *Ibidem*.

⁶⁵ Charles Dellon, *Narra76o da Inquisi76o de Goa*, trad. de Vicente de Abreu, 2^a. ed., act. e reorg. do texto de J6lio Henriques, Lisboa, Edi766es Antígona, 1996, nota 1, p. 29.

⁶⁶ *Ibidem*, pp. 54-56.

A grandeza de Goa fica bem expressa na dedução de N. Pearson “Sob o domínio dos Portugueses, Goa foi sempre mais do que ela própria, mais do que apenas uma cidade portuária. Era o centro de todo o seu império marítimo”.⁶⁷

Contudo, num tempo indeterminado, que muitos historiadores situam entre 1580 e 1590 o declínio iniciou a sua marcha lenta mas inexorável.⁶⁸ A pujança experimentada pelo Império Português em finais do século XVI foi-se, gradualmente, diluindo e a Goa de D. Inácio de Santa Teresa já não era aquela cidade que, pouco mais de um século antes, se afirmava como o pólo de irradiação da presença portuguesa no Oriente.⁶⁹

Luís de Albuquerque salienta que são muitos os “estudiosos” que entendem que a incapacidade de os Portugueses manterem as estruturas criadas após a sua instalação no Índico somente começou a revelar-se em meados do séc. XVI, enquanto outros opinam que o início dessa incapacidade resultou, essencialmente, da ocupação filipina.

Em boa verdade, em 1545, em carta endereçada a D. João de Castro, já Bastião Lopes Lobato lamentava a decadência em que a cidade de Ormuz se encontrava submersa.⁷⁰

A tragédia de Alcacer-Quibir e a consequente união das monarquias ibéricas tiveram uma influência determinante. Os Holandeses e Ingleses, tradicionais adversários de Espanha, direccionaram a sua cobiça para as possessões portuguesas. No caso particular do chamado Império do Oriente foi-se perdendo, paulatinamente, o monopólio mercantil que os portugueses detinham desde Afonso de Albuquerque e as praças mais valiosas capitularam face ao poderio dos novos inimigos.

Porem, não foi este o único preço pago. Alcacer-Quibir custou, para além da morte ou captura de um número à volta dos 140.000 homens envolvidos na operação, o equivalente a metade do orçamento, como revelou Winius. El Mansur fez esgotar os cofres do Estado por via dos resgates dos nobres que sobreviveram e até da recuperação dos corpos dos que haviam perdido a vida.⁷¹

⁶⁷ M. N. Pearson, *op. cit.*, p. 104.

⁶⁸ Vide Luís de Albuquerque, *Alguns casos da Índia portuguesa no tempo de D. João de Castro*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, vol. I, p. 23.

⁶⁹ Maria de Jesus dos Mártires Lopes sublinha que vários autores situam a decadência do Império Português no Oriente na perda da Província do Norte. No entanto, acentua ela, que essa decadência se deverá considerar “mais de natureza moral e institucional” do que propriamente “de carácter político-militar”.

⁷⁰ Luís de Albuquerque, *op. cit.*, p. 23.

⁷¹ George Davison Winius, *A Lenda Negra da Índia Portuguesa*, trad. de Ana Barradas, Lisboa, Edições Antígona, 1994, p. 163.

Com os fundos arrecadados construiu o palácio mais assombroso do seu tempo e ainda lhe sobrou dinheiro para emprestar a diversos Monarcas europeus.

Em meados do século XVI, o Império Português da Índia enfrentou a sua primeira grande crise quando, perante a permanente ameaça dos turcos, se questionou o seu abandono. Somente durante o mandato do vice-rei D. Afonso de Noronha (1550-1554), se conseguiu a consolidação da posse de territórios desde a costa norte-ocidental da Índia até Diu, tal como Ceilão, facto que permitiu o abandono da venda de Bardez e Salcete a Adil Shah. Foi então que, segundo Teutónio de Souza, o vice-rei confiou estas províncias aos Jesuítas e Franciscanos, não apenas em reconhecimento do apoio recebido da Companhia de Jesus mas ainda numa estratégia de assegurar-se do seu controlo social:

In the so-called mid-sixteenth century crisis of the Portuguese empire in Índia under the threats of the Turks, it was largely during the vice-royalty of D. Afonso de Noronha that the Portuguese consolidated their territorial possessions in the North-western coast of Índia till Diu, and also in Ceylon, by re-establishing control of Kotte. In Goa, a plan to sell Bardez and Salcete to Adil Shah was set aside.

D. Afonso de Noronha depended greatly upon the Jesuit missionary support and favoured their activities, even at times at the risk of setting aside the pretensions of other religious orders, particularly the Dominicans who even excommunicated him. The provinces of Salcete and Bardez were handed over to the pastoral care of the Jesuits and Franciscans, as a strategy of ensuring their social control.⁷²

O mesmo autor enumera os problemas sociais que, no decorrer do século XVII, começaram a abalar a “sociedade colonial de Goa”, no conjunto dos quais salienta “os infortúnios políticos” e “o declínio do comércio que aumentaram a gravidade da situação, resultante da degradação moral” que viria a constituir a herança recebida pela sociedade no século seguinte.⁷³

A tradicional prodigalidade dos Portugueses também deu um inestimável contributo para o esboroar do seu predomínio quando, em 1665, se desfizeram da ilha de Bombaim, entregue a Inglaterra como dote do casamento da Infanta D. Catarina de Bragança com Carlos Stuart.

O vice-rei António de Melo e Castro,⁷⁴ na tentativa de retardar e até de impedir o cumprimento do acordo, deitou mão a toda a espécie de expedientes dilatatórios,

⁷² Teotónio R. de Souza, *Dedicated activists or autists*, in *The Goan*, 29.11.2014.

⁷³ Idem, *Goa Medieval, a Cidade e o Interior no século XVII*, p. 136.

⁷⁴ Exerceu o cargo de 1662 a 1666. Voltou a exercê-lo entre 1668 e 1671 mas, neste caso, em conselho com Manuel Corte-Real de Sampayo e Luís de Miranda Henriques.

chegando a propor a compra de Bombaim, mas não conseguiu evitar a sua entrega. D. Afonso VI acabou por ceder aos argumentos do governador mas, por ironia do destino, a concordância real à solução proposta, chegou dois meses depois da assinatura do termo de entrega.⁷⁵

Em Novembro de 1683, a própria Goa esteve prestes a cair em poder do marata Sambhaji. As forças maratas ao seu serviço dizimaram a ilha de Santo Estevão e preparavam-se para tomar Goa e as praças de Rachol, Tivim, Chapora e Margão, quando, contra todas as expectativas, partiram em retirada, facto então atribuído à intervenção milagrosa de S. Francisco Xavier.⁷⁶

Outras praças e feitorias se seguiram, de tal modo que em 1721 o Império Português no Oriente resumia-se à cidade de Goa, alguns territórios dos arredores e às Províncias do Norte, que também viriam a ser ocupadas, na sua quase totalidade, pela Confederação Marata, entre 1737 e 1740.

Aquando da tomada das terras do Norte, Goa passou por um terrível período de privações e o desnorte apossou-se de todos os responsáveis pelo Estado. Em 30 de Janeiro de 1739, o arcebispo D. Inácio de Santa Teresa aconselhava o vice-rei a tomar providencias para que os botiqueiros das ilhas de Goa e da província de Bardez não ocultassem o arroz e o pusessem à venda, sob pena de morte, e que, para além de Diu e Damão, se abandonassem as demais praças, depois de recolhidas todas as peças de artilharia, munições, pratas e mantimentos.⁷⁷

Após a tomada das províncias de Salcete e Bardez, viveram-se momentos de verdadeiro pânico, com as populações a desertarem para as terras do sul e para a cidade de Goa perante a incapacidade de enfrentar os invasores que cometiam toda a espécie de violências, profanando e roubando igrejas e tudo o que se encontrava no seu interior.

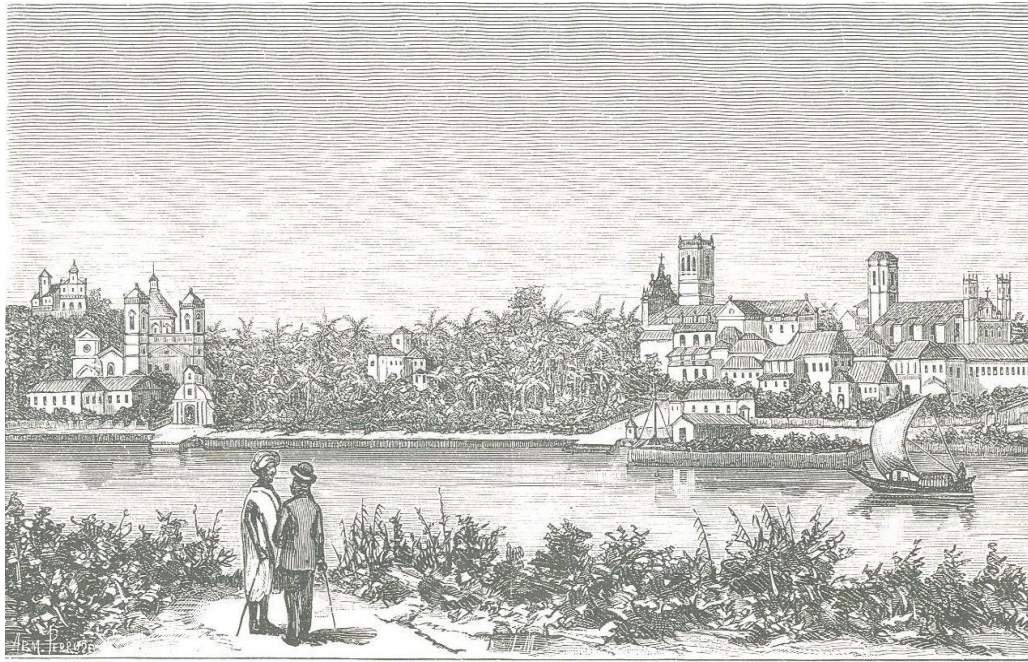
Os abastecimentos foram interrompidos e a população goesa, conjuntamente com os fugitivos acolhidos, entrou em colapso por falta de alimentos. De acordo com o relato feito pela Câmara de Goa:

[...] cerrados os caminhos pelos quaes se costumava entrar o comestível para esta cidade e suas Ilhas, ficou não só o seu povo, mas o que nellas se acolheo das ditas duas provincias padecendo fomes e necessidade de que muito veio a morrer nas ruas por onde andava, e nas

⁷⁵ Gabriel de Saldanha, *op. cit.*, vol. I, pp. 169-170.

⁷⁶ *Ibidem*, p. 174.

⁷⁷ *Assentos do Concelho de Estado*, documentos coord. e anot. por Panduronga S.S. Pissurlencar, Goa, Tip. Rangel, 1953-1957, doc. nº. 159, p. 500.



Vista da Cidade de Velha Goa (A. Lopes Mendes, *A Índia Portuguesa*, vol. I)

casas onde morava, e o que restou ficou pobre, impossibilitado, e miseravel, e outro se desertou para os dominios estranhos.⁷⁸

A situação pouco diferia daquela que D. José deixou descrita na lei de 15 de Janeiro de 1774 que, entre outras medidas, extinguiu a Relação de Goa.

No prólogo do mencionado preceito legal podia ler-se:

Tendo-me sido finalmente notórios [...] os tempos felices, em que a Capital de Goa dominava na Costa do Malabar ao Norte, e ao Sul, quasi tudo o que decorre do Golfo do Surrate até o Cabo Camorim; delle para dentro quasi tudo o que vai até Macáo, com as Regiões, e Ilhas adjacentes; na Costa Oriental de Africa quasi todas as Terras, que jazem desde o Golfo de Ormuz até o Cabo de Boa-Esperança; com as importantes Provincias, Cidades, e Fortalezas, que todo o Mundo sabe que se acham alheadas do Domínio da Minha Coroa, depois de muitos anos [...].⁷⁹

Porém, muitas outras razões de índole diversa conduziram o Estado da Índia à situação de decadência que se verificava quando D. Inácio de Santa Teresa assumiu o governo da Arquidiocese de Goa. A documentação estudada não deixa margem para dúvidas em relação aos procedimentos que corroeram as instituições, civis ou religiosas, como a intransigência e a corrupção, vícios que se infiltraram em todas as camadas da população com especial incidência nos servidores públicos e em toda a espécie de clero, tanto secular como regular. Efectivamente, a guerrilha institucional que desde cedo se instalou em Goa e que ficou patente nos permanentes conflitos que se desenvolveram nas instituições civis, militares e religiosas entre si e no próprio seio de cada uma delas, quase sempre por razões de sobreposição e de ganância e que adiante se abordarão, teve reflexos bem profundos no desenvolvimento desse processo de declínio, iniciado entre o findar de 1500 e o dealbar de 1600.

Logo em 1510, Gonçalo Fernandes, num extenso relatório enviado ao rei, sublinhava a inaptidão e a desonestidade dos que tinham a seu cargo a gestão dos destinos da Índia, fossem eles governadores, capitães ou eclesiásticos:

[...]ca eu senhor nom sei onde se acham tam roiins porque diga verdade clerigos e frades como ca veem teer porque as maldades que

⁷⁸ *Documentos remetidos da Índia ou Livro das Monções*, in *Luso-Orientália*. “Fontes para a história Indo-Portuguesa”, [DVD], coord. de Maria de Jesus dos Mártires Lopes, [Lisboa], Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, [s.d.], doc. nº. 73, p. 577

⁷⁹ Um original do documento impresso na posse do autor deste estudo.

cometem d' ignorancias em seus officios ladroens nas confissões e vida contaminada dalguus digo cuja bestial e disoluta som tam feas que leixo de as tocar a Vossa Alteza polla honestidade que se deve aa Real Majestade e perdoe Deus a quem engana Vosa Alteza e especialmente neste Estado que tanto dana per maa exemplo aos fiees cathecuminos e infices. [...] As cousas particulares de vossa Fazenda que som muitas em que mal pecado aas vezes se fazem muitos erros agora que muitos sabem que em outro tempo se nom faziam sabera Vossa Alteza per seus officiaes a quem mais pertence ca eu nem as sei nem as quero saber porque nom acho niisso senom paixom e descontentamento quando vejo homens e capitães que tanto devem a Vossa Alteza se averem tam dislealmente em vosso serviço.⁸⁰

O antídoto para os males que ocorriam na Índia, segundo o seu entendimento, estaria na entrega da administração a alguém com experiência e com mandato vitalício, qualquer coisa parecida com o regime dos capitães donatários, sistema já utilizado nas primeiras experiências de povoamento, pelo que, coerentemente, aconselhava D. João III a pô-lo em prática:

E quanto senhor aas pessoas que esta masa ajam de trazer antre as mãos e governa la ja escrevi a Vossa Alteza que me parecia que isto avia de ser dado em administraçam perpetua a homem experimentado por bom e a este nom era necesario dar mais que pera seu mantimento ca quem ca estiver em sua vida nom ha mester mais enriquecer ca ser tam gram senhor como he quem manda a Índia e do esguaravatar.

Vice-reis e governadores, os responsáveis máximos pela gestão do Estado, cedo se aperceberam do enorme manancial que tinham à sua disposição e de como era fácil o enriquecimento. Foram poucos aqueles que resistiram ao deslumbramento. Gaspar Correia relatou diversas situações ocorridas a partir do mandato do governador Diogo Lopes de Sequeira (1518-1522) em que o intuito principal se centrava na obtenção de dinheiro a qualquer preço. Salientou, particularmente, o caso do governador seguinte, Duarte de Meneses, que assumiu o cargo em 1522 e que foi remetido, sob prisão, para o reino logo à chegada do vice-rei Vasco da Gama (1524)⁸¹, quando já tinha aparelhadas e carregadas as naus que o haviam de levar de regresso a si e às riquezas acumuladas.⁸²

O senado da Câmara de Goa, em carta de 13 de Outubro de 1529, deixava a D. João III uns quantos alertas para uma diversidade de situações que concorriam para a

⁸⁰ ANTT-Gaveta XIV-8-11.

⁸¹ Exerceu o cargo apenas durante meses.

⁸² Gaspar Correia, *op. cit.*, vol. II, pp. 832-834.

delapidação da Fazenda real: “*Senhor* a vosa cydade de Guoa rende sem myll cruzados e todos vos sam roubados dos vossos capytães e feytos e governadores que nam vem aquy senam arrecadar a renda de Vosa Alteza”.⁸³

A preocupação de todos eles, que chegavam sem nada de seu, era já nesse tempo, antes de tudo e à custa do que quer que fosse, amealhar fortuna para regressar rico:

Primeiramente sabera Vossa Alteza que nhum capytam de forteleza nem de nao nem feytor de Vossa Alteza nem espyvão das vosas feyturyas prymcypallmente nesta cydade de Guoa nam redomdando no serviço de Vossa Alteza senam em suas Fazendas em como am d'yr cheos pera ho reyno e holhay Senhor que hordenado daes ao feytor e aos espyvões que vem a esta feyturya desta cidade que eles quando vem nam trazem nada e quando acabam hos seus tres anos nam fala ho espyvam dela senam ho por dez myll cruzados e feytor por vymte myll, Holhay Senhor como ysto pode ser porque hora seja capytam hou quallquer hofyciall outro nom lhe lembra que tem rey nem senhor nam olham senam como se am de fazer rycos de quallquer maneira que podem roubando a Vosa Alteza e ho pobre povo da vosa cydade [...].

R. S. Whiteway, um dos autores que consideravam a corrupção como um dos factores do declínio do Estado, entendia que o último governador honesto havia sido D. João de Castro. Quanto aos outros, os que se lhe seguiram, não passavam de indolentes ou corruptos:

Os nomes dos seus sucessores durante muitas gerações, alguns dos quais eram indolentes, outros corruptos e ainda outros, ambas as coisas, e todos eram supersticiosos, não são senão os marcos que assinalam o avanço ao longo do triste caminho da degeneração.⁸⁴

Esse vice-rei, um dos mais prestigiados vice-reis e melhor conhecedor da realidade goesa, deixou bem demonstrado, algumas vezes de forma exasperada, o deplorável viver da sociedade goesa, cada vez mais decadente.

Na célebre carta que, em 14 de Setembro de 1546, escreveu a seu filho, desesperado com a ausência de socorro a Diu e irritado com os desmandos da Índia, arremeteu contra alguns capitães de navios e religiosos que, em seu entender, se afastavam do cumprimento dos seus deveres; medindo todos pela mesma bitola: «[...] e

⁸³ ANTT-Gaveta XX-2-26.

⁸⁴ M. N. Pearson, *op. cit.*, p. 144.

merda para mestre Diogo e para quantos apóstolos vêm de Portugal, porque eu sirvo muito bem El-Rei nosso senhor e eles são grandes hipócritas, que querem haver bispados para darem renda a seus filhos e terem mancebas gordas”.⁸⁵

Semelhante irritação manifestava na correspondência trocada com D. João III. Em Setembro de 1547, tendo como alvo a Relação de Goa, considerava-a

[...] a mais desnecessária coisa que pode ser, e a meu juízo mui prejudicial à terra e muito mais ao serviço de V. A., porque estes letrados que cá vêm como desembargadores entram tão mortos de fome e vivos na cobiça e desejosos de enriquecer que nenhuma outra tenção têm, nem a outro fito atiram.⁸⁶

E numa outra carta do mesmo ano, mas de data desconhecida, estendia semelhante labéu aos contadores da Fazenda:

[...] É coisa muito necessária mandar V. A. na primeira armada uma pessoa de muita confiança para servir de vedor da Fazenda nestes contos, porque neles não se trata de olharem e arrecadarem a Fazenda de V.A., mas de lha roubarem e estragarem, e são os contadores tão devassos que não há feitor que não dê muito boa conta [...].⁸⁷

Encontrava-se vulgarizada a convicção de que a corrupção era um mal endémico que contagiava toda a sociedade luso-goesa, muito particularmente a classe dirigente. Linshoten descreveu, de uma forma curiosa, a actuação dos vice-reis que, por norma, cumpriam um mandato de três anos:

Pelo que é um dito comum na Índia que não esperam qualquer melhoramento ou proveito para o país de nenhum vice-rei, enquanto o governo mudar de três em três anos. Porque dizem, e a experiência mostra que é verdade, que os vice-reis, no primeiro ano após a sua chegada, estão suficientemente ocupados em consertarem e porem em ordem a sua casa e palácio, e em conhecerem os modos, usos e costumes do país, sem fazerem mais nada; no segundo ano, em juntarem riquezas e zelarem pelos seus interesses particulares, que é a verdadeira razão da sua vinda para a Índia; e no terceiro e último ano, em aprontarem-se e porem tudo em ordem para não serem incomodados

⁸⁵ Luís de Albuquerque, *Alguns casos da Índia Portuguesa no tempo de D. João II*, vol. I, p. 86.

⁸⁶ *Cartas de D. João de Castro a D. João III*, dir. de Luís de Albuquerque, Publicações Alfa, Lisboa, 1989, p. 109.

⁸⁷ *Ibidem*, p. 112.

ou surpreendidos pelo próximo vice-rei, de forma a poderem voltar a Portugal com os bens que arrecadaram.⁸⁸

Diogo do Couto expôs, com mestria, o sistema instalado na Índia nos anos finais do século XVI, ilustrando com toda a clareza a teia em que estava envolvida a totalidade das autoridades, desde o vice-rei ou governador, colocados no topo da pirâmide, até ao mais simples escrivão que ocupava a base da mesma.

A corrupção era o denominador comum de toda a actividade dos que se encontravam na Índia para dirigir os destinos daquele Estado e de quem se esperava uma permanente defesa dos interesses do reino.

Escrevia ele a este respeito:

Deixemos as desordens e injustiças que aqui sucedem, que é nunca acabar; porque nestas cidades quem mais pode tem mais justiça e nunca nesta teia de aranha se prendem senão os mosquitos; porque baneane, que orinou de cócoras, é logo condenado; o gentio que pelejou com outro e lhe disse numa ruindade, é logo metido em ferros, e o compadre e o rico, que quebraram os bofes a esse gentio e lhe tomaram a sua Fazenda por força, e o tiveram preso em casa, é cousa leve, pode o fazer, que tem licença pera tudo.⁸⁹

E exemplificava com factos concretos. Aludindo à justiça, dizia

Ser como teias de aranha, que não prendem senão mosquitos; donde se entende, que de nenhuma sorte dos grandes fazem crime, senão dos Gentios ou Mouros, ou Cristãos naturais da terra. Porque ainda que um homem de qualidade cometa um delito, que merece morte, não fazem caso, e em dous meses lhe dão seguro real, ou perdão, se não tiver parte, e nisso são os vice-reis muito liberais, que não atendem o grande dano do bem comum.⁹⁰

No tocante aos vice-reis, asseverava “que não teve el-rei na Índia mores inimigos de sua Fazenda e alma que alguns visos-reis”.⁹¹ Que eles se faziam prelados porque “os frades de S. Francisco e S. Domingos não podem eleger prelados senão os

⁸⁸ Linschoten, *op. cit.*, p. 162.

⁸⁹ Diogo do Couto, *O soldado práctico*, texto restituído, prefácio e notas pelo prof. M. Rodrigues Lapa, 3ª. ed. Lisboa, Sá da Costa, 1980, p. 60.

⁹⁰ Diogo do Couto, *O primeiro soldado práctico*, introd., ensaio de leitura, glossário e índice onomástico por António Coimbra Martins, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, p. 431.

⁹¹ Diogo do Couto, *O soldado práctico*, p.104.

que eles querem”.⁹² Se faziam vereadores porque “nas eleições das cidades, que são livres, se têm metido tanto, pera fazerem tudo o que quizerem e lhe concederem quanto pedirem, como fazem, em prejuízo do serviço del-rei e de seus vassalos”.⁹³

Semelhante interferência ocorria na Misericórdia, cujas eleições eram, igualmente, forjadas “porque também de maravilha se buscam os mais virtuosos, senão os mais amigos e parentes”.⁹⁴

Segundo o seu conceito, os vice-reis e ministros eram “mais amigos das honras e proveitos de seus cargos, que das obrigações e encargos deles”.⁹⁵ E o pior de tudo era que

E quando se tornam pra este reino, todas as naus da carreira não bastam pera lhe recolherem suas Fazendas e dos criados e parentes; e das injustiças e insultos que cometeram e dividas que deixaram, não houve quem lhes perguntasse por isso; e uma das mores tiranias, que estes homens usam em seu governo, é que a nenhum deles fica el-rei devendo nada em seu título, porque todos se pagam dantemão; e a viúva pobre e o homem aleijado e a órfã desamparada ficam por pagar de suas tenças de quase todo o seu tempo.⁹⁶

O autor teceu louvores aos encantos e à abastança que os Portugueses encontraram na Índia, que descreveu com alguma exagero, para, por outro lado, concluir, com um certo radicalismo, que eles foram “danar terra tão maravilhosa com nossas mentiras, falsidades, burlas, trapanças, cobiças, injustiças, e outros vícios [...]”.⁹⁷

Diogo do Couto denunciou, como poucos o fizeram, a corrupção que corroeu o Estado da Índia. No entanto, não está isento de reparos porquanto, ao excluir do sistema a classe religiosa, escamoteando uma realidade evidente, patenteia uma parcialidade incompreensível. Àqueles que criticavam os largos proventos da classe eclesiástica e as despesas dos mosteiros respondia ele que “Isso é voz e parecer do povo ignorante; e nunca o que se deu a Deus, ou se despende para seu serviço, fez pobre a quem dá”.⁹⁸

⁹² *Ibidem*, p. 108.

⁹³ *Ibidem*, p. 110.

⁹⁴ *Ibidem*, p. 111.

⁹⁵ *Ibidem*, p. 113.

⁹⁶ *Ibidem*, p. 157.

⁹⁷ *Ibidem*, p. 215.

⁹⁸ Diogo do Couto, *O primeiro soldado prático*, p. 447.

Pyrard de Laval, que foi, em Goa, contemporâneo de Couto durante alguns anos, deixou notícia confirmativa do sistema implementado na cidade. Os vice-reis haviam criado um processo de controlo que funcionava com toda a precisão:

Logo que chega o Vice-rei; os capitães, governadores e oficiais de el-rei o vêm prontamente visitar para obter d'ele algum favor, como por exemplo, uma capitania de viagem, dignidade, ou outra coisa semelhante; E para esse fim lhe fazem grandes presentes; e mesmo sem esse intento lhos fazem segundo o valor e rendimento de suas fortalezas, a menor das quais deixa doze e quinze mil cruzados; porque eles não podem roubar e fazer o seu negócio sem o favor do vice-rei.⁹⁹

Também, segundo ele, o vedor da Fazenda e os meirinhos e escrivães que o assessoravam estavam bem integrados no sistema: “Todos estes oficiais se concertam mui bem para roubar a gente”.¹⁰⁰ E mostra como se processava o conluio entre eles e o vice-rei: “porque pouco importa que o vice-rei ordene pagamentos ou mercês por escrito; o vereador nada paga se não vê um certo sinal na assinatura, ou sem o que o vice-rei lhe mande dizer de boca; e o mesmo faz o tesoureiro”.¹⁰¹

José Pinto Pereira, vedor da Fazenda, realçou, em carta de 8 de Janeiro de 1638, que tinha como destinatário Filipe IV, um caso bem elucidativo daquele tipo de corrupção de que falavam os dois autores e que teve como principal agente o vice-rei Pero da Silva (1635-1639).

[...] tem V. Magestade prohibido que os V. Reis deste estado não possão prover em seus criados os officios da Fazenda e justamente que vagarem e sendo as ditas defezas tão notórias, vagando o de guarda mor desta Ribeira [?] e a de corretor mor da matrícula da alfândega desta cidade e o de contador da matricula geral, sendo cada hum deles de tamanha importância e requerendo-se para o exercício deles pessoas de muyta verdade e intelligência, os proveo todos os três o V. Rey P. da Silva em criados seus que com elle vierão do Reyno, o de guarda mor em Fr. Cabrita Pereira e o de contador da matrícula geral em Vissente Barbosa, seu secretário, e o de corretor mor em Diogo [...], seu vedor e só este se vendeo pella mea [nata] em oito centos xerafins com se estimar seu rendimento em melhora de dous mil e quinhentos, havendo muytas pessoas que nelle querião lançar o não fizeram por se não atreverem a contender com elle em rezão de ser criado do V.Rey.¹⁰²

⁹⁹ Pyrard de Laval, *op. cit.*, p. 64.

¹⁰⁰ *Ibidem*, p. 36.

¹⁰¹ *Ibidem*, p.37.

¹⁰² AHU, Índia, Conselho Ultramarino, Cx. 021.

Este era o sentir comum da população indígena obrigada a suportar todas as investidas, porque mal iam aqueles que se atreviam a lançar algum alerta. Se protestavam, viam os seus bens confiscados em nome do rei, pelos magistrados que depois os repartiam entre si em partes iguais, como notou Winíus.¹⁰³ Ou então arriscavam a prisão como foi o caso de um frade de S. Domingos, em 1544, quando o governador Martim Afonso de Sousa (1542-1545) o mandou prender, atribuindo-lhe um qualquer comportamento menos conforme. A realidade, bem diferente, era que o frade havia pregado contra os desaforos que se praticavam na Índia com a conivência do governador.

Neste inuerno o Gouvernador mandou prender em ferros, dentro no tronço, hum frade pregador da ordem de São Domingos, porque affirmara huma questão erradamente, que era uma sostancia muy escura; mas porque o frade largou que lhe buscauão aquelle achaque porque elle pregara a verdade dos roubos tiranias e contrajustiças que se fazião, (porque nisso se queimaua o Gouvernador) por isso foy metido antre os ladrões, carregado de ferros, d'onde d'ahy a dias foy tirado e metido no carcere dos frades no mosteiro de São Francisco.¹⁰⁴

Francisco Rodrigues Silveira, que partiu para a Índia, como soldado, em 1585, fazendo utilização de um conhecimento directo, tal como Diogo do Couto, de quem foi contemporâneo, denunciou uma outra fonte de delapidação da Fazenda. Após o seu regresso, insurgiu-se não só contra a imoralidade e a anarquia com que ali convivera durante doze anos e, com maior contundência, contra a política governamental relacionada com a cristianização, criticando o excesso de gastos com eclesiásticos, igrejas e conventos, sem qualquer utilidade.¹⁰⁵

É um engano manifesto o que, sob color de caridade e zelo christão nesta Índia se acommette, fabricando tantos mosteiros, fazendo tantas igrejas, e gastando tanto em clérigos e frades, desnecessários por não haver em que se ocupem mais que em reza no coro.

Reprovava, asperamente, o desinteresse de todas as entidades pela defesa do território, fixando a sua atenção apenas naquilo que podia trazer-lhes benefícios

¹⁰³ George Davison Winíus, *op. cit.*, p. 57.

¹⁰⁴ Gaspar Correia, *op. cit.*, vol. 4, p. 406.

¹⁰⁵ *Memórias de Um Soldado da Índia*, comp. de A. de S.S. Costa Lobo, Lisboa, Imprensa Nacional, 1877, pp. 192-197.

peçoais. E deixava uma recomendação bastante arrojada, aquela de transformarem-se alguns edifícios de cariz religioso em armazéns de armas:

Vão tantos desembargadores, tantos letrados, tantos ouvidores, tantos clérigos e tantos frades: tal religião leva poder para fazer casa e convento em tal parte: outra que, se a ilha de Ceilão se conquistar, não entrem nella frades de outra ordem. Pois tantos clérigos, tantos frades, tantos mosteiros e conventos, tantas casas de prazer, quintas e jardins para recreação de religiosos, em partes tão pouco firmes e seguras, de que servem? Quanto mais acertado fôra converterem-se algumas dellas em armazéns de armas.

E, prosseguia ele, asseverando que o pouco fruto que se colhia com a pregação resultava do facto de os pregadores não confirmarem com obras as palavras que proferiam:

D'onde nasce não fructificar a doutrina evangélica por aquellas partes? De cair somente entre pedras e espinhos, como se quer dar a intender? Não, não por certo: senão de se pregar com as palavras seccas sem obras que as confirmem, as quaes, em vez de abrandarem os corações d'aquellas gentes, os encruam cada vez mais: que neste caso não são de efeito nem persuadem tanto as palavras como o exemplo.

A realidade vivida em 1625, quando era já notório o declínio de Goa, confirmava as censuras de Rodrigo da Silveira.

O excesso de estruturas de cariz religioso era, desde há muito, uma das preocupações que acompanhavam as entidades governamentais. Em reunião que se presume do Conselho de Estado, realizada no início daquele ano, na qual se discutiu a problemática, os conselheiros acolheram as reformas preconizadas pelo seu colega inquisidor-geral tendentes à minimização dos custos que daí resultavam para a Fazenda. As conclusões foram submetidas à apreciação de Filipe III por carta de 14 de Fevereiro de 1625.¹⁰⁶

Entendia-se que devia o Monarca

[...] mandar escrever muy apertadamente aos prelados da Índia e aynda aos deste Reyno que não ordenem maes sogeitos que os que precisamente forem necessários ao serviço da Igreja, conforme a disposição do Conselho Tridentino. E que tenham todos os requisitos para este ministério porque se não goardar esta ordem resultão os inconvenientes e malles que vemos. E no que toca às Relligiões lhe

¹⁰⁶ ANTT-*Manuscritos de S. Vicente*, liv. 19, pp. 338-341.

parece que VMg.e mande escrever ao VRey da Índia e Arcebispo de Goa que se ynformem dos sojeitos que cada mosteiro pode sustentar, conforme as rendas e possibilidades de cada hum e com esta informação, intervindo autoridade do Sumo Pontífice, se mande prohibir aos prelados das Relligiões que não recebam maes religiosos fora do número que se taxar havendo juntamente Breve de S. Santidade, com pennas e censuras contra os que fizerem o contrário, com clausulas irritantes à tal profissão fora do nº.[...].

Em 1672, em certos lugares, o número de conventos e frades assemelhava-se ao de moradores existentes. Em 10 de Março, D. Afonso VI remetia ao vice-rei Luís de Mendonça Furtado e Albuquerque (1671-1676), certos documentos que lhe haviam sido “oferecidos por pessoas zelosas do meu serviço sobre o governo espiritual”.¹⁰⁷ Recomendava ao vice-rei que, em conjunto com o Arcebispo, os responsáveis das Ordens e mais pessoas que entendesse, analisassem as questões enunciadas e o habilitassem com o seu parecer.

Num desses documentos podia ler-se que

E em algumas partes se achão quasi igual numero de moradores, que de Religiosos, como em Chaul onde há quatro Conventos e poucos moradores Portugueses [...] e todas as mais terras são de Gentios e Mouros vassalos do Mogor, em que se não permite a pregação do Evangelho; e na povoação de Tanná, três legoas de Baçaim, há quatro Conventos com bastante número de Religiosos, e duvido se haverá doze casas de Portuguezes.

Concomitantemente, preconizava-se a redução de conventos, aconselhando a não permitir-se novas fundações em parte alguma do Estado da Índia por tal “ser conveniente ao bom governo espiritual e político”.

Como em outras áreas, também nesta não se verificaram quaisquer progressos, o que não surpreende, tendo em conta que as congregações presentes não estariam interessadas na diminuição dos seus quadros.

Parte considerável destas congregações, não obstante a sua responsabilidade acrescida, deram um assinalável contributo para o muito de mau que fazia parte do quotidiano de Goa. Poucas delas conseguiram resistir à mundanidade, embrenhando-se muitos dos seus membros em comportamentos perversos que, mesmo analisados no contexto em que foram praticados, são de difícil compreensão.

¹⁰⁷ Cunha Rivara, *Ensaio Histórico da Língua Concani*, doc. nº. 20, p. 248.

Rivara viu na facilidade com que se obtinha da cúria romana toda a espécie de Breves, a troco de dinheiro, uma das principais razões do desregramento verificado na Índia.

Seja-nos lícito notar também que nestes tempos uma das coisas, que mais poderosamente concorriam para a relaxação da disciplina monástica, era a facilidade de alcançar directamente Breves de Roma a favor das corporações ou dos sujeitos, que melhor podiam remunerar os officiaes da curia. E escapando assim taes diplomas à sanção e beneplácito regio, juntavam os frades ás isenções, que já tinham em grande escala dos prelados ordinariuos, uma verdadeira independência da soberania do Principe.¹⁰⁸

Desde muito cedo que o clero em geral deixou de si uma imagem imprópria e pouco condizente com a dignidade da função desempenhada.

Em 1518, o Pe. Sebastião Pires, vigário de Cochim, no relato que enviou a el-rei em 8 de Janeiro, denunciava a incompetência do clero na assistência aos convertidos, que não recebiam dele nem os exemplos nem a doutrina que deviam “porque toda clerezia que nestas partes hé, sam clerigos mancebos que usam de suas mocidades. Mande Vossa Alteza homens que sejam de 30 annos pera cima, que em seos feitos ajam vergonça”.¹⁰⁹

Por sua vez, em 1523, o Bispo de Dume, Frei André de Torquemada, afirmava, na extensa carta de 12 de Janeiro, antes mencionada, que “Quanto a ordem eclesiastica, toda é perdida” e “Quanto hé do secular, ao que entendo, vay no caminho do eclesiastico”.¹¹⁰

Aludindo ao tempo em que os Jesuítas, pela mão de Francisco Xavier, chegaram à Índia, o Pe. António Vieira descreveu com severidade o que por lá se passava:

[...] posto que os Christãos professavaõ a Fè, & verdade do Evangelho, a Fé estava nelles taó morta, & a verdade taó calada com o appetite, & taó sujeita a elle, que pelo trato, com municação, & costume, o Judeo, o Mouro, o Gentio, & o Christaõ, tirada a diferença dos nomes, nenhuma fe lhe via nos costumes. Todos seguiaõ huma Ley, que era a da natureza corrupta: todos adoravaõ dous Idolos, que eraõ o da cobiça, & da torpeza: & todos lhe sacrificavaõ as miseráveis almas, & vidas, ardendo nas abominaçoens, & maldades, que furiosamente rebentaõ daquelas mesmas raízes, servindo-lhe de branda matéria ao fogo das

¹⁰⁸ *Ibidem*, p. 34.

¹⁰⁹ *Documentação*, vol. I, nº. 144, p. 343.

¹¹⁰ *Ibidem*, nº. 201, pp. 448-449.

riquezas, & delicias naturaes da terra, tanto mais inimiga do Ceo, quanto mais deliciosa, & rica.¹¹¹

É interessante observar a convicção do Geral dos Dominicanos assente na actuação dos seus subordinados em Goa. Em 1547, quando instado por D. João III a enviar seis religiosos para prover um mosteiro que o Monarca se propunha erguer na cidade de Goa, confessava que preferia oferecer-se, ele próprio, para tal obra “porque los tales (frades) no sobram a la provincia, y de los que en ido por tales en otras armadas, por nuestros pecados, no an salido alla tales como aca salieron”.¹¹²

Em 1557, era Fr. Estevão de Santa Maria, um oficial do mesmo ofício, a denunciar a D. João III a actuação da generalidade dos seus confrades e clérigos presentes no Estado.

[...] porque saiba Vosa Alteza que estes dous generos de pessoas scilicet: frades e clerigos, oje em dia, têm destruido a Vosa Alteza mais que quantos ladrões ha na Índia; os frades, como tenho dito, pregam contra as rendas e direitos de Vosa Alteza e os cleriguos com seu pouquo saber hé seencia que tem, em saber mandar restituir cada hum a seu dono.¹¹³

Decorrido mais de um século, em 1672, continuava a ser desolador o retrato traçado numa informação chegada às mãos do Príncipe D. Henrique, depois remetida ao vice-rei para o devido procedimento.¹¹⁴

Muitos anos há que o Ecclesiastico do Oriente vive sem Prelado, e como esta republica sem cabeça hé corpo sem alma, se foi o Clero enlodando nos vícios de maneira que está tão amortecido nelles que sem vergonha do mundo, nem temor de Deos vivem os Ecclesiasticos abarregados com mulher e filhos sem haver demonstração alguma de castigo ou de temor, porque o Cabido a quem toca reprimir seus excessos he o mais mal procedido de todos

No mesmo documento se denunciava o sistema, então em prática na Arquidiocese, de atribuição das freguesias a troco de dinheiro que, naturalmente,

¹¹¹ BNP, FG. 323, Pe. António Vieira, *Xavier dormindo, e Xavier acordado: dormindo, em tres oraçoens panegyricas no triduo da sua festa, acordado, em doze sermoens panegyricos, moraes, & asceticos, os nove da sua novena, o decimo da sua canonizaçaõ, o undecimo do seu dia, o ultimo do seu patrocínio*, Lisboa, na officina de Miguel Deslandes : a custa de Antonio Leyte Pereira, mercador de livros, 1694, p. 36.

¹¹² *Documentação*, vol. III, n.º. 106, p. 512.

¹¹³ *Ibidem*, vol. VI, n.º. 37, pp. 280-289.

¹¹⁴ Cunha Rivara, *op. cit.*, doc. n.º. 21, p. 250.

favorecia os mais abastados em detrimento dos mais capazes e que, obviamente, concorria para o aviltamento da função paroquial.

Vejo, Senhor, que estão vendendo as ordens e serventias das Igrejas com tanta publicidade que os pretendentes se não dão, não merecem, e como se proveem a quem mais dá, preferem-se aos mais abastados; e pospoem-se os bens procedidos, porque não tem que dispende. O dano desta maldade não hé só a venda dos sacramentos, senão que o parcho que comprou a Igreja tira das ovelhas com tirania o que deu ao Prelado para fazer pastor dellas.¹¹⁵

Os religiosos que exerciam o seu ministério sacerdotal, quer nas cidades quer nas áreas rurais, muito particularmente os Jesuítas, mantinham um apertado controlo “de tipo feudal”, na definição de Teotónio de Souza, sobre as populações, numa manifestação de poderio que podia considerar-se acima da lei.¹¹⁶ Essa situação era mais notória nas aldeias que lhes tinham sido concessionadas e onde a exploração atingia níveis escandalosos, quando subarrendavam, por valores exorbitantes, as terras que os naturais lhes haviam arrendado a troco de rendas de miséria.

Essa exploração exprimia-se nas mais diversas formas e pelas razões mais ridículas. Pero Alvares Pereira, que foi juiz da Relação de Goa, relatava a Filipe II, em carta de 12 de Janeiro de 1619, a sua insatisfação pela violência sempre apontada aos naturais, vítimas de toda a espécie de prepotências por parte dos religiosos:

E o pior e mais de sentir hé o tirânico governo que tem com aquella gente. A mim me disse António Carneiro de Aragão que estando em Salcete com Dom Lço. da Cunha e Doutor António Barreto da Silva mandou hum Padre aos Canarins da aldea lhe levassem peixe todos os dias, faltarão hum que lhe levarão pouco. Soube q o Pe. mandou os meter em hum pátio e estando António Carneiro na Igreja e os mais começou a dar em todos palmatoadas e pancadas sem conta. Acodindo a isso não puderão aplacar o Pe. sabido por que foi porque faltarão com o peixe. A opressão que tem hé muito grande mas não falão porque athe os portugueses e menistros se calão por viverem, e os não quererem ter por enemigos areceando as suas escrituras.¹¹⁷

Um documento, com data posterior a 1618, apesar de incompleto, contem uma sucessão de queixas dos gancares das terras de Salcete, denunciando as arbitrariedades dos padres

¹¹⁵ *Ibidem.*

¹¹⁶ Teotónio R. de Souza, *Goa Medieval: a Cidade e o Interior no século XVII*, pp. 157-158.

¹¹⁷ AHU, Índia, Conselho Ultramarino, Caixa 6, doc. 19, apud Teotónio R. de Souza, *op. cit.* pp. 205-208.

da Companhia que as paroquiavam, algumas delas bem demonstrativas da tirania que martirizava os indígenas e que se sobrepunha aos poderes legalmente constituídos. Assinalavam, particularmente, um dos párocos, o padre Afonso Dias, mestiço, reitor do Colégio de Rachol, que apodavam de irascível e intolerante:

[...] em hum domingo de missa do dia derão h u a sentencia contra hum gancar honrrado e velho, e o condenara(m) em açoutes, e em h u anno de degredo para as guales e servido este fosse degradado para fora da ilha por outro anno, e que para o afrontar mais e atemorizar a todos mandara vir de cada freguesia da ilha certos moradores para ouvirem a sentença e o verem açoutar, como vierão do que todos se escandalizarão muito sem o querer ouvir nem remeter a justiça de Sua Magestade.¹¹⁸

Entre as atrocidades relatadas, avultam as prisões prepotentes e os castigos corporais à margem de qualquer legalidade:

[...] os ditos padres prendem os ditos gancares nas casas dos jumentos em que elles andão, o que elles sentem muito mais que se os prenderão nas enxovias, e que outras vezes os metem em suas cazas de portas a dentro e lá os açoutão e castigão rigurosamente pelos seus meirinhos, e moços de seu serviço com o que lhes não fica lugar de recorrerem as justiças de Sua Magestade.

As Ordens Religiosas haviam criado, à revelia, um regime que extravasava os seus poderes legalmente instituídos. Com efeito, elas, além de uma generosa autonomia em quase todos os sectores, dispunham de um sistema de justiça próprio orientado no sentido da opressão sobre os gentios

Em 1594, Filipe I insistia com o vice-rei Matias de Albuquerque (1591-1597) para que averiguasse a existência de prisões particulares de que os religiosos dispunham no Estado, de acordo com a informação que lhe chegara do arcebispo de Goa:¹¹⁹

O Arcebispo de Goa Dom Frei Mateus me escreueo que os Relligiosos dese estado continuauão em terem prissões particulares e meirinhos, e castigarem de sua autoridade os christãos da terra, e lhe tomarem sua jurdição, e muitas uezes entrarem pella minha; e por que

¹¹⁸ *Documentos recebidos da Índia ou Livro das Monções*, vol, VII, liv. 12, doc. nº. 82, in *Luso-Orientália*.

¹¹⁹ *Arquivo Portuguez Oriental*, fasc. 2, doc. nº. 141, *Carta de 3 de Março de 1594*, pp. 436-440.

vos tenho mandado escreuer pollas vias dos annos passados vos informasseis muito particularmente deste abuso tanto contra o seruiço de Deos e meu, e me avizasseis, uollo torno de nouo a encomendar pera que se o não tendes feito pellas náos que este anno se esperaõ o façais pellas primeiras dando ordem pera que se euite este tal procedimento.

Contudo, não se ficavam por aqui os abusos a que as populações naturais, sem qualquer distinção, estavam sujeitas por parte dos regulares. Já no tempo do Arcebispo, o autor do *Additamento ao manifesto (do procedimento do Arcebispo de Goa contra as muytas falsidades e calumnias que se lhe tem imposto)*, insinuava comportamentos menos conformes por parte dos párocos jesuítas de Salcete,

Mas sem responder couza alguma a estes tão desordenados impropérios, somente quizeramos que estes sanguinolentos satirizantes, ao menos nesta matéria de roubos, perguntassem aos moradores de Salcete quem lhes tem roubado as fábricas. E oução o que lhes dizem e de caminho observem se ouvem também (por não falar em outras couzas), os roubos, uzurpações, vexações de alguns pobres cristãos e gentios, ruínas e abatimentos dos ricos e vinganças, as que *ad internationem et usque ad tertiam et quartam generationem*.¹²⁰

O menosprezo pela observação das ordens reais era uma característica de todas as congregações que actuavam no Estado. O vice-rei António de Mello e Castro¹²¹ (1662-1666), na sua carta de 28 de Janeiro de 1666, comentava o seu desempenho, com alguma amargura e inconformismo, acentuando que não eram já apenas os Fanciscanos a revelarem-se incapazes no exercício da sua missão paroquial. A frouxidão contagiava todas elas porque todas elas se consideravam acima da lei.

Sobre os Jesuítas comentava ele “que são os Padres da Companhia tudo o que querem; porque para assi ser usam de muitos meios e tem grande industria”. E acrescentava:

Os Padres da Companhia em nenhuma forma as querem obedecer (ordens regias); mas não hé muito, porque em nenhuma cousa se dão por obrigados a mostrarem que são vassalos de V. Magestade, e não ha autoridade nem poder em um vice-rei, que lhe seja inferior.¹²²

¹²⁰ ANTT-TSO-CG, liv. 286, *Additamento ao Manifesto*.

¹²¹ Exerceu ainda funções, em triunvirato com Manuel Corte-Real de Sampayo e Luís de Miranda Henriques, de 1668 a 1671.

¹²² Cunha Rivara, *op. cit.*, doc. nº16, p. 237.

Em relação a Dominicanos e Agostinhos assinalava que “Os Domínicos e Augustinhos seguem o mesmo estilo”.

Os escândalos no interior das principais ordens, com excepção dos Jesuítas, tendo em vista a disputa dos lugares de direcção, foram uma constante e deram motivo a graves confrontações.

Em 1646, o dominicano Frei Manoel da Cruz, coadjuvado por Frei Agostinho de Magalhães e por Frei António de Salvador, maquinou uma insurreição na tentativa de apoderar-se do lugar de vigário-geral da Ordem, legitimamente ocupado por Frei Lucas da Cruz, com recurso a toda a espécie de atropelos, “enchendo os conuentos de armas, matandosse e ferindosse huns a outros com geeral escandalo de todos”.¹²³

A harmonia somente regressou após a intervenção do vice-rei Felipe de Mascarenhas (1645-1651) que, com o parecer favorável dos conselheiros de Estado e os ministros da Relação, mandou deportar os rebeldes.

No final de 1664, assinala-se um incidente de idêntica natureza, protagonizado por frades da mesma congregação, quando ocuparam o convento de Santa Bárbara com o recurso a armas de fogo, com a intenção de destituírem o respectivo prelado.

O Conselho de Estado, convocado na emergência pelo vice-rei, foi de parecer que “mandasse o R. do Deão desta See Primacial, e alg u s Prelados das outras religiões, persuadir-lhes q desistissem de sua rebelião, e contumácia, e que não querendo fazelo (q se não esperaua) se lhe plantase artilharia e se batece o conuento ate q se entregassem”.¹²⁴

Os desacatos continuavam em 1722. Com efeito, em carta endereçada pelo vice-rei Francisco José de Sampaio e Castro ao Geral da congregação dominicana referenciava a ocorrência de crimes de morte entre os Dominicanos de Moçambique e Rios de Senna.”¹²⁵.

As dissidências motivadas pela conquista dos lugares do topo foram, igualmente, uma constante na Ordem dos Agostinhos.

Assinalam-se, em 1638, graves disputas que opuseram os religiosos ao provincial Fr. João de Mesquita, na tentativa de lhe retirarem o cargo. A junta convocada pelo vice-rei Pero da Silva (1635-1639) decidiu, em reunião de 18 de Junho,

¹²³ *Documentos remetidos da Índia ou Livros das Monções*, in *Luso-Orientália*, doc. nº. 66, p. 106.

¹²⁴ *Ibidem*, doc. nº. 46, p. 143.

¹²⁵ AHU, Índia, Conselho Ultramarino, Cx. 070.

credenciar o arcebispo D. Fr. Francisco dos Mártires para promover uma tentativa de conciliação das partes envolvidas.¹²⁶

O episódio repetiu-se em 1647. A cenas de extrema violência culminaram com o assassinato do provincial.

Um grupo de religiosos do convento de S. Agostinho, incitados pelos frades Vicente Caldeira, Luís da Graça, Manuel Pereira, Augusto da Conceição e Paulino da Madre de Deus, amotinaram-se contra o provincial Alexandre de Noronha, desapossando-o do seu cargo, por meios violentos. Depois de haverem arrombado a porta da sua cela com machados, encerraram-no e ao seu secretário numa outra cela:

[...] com todas as afrontas e violemças que se pode imaginar queimando as visitas e deuaças e outros papees de importância assy de Sua mag. de como da religião que estauão na secretaria da dita comgregação saquiando e roubando tudo o que nas ditas cellas hauia [...].¹²⁷

A junta designada pelo vice-rei D. Felipe Mascarenhas (1645-1651) para se ocupar da ocorrência deliberou, em reunião de 12 de Abril, providenciar a restituição do cargo ao frade desapossado e o envio dos cabecilhas da rebelião para os conventos de S. Tomás e S. Boaventura.¹²⁸

Dez dias depois, no entanto, após um recuo dos amotinados, que justificaram a sua acção com um comportamento intempestivo do provincial, a mesma Junta, na procura da quietação do convento, entendeu relevar o comportamento dos amotinados. Fê-lo, no entanto, em má hora porque a contenda, reacendida pelo mesmo grupo de amotinados, terminou com o assassinato do provincial, em 16 de Outubro do ano seguinte.

O crime ocasionou enorme escândalo em toda a comunidade, tendo, no dia seguinte, o vice-rei reunido nova Junta para decidir sobre tão grave acontecimento. Foi ordenada uma averiguação a fim de apurar a identificação dos autores e propor o castigo mais conveniente. E dado o vazio criado pela morte do provincial, foi atribuído ao Arcebispo o encargo da devassa, a cuja jurisdição ficaram os religiosos, interinamente,

¹²⁶ *Documentos remetidos da Índia ou Livros das Monções*, in *Luso-Orientália*, doc. nº. 68, p. 234.

¹²⁷ *Ibidem*, doc. nº. 72, p. 113.

¹²⁸ *Ibidem*, doc. nº. 73, p. 113.

sujeitos. Recebeu ainda a incumbência de desencadear o processo de eleição do novo provincial.¹²⁹

Decorridos dois anos, a congregação contestava a legitimidade do provincial em exercício, Fr. António de Cristo, ao mesmo tempo que continuava a verificar-se a prática de toda a espécie de desmandos entre os frades, empenhados numa luta fratricida e sem entendimento à vista.¹³⁰

De novo, teve que verificar-se a intervenção do vice-rei, com as formalidades do costume, tendo a Junta, reunida em 14 de Agosto de 1649, determinado considerar a legitimidade do provincial em funções, mantendo-o no cargo, porque “não se deuia abrir via, porquanto hauia de acabar o tempo do Pe. frey Alexandre de Noronha conforme os estatutos”.

Os Franciscanos enveredaram pelo mesmo caminho. Foram constantes as divisões internas numa luta sem quartel pelo poder. Uma das situações mais graves ocorreu no final de 1694, quando a congregação vivia um período de grande instabilidade. Um grupo de frades, uma boa parte deles jovens, “armados com bacamartes, pistolas, e catanas”, dirigiram-se, ao colégio de S. Boaventura, onde se encontravam em reunião o visitador, o provincial e alguns vogais, a quem pretendiam obrigar a repor no seu lugar de presidente daquele colégio o guardião que se encontrava suspenso. Pedido o auxílio do vice-rei, mandou ele o ouvidor-geral negociar a rendição dos amotinados que recusaram recebê-lo, trancando as portas e mantendo sequestrados todos os que se encontravam no interior. O colégio foi cercado pela tropa e nem o facto da ameaça de utilização da artilharia demoveu os amotinados que, numa postura de insensatez, colocaram o *Santíssimo Sacramento* numa das janelas em risco de serem atingidas, como denunciou o mesmo vice-rei na carta de 15 de Novembro a D. Pedro II.

Mandei o ouvidor geral do crime ao dito Collegio, onde o não quizerão receber os Frades amotinados, tendo fechadas as portas, reclusos o Visitador, Provincial e os mais Vogaes, que alli se achavão. Mandei cercar-lhe o Collégio de noute, e de manhã, porque crescia cada vez mais a resistência, lhe mandei chegar uma galiola às paredes do Collegio, e assestar-lhe a artelheria, a ver se este terror os intimava; porem não foi bastante, porque persistirão no seu intento, e com pouca descencia e respeito expuseram o Santissimo Sacramento em huma janella do dormitório, que cahe para o rio.Ultimamente lhe mandei

¹²⁹ *Ibidem*, doc. n.º. 75, p. 115.

¹³⁰ *Ibidem*, doc. n.º. 85, p. 127.

chegar huma peça por terra á portaria, e vendo que com resolução lhes davão fogo para lhe levar a porta, a abrirão e se entregarão.¹³¹

Depois de anunciar ao Monarca a prisão de todo o grupo de sublevados, lamentava-se por razão das dificuldades que os frades punham ao seu governo e atribuía toda a culpa da guerrilha ao anterior provincial, que mandara de retorno a Lisboa:

Affirmo a V. Magestade que o maior trabalho que aqui tem os Viso Reis hé com os Frades, e sendo-me necessária toda a atenção para as matérias politicas do Governo, os Frades me perturbão de sorte que para eles só todo o tempo não basta. [...] E todas estas dissensões dos Franciscanos tem raiz na discordia, que as acções do Provincial passado Fr. Pedro dos Anjos, que mandei para o Reino na monção passada, originarão entre eles.

Os excessos cometidos pelos Franciscanos e Agostinhos, neste período do final do século, eram de tal forma desestabilizadores que D. Felipe Mascarenhas, incapaz de encontrar remédio para tanto desatino, procurava ajuda junto do rei, a quem pedia instruções para lhe pôr fim:

Não dá tanto cuidado a quem governa este Estado o em que elle se acha, como dão as continuas perturbações dos Religiosos, que assistem nestas partes, sendo excepção de todos os Religiosos Dominicos, e os Padres da Companhia de Jesus, porque só estes vivem com aquella moderação religiosa, que em todas as partes costumam ter; porém nos mais hé insoffrivel a irrequietação, que causam, pois apenas se sossegaram os Religiosos de Stº. Agostinho, quando começaram a contender os Capuchos, Franciscanos, e Carmelitas; o que fazemos presente a V. Magestade para que seja servido ordenar o commo nos havemos de haver nas bulhas destes Religiosos, que devendo gastar o tempo na conversão dos infieis, o consomem e passam todo em dependências particulares, parecendo os claustros, mais quarteis de soldados, que habitações de Monges.¹³²

Os Jesuítas conseguiram, neste domínio, manter uma coesão exemplar, libertando-se do clima de guerrilha que afectou as restantes principais Ordens Religiosas. Efectivamente, não há notícia de qualquer conflito interno que, alguma vez, pusesse em risco a unidade da Companhia de Jesus. Era notória a superioridade intelectual que os distinguia dos seus parceiros na evangelização. Todavia, esta

¹³¹ Cunha Rivara, *Ensaio Histórico da Língua Concani*, doc. nº. 37, p. 278.

¹³² *Ibidem*, doc. nº. 31, pp. 40-41

diferença total de comportamentos poderá também radicar-se, em certa medida, na miscigenação. Uma boa parte dos religiosos que povoavam os conventos, era originária da miscigenação. Muitos dos seus progenitores integravam, como é sabido, os contingentes de soldados que chegavam à Índia, constituídos por uma boa dose de criminosos de delito comum saídos das cadeias do Limoeiro, como já se afirmou. Aqui poderá encontrar-se alguma explicação para tanto desvario, tanto devaneio, tanta insurreição, que parecia ser qualquer coisa intrínseca à natureza de tal gente. Pyrard Laval deixou-nos um informe que parece sustentar a conclusão. Segundo ele, os Jesuítas eram os únicos a exigir que os candidatos ao ingresso na Companhia fossem “cristãos nascidos de pai e mãe europeus”.¹³³

Uma desmedida ambição pela riqueza foi, igualmente, um dos pecados que mancharam, na Índia, a actividade das Ordens Religiosas, com particular evidência, neste caso, para a Companhia de Jesus.

Não obstante os largos privilégios que haviam alcançado dos poderes régios e as grandes benesses de que usufruíam, não se coíbiavam de lançar mão a qualquer estratagem para lograr novos proventos.

No registo da reunião do Conselho de Estado, de 14 de Fevereiro de 1625, a que atrás se aludiu, denunciava-se uma prática inovadora e demonstrativa do trato urdido pelos confessores para o desvio de valores que pertenciam à Fazenda

E que também V.Mg.e deve mandar ver o que se deve dar para se atalharem os desencaminhamentos que por via dos confessores se fazem porque dizem aos homens que podem satisfazerse do que a Fazenda de VMg.e lhes deve por toda a via que puderem. E muytos mormente religiosos se compõem com pessoas que devem a V.Mg.e com o darem aos mesmos religiosos, à conta do que se lhes deve, de suas ordinárias. E se entende que são grandes as quantidades que por este caminho tem havido. E que dellas saem os grandes edifícios que continuamente fabricão em tempo que a Fazenda de VMg.e e seu real serviço padecem tão grandes necessidades, como todos sabem.¹³⁴

As congregações religiosas, mas muito particularmente a Companhia de Jesus, haviam reunido, à custa de doações, legados e aquisição directa, um extenso e rico património imobiliário, de tal modo que a Coroa se viu forçada a intervir, cerceando-

¹³³ Pyrard de Laval, *op. cit.*, p. 75.

¹³⁴ ANTT-*Manuscritos de S. Vicente*, liv. 19, p. 339.

lhes a aquisição de bens de raiz. Foi com essa intenção que Filipe I expediu a provisão de 18 de Janeiro 1591. Alegando os danos que se seguiam para a Fazenda, por virtude dos dízimos que deixavam de cobrar-se, determinava que

[...] não possam os ditos Religiosos de qualquer Ordem e Religião que forem sem excepção alguma comprar Fazendas nem propriedades de raiz nellas contra forma de minha ordenação, e lhe ey por suspendidas e derogadas quaisquer licenças e provisões que lhe sejam dadas para poderem fazer as taes compras [...].¹³⁵

O preceito real não terá produzido os efeitos pretendidos uma vez que, em 1610, Filipe II, face às recomendações recebidas da Índia, que indiciavam a manutenção do sistema, adoptou medidas mais rigorosas numa nova provisão, transmitindo ao vice-rei Rui Lourenço de Távora(1609-1612) instruções no sentido do seu cumprimento

Por ser informado que as religiões e pessoas ecclesiasticas d'essas partes vão adquirindo, assi por via de mercês que os viso-reys lhes fazem, como per compra e heranças, muitas aldeias e terras de minha coroa; e esta materia ser de tanto prejuizo a meu serviço, como se deixa entender, e a que convém atalhar, mandei passar a provisão que com esta se vos enviará, per que defendo aos viso-reys d'esse estado darem as taes aldeias e terras ás ditas religiões e pessoas ecclesiasticas, nem lhas poderem outras pessoas vender, dar, nem deixar; encommendo-vos a fações registar e publicar, e que se cumpra e execute como por ella ordeno.¹³⁶

Na carta que acompanhava o documento, focava um outro lado importante da questão relacionado com a escandalosa envolvência das Ordens Religiosas no trato comercial que, igualmente, se reflectia na arrecadação de receitas para a Fazenda real, uma vez que todas elas gozavam da isenção de direitos.

Foi essa a razão por que a provisão expedida implementava medidas punitivas para todos aqueles que comerciassem com os religiosos, punindo os faltosos com a perda das mercadorias a favor da Fazenda e do denunciante. Anunciava ainda que iria pedir a Roma a publicação de um Breve que proibisse o trato comercial a todos os religiosos, intervindo por si ou por interposta pessoa.

Na verdade, as congregações actuavam como genuínos agentes comerciais, exercendo, à margem da sua actividade religiosa, outras com fins lucrativos. A Companhia de Jesus, em

¹³⁵ *Archivo Portuguez Oriental*, fasc. 5, parte 3, nº. 956, pp.1280-1281.

¹³⁶ *Documentos remetidos da Índia ou Livro das Monções*, in *Luso-Orientália*, doc. nº. 107, *Carta de 4 de Fevereiro de 1610*.

particular, acabou por se transformar numa verdadeira empresa comercial. Em 1582, os negócios eram já de tal monta que houve necessidade de criar uma estrutura que bem podia assemelhar-se a um departamento comercial dos tempos modernos.

No ano de mil quinhentos oytenta & dous foy taõ grande o pezo dos negócios no Collegio de S. Paulo, que para se poder levar, se repartiu a carga por hum Reytor, & hum Vice-Reytor, para que hum deles acodisse ao expediente dos negócios, & o outro tratasse da observãcia religiosa.¹³⁷

A actuação do Pe.e Gonçalo Martins, pode considerar-se como um exemplo paradigmático desta obsessão jesuítica pela acumulação de riqueza. Dotado de uma rara intuição para a captação de recursos, adquiriu, em Julho de 1665, a ilha de Cumbarjua a André Salema, um funcionário governamental. Não se inquietando com dúvidas de consciência, criou ali um empório altamente rentável: instalou a prostituição, incentivando a colónia portuguesa a abandonar as prostitutas de Goa; autorizou a celebração pública dos casamentos hindús que, como se viu, foram vedados na mesma cidade; permitiu a circulação de mercadorias pela ilha com direitos aduaneiros mais acessíveis; promoveu a plantação de arroz e de coco, em propriedades de grande extensão; instalou fornos para cozer a cal e fabricar telhas.¹³⁸

Não se estranha, assim, que a instituição se haja transformado na mais poderosa de todas as que ali operavam, por força da vastíssima riqueza acumulada, de tal modo que, com alguma frequência, financiava a própria Coroa em momentos de crise. Numa dessas ocasiões, em 1727, o vice-rei João de Saldanha da Gama contraiu um empréstimo, destinado a custear a expedição a Mombaça, no montante de 139.000 xerafins, ao juro de 8%, dando como garantia as ilhas de Corjuen e Ponolem.¹³⁹

É bem elucidativo e interessante o comentário tecido, a esse respeito, por um viajante francês do século XVII, citado por M. N. Pearson, que revelava um sentimento comum relativamente à actuação dos religiosos no Oriente:

Os Portugueses que entraram na Índia com o Crucifixo numa mão e a espada, na outra, ao encontrarem muito Ouro, pousaram o Crucifixo, para encherem os bolsos; e, não conseguindo segurá-los, só com uma mão, por se terem tornado muito pesados, pousaram também a espada.¹⁴⁰

¹³⁷ Francisco de Sousa, *op. cit.*, p. 963.

¹³⁸ Teotónio R. de Souza, *Fr. Gonçalo Martins (PGM) and St. Francis Xavier*, in *Herald*, Panjim, Goa, 24.11.2014.

¹³⁹ Maria de Jesus dos Mártires Lopes, *op. cit.*, p. 259, Anexo I ao Cap. III.

¹⁴⁰ M. N. Pearson, *op. cit.*, p. 144.

A presença de um tão considerável número de congregações religiosas propiciou, em determinadas épocas, uma relação pouco solidária e bastas vezes conflituosa entre si, muito por via da rivalidade que se foi instalando.

Existe informação de que, em 1599, digladiavam-se já Agostinhos e Jesuítas ao ponto de se excomungarem reciprocamente. Entre as notícias que a Câmara de Goa transmitia a Filipe II destacava-se uma relacionada com o conflito que opunha as duas congregações. O relato feito mostra até que ponto a convivência era de todo impensável.

Este anno, sendo o Arcebispo, absente, se deu nesta cidade grande motivo de scandalos. Que tocão à consciência, e á jurisdição de V. Magestade, porque sendo sobre materia de obras de casas, que conforme á Ordenação pertencem á almotaçaria, os Padres da Companhia e os de St^o. Augustinho impedirão estes termos com excommunhões gravíssimas, intimando por suas bullas apostolicas juizes ecclesiasticos, a saber, os da Companhia o Provincial de Santo Augustinho, e os de Santo Augustinho o Proposito da Companhia, excedendo nisto huns e outros o modo, por serem partes cada hum em suas causas, e publicamente pelos pulpitos forão denunciados por excommungados João d'Abreu, Baltazar Rodrigues d'Alvellos, e o Licenciado Manoel d'Abreu, desembargador e Provedor dos defuntos, declarando aos officiaes e ministros de sua audiencia por taes, se com elle comunicassem; e chegarão a querer pôr interdito nesta Cidade, a que nós acudimos, e atalhámos no melhor modo que foi possível; e esperando que com a presença do Arcebispo se remediasssem scandalos tão notaveis, ficão em peor estado sem se removerem as excommunhões, antes procedendo com censuras de mor rígor.¹⁴¹

A construção do colégio de S. Roque, também chamado de S. Paulo o Novo, no monte da Senhora do Rosário¹⁴² e a sua ampliação, bem como a remodelação do velho edifício que albergava o Colégio de S. Paulo, estiveram na origem desse pleito que se prolongou por dezenas de anos. Nomeadamente, quanto à construção de S. Roque, alegavam, entre outras razões, os frades de St^o. Agostinho, que tinham atrás de si as freiras de St^a. Mónica, a paróquia da Sr^a. do Rosário e todos os moradores que ali

¹⁴¹ *Archivo Portuguez Oriental*, fasc. 1, parte 2, doc. n.º. 5, p. 65.

¹⁴² Pyrard de Laval ajuda-nos a compreender a geografia deste local, que se tornou importante não só pelas instituições ali sediadas como ainda pelos acontecimentos marcantes que ali tiveram lugar: Escreveu ele: “O número das igrejas que nela (Goa) há é maravilhoso e não há praça, rua ou beco, onde não haja alguma; e entre outras, apontarei a de *Santo Agostinho*, cuja obra continua todos os dias, porque o arcebispo (D. Aleixo de Menezes) é desta Ordem. Está situada no mais alto lugar de toda a cidade sobre um monte e na sua vizinhança estão as igrejas de *Santo António* e *S. Roque* dos Jesuítas e em outro lugar o Mosteiro das *Religiosas de Santa Mónica*, a Igreja de *Nossa Senhora do Rosário*, e o convento de S. Tomás e outras”, *op. cit.* p. 45.

possuíam casa, que a construção do novo edifício os privaria do “ar fresco, da paisagem da cidade e da vista do mar”.¹⁴³

Em 1614, os Jesuítas, depois de se comprometerem a suspender as novas ampliações e remodelações, conseguiram do vice-rei Jerónimo de Azevedo (1612-1617) autorização para a transferência do seu colégio para o novo edifício. Só que, processada a mesma, a sua proverbial postura perante a legalidade, rapidamente os levou a esquecer os compromissos assumidos.

Sete anos depois continuavam as duas congregações um diálogo improdutivo apesar das constantes pressões que, com regularidade, chegavam de Lisboa mas que eram manifestamente ignoradas pelos Jesuítas.

A carta do provincial dos Agostinhos, Frei Diogo de Santa Ana, de 26 de Fevereiro de 1621, ao seu homólogo da Companhia de Jesus, fazia o ponto da situação do problema que resultava do incumprimento de ordens régias e do acordo assinado sob os auspícios do vice-rei Jerónimo de Azevedo. A matéria em discussão resumia-se a umas quantas obras que os Jesuítas se haviam comprometido a realizar mas que iam adiando paulatinamente.

Primeiramente que no que toca ao Seminario e Estudos Menores assistirem em São Paulo se cumprão em todo os alvaras e ordens de Sua Magestade asi como elle o encomenda por isso ser mui congruente e necessario ao bem publico desta cidade.

E no que toca as obras de S. Roque que os ditos padres fechem a igreja de modo que não tenha porta pera fora como Sua Magestade tem mandado e os padres se obrigarão na composição que fizerão com o vizo rei Dom Jeronimo de Azevedo, por ser este o comum estilo dos collegios desta cidade, e prejudicar a coatro igrejas que estão em pouca distancia e junto delle.

E que no que toca a fabrica do dito Collegio de S. Roque que elles as redução a quarenta cellas da grandura que as costuma aver em os mais conventos, visto estas serem bastantes pera agazalho dos mestres, estudantes artistas e theologuos desta provincia. E que as secretas se ponhão em lugar tão afastado que não possão prejudicar ao Convento de Nossa Senhora da Graça, nem a igreja de Santo Antonio.¹⁴⁴

O reiterado incumprimento por parte dos Jesuítas concorreu para o arrastar do conflito que somente terminou quando, em 1632, o vice-rei D. Miguel de Noronha,

¹⁴³ Gabriel de Saldanha, *op. cit.* vol. II, p. 57.

¹⁴⁴ *Documentos remetidos da Índia ou Livro das Monções*, in *Luso-Orientália*, vol. VII, liv. 15, doc. nº. 186, p. 268.

Conde de Linhares (1629-1635), persuadiu as partes à assinatura de um acordo.¹⁴⁵ O mesmo consubstanciava apenas a obrigatoriedade da substituição de algumas paredes e da remoção de uma oficina, comprovando que o diferendo foi alimentado não por dificuldades intrínsecas na procura de uma solução mas antes por uma reiterada obstinação da Companhia de Jesus.¹⁴⁶

Com a chegada de Inácio de S. Teresa assistiu-se a um fenómeno curioso. As Ordens Religiosas, normalmente desavindas entre si, uniram-se na luta contra o Arcebispo. Aconteceu no processo litigioso em torno das freguesias de Salcete e Bardez, quando da tentativa de lhes retirar o controlo e repetiu-se com a criação, mancomunados, de um conflito lateral para pressionarem o Arcebispo e, ao mesmo tempo, afastá-lo da jurisdição sobre o convento de S. Mónica.

Importa, ainda, uma referência, embora concisa, a outros factores que deram o seu contributo para o declínio do Estado Português da Índia e, por arrastamento, da cidade de Goa.

A política adoptada por D. João III, ao iniciar a colonização do Brasil, em 1530, restringiu, necessariamente, o esforço até então canalizado para o Oriente, tanto em recursos humanos como em meios financeiros. Além disso, acabou por se criar, como observa M. N. Pearson, uma competição entre a Índia e o Brasil com vantagem para este último território.¹⁴⁷

Este autor enfatiza também o Tratado de Methuen, celebrado com Inglaterra em 1703, e que, do seu ponto de vista, “deixou o país naquilo a que hoje se chamaria uma situação neocolonial”.¹⁴⁸

Há que ter, ainda, em linha de conta uma outra circunstância, que foi decisiva para esse enfraquecimento e que se prende com as novas rotas comerciais que emergiram da descoberta do chamado Novo Mundo. Como bem anotou Vitorino Magalhães Godinho, “A instalação dos Espanhóis nas Filipinas e o estabelecimento da ligação transoceânica regular – ida e torna-viagem – com o México, contribuíram igualmente para mudar as perspectivas do comércio português no Extremo Oriente”.¹⁴⁹

¹⁴⁵ *Archivo Portuguez Oriental*, fasc. 6, doc. nº. 576, pp. 1259-1260.

¹⁴⁶ Gabriel de Saldanha, *op. cit.*, vol. II, pp. 59-60.

¹⁴⁷ M. N. Pearson, *op. cit.*, p. 76.

¹⁴⁸ *Ibidem*, p. 158.

¹⁴⁹ Vitorino Magalhães Godinho, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, 2ª. ed., 1963-1971, Lisboa, Editorial Presença, reimp., 1991, vol. III, p.161.

O mesmo autor sintetiza, desta forma, as causas do enfraquecimento da presença portuguesa:

Perda do prestígio político-militar, fraqueza dos meios de guerra e de denominação, contracção do tráfico de Estado, dispersão e contradições dos interesses dos Portugueses, impulso considerável da navegação e dos negócios javaneses.¹⁵⁰

A insalubridade de Goa, aliada à fuga de muitos hindus por via de um tratamento intolerante, foi o que levou à sua desertificação. Uma boa parte da população perdeu a vida em consequência da malária, outra procurou abrigo em regiões mais saudáveis.

Cunha Rivara, na abordagem que fez ao tema, escreveu que “Com a decadência da cidade veio a despovoação, com a despovoação as ruínas, com as ruínas a imundície, e com a imundície cresceu a insalubridade que aliás já era sensível no tempo anterior à decadência”.¹⁵¹

Tal conjuntura acabou por incutir nas entidades responsáveis a ideia de transferir a capital para Mormugão. A discussão do assunto foi sendo relegada para segundo plano mas, em 1681, no consulado do vice-rei D. Francisco de Távora, Conde do Alvor (1681-1686), perante a ameaça patente dos Maratas, prestes a conquistar Goa, foi encarada, decididamente, essa mudança.

Em 1684, em reunião de 12 de Janeiro, na qual marcaram presença todos os órgãos decisores do Estado, com excepção do Arcebispo, retido em casa por motivos de doença, foi votada, por maioria, a pretendida transferência.¹⁵²

Foram muitas as vozes que se levantaram contra o projecto, baseando-se os críticos na falta de condições estratégicas e na insuficiência de fundos.

O prior do convento de S. Agostinho apresentou uma defesa judiciosa do seu voto contra: “Nós postos em Mormugão, fora das terras de Goa, se acaso (o que Deus não permita) formos cercados por mar, podemos ficar sem o mar e juntamente sem as terras”.

Frei Manoel de Sequeira, vigário geral de S. Domingos, embora votando a favor da mudança, não deixou de alertar para a insuficiência de cabedais com que se debatia o Estado que, ainda recentemente havia recorrido a um peditório que rendera 300 mil xerafins.

¹⁵⁰ *Ibidem*, p. 162.

¹⁵¹ *Assentos do Conselho de Estado*, in *Luso-Orientália*, vol. IV, doc. 160, Notas.

¹⁵² *Ibidem*, doc. 160.

A deliberação foi justificada pela necessidade de obviar a uma nova invasão dos Maratas, o argumento que terá persuadido o governo de Lisboa, e, ao mesmo tempo, pelas condições adversas de Goa, cada vez mais deserta pela fuga das melhores famílias.¹⁵³

As obras iniciaram-se no ano seguinte sob a direcção do padre jesuíta Teotónio Rebelo. Todavia, logo que D. Rodrigo da Costa (1686-1690), sucessor do Conde de Alvor, assumiu o cargo, ordenou a suspensão de todos os trabalhos, na sequência do parecer unânime dos seus conselheiros. As influências movidas pelo Conde de Alvor junto da Corte evitaram que a suspensão fosse por diante, tendo o vice-rei recebido instruções para prosseguir os trabalhos.

Em 1693, iniciou o seu mandato D. Pedro António de Meneses Noronha de Albuquerque, Conde de Vila Verde e Marquês de Angeja (1692-1697), que levava consigo directrizes para não só acelerar as obras como fazer a mudança de todas as entidades civis e religiosas para Mormugão. Por razões, provavelmente, da pouca convicção na bondade do projecto e, também, de logística, uma vez que Mormugão não reunia as condições desejadas, a mudança acabou por fazer-se para Panelim, nos subúrbios de Goa. E as exigências reais foram sendo adiadas sob os mais diversos pretextos.

Enquanto a influência de Francisco de Távora se fez sentir, a Coroa foi pressionando os vice-reis que se seguiram no sentido de demolirem os principais edifícios de Goa e aplicarem os materiais nas novas construções de Mormugão. Ainda se edificaram ali, com o propósito inicial, o palácio do governo, um hospital, um convento de freiras, o edifício da alfândega, as casas da pólvora e da moeda e o edifício da Relação.

A partir do momento em que o mesmo terminou funções no Conselho Ultramarino e cessou a sua influência, o projecto foi suspenso, em 1712, por decisão real.

Tratou-se de um projecto falido, que redundou em duplo prejuízo uma vez que nele se consumiram cerca de 160.000 xerafins e Goa entrou em descalabro. Aconteceu que a seguir à suspensão, a cidade ficou pejada de edifícios em ruínas. O Padre Gabriel de Saldanha revela um depoimento de Gemelli Carreri, que passou por Goa em 1695,

¹⁵³ António da Silva Rego, *O Ultramar Português no Século XVIII (1700-1833)*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1967, p. 73; Gabriel de Saldanha, *op. cit.*, vol. I, pp.182-186.

em que o mesmo afirmava que a cidade “estava reduzida a um estado miserável”. Goa, possuía, então, uma população de cerca de 20.000 habitantes, longe dos 250.000 que alguns autores referiram ser a sua população no período áureo, e nela se encontravam de pé apenas os conventos, as igrejas e alguns edifícios públicos.

O retrato fiel do estado a que ficou reduzida a cidade apresentou-o o vice-rei D. Frederico Guilherme de Sousa Holstein (1779-1786), na carta de 4 de Fevereiro de 1780, dirigida ao Marquês de Pombal, poucos meses depois de haver chegado à Índia.

154

Achei a cidade de Goa em deplorável estado; ruas inteiras sem casas e os seus terrenos reduzidos a palmares; outras em que se não vê mais que ruínas. As casas antigas, que existem, estão ameaçando a maior ruína e com dificuldade se repararão pela pobreza e miséria dos senhorios delas, não existindo na sua magnificência mais que a Sé, os conventos das religiões e as novas moradas de casas, ainda que incompletas, de que em outra carta refiro a V.Ex^a., demonstrando-se pelos seus vestígios a grandeza da mesma cidade nos antigos tempos e a suma decadência dela no tempo presente.

De uma análise isenta de toda a matéria controvertida, resulta que a corrupção é o principal pecado que emerge de todo um comportamento que cedo se consolidou e que acabou por gerar um Estado pobre, povoado por súbditos ricos. Este fenómeno curioso ficou evidenciado em várias ocasiões mas com maior incidência por volta de 1737, quando o vice-rei e o conselho de estado tiveram que socorrer-se da prata, pertença das igrejas e de particulares, cedida a título de empréstimo, para fazer face ao esforço da guerra com os Maratas.¹⁵⁵

Na verdade, a corrupção, um mal endémico de todos os agentes principais, foi um dos factores que mais concorreu para o empobrecimento do Estado e para o seu definhamento.

O contributo de Diogo do Couto e de Francisco Rodrigues da Silveira confirma a existência de todo esse flagelo, denunciado pelas mais diferentes vias nos mais variados escritos que chegaram até nós, em que ele é um tema recorrente.

Argumenta-se que aquilo que mais interessava ao rei era garantir o seu quinhão e que os ganhos suplementares dos seus servidores provinham de pequenos expedientes, de que ele tinha conhecimento e que fazia por ignorar. Que seria uma acção calculada, considerando-se esses ganhos suplementares como se de uma componente salarial se tratasse. Todavia não é

¹⁵⁴ T. de Aragão, *Descrição Geral das Moedas*, vol. 3º., p. 333, apud. Gabriel de Saldanha, *op. cit.*, pp.188-189.

¹⁵⁵ *Documentos remetidos da Índia ou Livro das Monções*, in *Luso-Orientália*, doc. nº. 169, p. 442.

esse o ponto essencial da questão. Independentemente disso, parece poder sustentar-se a asserção de que se encontrava entronizado um sistema de redes instaladas que lesava a Fazenda real e que configurava uma corrupção na plena acepção da palavra. Van Klaveren, citado por J. Vicens Vives, fala em “fraude, erigida como sistema”.¹⁵⁶ No que toca aos vice-reis e governadores, todos eles, pelo menos na segunda metade do século XVII e no século XVIII, beneficiavam de doações e comendas que representavam um aumento significativo dos seus rendimentos,¹⁵⁷ não obstante o que, também, vários deles se integraram no tal sistema.

¹⁵⁶ J. Vicens Vives, *A estrutura administrativa estadual nos séculos XVI e XVII*, In António Manuel Hespanha, “Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime”, Colectânia de Textos, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

¹⁵⁷ Mafalda Soares da Cunha e Nuno Gonçalo Monteiro, *Vice-reis e Governadores da Índia: Uma abordagem prosopográfica (1505-1834)*, in *Encontros sobre Portugal e a Índia*, Lisboa, Fundação Oriente/Livros Horizonte, 2000, pp. 175-184.

2. INÁCIO DE SANTA TERESA: REFORMADOR OU MISTIFICADOR?

A necessidade de reformar a sociedade política e religiosa de Goa, de pôr um travão no comportamento corrupto e imoral que atingia a generalidade do seu clero e mais sensivelmente os Franciscanos, fruto de um desregramento que se foi sedimentando em toda a sociedade, ao longo de mais de duzentos anos, como pôde observar-se no capítulo anterior, continuava a fazer sentir-se no início do século XVIII. As vozes que se insurgiam contra o estado de degradação que ali se vivia não podiam deixar de sensibilizar o poder central. E nesse sentido, temos que convir, alguma coisa se tentou fazer para inverter o caminho percorrido, através de toda a espécie de provisões régias. Os efeitos práticos, porém, podem considerar-se confrangedores porque a doença, ao invés da sua erradicação, foi-se progressivamente agravando. Na realidade, a distância quase sempre se apresentou como um obstáculo intransponível à concretização das acções deliberadas, que se transformavam em nada quando, somente ao fim de mais de dois anos, eram conhecidas em Goa.

Daí que tenha sido, certamente, essa forte vontade de impor a mudança que terá levado D. João V a enviar D. Inácio de Santa Teresa, já não apenas na qualidade de Arcebispo, mas ainda na de reformador. Era esta a percepção que se tinha em Goa e que Diogo Barbosa Machado se encarregou de divulgar quando escreveu que D. João V “o mandava não somente como Prelado, mas Reformador dos abusos do Estado da Índia”.¹⁵⁸ De resto, este autor terá colhido inspiração na carta do Pe. Afonso da Costa, reitor do Colégio de Rachol, um dos grandes amigos e aliados do Arcebispo, na qual observava que

Alem de que o serenissimo Snor Rey de Portugal bem sabemos quam amante hé da justiça e como tal não deixará de condemnar e reprovar a injustiça com que se procede contra V. Illm^a. Snria, a quem movido de ardente zelo, que herdou dos

¹⁵⁸ Diogo Barbosa Machado, *op. cit.*, vol. 2, p. 550.

sereníssimos Snores Reys seos Progenitores, mandou a esta Índia a reformar esta christandade tão perdida.¹⁵⁹

A notoriedade que o Arcebispo foi conquistando pesou, naturalmente, na decisão régia da sua escolha para tão alto cargo. O autor da *Vida do Exm^o. e Revm^o. Sr. D. Ignacio de Santa Tereza conego regular da Arc. de Goa e Bispo do Algarve*, que assina D. Ign. da B. M., assevera que

A fama das virtudes e grande sabedoria de que estava revestido D. Ignacio de S. Thereza chegou bem depreça aos ouvidos dEl rey D. João 5 e querendo este grande Monarca prover a cadeira principal de Goa com hum Prelado digno daquela dignidade a 22 de Abril de 1720 lhe mandou dizer pelo seu secretário o nomeava Arcebispo de Goa.

Influência de amigos terá, igualmente, dado a sua achega. José Pedro Paiva está convencido que Gaspar Moscoso, reitor da Universidade de Coimbra, que D. Inácio de Santa Teresa conhecera no tempo em que conviveu com a Jacobeia de Frei Francisco da Anunciação, “interferiu na sua eleição para o arcebispado de Goa”.¹⁶⁰ Tudo parece indicar, efectivamente, que terá sido decisivo o contributo do grupo de Coimbra ligado à Jacobeia, cujas teorias pareciam agradar a D. João V. A atribuição de um ministério a Frei Gaspar da Encarnação não pode indiciar outra coisa senão essa.

D. Inácio de Santa Teresa, quando cónego regente de Santa Cruz de Coimbra, abraçou a causa jacobea que germinara, no início do século XVIII no Colégio da Graça dos Eremitas calçados de Santo Agostinho, na mesma cidade. Aponta-se para um grupo de religiosos que, na procura de um maior aperfeiçoamento espiritual, se entregava à prática de colóquios e leituras. Os frades reuniam-se durante os recreios que se seguiam às refeições, e costumavam fazê-lo numa escada a que chamaram jacobea, inspirados na escada do sonho de Jacob pela qual subiam e desciam anjos.¹⁶¹

O movimento foi incrementado por Francisco da Anunciação,¹⁶² fervoroso seguidor das práticas jansenistas, nascidas da inspiração de Baio, mas que Jansenio¹⁶³

¹⁵⁹ ANTT-TSO-CG, liv. 286, Carta de Setembro de 1722, transcrita no *Manifesto*.

¹⁶⁰ *Os bispos de Portugal e do Império*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, p. 510.

¹⁶¹ Luís Fortunato de Almeida (adiante designado por Fortunato de Almeida), *História da Igreja em Portugal*, vol. II, nova edição preparada e dirigida por Damião Peres, Porto-Lisboa, Livraria Civilização Editora, 1968-1971, p. 610.

¹⁶² Nasceu em Portel, Alentejo, no ano de 1679, tendo professado no convento de S. Agostinho, em 16 de Outubro de 1685, apenas com dezasseis anos. Frequentou a Universidade de Coimbra, onde se doutorou em 8 de Junho de 1698. Faleceu no convento da Graça a 13 de Agosto de 1720. Diogo Barbosa Machado, *op. cit.*, vol. 2, p. 108.

¹⁶³ Jansenio nasceu em 1585, no seio de uma família católica, na cidade de Accoi, Leerdam, na Holanda. Fez os estudos superiores na Universidade de Lovaina e, logo de seguida, ingressou no colégio *Papa*

acolheu e desenvolveu no célebre *Augustinus*, que serviu de cartilha aos seus correligionários.

Luís Cabral de Moncada definiu a Jacobeia “como um movimento religioso essencialmente místico-moral e nacional, de um grande rigorismo cristão, que pretendeu estender a todos os homens o preceito do *caminho estreito* do Evangelho para os tornar a todos santos e perfeitos”.¹⁶⁴

Tal como os jansenistas também os jacobeus tinham como finalidade primeira o combate à crise religiosa, resultante da contaminação de costumes que se acentuou, em toda a Europa, no início do século XVIII, e que atingia não só a sociedade civil como também as Ordens Religiosas e o clero em geral. Em Portugal, essa crise expressou-se, particularmente, em torno da escandalosa actividade dos *freiráticos*, que redundou num avolumar de ódios entre as duas facções, que o mesmo autor designa por *laxistas* e *rigoristas*.¹⁶⁵

De acordo com a observação de Fr. António Pereira da Silva, “os jacobeus alinhavam os homens em duas categorias: a dos túbios, imperfeitos, carnavais, mundanos e relaxados; e a dos virtuosos, pios, devotos, espirituais, perfeitos e beatos”,¹⁶⁶ mas a quem os muitos adversários apodavam de “seita heterodoxa de sediciosos hipocritas”.¹⁶⁷

Fr. Francisco da Anunciação apontou, em *Vindicias da virtude e Escarmento de virtuosos nos públicos castigos dos Hypocritas dados pelo Tribunal do Santo Officio*¹⁶⁸, o caminho a seguir para alcançar a perfeição, obra que se apresentou, de alguma forma, como o *Augustinus* português.

Adriano VI, presidido por Jacques Janson, fervoroso seguidor das teses de Baio. A sua influência contribuiu, de forma decisiva, para o rumo trilhado por Jansénio. Catholic Encyclopedia, *Jansenius and Jansenism*, disponível em http://www.scholasticon.fr/Database/Scholastiques_fr.php?ID=194, consultado em 21 de Maio de 2014.

¹⁶⁴ Luís Cabral de Moncada, *Uma página de História Religiosa Portuguesa no Século XVIII: Jacobeus e Sigilistas*, Coimbra, [s.n.], 1951, p. 247.

¹⁶⁵ *Ibidem*, p. 249.

¹⁶⁶ Fr. António Pereira da Silva, *A questão do sigilismo em Portugal no século XVIII: história, religião e política nos reinados de Dom João V e de Dom José I*, Braga, [s.n.], 1964, p. 123, apud José Maria Mendes, *op.cit.*, p. 119.

¹⁶⁷ *Ibidem*

¹⁶⁸ Fr. Francisco da Anunciação, *Vindicias da virtude, e escarmento de virtuosos, nos publicos castigos dos hypocritas, dados pelo Tribunal do Santo Officio*, Lisboa Oriental, na Officina Ferreyriana, 1525.

Entre os mais ilustres adeptos da Jacobeia salientaram-se nomes como D. Fr. Miguel de Távora,¹⁶⁹ depois Arcebispo de Évora, Fr. Eugénio Trigueiros e Fr. José de Santa Maria, todos eremitas de Santo Agostinho. Os franciscanos aderiram ao movimento por iniciativa de Fr. António das Chagas,¹⁷⁰ que organizou no Colégio do Varatojo a sua Jacobeia. Um dos nomes mais notáveis saídos da instituição foi o de Fr. Gaspar da Encarnação,¹⁷¹ doutor em Cânones pela Universidade de Coimbra, da qual seria depois reitor. Em 1723, o Breve *Ex iniuncto nobis*, de Inocêncio XIII, nomeou-o visitador e reformador dos cônegos regrantes de Santa Cruz de Coimbra onde, por sua influência, as teses jacobeias foram efusivamente acolhidas. Os seus detratores demonizaram a sua nomeação, acusando-o de se haver deixado manobrar pelos sectários jacobeus, completamente identificados com os Agostinhos.

Os sectários Jacobeos da Ordem dos Eremitas Calçados do Santo Agostinho, que tinham o Collegio da Universidade por centro da sua união, vendo o P. Fr. Gaspar da Encarnação estabelecido no Monsteiro de Santa Cruz de Coimbra com o caracter de Reformador dos Conegos Regrantes, armado do grande poder, e autoridade, que foram manifestos; empregando todos os seus maliciosos artificios em ganharem o espirito do dito Reformador com aparências devotas, de que revestiam as suas tentativas, vieram em fim a conseguir, que o dito Fr. Gaspar se deixasse persuadir de que nelles Jacobeos teria os mais pios imparciais, e próprios Directores para conduzir a Reforma, que tinha por objecto.¹⁷²

¹⁶⁹ D. Fr. Miguel de Távora, da família dos Távoras, nasceu em Lisboa a 9 de Novembro de 1683. Professou no Mosteiro da Graça em 9 de Novembro de 1699, com a idade de 16 anos. Doutorou-se em teologia pela Universidade de Coimbra da qual foi professor. Em 1739 foi designado Arcebispo de Évora, tendo sido sagrado pelo cardeal D. Tomás de Almeida em 19 de Fevereiro de 1741. Em consequência dos acontecimentos que envolveram a sua família, alterou o seu apelido de Távora para Sousa. Faleceu em 16 de Setembro de 1759. Vide Fortunato de Almeida, *op. cit.*, p. 625.

¹⁷⁰ Nascido na vila da Vidigueira, em 1631, ingressou no convento de Évora, deixando para trás uma vida dissoluta e escandalosa. Em 1680 transformou o convento do Varatojo, nas cercanias de Torres Vedras, em colégio de missionários apostólicos, sujeito ao ministro geral da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco. Faleceu em 20 de Outubro de 1682. Disponível em <http://www.virtual-net.pt/FranciscanosVaratojo/pag3.htm>, consultado em 13 de Maio de 2011, e Diogo Barbosa Machado, *op. cit.*, vol. 1, p. 238.

¹⁷¹ Nasceu em 1685, professou na Ordem de S. Francisco, foi Reitor da Universidade de Coimbra e reformador da congregação dos Cônegos Regrantes de S.to Agostinho. Desempenhou as funções de ministro do governo de D. João V, após a morte do cardeal da Mota. Durante a grave doença que atingiu o Monarca assumiu o governo do reino. Faleceu a 25 de Novembro de 1752. Está sepultado no Mosteiro de S. Vicente de Fora em Lisboa. Vide Fortunato de Almeida, *op. cit.*, p. 611.

¹⁷² José de Seabra Silva, *Memorial sobre o scisma do sigilismo que os denominados jacobeos e beatos levantaram neste reino de Portugal...*, Lisboa, Officina Typografica, 1769, p. 1.



**D. Inácio de Santa Teresa, bispo do Algarve
(Galeria dos bispos do Algarve, Paço
Episcopal, Faro, foto de José M. Mendes)**

Uma outra figura de relevo da Jacobeia de Santa Cruz foi o bispo de Coimbra, D. Miguel da Anunciação ¹⁷³ que, juntamente com D. Inácio de Santa Teresa e D. Miguel de Távora, iria embrenhar-se na controvérsia contra o patriarca de Lisboa e o Santo Ofício, relacionada com o sigilo da confissão, que abalou a Igreja durante uma parte considerável do século XVIII e que haveria de terminar com a sua prisão às mãos do Marquês de Pombal.¹⁷⁴

Foi, naturalmente, imbuído do espírito jacobeu que o Arcebispo deu início à implementação das reformas que propunha, muitas das quais inspiradas, necessariamente, nos textos de Fr. Francisco da Anunciação.

Parece agora o momento indicado para a formulação de uma questão que é a de entender se a intervenção do Arcebispo terá correspondido aos desígnios que o Monarca tinha em mente ou se acabou, ele próprio, por deixar absorver-se pelo sistema.

Enquanto permaneceu em Goa, podem cingir-se a três as áreas em que concentrou a sua actividade: Uma virada para a reconversão dos rituais cristãos manchados pela proximidade contagiante de usos e costumes milenares, numa tentativa da sua purificação, e ainda na introdução de reformas ao nível clerical e do cerimonial cristão que prosseguiu, igualmente, como bispo do Algarve; uma segunda focada na recuperação do controlo das igrejas administradas pelos párocos regulares, numa luta pela jurisdição, a ser tratada em capítulo próprio; e uma outra no permanente confronto com a cadeia do poder civil quando entendia que lhe era afrontado o seu próprio domínio.

Procuraremos, ainda, estabelecer o paralelo entre aquelas que foram a teoria e a prática do Arcebispo, incluindo um subcapítulo em que se realçarão os procedimentos mais notórios, em contradição com os princípios que deviam orientar o seu ministério.

¹⁷³ Nasceu em Lisboa a 28 de Fevereiro de 1703. Aparentado por parte da mãe, D. Arcângela de Távora, com a família dos Távoras. Ingressou no real colégio de S. Paulo, de Coimbra a 22 de Outubro de 1719, tendo recebido o grau de bacharel em canones em Maio de 1724. Em Dezembro de 1726 foi nomeado, por concurso, condutário da Faculdade de Canones que abandonou para ingressar no mosteiro dos cónegos regantes de Santa Cruz de Coimbra. Onze anos depois ocorria a sua eleição para o cargo de geral da congregação. Foi sagrado bispo de Coimbra a 16 de Julho de 1748. A pastoral que publicou em 8 de Novembro de 1768, na qual mencionava os livros cuja leitura os cristãos deviam evitar, foi o início de uma persistente perseguição que levou à sua prisão por ordem do Marquês de Pombal. Vide Fortunato de Almeida, *op. cit.* p. 608.

¹⁷⁴ Apud José Maria Mendes, *op. cit.*, p. 127.

2.1. A Reforma dos Costumes

Mal arribou a Goa, concentrou-se na implementação de medidas que conduzissem à mudança. Todavia, em boa verdade, o que se constata é que grande parte delas visaram, simplesmente, a erradicação dos usos e costumes hindus, tantas vezes tentada pelos seus antecessores com o reduzido êxito conhecido

Logo em Fevereiro de 1722 interditou o trato dos cristãos com as bailadeiras, cominando os infractores com a pena de excomunhão.¹⁷⁵

A preponderância conseguida por estas mulheres, decorrente de uma clara interferência sobre a sociedade masculina, absorveu muita da atenção das autoridades, tanto civis como religiosas, ao ponto de haverem recaído sobre elas as penas mais extremas. A questão das bailadeiras acompanhou o Arcebispo até final da sua presença no Oriente não apenas pelas frequentes intervenções contra elas mas ainda pelas insinuações, vindas do campo adversário, a respeito das suas fraquezas ligadas a um pretenso gosto pelos seus bailados. Por tudo isto, não deixa de justificar-se uma abordagem mais detalhada, tendo até em atenção que elas sobreviveram a todas as investidas que visavam a sua erradicação.

As chanadas bailadeiras podiam considerar-se um misto de bailarinas e prostitutas,¹⁷⁶ que integravam um grupo de mulheres proscritas, considerado a raiz de

¹⁷⁵ Casimiro Christovão de Nazareth, *Mitras Lusitanas no Oriente: catálogo dos Prelados da Igreja Metropolitana e Primacial de Goa e das Dioceses Suffraganeas*, 2ª. ed., Lisboa, Imprensa Nacional, 1994, p. 228.

¹⁷⁶ Será apropriado aplicar esta definição às bailadeiras? Parece que sim embora muitos discordem da conotação. O enquadramento da sua actividade, na qual avulta, sem dúvida, uma inegável vertente cultural, resulta de uma observação atenta dos relatos contidos na generalidade da documentação que lhe diz respeito e que não pode deixar de conduzir a uma afirmação positiva. Isto, se considerarmos o conceito de prostituta como a mulher que pratica o acto sexual a troco de dinheiro. Na verdade, os documentos acima referenciados e muitos outros que focam o tema, atribuem às baladeiras a prática de uma actividade sexual a troco de dinheiro: os “irreparáveis danos que causavam aos catholicos com os seus vícios assym na vida como na Fazenda”, como escreve o vice-rei António Luís da Câmara Coutinho, ou o “tracto e comercio dos Cabos e soldados portugueses com as torpes Bailadeiras gentias, serventes dos Pagodes”, como refere o Arcebispo. Também a este propósito escreve Teotónio R. de Souza, um conhecedor privilegiado: “Por fim, a cidade de Goa não era excepção no que respeita o mal da prostituição. Havia grande procura de escravas para gratificação sexual, mas os Portugueses tinham desenvolvido uma preferência de gosto pelas dançarinas indianas. Os Portugueses visitavam-nas nas ilhas vizinhas de Akado e Kumbarjua, porque estas dançarinas não tinham licença para entrar dentro dos limites da cidade”. Teotónio R. de Souza, *op. cit.*, p. 150. No mesmo sentido se pronuncia Leopoldo da Rocha quando lhes atribui um código de comportamento um tanto livre que permitia considerá-las como

uma boa parte dos males que consumiam a sociedade goesa e cuja influência vinha, praticamente, do início da presença portuguesa na Índia. Sobre elas recaíam as mais severas acusações. Sempre representaram um intrincado quebra-cabeças que as autoridades religiosas e laicas de Goa nunca conseguiram ultrapassar apesar de, na obsessão de cortar com a influência nefasta por elas exercida, não parassem de criar legislação no sentido de travar a sua actividade.

Os primeiros sinais de preocupação, envolvendo as bailadeiras, terão surgido no final do século XVI com a carta de lei que Filipe II fez expedir em 27 de Outubro de 1598. Nos considerandos desse diploma legal, o Monarca fazia alusão ao facto de haver tomado conhecimento da actividade de bailadores, mouros e gentios, que iam das terras firmes para actuar na ilha da cidade de Goa e adjacentes, a troco de bom dinheiro, e que, durante os bailes, metiam “muitas cousas torpes, e cantigas ruins, e outras cousas que só por arte diabólica as podem fazer, nas cantigas metem seus pagodes e idolatria [...]”.¹⁷⁷

Criava aquelas que deverão ter sido as primeiras medidas restritivas da acção das bailadeiras, estabelecendo penas que iam do pagamento de algumas taxas até ao desterro dos homens e venda como escravas das mulheres:

[...] o baylador, homem ou molher, que vier da terra firme á cidade de Goa, ou ás ilhas adjacentes a ella, pague vinte pardãos pela primeira vez, e pela segunda corenta, a metade pera os cativos, e a outra pera o acusador, e pela terceira serem degredados os homens dous anos pera as galés do estado, e as molheres serão cativas pera minha Fazenda, e vendidas em pubriquo leilão a quem por ellas mais der.¹⁷⁸

Um século mais tarde, quando as bailadeiras haviam ganho já uma forte influência negativa e a sua actividade representava uma apreensão para as autoridades civis e religiosas, apareceu o primeiro documento que revela as consequências nefastas da sua actividade, no entender das autoridades civis e militares. Referimo-nos ao *Alvará em Forma de Ley*,¹⁷⁹ de 12 de Outubro de 1700, da autoria do vice-rei António Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, Conde de Vila Verde (1697-1701), publicado graças à

“rameiras ligadas ao templo”. Leopoldo da Rocha, *Uma página inédita do Real Mosteiro de Santa Mónica de Goa (1730-1734) e achegas para a história do padre nativo*, in *Sep. de Mare Liberum*, nº. 17, 1979, p. 244.

¹⁷⁷ *Arquivo Portuguez Oriental*, fasc. 6, parte 3, pp. 725-726.

¹⁷⁸ *Ibidem*, p. 725.

¹⁷⁹ *Alvará em Forma de Ley contra Bailadeiras*, Goa, 12.X.1700, Arquivo Histórico do Estado da Índia, Goa, “Livros das Monções”, liv. 97, fl. 77, apud Charles R. Boxer, *Opera Minora*, p. 334.

pressão exercida por D. Pedro II. Na introdução do mesmo esclarecem-se os motivos que levaram à sua promulgação:

Faço saber aos que este Alvará em forma de ley virem que por me serem presentes as repetidas offensas, que a Deos fazião com assistência das gentias Balhadeiras, que residião nesta Ilha de Goa, e nas illhas mais a ella adjacentes, como também nas terras de Salcete e de Bardez, acrescendo ao escândalo de sua desordenada vida o principio, e irreparáveis damnos que causavão aos catholicos com os seus vícios assym na vida como na Fazenda, que com ellas se destruhia, arruinando-se por esta cauza muitas cazas de moradores desta cidade [...].

Prosseguia o mesmo documento com a fixação de um extenso rol de sanções bem gravosas, tanto para as bailadeiras, em relação às quais renovava a proibição de residirem nas terras do Estado, como para aqueles que, por qualquer forma, com elas privassem. E pelo que se conclui do texto, todas as camadas da sociedade estavam implicadas no conluio com essas gentias, do qual poucos se conseguiam libertar:

Hey por bem de ratificar o Bando, que bandeí (sic) deitar em 27 de Janeiro de 699, pelo qual prohibi que nenhuma das ditas gentias morasse em nenhuma das terras deste Estado nelle declaradas, sob pena de morrerem de morte natural todas as vezes que nellas forem achadas, sem remissão, nem se lhe admittir sobre este particular nenhuma defesa: E outrossy mando que assym se cumpra esta ley, e que nenhuma pessoa de qualquer qualidade, estado, ou condição que seja não admita em suas cazas, palmares, challes, ou quaesquer outras Fazendas nenhuma destas gentias Balhadeiras, sob pena de serem presos, e pagar da prisão todo aquele que for fidalgo, ou gozar os privilegios da nobreza, mil xerafins para as obras da Ribeira, e perder juntamente o merecimento de todos os serviços que tiverem feito a Sua Magestade, alem de serem degredados a meu arbitrio para as fortalezas deste Estado; e sendo naturaes da terra, incorrerão na pena de açoutes, e de degredo para as gallés por tempo de nove annos; e quando sejam gentios, lhes será cortado o Sindy, e açoutados pelas ruas publicas, e ultimamente metidos na braga das gallés por tempo de dez annos.

Os efeitos do alvará não terão sido os previstos apesar do rigorismo das penas uma vez que as bailadeiras continuaram na sua actividade sem grandes dificuldades e até com a benevolência de algumas autoridades que assistiam às suas actuações com todo o agrado, como se assinalou na carta de D. João V, de 10 de Janeiro de 1708, endereçada ao vice-rei D. Rodrigo da Costa (1707-1712). Sublinhava o Monarca que

[...] o Arcebispo desse Estado, em carta de 18 de Dezembro de 1706 me deu conta do escandaloso excesso, com que se continuão em essa cidade as bailadeyras, sem embargo de as haver prohibido o Almotace Mor, sendo V. Rey desse Estado, e o mesmo Arcebispo com a excomunhão, que mandou publicar contra os Christãos, que viessem, e assistissem aos taes baeles, como succedera em o dia da procissão dos Passos, quando em o caminho começarão as beiladeyras a tanger para principiarem o seu baile, com grande escândalo, e se continuara em toda a noite, assistindo alguns ministros em o verem, desprezando as penas, e dando nisso máo exemplo aos mais.¹⁸⁰

Várias outras normas do mesmo estilo se seguiram tendentes à anulação da influência das bailadeiras. Em 1725, foi a vez de D. Inácio de Santa Teresa intervir, com a publicação de um inflamado texto a que deu o nome de *Arrezoado do Arcebispo Primaz contra as Bailadeiras em 1725*.¹⁸¹ O Arcebispo escarpelizava, nesse documento, todas as vicissitudes resultantes da conduta moral das bailadeiras, atribuindo-lhe, em particular, o descalabro que levou à derrota das forças portuguesas contra o Senhor do Culabo, em 1721:

O mau successo do Culabo, a inacção e frouxidão com que nele se portarão muitos Portugueses, porque senão atribuirá (alem das cauzas já insinuado do alistamento dos Maioristas, violenta contribuição do Eclesiástico, e de ser empreza arbitrada, dirigida, e assentada por Religiozos que professavam os assentos de outra milicia, e de outras Companhias, que lhes vedava o implicarem-se com as do seculo: *Nemo militam Deo se negotiis Saecularibus*) porque se não atribuirá ao tracto e comercio dos Cabos e soldados portugueses com as torpes Bailadeiras gentias, serventes dos Pagodes, e escravas do Diabo, com as quaes estiverão por despedida (não total, mas interina) toda a noite antes do embarque para aquela empreza (esta foi a Romaria e o jubileo com que se prevenirão para ela!) conservando-se no tempo da auzencia com tanta lembrança e saudades destes torpes espantalhos do mesmo vicio, que cegamente os arrastra, que na mesma noite do dia do desembarque, quando voltarão com pouca honra, os forão logo vizitar com menos vergonha?

Denunciou, ao mesmo tempo, o escândalo que representava aquilo que era a contribuição dos Portugueses, através das bailadeiras, agindo como prostitutas, para a reconstrução e edificação de novos pagodes hindus:

¹⁸⁰ *Archivo Portuguez Oriental*, fasc. 1, parte 1, pp. 204-205.

¹⁸¹ Arquivo Histórico do Estado da Índia, Goa, “Livros das Monções”, Livro 97, fl. 77, apud Charles R. Boxer, *Opera Minora*, vol. III, p. 336.

Acresce outra circumstancia de Idolatria, porque como estas bailadeiras tem feito voto ao diabo de se não negarem a pessoa alguma em obsequio e sacrificio ao Diabo, para o qual cooperão no mesmo acto os que com ellas cooperão. [...] no dinheiro que positivamente lhes dão não sô para as redificações, mas talvez para as edificações novas dos Pagodes, o que he ja tão vulgar, que ainda hoje em Goa se distinguem alguns Pagodes dos gentios pelos nomes dos cavalheiros Portuguezes com cujo dinheiro se edificarão [...].¹⁸²

Realçava o mal que advinha da sua actividade que contribuía até para a sabotagem da própria segurança do território:

Concorre mais a circumstancia da infidelidade à Coroa e ao Estado no perigo em que deixão os fortes, os passos e as barquinhas da guarda dos rios de Goa, dezemparrando-as totalmente nos dias e noites daquellas suas assistencias, deixando-as quando muito com huma só sentinela: nos balões que deixão de noite nas prayas de Bicholim, Peligão, e Mahem, e outras Aldeas em que aquelles Diabos em carne se alojão, com evidente perigo de se aproveitarem delles os inimigos vizinhos, e entrarem de noite, quando menos, a roubar as nossas terras e aldeas: nas noticias que os inimigos alcansão das cousas do Estado por via das bailadeiras, a quem tudo revelão os seus amantes; e nas pazes, pactos, permissões, faculdades, e licenças que conseguem em tudo tão favoraveis a elles com prejudiciaes ao Estado, chegando por via delas a alcançarem não só polvora e balla, mas a titulo de emprestimo peças de artilharia, como as que conseguio Quimá Saûnto há poucos annos por via de hum Portuguez pela mediação da sua bailadeira [...].¹⁸³

No seu escrito *O Estado do Estado da Índia*, o Arcebispo considerou a presença das bailadeiras como um dos maiores escândalos existentes na Índia, realçando, mais uma vez, a perniciosa influência destas mulheres:

Aqui pertence finalmente juntar hum dos mayores escândalos da Índia, por pertencer de algum modo à religião, que hé o comércio e comunicam com as bailadeiras gentias, servidoras dos pagodes, as quaes, o que tirão das grossas mezadas que lhes pagão os Portuguezes, convertem em edificações de novos pagades, reedificações dos antigos, ornato e riqueza dos ídolos, concorrendo talvez os seus amazios com o dinheiro determinadamente para o pagode, e existindo algum erecto com o título de certo cavalheiro Portuguez, que ainda hoje vive, pelo muito que deu à bailadeira para a sua erecção.¹⁸⁴

¹⁸² *Ibidem*, pp. 336-337

¹⁸³ *Ibidem*, pp. 338-339.

¹⁸⁴ ANTT-Manuscritos da Livraria nº. 1816.

De assinalar a intervenção do vice-rei João de Saldanha da Gama, em 1730, a instâncias de D. João V, decretando a expulsão das bailadeiras residentes na Ilha de Santo Estevão e demais terras do Estado “sob pena de morte natural para sempre, sem remissão”.¹⁸⁵

Aos que, de algum modo, interferissem no cumprimento da norma, dando-lhes guarida ou qualquer outro tipo de ajuda ou persistissem em mantê-las “por sua conta e sustento”, cominava com a perda dos cargos que ocupassem e o seu desterro para Diu, por cinco anos sendo Português e por dez anos no caso de um natural da terra, servindo, em ambos os casos, sem direito a qualquer retribuição.

No mesmo preceito, o vice-rei, na tentativa de suprir uma evidência resultante da inutilidade de quantas medidas haviam sido tomadas até então para erradicar o trato com as bailadeiras, criou um sistema que previa a realização anual de uma devassa, sob a direcção do ouvidor geral do crime, a todos aqueles que infringissem a lei.

Durante o governo do Arcebispo, houve ainda lugar à intervenção do vice-rei Conde de Sandomil, expressa no alvará de 27 de Março de 1734, com a tomada de medidas radicais, que demonstram claramente que o sucesso das bailadeiras havia ultrapassado todos os obstáculos que se lhe colocaram.

[...] ordeno, e mando que da publicação da presente ley em diante nenhuma mulher servideira dos Pagodes, ou das balhadeiras, nem os seus gadares, venhão ás terras do Estado sob pena de morte natural para sempre,¹⁸⁶ que se executará irremissivelmente, e os vassalos do Estado, assy christãos como gentios, e mouros, não poderão mandar vir rapazes, ou christãos ou gentios, em trajo de balhadeiras para fazerem bailes, sob pena de serem degradados para Chaul por tempo de cinco annos, e pagarem quinhentos xerafins para as despesas da Fazenda real [...].¹⁸⁷

L

No mesmo documento, o vice-rei tomou uma outra medida bem demonstrativa da ascendência que tais mulheres haviam conseguido, subvertendo até os hábitos comuns da população de Goa:

¹⁸⁵ *Archivo Portuguez Oriental*, fasc. 6, suplementos, doc. nº. 138, *Provisão de 28 de Setembro*, pp. 366-367.

¹⁸⁶ Não consta que alguma delas tenha sofrido a pena capital tantas vezes cominada por variadíssimas disposições régias ou por outras saídas do governo do Estado.

¹⁸⁷ *Archivo Portuguez Oriental*, fasc. 6, suplementos, doc. nº. 155, p. 435.

[...] os vassalos do Estado, assy christãos como gentios e mouros, não poderão mandar vestir rapazes, ou christãos ou gentios, em trajo de balhadeiras para fazerem bailes, sob pena de serem degredados para Chaul por tempo de cinco anos e pagarem quinhentos xerafins para as despesas da Fazenda real [...].

A pertinácia do Arcebispo prosseguiu e, no decorrer da sua permanência à frente da Arquidiocese, foram constantes as intervenções, directas ou indirectas, tendo como objectivo a interdição de toda a espécie de hábitos que interferissem ou não com a prática cristã. Tratava-se de uma política que visava a criação de uma nova sociedade ou, se quisermos, uma modelação da existente.

Proscreeveu a festividade designada por sigmó, uma espécie de carnaval gentílico, e a celebração de casamentos com música e folia no tempo da quaresma.¹⁸⁸

Na tentativa de destruir hábitos radicados na cultura dos naturais, proibiu que:

[...] nenhuma mulher casada quebre cacânãs sobre o cadáver do marido, ou para o prantear vista com luxo ou se adorne de jóias, e ninguém accenda candieiro de dia na casa de defunto, nem enterre dinheiro debaixo de panella [...], e nenhum homem ou mulher para poder comer em loiça ou vatalli novo, dê nella primeiro de comer a alguma vaca, por serem todos estes ritos gentílicos e supersticiosos”.¹⁸⁹

Por carta de 6 de Janeiro de 1724, alertou D. João V para o escândalo que resultava dos cerimoniais “satânicos e supersticiosos” dos casamentos presididos pelos botos, ainda que celebrados à porta fechada. O Monarca entendeu, antes de tomar uma decisão sobre assunto, instruir o vice-rei no sentido de ouvir os prelados das congregações presentes em Goa. Não obstante as conclusões que aconselhavam a imposição de medidas restritivas ou a proibição simples da realização de tais casamentos nas terras do Estado, Saldanha da Gama parece ter evitado qualquer intervenção, com o argumento de que

[...] não convém se derogue aos gentios este privilegio, para que não suceda que deixem os domínios de V. Magestade e vão augmentar o commercio das Nações Europeas, como o tem feito na maior parte pelo terror do Stº. Officio, pois dizem que huns accusão aos

¹⁸⁸ Casimiro Christovão de Nazareth, *op. cit.*, p. 224.

¹⁸⁹ *Ibidem*, p. 246-247.

outros falsamente todas as vezes que lhes não dão ou emprestão o seu cabedal.¹⁹⁰

Ditou a excomunhão de todos os cristãos que transportassem o andor e o sombreiro dos gentios, pena que acabou por ser anulada pela intervenção do mesmo vice-rei junto de D. João V.¹⁹¹

Tentou a proibição de um cerimonial hindu, que tinha lugar na lua cheia de Agosto, no rio que ficava junto a Naroá, durante o qual os botos ajudavam os assistentes a banhar-se. Argumentava ele que, além da celebração de um culto falso, se viam as mulheres gentias nuas na água ou apenas cobertas da cintura para baixo com um pano tão fino que depois de molhado se tornava transparente.

De novo, a intervenção do vice-rei convenceu D. João V a não dar ouvidos ao Arcebispo. Decidiu ele que “pareceo dizer-vos que as rezões que propondes para não dares à execução a ordem que se vos enviou, são taes que se vos louva o não a executardes, e que só deveis procurar que os Portuguezes e mais christãos não assistão ao dito lavatório”.¹⁹²

¹⁹⁰ Cunha Rivara, *Ensaio Histórico da Língua Concani*, doc. n.º. 48, pp. 308-333.

¹⁹¹ *Archivo Portuguez Oriental*, fasc. 6, suplementos, doc. n.º. 139, pp. 367-368, *carta de D. João V para o vice-rei, de 5 de Março de 1731*.

¹⁹² *Ibidem*, doc. n.º. 122, pp. 308-309, *carta de 23 de Outubro de 1728*.

2. 2. A nível doutrinal e clerical

As reformas introduzidas nesta área foram, sobretudo, de cariz formal e, se bem analisadas, levam à constatação de que, quase todas elas, sob o falso argumento da jurisdição, mais não perseguiram que o domínio de todo o clero.

A sua primeira iniciativa incidiu sobre os clérigos ¹⁹³ a quem obrigou a submeter a um exame de latim e de moral “por lhe constar a summa ignorância de muytos, que com effeito achou”. Privou muitos do exercício de confessar, ao mesmo tempo que fez depender de exames prévios a concessão de licenças de confessor aos regulares, com a presença do Arcebispo.¹⁹⁴

A maioria dos padres sujeitou-se ao exame, mas um bom número deles, designadamente, os franciscanos rejeitaram-no, alegando privilégios cujos títulos, dizia o Arcebispo, nunca apresentaram, e acusando-o, ainda, de ser inimigo dos frades.

Vedou a faculdade de confessar aos padres não aprovados no exame estabelecido, reiterando, também, a proibição de os padres, que dispunham apenas de licença para confessar homens, confessassem mulheres.

Impediu as confissões de mulheres fora do confessionário, obrigando, na ausência deles, à colocação de uma grade entre o confessor e a penitente.

¹⁹³ A hierarquia da Igreja Católica é formada, essencialmente, por três graus: Bispo, presbítero (padre, sacerdotes) e diácono. Na Arquidiocese de Goa, a hierarquia era encabeçada pelo arcebispo, coadjuvado por um vigário-geral que o auxiliava no seu governo. Seguiam-se os cônegos, uma espécie de consultores eclesiais nomeados pelo arcebispo. Funcionavam como conselheiros do prelado, ocupando-se também em funções litúrgicas e administrativas da Sé. O colégio dos cônegos denominava-se Cabido. Vinham depois os presbíteros ou sacerdotes, cuja actividade consistia no governo das paróquias, razão pela qual o sacerdote principal se designava por pároco. Faziam parte ainda das ordens maiores o diácono e o subdiácono, este a partir do século XII. Nas ordens menores incluíam-se os leitores, acólitos, ostiários e exorcistas, também chamados minoristas. Em 1972, Paulo VI, através da Carta Apostólica *Motu próprio Ministeria Quaedam*, suprimiu o subdiaconado e as ordens menores.

Os sacerdotes integravam o clero regular ou secular. Ao regular pertenciam aqueles que seguiam as regras de uma ordem religiosa, ao secular os restantes.

A designação de prelado, que representava uma das dignidades da Igreja, era atribuída aos patriarcas, primazes, arcebispos, bispos e abades. Nesta categoria poderia também incluir-se o superior provincial dos jesuítas. Vide António Manuel Espanha, *História de Portugal Moderno, político e institucional*, Lisboa, Universidade Aberta, 1995; Rafael Bluteau, *Vocabulário português e latino* e José Aldazábal, *Dicionário Elemental de Liturgia*, disponível em

http://www.portal.ecclesia.pt/ecclesiaout/liturgia/liturgia_site/dicionario/dici_ver.asp?cod_dici=309, consultado em 11 de Janeiro de 2012, Apud José Maria Mendes, *op. cit.*, p. 27.

¹⁹⁴ *Ibidem*.

Recusou a emissão de licenças para novos oratórios e capelas particulares, porque era já tão extenso o seu número que muitos canarins os possuíam em suas casas. No seu já menciondo escrito *Estado do Estado da Índia* ¹⁹⁵ deixou uma alusão significativa ao abuso que resultava da sua posse, que se havia vulgarizado, chegando ao ponto de muitos deles disporem de capelão próprio.

Outro meyo finalmente apontamos para se ter a devida reverência aos templos, Igrejas e Oratórios, contra a pouca ou nenhuma que se experimenta na Índia. O qual hé cortar também de hum golpe huma principal raiz deste grave mal que hé a facilidade e multiplicidade de oratórios particulares que como não reconhecem outra Igreja mais que o seo oratório, nem outro Parrocho ou Sacerdote mais que o seo Capellão, que hé na realidade e no exercício fâmulo da caza (e assim se servem deles nos ministérios servis) daqui resulta a menor reverência às Igrejas e o menos respeito aos Parrochos e Sacerdotes, e o pouco zelo ou nenhuma piedade com que concorrem para ellas e para as couzas do culto divino.

Tratar-se-ia de uma forma de ostentação que estava, então, em voga e que banalizara a celebração das missas nas casas particulares, de tal modo que em algumas eram concelebradas por três sacerdotes. Igual procedimento ocorria com a administração do baptismo, preferindo-se realizá-la nas capelas ou oratórios privados em detrimento das igrejas. Uma outra forma de exibição, também em moda nos baptizados dos filhos dos poderosos quando estes tinham lugar na igreja paroquial, consistia na substituição da pia baptismal por uma bacia de prata colocada no centro da capela-mor.¹⁹⁶

Instituiu a necessidade de uma autorização pessoal, concedida previamente, para que qualquer sacerdote, regular ou secular, pudesse celebrar missa nesses lugares.¹⁹⁷

Permitiu o trabalho ao domingo, depois de ouvida a missa, na época das sementeiras e das colheitas e em outras várias ocasiões; incentivou os párocos a convencer os fiéis a substituir os jogos de cartas, as danças, os banquetes e a prática de outros pecados com que ocupavam o tempo nos dias santificados, depois de ouvirem missa, pelo exercício da oração mental.

¹⁹⁵ ANTT-Manuscritos da Livraria, nº. 1816.

¹⁹⁶ José Maria Mendes, *op. cit.*, p. 36.

¹⁹⁷ ANTT-TSO-CG, liv. 312, *Pastoral de 10.10.1724*.

Aos pregadores, cujas homílias, segundo o seu conceito, em nada contribuíam para a aperfeiçoamento dos fiéis, mandava que os sermões incidissem sobre doutrinas edificantes, sob pena de revogação das respectivas licenças.

Proibiu a pregação a qualquer clérigo, regular ou secular, que não fosse pelo menos diácono e que não tivesse feito estudos filosóficos e teológicos.

Instituiu a obrigação de as crianças dos 7 aos 14 anos e pessoas nobres e ilustres se instruírem na doutrina cristã, podendo multar-se os responsáveis por cada falta, entre dois e vinte bazarucos. Idêntica obrigação estendeu aos possuidores de escravos que deviam zelar para que todos eles frequentassem o mesmo ensino. Visando o desenvolvimento dessa prática, estabeleceu a exigência de um certificado emitido pelo pároco, comprovativo de que os pretendentes ao casamento assistiam com regularidade ao ensino da catequese, sem o qual não correriam os respectivos banhos.

Determinou que os párocos instruissem os naturais na sua própria língua. Para tanto, deveriam eles aprendê-la em seis meses sob pena de serem afastados dos seus cargos. No entanto, decorridos apenas dois anos, abandonou, por completo, a exigência do conhecimento da língua local, recomendando que o ensino fosse ministrado em português.

Debruçou-se sobre o baptismo dos recém-nascidos, estabelecendo a sua administração até ao terceiro dia após o nascimento e, excepcionalmente, até ao quarto, o qual deveria administrar-se nas igrejas paroquiais, a não ser em situações extremas. Voltou a este tema, uma segunda vez, alterando os prazos anteriores para cinco e seis dias.

Insistiu com os párocos para que não deixassem morrer os recém-nascidos sem esse sacramento ainda quando os seus familiares não pudessem arcar com os respectivos custos.¹⁹⁸

No sentido de reorganizar as Fábricas das igrejas, declarou nulos os aforamentos ou emprazamentos dos prédios de que eram proprietárias e ordenou a introdução de livros de onde deveriam constar as respectivas receitas e despesas, ao mesmo tempo que retirava aos párocos o controlo das contas, atribuindo-o aos fabriqueiros. Também esta alteração resultava no reforço da sua jurisdição uma vez que os fabriqueiros ficavam-lhe subordinados, contrariamente ao que acontecia aos párocos.¹⁹⁹ Semelhante medida

¹⁹⁸ *Ibidem*, pp. 231-234, *Pastoral de 13 de Agosto de 1727*.

¹⁹⁹ *Ibidem*, pp. 234-237, *Pastoral de 10 de Setembro de 1727*.

incidiu sobre as irmandades e capelas das freguesias de Bardez que colocou sob a sua jurisdição, quando antes se encontravam sob o domínio dos respectivos párocos.

Implementou o exercício da oração mental, que devia ter lugar, diariamente, em todas as igrejas, pelo menos durante um quarto de hora, depois das leituras, cominando os párocos incumpridores com a pena de suspensão.²⁰⁰

A oração mental foi uma prática jansenista preconizada por Fr. Francisco da Anunciação, considerada imprescindível para que, particularmente, os religiosos alcançassem a perfeição. Citando Savonarola, estava convicto de que os religiosos “que deveras se não applicão a estes santos exercícios da Oração, se fazem tíbios, inquietos, murmuradores, ambiciosos, iracundos, loquazes, sensuais, farsantes, e mais duros para a verdadeira penitência, do que os Seculares”.²⁰¹

Já como bispo do Algarve, recomendou perfeição e pontualidade na celebração dos sacramentos e outros ofícios divinos; estabeleceu a proibição de os sacerdotes celebrarem missa sem batina sob pena de suspensão, impondo ainda outras regras sobre trajes, agindo, também aqui, de acordo com a prática do mesmo Francisco da Anunciação; fixava o prazo de oito dias para administração do baptismo aos recém-nascidos, alterando o seu cerimonial, substituindo a imersão da cabeça do baptizando pela aspersão da água, por três vezes, acto acompanhado da expressão *In nomine Patris, et Filii et Spiritus Sancti*, rito que ainda hoje se conserva; proibia que qualquer membro do clero obstasse ao uso da comunhão diária, recomendado no decreto da Sagrada Congregação, de 12 de Fevereiro de 1679;²⁰² vedava, sob pena de excomunhão, a confissão de mulheres fora do confessionário, de modo a afastar o uso de as confessadas beijarem as mãos dos confessores, mandando que se aumentasse o seu número em todas as igrejas e capelas; de forma a suprir as graves carências observadas na diocese; ordenava a construção de escolas nas proximidades das igrejas onde os párocos deviam ensinar a ler e instruir os alunos na doutrina do catecismo e nas cerimónias da missa; dava instruções para que se cobrissem os cemitérios com abóbadas ou telhados para evitar a exposição dos ossos dos defuntos; prescrevia acções de formação do clero, determinando, entre outras medidas, que os novos sacerdotes fossem assistidos, nas

²⁰⁰ *Ibidem*, p. 242, *Pastoral de 2 de Março de 1730*.

²⁰¹ Fr. Francisco da Anunciação, *op. cit.*, p. 239.

²⁰² Na pastoral de 25 de Março de 1743, D. Inácio de Santa Teresa, alinhando com a oposição à comunhão diária que se verificava sobretudo na Alemanha, advogava “que a qualquer penitente secular, limpo de culpa grave, se póde dar a comunhão cada oyto dias, e ainda dentro delles em algum dia festivo, ou de Santo da sua devoção”. Nesta pastoral, o prelado alterou radicalmente as suas convicções a respeito do sacramento da comunhão.

primeiras sete missas, por outros experimentados, para que se impedissem as incorrecções; introduzia um mestre de gramática e de canto na sua catedral para que se desse assistência aos meninos de coro; estabelecia a pena de excomunhão para os advogados que, no cível, patrocinassem causas injustas ou que aconselhassem ambas as partes, declarando ainda que os que impedissem, por qualquer forma, o decurso normal da Justiça cairiam em pecado mortal; acentuava a sua autoridade sobre as confrarias fundadas ou instituídas pelos seus antecessores, proclamando que também lhe pertencia, de facto e de direito, a visita a todas as fábricas de igrejas e da catedral; proibia o uso de máscaras nas festas e novenas eclesiásticas, bem como de quaisquer disfarces, designadamente, trajes do sexo oposto; aludindo ao excessivo luxo das mulheres do reino, recomendava aos confessores que as admoestassem, na confissão, do pecado grave que cometiam em virtude dos escândalos e perigos ocasionados em si e nos outros e, ainda, sobre os pesados gastos que isso ocasionava nas suas economias; aconselhava os mesmos confessores a censurar também os pais e maridos que nisso consentiam; cominava com a pena de excomunhão as mulheres que saíssem de casa, durante a noite, por ocasião de várias novenas celebradas na diocese bem como durante a quaresma; interditava a actuação de todos os exorcistas sem sua autorização prévia.²⁰³

²⁰³ BNP, R. 2677/12^a, *Pastoral de 25 de Março de 1743* ; Cod. 1523, *Pastoral de 8 de Dezembro de 1744*, apud José Maria Mendes, *op. cit.*, pp. 61-62.

2.3. Da teoria à prática

Parece oportuno avaliar agora até que ponto existiu coerência entre os princípios que deviam orientar o exercício do seu cargo, muitos dos quais evidenciados nos seus escritos, e aquela que foi, efectivamente, a sua prática. O resultado dessa apreciação poderá, por si só, responder à questão que se deixou formulada: Terá a acção do Arcebispo correspondido aos desígnios que o Monarca tinha em mente ou acabou por ser, ele próprio, absorvido pelo sistema? E juntar-lhe uma outra: Que benefícios resultaram para Goa e para o Algarve da actividade exercida por ele durante cerca de trinta anos?

Os testemunhos de diferentes origens, uns mais credíveis que outros, facultar-nos-ão uma resposta plausível.

O primeiro libelo acusatório contra ele intitulava-se *Verdades catholicas contra axiomas herecticos*,²⁰⁴ um escrito anónimo que o *Additamento ao Manifesto*, já citado, revela ser da autoria do Pe. Manoel de Sá, o Jesuíta que se apresentava como um dos líderes incontestados da facção contrária.

Diz ele que, durante a visita a Salcete, com o recurso a todos os meios, sacou dinheiro a pobres e ricos, desfrutou dos bailes das bailadeiras gentias, teve um comportamento indigno com mulheres, enquanto administrava o crisma, fez-se sempre acompanhar de rapazes em passeios pelo rio, assumindo atitudes pouco recomendáveis; introduziu a discórdia entre os canarins, com repercussões no relacionamento futuro da comunidade de Salcete

Enredou os canarins de tal sorte, que em muitos anos se não extinguirão os ódios e inimizades, que em toda aquella Provincia introduzio com a sua visita, castigando gravemente a huns para contentar a outros. Daqui nascerão muitas demandas, muitos testemunhos falsos, muitas danmnificaçoens, muitos insultos, muitas parcialidades, muitas vinganças e tantos outros peccados que affirmou um secular, tão douto como prudente, que nem Luthero nem Calvino tinham perdido tantas almas em tão Breve tempo como o Arcebispo de

²⁰⁴ BPE, CX/1-6, nº. 11, *Verdades catholicas contra axiomas herecticos*.

Goa. E o que mais hé, que ainda hoje fomenta Sua Ilma estes ranchos com a maior contenção que pode, perseguindo os innocentes e favorecendo e premiando os facinorosos.

Atribui ao Arcebispo um “procedimento altivo, precipitado, vingativo, ambicioso, fermentado, obstinado, violento, dissimulado e caviloso”.

Salienta a ligeireza do Arcebispo na aplicação de penas, a frieza com que destruía a vida familiar de tanta gente e a sobranceira e o abuso com que lidava com tribunais, poderes civis e com a Justiça em geral:

[...] fácil em sahir com excommunhões, e dificultozo em absolver dellas; de prender a clérigos e a leygos sem causa e de os não soltar senão mortos ou gravemente enfermos; de tirar o crédito a homens e mulheres casadas e de expor estas a serem mortas por seos maridos com os termos infames que lhes manda fazer; de levar por diante todas as suas teimas contra toda a razão e contra todo o direito; de não deferir às partes e sumir-lhes os seos papeis quando já nelles tem dado despachos exorbitantes; de se intrometer na jurisdição real com total perturbação dos povos e opressão daqueles a quem obriga com sensuras e ainda com pancadas a pagarem o que não devem.

E, segundo o mesmo autor, aos críticos respondia, simplesmente, que agia de acordo com o que lhe ditava a sua consciência.

Questiona a insensibilidade do Arcebispo quando ordenava a presença dos denunciados sob pena de excomunhão, exigindo que fosse lavrado termo de emenda, quer confessassem quer negassem, e aplicando-lhes uma pena pecuniária ou enviando-os para o Aljube, onde muitos morriam ou fugiam, dando como exemplo o ocorrido com uma mulher casada, que entrou grávida no Aljube e de lá saiu morta:

Entre esta multidão de prezos se achava huma mulher casada, que sem embargo de o ser, e estar seo marido então auzente, foi preza por má mulher: estava ella prenhe de oito mezes, e constava ser de seo marido; e assim pella incomodidade do lugar, como pela proximidade ao parto, enfermou gravemente, e requereo repetidas vezes a sua Illm^a. a sua soltura, sem nunca ser ouvida, por mais que se sujeitava a fazer termo de emenda, e ao mais que sua Illm^a. quizesse: ate que compadecido o Aljubeiro do desamparo, e risco daquella mulher, e da criança que tinha no ventre, foi intimar a Sua Illm^a. primeira e segunda vez que ella morria infalivelmente; sempre respondeo Sua Illm^a. que se morresse, lhe não faltaria lugar no adro da Sè, para ser sepultada. Morreo em Breves dias, e por não haver quem a abrisse, deixou a criança de receber o bautismo.

Além desta, mandou o Arcebispo prender outras mulheres casadas “por mal procedidas sem que seos maridos as accusassem ou se lhes provasse o delito, antes talvez erão tidas e havidas por mulheres honradas”.

Assinala a leviandade com que recorria à excomunhão, salientando, como exemplo, um grupo de homens de Margão, vítimas de tal punição e incapazes de se livrarem dela por intransigência do Arcebispo:

[...] andão [excomungados] há hum anno e andarão toda a vida quatorze homens da aldeã de Margão sem mais culpa que o ódio de Sua Illma, a quem os dittos homens chegarão muitas vezes protestando que eles estavam inocentes mas que sem embargo disso estavam prontos para obedecer a tudo o que a Igreja lhes mandasse só afim de se verem livres daquela summa vexação. E ainda que houve pessoa de tanta autoridade como letras que patrocinou tão justo requerimento não foi deferido com grande escândalo de toda a christandade e não menor impaciência dos suplicantes.

Imputa-lhe uma diversidade de comportamentos nada consentâneos com a sua condição de Arcebispo, revelados ao longo da mesma visita:

Os seus divertimentos em toda esta visita forão bayles e discantes ao humano, e tanto, ao humano, que o que mais lhe agradava, era a representação dos bayles das Bayladeiras gentias, que são os mais profanos, que o diabo inventou ate agora. Hé tão aceado no seu topete, que para o levantar a toda a hora, não larga o pente da algibeira. Quando sahia a passear pelo rio, sempre havia de levar rapazes no seu balão, e junto de si os mais especiosos: a hum de Verna que lhe agradou mais que todos, dava o lugar que não pode expressar a modestia, ainda que o virão os olhos de muitos. Quando chismava as mulheres, não só lhes descobria o rosto, mas totalmente lhes abria os lançoës, e a todas as que não erão velhas, lhes apertava com hua mão a barba, e com a outra fazia as cerimoniaes da Chisma. A todas as que lhe parecião e erão formosas, mandava que ficassem perto de si, para serem madrinhas das mais, no que causou tão publico escândalo, que se vio obrigado hum Religioso da Companhia a adverti-lo, e pedir-lhe que se abstinésse daquella escolha.

Uma outra censura feita no escrito prende-se com a parcialidade atribuída ao Arcebispo, que punha de lado a justiça e os preconceitos morais sempre que lhe convinha:

Como consente ou manda que se cortem as árvores fructíferas dos patrimónios dos clérigos, sem também serem citados nem ouvidos

em juízo algum? Assim o fez, com despacho de Sua Illma hum leigo capucho em Diu ao Pe. Caetano Gomes, morador na mesma Fortaleza, cortando-lhe as palmeiras que tinha em certo chão do seo património, com o pretexto de que tiravão a vista ao seo convento. Porem como o ditto leigo hé tio de Sua Illma mereceo que nesta occazião dispensasse em tantas leys quantas vemos violadas neste absoluto.

O prelado repudiou todos estes comportamentos, que devolveu aos seus adversários. Não desmentiu, porém, o ocorrido com a mulher que faleceu no Aljube, contestando apenas que, depois de morta a progenitora, estivesse o nascituro movendo-se visivelmente dentro do ventre da mãe. E cita o comentário do principal médico de Goa, que acolheu a informação com risos, esclarecendo que tal só poderia ter acontecido por milagre, “porque sem elle, morta a May não podia a criança ter mais vida”.²⁰⁵

Madalena de Santo Agostinho, priora do convento de Santa Mónica, por sua vez, atribui-lhe práticas indecorosas com soror Inácia da Anunciação, nada consentâneas com a sua condição de arcebispo. Na *Relação sumaria e verdadeira dos Procedimentos que o Arcebispo de Goa teve com as Religiozas do Convento de Santa Monica da mesma cidade no anno de 1731, 1732 e 1733*,²⁰⁶ traçou um retrato demolidor do Prelado e da sua companheira de clausura:

[...] quando entrava no Mosteiro falava com ella (madre Inácia), muytas vezes de só por só, e de huma vez esteve com ella na sua cella sem mais ninguém, e querendo entrar huma criança não consentio e ficou com a porta cerrada quazi huma hora. E por disfarce mandou chamar a algumas suas parciaes.

Em outra ocazião, na cella da Madre Maria Luiza de S. Joseph que Deus haja, quando veio para vizitar o Convento e favoreceo-lhe ali doce e levando a dita Madre Ignacia hum vazo de vidro com agoa para beber, lhe lançou depois que bebeo huma bochecha de agoa em os peitos à vista de algumas religiosas que se achavão presentes e do R. Pe. Fr. Joseph de Santo António que Deus haja, que naquella ocazião exercitava o officio de Confessor Geral desta Casa, o qual por não querer ver couza semelhante saiu com toda a pressa fora da cella; e achando se a dita Madre Ignacia doente na enfermaria foi lhe vizitar algumas vezes, em hum dia 3 vezes em huma tarde, e suposto que tão bem vizitava as outras enfermarias e pellas repentinas entradas que fazia succedeo muitas vezes ver algumas Religiosas sem a devida composiçãõ.

²⁰⁵ ANTT-TSO-CG, liv. 286, *Manifesto do procedimento do Arcebispo de Goa contra as muytas falsidades e calumnias que se lhe tem imposto*, que passa a designar-se por *Manifesto*.

²⁰⁶ ARSI, Roma

E, no mesmo tom acusatório, põe a nu outras das suas muitas fraquezas, a menor das quais não era o seu gosto pela companhia de jovens do sexo masculino, evidenciando, também, a impunidade com que o Arcebispo infringia todas as *Constituições* que apenas o autorizavam a visitar o convento, uma vez por ano, na qualidade de superior e sempre acompanhado de dois ou três sacerdotes:

E sendo a dita Maria Ignacia Mordoma de Stº. Christo dos Milagres, veyo o dito Prellado no dia da fama da Novena dentro ao Convento, trazendo na sua companhia hum rapaz com huma viola ao pescoço e na hora que sahia a procissão que toda ella esteve o dito Senhor Primás acentado na Capella estando presente a comunidade, depois de ver um baile que ali se fez, mandou as religiosas extromentistas tocar o oitavado para o rapaz bailar e dançar, e não sabendo ellas nem ainda pelo nome este som elle mesmo pegou na viola, e o tocou, e o rapaz o bailou e para que este não perdesse o compasso o Arcebispo lhe fazia meneyos do corpo, da cadera onde estava acentado e a vista de dar gosto a esta.

Outra das revelações de Soror Madalena evidencia que, da parte do Arcebispo, não existia qualquer preocupação em camuflar os favores que dispensava à freira, que fez eleger priora, toda a ocasião servindo para lhos manifestar:

E na outra ocasião o Prellado veio às grades, falou duas xacotas, huma em louvor dos olhos da Madre Ignacia, e outra [segurando] às suas parciaes, enquanto seus olhos fosse abertos, e tão bem nas grades do deposito, perante todas, falou outra xacota em louvor dos olhos à mesma Madre, isto perante algumas religiosas presentes, não só este Prellado mas ainda seu criado João da Costa que entrava com o dito todas as vezes, que vinha e punha-se no claustro com algumas Religiosas modernas em praticas pouco decentes”.

Num outro documento intitulado “*Vários discursos em que se censurão algumas propoziçoens contra o Arcebispo primás de Goa D. Fr. Ignácio de Santa Thereza e outros a seu favor*”,²⁰⁷ também de autor anónimo mas de estilo muito semelhante ao do Pe. Manoel de Sá, são urdidas outras considerações altamente depreciativas sobre outros aspectos da vivência do Arcebispo.

Apouca-se o seu talento literário glosando que “das suas letras ninguém pode duvidar que as sabe, porem soltas, em que dizem todos que hé peritíssimo”, porque,

²⁰⁷ BNP, cod. 13.185, pp. 73vº.-75vº.

“nas mais se tem experimentado que tem fulminado muitas excomunhões inválidas, e injustas, em tal forma que toda esta Índia se acha nulamente sensurada, vai agora aprendendo alguma couza dos Canones, mas pouco, sem os quaes não sabe dar hum só passo!”

Os seus dons oratórios, segundo o mesmo delator, seriam pobres porque, quando convidado para intervir em actos públicos, contrariamente ao que acontecia com os seus predecessores, sempre se recusava, forma de com “esta capa” cobrir “a sua ignorância”.

Põe em dúvida as suas aptidões de teólogo e de canonista porque em público e em particular “defende a unhas e dentes que todas as obras boas feitas pelos que estão em pecado sam abominaçoens, que sam desagradáveis a Deos, que não servem, e outros os termos flamengos com que aparta aos fiéis de as fazerem”.

Apona as declaratórias da autoria do Arcebispo em cada frase das quais “não há termo indecente que nellas não exprima, injuriando os sujeitos e profanando as Igrejas em que as manda fixar”.

Pretendeu, no quadro que gizou a seguir, aviltar o Arcebispo. Ressalvados os excessos que resultam do estilo utilizado, parece que os factos descritos consubstanciam uma caracterização que tem alguma coisa de real:

A virtude que nelle vemos he andar muito gordinho e muito nédio. Jacobes nos ossos e tão observante dos desta seita, que em nada quebra as suas regras em ter de sy bom conceito e mau dos outros; há todo o destilado do Farizeo, que não será como os mais homens; buscar o seo maior cómodo e conveniência, ajuntar muito dinheiro nas esmolas; athé agora não soube a sua mão esquerda o que fazia a direita, nem o saberá para sempre já mais amem. Tam amigo da vida que poz huma suspeita vam e mal fundada, de que lhe dariam peçonha, admitio hum pobre a jantar no qual faz experiencia do cochons, porque o manda primeiro comer, para ver o successo”. E outra vez mandou a um sacerdote comer primeiro huma hostia das que estavam preparadas para a missa e como o clérigo não perigou tomou então outra já livre de susto com a qual celebrou.

Os Franciscanos, em guerra com o Arcebispo, referenciam outras situações que corroboram as insinuações do Pe. Manoel de Sá e da priora de Santa Mónica, quanto à atracção do Arcebispo por jovens.²⁰⁸

²⁰⁸ ANTT-Manuscritos da Livraria, nº. 1061, *Discurso apologético em que se mostra a falsidade da queixa que os canarins, com informe do Exm^o. B.º de Goa D. Ignacio de Santa Thereza, remetterão ao*

Contam eles que,

[...] em dia primeiro de Janeiro do dito anno (1728), em o qual sahindo Sua Illm^a. do seu Pallacio de Panelim, chegou na sua Manchua, ou Bergantim ao Collegio de S. Boaventura, e tomando nelle alguns Religiozos moços e estudantes, foi com eles passear ao Rio, dizendo-lhes, que com aquella demonstração mettia raiva aos Religiozos Capuchos, com quem então andava em contendas; e dando volta, desembarcarão no Collegio os Religiozos dizendo-lhes Sua Illm^a. mandava logo a Manchua a buscallos para o seu Palacio, como succedeo. Nelle acharão os Religiozos hua Meza bem preparada de doces, vinho e outras couzas. Festejarão os Religiozos a entrada do anno novo, comendo e bebendo com S. Illma. Assistio Musica ao banquete, brindava S. Illma. aos Religiozos e estes a Sua Illm^a. Levantarão-se da Meza, tocou S. Illma. viola, em cuja arte se reputa por insigne; brindarão, por seu mandato os Religiozos, fazendo suas mudanças, a que correspondia Sua Illm^a., fazendo também as suas; e finalmente omittindo por modéstia o mais que passou neste serão, em que os Religiozos, despedindo-se de S. Illma. se acolherão ao seu Collegio.

As denúncias da comunidade de Margão feitas em carta de 10 de Janeiro de 1732,²⁰⁹ desvendam outros tantos procedimentos que confirmam a existência de uma completa contradição entre o dizer e o fazer do Arcebispo. São flagrantes as tentativas de extorsão de dinheiros aos paroquianos mediante a introdução de toda a espécie de licenças que parecem não ter alguma outra finalidade.

Em 1728, sendo pároco o Pe. António Nicolao de Menezes, introduziu uma licença, que importava entre quarenta e cinquenta xerafins, para permitir-se a celebração de qualquer festividade. Lembravam que o produto das licenças revertia a favor do Arcebispo e que, dada a condição de pobreza geral, a partir daí, acabaram as festas de S. Miguel e da Senhora da Conceição. E nos anos seguintes, as celebrações da Quaresma implicaram o pagamento de sessenta xerafins.

Uma outra revelação surpreendente dos paroquianos de Margão confirma o reiterado recurso do Arcebispo à prisão, de que muitos dos padres foram, também, vítimas, não só por revanchismo mas ainda como forma de manter o domínio sobre os seus súbditos:

Conselho do Ultramar, contra os Religiosos Franciscanos Parochos da Provincia de Bardês. Pode encontrar-se, ainda, nos mesmos Manuscritos, n.º. 437, e, também, na BNP, cod. 179.

²⁰⁹ *Archivo Portuguez Oriental*, fasc. 6, suplementos, doc. n.º. 150, pp. 400-415.

Quanto ao temporal, desde a primeira visita do dito Rm.o Arcebispo, muitos Padres padecerão em annos machos no aljube com grande crueldade, e ultimamente não sahirão delle livres, senão suspensos por muito tempo, degradados perpetuamente, sequestrados os bens, e paga a condemnação grossa, e até o presente se não achão livres, tendo passado tantos annos, e para sahir da prisão foi a elles necessario alcançar a puro dinheiro por pessoas interpostas, obrigando-se primeiro a estar pelos merecimentos dos autos, e o mesmo se continua até hoje, e quem não der dinheiro, não consegue a dita soltura [...].

O mesmo também têm padecido muitos leigos, ainda deixando-os excommungados em annos, huns porque na primeira visita se não conformarão com as suas cousas como queria o dito Arcebispo, outros por requererem contra o seu Parocho, o Padre Antonio Vaz, no anno de 1726, e porque o dito Arcebispo não lhes quiz deferir com justiça, recorrerão ao V. Rey João de Saldanha da Gama, donde se accendeo mais, e fez os degradados a varios clérigos, que até hoje ficão huns em Bardez, outros nas Ilhas de Goa, outros nas Alveas desta Provincia, porque os seus irmãos leigos, ou outros parentes forão as partes requerentes constituida pela dita sua Communidade.

Deixam a descoberto o mecanismo utilizado pelo Arcebispo na tentativa de conseguir justificação para os arbítrios a que, com frequência, deitava mão:

Quanto ás justificações falsas pelas testemunhas conduzidas, hé caso para se lamentar mais, porque o dito Rm.o Arcebispo ordinariamente quando se quizer vingar de alguém, as faz formar lesando as taes testemunhas, e ainda de proposito quando alguma testemunha diz que não sabe, nem ouviu dizer do crime intentado, a faz parar, e á vista desta mandando a outra referir o dito crime, obriga jurar aquella primeira de ouvir dizer; e tudo isso principiando desde sua primeira vizita se continua até hoje, ou por si, ou pelos Parochos: daqui se pode ver como poderá aturar este povo miseravel.

Num período em que a administração das paróquias de Salcete cabia já aos clérigos seculares, cujo comportamento na maioria dos casos não era distinto do prosseguido pelos párocos regulares, o Arcebispo fazia tábua rasa das queixas que lhe chegavam, ignorando actos que lhe tinham servido de pretexto para afastar os adversários.

Os Franciscanos, entre outras ocorrências que se sucediam nas paróquias anteriormente administradas pelos párocos jesuítas, confrontaram-no com situações que revelavam até onde chegava a sua hipocrisia.

E começando pelo procedimento dos Clerigos Negros, seja o Illm^o. Arcebispo o primeiro que dê o informe. Confesse Sua Illm^a. quantos forão os Clerigos, que achou amancebados na visita, que fez a Salsete, no tempo, que naquelas Parochias ainda assistião os Religioos da Companhia. E se acaso o não quiser confessar, saiba-se em Portugal, porque na Índia se soube também, que forão muitos os compreendidos nesta culpa; e muitas as condenações que se cobrarão. Confesse Sua Illm^a., e muitas vezes o tem confessado, que os peiores das aldeas são os Clerigos, por serem estes os que tudo resolvem, escitão discórdias, movem alterações e tudo embrulhão; e a experiencia mostra que a aldeã que mais sossegada passa, he aquella em que não há Clerigos, ou há algum por acazo; suposto hé rara a que não tem muitos. Confesse Sua Illm^a. o que sabe e o que lhe constou dos Clérigos de Bardês.²¹⁰

Assumi a direcção do bispado do Algarve já com cinquenta e nove anos de idade. Não se afastou um milímetro do caminho que enveredara em Goa. O caso seguinte é suficientemente exemplificativo de que a sua índole se mantinha inalterável.

Em 16 de Outubro de 1746, realizou-se, na igreja de S. Domingos, em Lisboa, o auto da fé de cuja lista de penitenciados constava Teresa Brites de Jesus Maria José, no estado de solteira, natural de Boliqueime. Era religiosa donata do convento do Espírito Santo de Loulé. Havia sido acusada pelo Tribunal do Santo Ofício de “fingir extasis, raptos, visões, revelações, e outros favores sobrenaturaes, com intento de ser reputada por mulher de virtude e santidade”²¹¹ e ainda de “praticar certas acções deshonestas contra a castidade com o seu director espiritual, affirmando que assim lhe aconselhava huma voz que ouvira na oração”.²¹²

O Arcebispo convenceu-se que a donata era santa e desejou, mesmo, ser seu director espiritual. E por ela ter afirmado que não era baptizada a mandou baptizar pelo confessor das religiosas: Mas, persuadido de que não estava bem baptizada, baptizou-a ele próprio terceira e quarta vez *sub condicione*.

Miguel de Ataíde Corte Real,²¹³ cónego penitenciário do cabido da catedral de Faro traçou um quadro tenebroso do acontecimento, zurzindo o Arcebispo de forma duríssima:

²¹⁰ ANTT-Manuscritos da Livraria, n.ºs. 437 e 1061; BNP, **Cod.** 179.

²¹¹ João Batista da Silva Lopes, *op. cit.*, p. 419, cit. por José Maria Mendes, *op. cit.*, p. 115.

²¹² *Ibidem*, p. 420.

²¹³ Foi um dos mais acérrimos opositores dos Jacobeus. Salientou-se, ao lado do cardeal-patriarca de Lisboa, D. Tomás de Almeida, e do inquisidor-mor, D. Nuno da Cunha e Ataíde, na defesa da inviolabilidade do segredo da confissão. Já ocupava o cargo de cónego penitenciário quando D. Inácio de Santa Teresa tomou posse da sede do bispado do Algarve. Situados, doutrinalmente, em campos opostos,

Demorada assistência na vila de Loulé para disfrutar o paraizo do convento do Spirito Santo, aonde se sazonom os seus frutos para os gostarem tantos sogeitos de spirito, agora mais elevado depois que S.Ex^a. com o seu mesmo exemplo lhes insinuou o acto de maior humildade, tam zelozo de pôr as almas no caminho seguro da salvação, que lhes repete e manda reiterar os baptismos condicionaes publica e solemnemente, já se vê que julgando 1º. a prudente dúvida para nem injuriar ao sacramento.[...] De mesma sorte exorcitando demoníacos e metendo debacho do pé a rebelde Ceris do Principe das trevas para sublevar aos possessos seus súbditos da vexação que lhes fez aquelle tirano.²¹⁴

Muitos, incluindo membros do próprio cabido, em face destes acontecimentos, atribuíram-lhe comportamentos imorais com a donata.

Por carta de 11 de Novembro, o cabido, por acção do mesmo Miguel Corte-Real, instigava o Arcebispo-bispo a que, face ao escândalo decorrente do episódio da donata, desistisse do bispado até que obtivesse a absolvição de Roma. Simultaneamente, impôs penas aos cônegos que o houvessem assistido em qualquer acto eclesiástico ou pontifical, tanto dentro como fora da catedral.²¹⁵

Ainda no mais essencial, que era o respeito pelas instituições do Estado, ele simplesmente não cumpria: tentou sobrepor-se à justiça dos Tribunais, contrariando as suas sentenças com o recurso à violência, como aconteceu por ocasião do assento lavrado pela Relação de Goa, já comentado, excomungando todos os desembargadores que o subscrevem²¹⁶; agiu sempre com desprezo da lei, recusando, ostensivamente, o seu cumprimento, de que as prisões, que efectuava sem o auxílio do braço secular, são um exemplo paradigmático

Que foi, afinal, D. Inácio de Santa Teresa? Reformador ou mistificador?

Embora o mal da bipolaridade que parece ter afectado este Arcebispo dificulte uma correcta apreciação dos actos que praticou, há que convir que a sua actuação teve mais de mistificador do que de reformador.

o seu relacionamento não podia ter sido mais conturbado. Diogo Barbosa Machado, *op. cit.*, vol. 3, p. 464.

²¹⁴ ANTT-SO-CG, liv. 86, *Cópia dos parágrafos que se trincarão do estímulo do cônego Miguel de Athaide quando se imprimio.*

²¹⁵ João Baptista da Silva Lopes, *op. cit.*, p. 419, apud José Maria Mendes, *op. cit.*, p. 115.

²¹⁶ Vide o subcapítulo 3.3.

Essencialmente, porque toda a sua fúria reformista, bastas vezes orientada para a aniquilação da cultura ancestral dos hindus, não foi seguida por uma efectiva vontade de erradicar a corrupção e a imoralidade que feria uma parcela substancial do clero, parecendo mais que o Arcebispo se servia da reforma simplesmente para cimentar o seu domínio sobre tudo e todos. E quanto a este ponto, é certo que qualquer raciocínio que se realize em torno da postura adoptada pelo Arcebispo, ao longo da sua carreira episcopal, não pode deixar de conduzir-nos à conclusão de que não existia inibição na escolha dos meios desde que os fins pretendidos fossem alcançados. Foi dentro deste contexto que urdiu a trama que levou os Jesuítas ao abandono das igrejas de Salcete quando, recorrendo a testemunhos falsos, tentou incriminar párocos que, no campo da moralidade, era gente impoluta e isenta de qualquer culpa:

Sendo requerido pelo Rm^o. Provincial da Companhia para que lhe remetesse as culpas que publicamente dizia ter achado dos seus súbditos, o não quis fazer. E porque alguns dos falsamente crimiados são ministros do Santo Officio, repetio o tribunal os precatórios para que Sua Illm^a. lhe remetesse as suas culpas que também não quis fazer porque sabia muito bem que todos aquelles crimes são supostos e que só ao longe, onde se não tinha conhecimento dos sogeitos, nem eles podião ser ouvidos. Podião ser acreditados os enredos e cavilaçoens de Sua Illm^a. mas pelas devaças que tirou a mesma Religião e o mesmo Tribunal, se purificou a verdade e se fará patente onde quer que chegarem as falsidades de Sua Illm^a.²¹⁷

O efeito decorrente da implementação de tantas reformas, ao contrário do que deveria esperar-se, não alterou os condicionalismos existentes anteriormente à sua chegada, podendo dizer-se que antes os agravou. Decorridos mais de dez anos à frente da Arquidiocese, os conflitos multiplicavam-se e a prática das Ordens Religiosas, em quem assentava a primeira responsabilidade na evangelização, nada se modificara, continuando no caminho até aí trilhado.

Em 1732, os governadores, no quadro desolador que traçavam da situação de Goa, atribuíam às Ordens Religiosas uma boa quota-parte da culpabilidade dos males que ali ocorriam.

As relligiões, excepto os Theatinos, e os congregados de S. Phelipe Neri, estão totalmente faltos da disciplina regular, sem a devida obseruancia nos vottos da pobreza, e obediencia arriscado o da castidade hum Frade he hum mercador e hum absoluto; por mediação

²¹⁷ Vide *Verdades catholicas contra axiomas herecticos*.

de relligiosos se corromp e ministros, e se comet e as mayores injustiças, e se o instetuto das religiões, he orar e a Deos pellas republicas, fica sem duuida, que necessita de remedio este mal.

E o mais curioso é que o Arcebispo foi um dos subscritores desta carta e, seguramente, o seu principal mentor, uma vez que ele integrava o Governo.²¹⁸

O quadro existente no final do mandato apresentava-se em tudo semelhante ao vivido em 1721. Continuavam bem vivos os costumes hindus; ocupavam o mesmo espaço as bailadeiras; mantinha-se a contaminação dos ritos cristãos; retomavam Jesuítas e Franciscanos as igrejas de Salcete e Bardês; seguiam o mesmo caminho as freiras de Santa Mónica.

Por inacção ou por incapacidade de ultrapassar as resistências opostas, o Acebispo, em boa verdade, não conseguiu implementar qualquer das propostas que preconizava, as quais, provavelmente, nada adiantariam pela utopia em que a maior parte delas se encontrava revestida.

²¹⁸ *Archivo Portuguez Oriental*, fasc. 6, suplementos, doc. nº. 145, pp. 284-286. *Carta de 24 de Janeiro de 1732, a D. João V*. Esta carta levanta uma questão interessante acerca da posição de D. Inácio de Santa Teresa. A mesma constitui um violento libelo contra o vice-rei João de Saldanha da Gama, a que se atribui o descabro que conduziu à derrota na guerra do Norte, os desembargadores da Relação, as Ordens Religiosas e os generais que tinham o governo das províncias de Bardez e Salcete. A posição do Arcebispo leva à indução de que, na realidade, as suas reformas foram inúteis. No entanto, esta sua posição resulta do facto de todos os visados se encontrarem incluídos no leque dos seus principais inimigos.

3. Jurisdição, o denominador comum de todos os conflitos institucionais

Prosseguindo na linha de actuação seguida pela generalidade dos seus antecessores, D. Inácio de Santa Teresa envolveu-se numa obstinada disputa com as Ordens Religiosas fixadas em Goa, particularmente, com Jesuítas e Franciscanos que, praticamente, se prolongou até à sua saída para Faro. Estes religiosos constituíram, com maior ou menor intensidade, o seu alvo preferido, pelas muitas razões que apresentava para justificar a sua actuação, de entre as quais sobressaía, em todos os momentos, a defesa da sua jurisdição. De facto, é o argumento da jurisdição que marca presença nas disputas entre as partes, esgrimindo-se armas e utilizando-se linguagem de forma alguma condizentes com as responsabilidades que a cada um competia no contexto da cristianização em que todos eles se achavam envolvidos. Todavia, o estudo atento da vastíssima documentação existente revela uma outra razão de peso que não pode deixar de associar-se ao plano do Arcebispo. A conduta das Ordens Religiosas, muito particularmente dos Franciscanos que, em termos cívicos e morais, atingia as raias do escândalo, apresentava-se como um pretexto mais que válido para a sua intervenção reformadora.²¹⁹

Importa, ainda, lembrar que a coexistência entre as diferentes comunidades religiosas que actuavam em Goa cedo se pautou por uma atitude pouco fraterna, como já se viu, lutando cada qual pelo seu espaço próprio. Foi essa uma das razões que, logo em 1554, na tentativa de pôr termo a uma rivalidade que já se anunciava, terá levado o vice-rei D. Pedro de Mascarenhas (1554-1555) a atribuir a cada uma das três principais Ordens presentes em Goa uma parcela do respectivo território, decisão sobre a qual o Pe. Francisco de Sousa deixou a seguinte versão:

Havia já nesse tempo grande numero de Christãos pelos arrabaldes de Goa, que vivião sem divisão de Paroquias de mistura com muyto mayor numero de gentios, & para estes se converterem, &

²¹⁹ José Maria Mendes, *op. cit.*, pp. 67-68.

aquelles se conservarem com mayor facilidade, mandou o Viso-Rey D. Pedro Mascarenhas, depois de chegar a Goa a vinte & três de Setembro, levantar pelas Aldeas do contorno muytas Igrejas, & repartio toda a Ilha pelos Religiosos de S. Domingos & da Companhia de Jesu.²²⁰

Em consequência dessa repartição territorial, os Franciscanos tomaram a seu cargo Bardez,²²¹ aos Jesuítas coube Salcete e algumas das ilhas, sendo as restantes atribuídas aos Dominicanos,²²² de acordo com a informação disponibilizada por Wicki, repartição algo diferente daquela relatada pelo Pe. Francisco de Sousa. Também o Pe. M. J. Gabriel Saldanha diverge do Pe. Francisco de Souza ao afirmar que a distribuição das freguesias pelas Ordens Religiosas se fez por consenso entre elas, não aludindo a qualquer intervenção do vice-rei:

[...] em 1544 ou 48 as Ordens Religiosas estabelecidas em Goa concertaram entre si o inventário das missões, para que cada colectividade exercesse a sua acção, dentro da área designada; e coube na partilha a provincia de Bardês aos franciscanos, que principiaram a sua conquista espiritual sob a direcção de Custódio Fr. João Noé. [...]. A península de Salsete pertenceu aos Jesuítas, que em 1553, entraram em Cortalim, onde o Pe. Pêro Mascarenhas celebrou pela primeira vez, a 1 de Maio desse ano, o santo sacrifício da missa. [...] nas ilhas couberam 15 aldeias aos dominicanos, que na circunscrição levantaram logo 4 igrejas: a de S. Bárbara, em Morombim, a de S. Cruz, em Calapor, a de S. Miguel, em Taleigão e a de St^a. Magdalena, em Siridão; e foram sucessivamente erigindo outras.²²³

Como se deixou dito anteriormente, Teotónio R. de Souza entende que a entrega de Salcete e Bardez, respectivamente, aos Jesuítas e Franciscanos, obedeceu a uma estratégia de consolidação da presença portuguesa no território, engendrada pelo vice-rei D. Francisco de Noronha.

Amparados nas deliberações tridentinas que, tacitamente, impediam as Ordens

²²⁰ Pe. Francisco de Sousa, *op. cit.*, p. 113.

²²¹ A província de Bardez, situada a nordeste de Goa, compreendia 27 paróquias, ao passo que a de Salcete, localizada a sul da mesma cidade, dispunha de 31. A ilha de Goa, por sua vez, tinha o seu território dividido em 21 paróquias. Pe. M. J. Gabriel de Saldanha, *op. cit.*, vol. I, pp. 375-377.

²²² *Documenta Índica*, ed. Joseph Wicki, *Roma, Monumenta Historica Societatis Iesu*, 1948, vol. III, p. 350, nota 88.

²²³ Pe. M. J. Gabriel de Sandanha, *op. cit.*, vol. II, pp. 30-31.

Religiosas de paroquiar,²²⁴ desde cedo alguns dos prelados do Arcebispado encetaram diligências para remover os párocos regulares sobre quem recaía muita da responsabilidade na decadência religiosa que se enraizara, na tentativa da sua substituição pelo clero secular indígena. Este, no seu entendimento, detinha uma superioridade apreciável decorrente do seu natural conhecimento das línguas locais embora, no geral, com uma preparação insuficiente e, em grande parte dos casos, sem a devida vocação, tendo, muitas vezes, ascendido ao sacerdócio por questões meramente económicas ou de prestígio.²²⁵

A controvérsia relacionada com a reivindicação da jurisdição sobre as paróquias administradas pelos párocos regulares emergira com o arcebispo D. Aleixo de Menezes logo no início do século XVII. O concílio de Trento vedara aos padres regulares a administração das paróquias, proibição que o papa Pio V retirou, pelo Breve de 23 de Março de 1567, tendo em consideração a inexistência de padres seculares aptos para a missão. Exigia-lhes, no entanto, como condição, o conhecimento da língua do país.²²⁶

D. Aleixo de Menezes entendeu que estavam reunidas as condições para que os seculares tomassem sobre si essa responsabilidade. Tratou de envolver D. Filipe II, acusando os religiosos de impedirem a sua jurisdição quando defendiam que a mesma se limitava à administração do crisma.

O Monarca, embora insurgindo-se contra a convicção dos religiosos, adoptou uma atitude conciliatória por temor ao escândalo que pudesse resultar de uma decisão mais radical, transmitindo, em 28 de Novembro de 1609, instruções nesse sentido ao vice-rei Rui Lourenço de Távora, ao mesmo tempo que anunciava a sua intenção de pedir a Roma um Breve que os obrigasse a submeterem-se à jurisdição dos arcebispos.

[...] por esta materia ser da qualidade que se deixa entender e de que se podem seguir grandes offensas a Deos, e desejando atalhar a isso e ás alterações que podem succeder, não querendo os ditos religiosos desistir de sua contumacia, de mais de o mandar estranhar a seus superiores e lhe encommendar procedam como convém ao serviço de Deos e meu, tenho mandado supplicar Breve de sua santidade para os prelados executarem n'esta parte o concilio, e obrigarem aos ditos religiosos a lhe obedecerem no tocante á cura das almas e administração

²²⁴ *El Sacrosanto, y Ecumenico Concilio de Trento*, tradução de D. Ignacio Lopez Ayala, Sessão XXV, cap. IV, p. 459, disponível em <http://www.google.com/search?tbm=bks&tbo=1&hl=pt-PT&q=El+sacrosanto%2C+y+Ecumenico+Concilio+de+Trento&btnG=Pesquisar+livros>

²²⁵ José Maria Mendes, *op. cit.*, p. 69.

²²⁶ Gabriel de Saldanha, *op. cit.*, vol. II, p. 229.

dos sacramentos, sem embargo de quaesquer privilegios, isenções e prescrição, ainda que immemorial, que possam alegar.²²⁷

No entanto, cinco anos depois, o mesmo Monarca instruiu D. Jerónimo de Azevedo para que providenciasse o regresso dos antigos párocos jesuítas às igrejas da Costa da Pescaria, abandonadas em consequência de um diferendo com o bispo de Cochim, não deixando margem para dúvidas quanto a titularidade da sua jurisdição, que era sua e não dos bispos:

[...] hei por bem e me apraz que os ditos religiosos (da Companhia de Jesus) tornem à mesma Costa da Pescaria, como para me servir têm aceitado, e mando escrever a seu Visitador e Provincias dessas partes que o façam, para correrem com as cristandades e administrem todas as igrejas da dita Costa de Travancor de que estavam de posse e administravam ao tempo que se moveu contenda entre eles e o bispo de Cochim; e que os ditos religiosos as tenham, e administrem em meu nome, como Mestre que sou da Ordem do Mestrado de Cristo, enquanto eu for servido e não mandar o contrário, sem haver de ser examinados pelo Ordinário, como o posso fazer e me pertence por virtude dos Breve de Adriano I, e Alexandre VI, e Pio V sobre a administração das igrejas da Índias Ocidentais, os quais por outro de Gregório III estão comunicados às dessas partes da Índia Oriental, em cuja posse estou de muitos anos a esta parte.²²⁸

A reivindicação da jurisdição sobre as igrejas de Goa acentuou-se com o arcebispo D. António Brandão, que tomou as rédeas da Arquidiocese em 1672, tendo sido o primeiro a ocupar o lugar após o reconhecimento da independência portuguesa pelo papa Clemente X, expresso na bula *Cum sicut*, de 22 de Setembro de 1670, na qual voltaram a ser reconhecidos os direitos de Padroado.²²⁹

Entrou, de imediato, em conflito com os Jesuítas, negando, em pastoral, a entrada aos prelados regulares, vedando, com a cominação da perda do benefício, a entrega das chaves do sacrário e dos santos óleos aos párocos, proibindo aos tesoureiros das companhias e das fábricas a sujeição dos respectivos livros de contas, sob pena de excomunhão.²³⁰

²²⁷ *Documentos remetidos da Índia ou livro das monções, Luso-Orientália*, liv. 3, doc. nº. 91, p. 264-268.

²²⁸ Apud Frei Paulo da Trindade, *Conquista Espiritual do Oriente*, vol. I, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1662, p. 318.

²²⁹ António da Silva Rego, *O Padroado Português do Oriente, esboço histórico*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1940, p. 43.

²³⁰ Leopoldo da Rocha, *op. cit.* p. 180.

Seguiu-se uma acalorada discussão entre as partes em litígio, que assumiu foros de escândalo, durante a qual se sucederam as excomunhões recíprocas e que culminou com a decisão do provincial dos Jesuítas de abandonar as igrejas de Salcete,²³¹ comunicada ao vice-rei, em 3 de Dezembro de 1677, e cumprida a partir de 21 do mesmo mês. As igrejas foram providas por clérigos seculares, mas o Arcebispo não saboreou por muito tempo o seu triunfo, uma vez que os Jesuítas, numa manobra inteligente, trouxeram à colação o rei Afonso VI, alegando que a ele cabia a jurisdição sobre as igrejas, na sua qualidade de Grão-Mestre da Ordem de Cristo, abrindo uma nova frente de combate.

A Mesa da Consciência pronunciou-se, em 23 de Março de 1681,²³² sobre a questão das visitas. Começou por enaltecer o trabalho dos regulares, realçando a caridade e o zelo com que o mesmo fora exercido em benefício das comunidades cristãs e evidenciando as consequências da sua saída que considerava ruínosa.

Em relação às visitas propriamente ditas, recomendava ao Monarca que solicitasse ao Sumo Pontífice a publicação de um Breve pelo qual lhe concedesse a prerrogativa de nomear, ele próprio, o visitador-geral para todas as igrejas das ordens ultramarinas:

E por que o principio desta discordia nasceo do Arcebispo, entendendo que só a elle, e nam ao Provincial toca o visitar as Igrejas e fabricas deve VR. tratar de impetrar de S. Santidade para poder constituir por vizitador geral por todas as Igrejas das Ordens Ultramarinas pessoas capazes sem embargo de não terem os habitos das ditas ordens, não serem eleitos em Capitulo geral como já por vezes se alcançou nas Igrejas das Ordens. E vindo este Breve deve VA. nomear ao padre Provincial da Companhia daquelle Estado, para que em nome de VA. como Mestre ser vizitador geral das Igrejas, em que seus Religiosos assistirem por Parrochos, o qual poderá vizitar as ditas Igrejas em tudo na mesma forma, que se observar vizitando os vizitadores militares as Igrejas neste Reino. Deixará disposto na vizita tudo o que entender por necesario nas ditas Igrejas para o Culto Divino e o mais a que a fábrica esteja obrigada [...].

²³¹ *Ibidem*, p. 184.

²³² BA, Cod. 49-V-19, *O que pareceo a Meza da Consciencia, sobre a contenda das vizitas entre os Arcebispos, e os Parrachos Regulares com que S.Alteza se conformou hé o seguinte*, apud José Maria Mendes, *op. cit.*, p. 69.

O Monarca acolheu o parecer da Mesa da Consciência e decidiu a favor dos Jesuítas, ordenando, em 27 de Março de 1681, que eles permanecessem na administração das igrejas de Salcete.

O Arcebispo D. António Brandão faleceu em 1678, sucedendo-lhe D. Manuel de Sousa Meneses que, no entanto, somente tomou posse em 1680. Um ano depois, reconheceu a validade da resolução régia e o sucesso da Companhia de Jesus mas, não se conformando com a sentença, dela interpôs recurso para a Coroa, requerendo a sua revogação.

D. Afonso VI confirmou a sua decisão anterior, reafirmando que as igrejas, uma vez que pertenciam à Ordem de Cristo, não se incluíam na jurisdição ordinária.

Este prelado e D. Alberto da Silva, que se lhe seguiu, conformaram-se com a determinação real. Todavia, D. Agostinho da Anunciação, logo que chegou a Goa em 1691, retomou a questão, alicerçando-se nas Constituições Diocesanas saídas do I Concílio Provincial e reconhecidas e aprovadas por D. João IV.

O Monarca mostrou-se inflexível e não só manteve a jurisdição das Ordens Religiosas como delegou no vice-rei D. Pedro António de Meneses Noronha de Albuquerque poderes para nomear visitantes, o que, na realidade, veio a ocorrer. Com efeito, esse encargo foi entregue aos provinciais da Companhia de Jesus, quanto às fábricas e confrarias de Salcete, aos Franciscanos em relação a Bardez e ao vigário geral dos Dominicanos no tocante às freguesias em que actuavam.

O arcebispo Agostinho da Anunciação rejeitou, por completo, as decisões régias, continuando a sustentar que detinha a exclusiva jurisdição sobre todas as fábricas e igrejas do seu Arcebispado, teoria que acabou por ver validada pelo acórdão da Relação de Goa, de 24 de Dezembro de 1697. Os Jesuítas acataram o acórdão, sem embargo de continuarem a paroquiar as igrejas de Salcete, que era, em boa verdade, a sua principal pretensão, mas reconhecendo ao Arcebispo a faculdade de visitar as igrejas e de examinar as contas das fábricas e das confrarias.

D. Inácio de Santa Teresa não se ficou por aqui. Uma ambição desmedida levou-o a tentar invadir domínios que eram, claramente, da tutela régia. Aproveitando-se do facto de haver acedido ao governo, mesmo em triunvirado, entrou em ruptura com o Tribunal da Relação da cidade, contestando todas as suas decisões, com a alegação de as mesmas colidirem com a jurisdição eclesiástica.

Todavia, à semelhança dos seus antecessores, a sua tentativa acabou por fracassar. O poder estava na posse do rei e era ele que decidia em última instância. E se

a disputa se prolongou mais do que devia foi pela atitude dúbia, em determinada altura, adoptada tanto por Filipe II, com o bispo de Cochim, como por D. João V, com D. Inácio de Santa Teresa. Porém, fazendo jus ao direito que lhes cabia, eles acabaram por colocar as coisas no seu devido lugar, fazendo regressar os Jesuítas à Costa da Pescaria e a Salcete e mantendo os Franciscanos em Bardez.

3.1. Com os Jesuítas em Salcete

Assinalou-se que D. Inácio de Santa Teresa, quando chegou a Goa, teria já em mente a retoma do velho problema relaciondo com a jurisdição sobre as igrejas administradas pelas Ordens Religiosas, iniciado pelo arcebispo D. Aleixo de Menezes. Além dos factos já abordados, que corroboram esta asserção, um outro se pode ainda acrescentar. O Arcebispo entrou em Goa no final de Novembro de 1721 e logo em 23 de Abril do ano seguinte, decorridos apenas, cinco meses, se decidiu por uma visita às paróquias de Salcete, justamente aquelas que se encontravam sob a administração da Companhia de Jesus. Não é crível que, num espaço de tempo tão diminuto, houvesse congeminado tal acção, tudo levando a supor que a mesma estava há muito na sua mente.

E porquê a escolha de Salcete para abrir as hostilidades?

Os Jesuítas mantiveram-se na linha da frente do combate ao Jansenismo que havia sido a fonte inspiradora do movimento da Jacobeia, nascido no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, ao qual o Arcebispo tinha fortes ligações, aparecendo, depois, como um dos mais acérrimos jacobeus.

Os ressentimentos nascidos nesse período foram bem visíveis no trato que caracterizou a relação entre Jesuítas e Arcebispo. O autor anónimo do texto intitulado *Vários discursos em que se censuram algumas propoziçoens contra o Arcebispo primás de Goa D. Fr. Ignácio de Santa Thereza e outras a seu favor*²³³ asseverou que o comportamento do Arcebispo, na relação com os Jesuítas, provinha das gravíssimas contendas que houve em Portugal entre Jesuítas e Crusios, por ele causadas, de que lhe ficaram um rancor que não conseguia dissimular.

Os Inacianos tinham a perfeita noção dessa animosidade, confirmando, eles próprios, que se haviam apercebido há muito que não se encontravam nas boas graças do Arcebispo, uma vez que “tinhão já motivos bastantes para se persuadirem a que Sua

²³³ BPN, cod. 13.185

Ilm^a. lhes não era afeiçoado”.²³⁴ Mas que, apesar disso, ele fora recebido, no início da visita, em ambiente de festa, como em casos semelhantes se usava fazer: “nem por isso deixarão de o receber com singulares demonstraçoens de affecto, e de veneração, lhe permitirão alguns divertimentos que não forão aprovados pelos mais sezudos”.

O facto de a mesma visita se haver iniciado por Salcete, província da sua jurisdição, atribuíram-no eles a essa circunstância pois que, também, levantou suspeitas a ânsia mostrada pelo Arcebispo em visitar as igrejas que a Companhia tinha naquela península a seu cargo, pretendendo que eles servissem de exemplo, porque foram os primeiros a ser visitados.²³⁵

Em 6 de Setembro de 1722, a Companhia de Jesus decidiu retirar os seus padres das freguesias de Salcete, entregando-as ao Arcebispo. Alegava o seu provincial, como origem dessa decisão, o facto de o Prelado, durante a visita que realizara a essas freguesias, haver recolhido informações não só em relação à actividade pastoral dos párocos mas, principalmente, acerca da sua vida e costumes²³⁶. E que, com a finalidade de reforçar a sua posição, tentara extorquir de diversas mulheres, com ameaças de prisão e de excomunhão, testemunhos incriminatórios, instando-as sobre quantas vezes tal padre fora durante a noite a casa delas ou elas a casa dele²³⁷.

D. Inácio de Santa Teresa assumiu uma postura de intransigência e, muito à sua maneira, boicotou, sistematicamente, todas as diligências levadas a cabo, sob o patrocínio do Conselho de Estado e do próprio vice-rei, na tentativa de procurar-se uma solução para o conflito. E esta posição de intransigência adoptou-a porque a decisão dos Jesuítas ia, justamente, ao encontro das suas pretensões, a de apoderar-se da jurisdição sobre as paróquias de Bardez e Salcete, hipótese tentada pelos seus antecessores mas sempre abortada.

As igrejas ficaram devolutas para gáudio do Arcebispo que logo tratou da provê-las com clérigos naturais. E não deixou, na primeira ocasião, de comentar que “aigrejas de Salcete pella deserção dos Padres, nem por isso ficarão em peyor estado, no

²³⁴ BNP, cod. 519, *Relação das controvérsias entre o Illustrissimo Arcebispo de Goa D. Ignacio de Santa Thereza, e os Religiosos da Companhia de Iesu*, p. 2, que passa a designar-se por *Relação das controvérsias*.

²³⁵ BPN, cod. 13.185.

²³⁶ A visita pascal foi uma das decisões saídas do Concílio de Trento mais vivamente recomendadas pela Igreja. Tinha como objectivo principal o levantamento das prevaricações tanto ao nível do clero como dos simples leigos.

²³⁷ Apud José Maria Mendes, *op. cit.*, pp. 75-80.

espiritual, e no temporal ficarão muito melhoradas; porquanto tem acrescido o rendimento das Fabricas”.²³⁸

Alguns anos depois, os Jesuítas e seus apaniguados não deixaram de ripostar, quando em 30 de Dezembro [1736], se celebrou o auto de fé, do qual saíram cinco pessoas relaxadas, três em carne e duas em estátua, que “depois que eles largarão as igrejas de Salsete, se multiplicarão as idolatrias”.²³⁹ Este era, porém, um dos casos em que não lhes assistia razão alguma. As imputações que conduziram às penas dos condenados vinham já do tempo em que os Jesuítas paroquiavam Salcete. Em conformidade com o relato do auto de fé, os três clérigos relaxados tinham uma ligação muito próxima com os Jesuítas, de quem eram protegidos:

Pe. George Pereira dos Remédios, sudro, natural da freguezia de Cortalim e morador em Quelosim de Salsete, de idade de 33 annos, relaxado em carne, criação que foi dos Pe.s da Companhia neste hospital de Goa, onde foi seu cappellão, filho de Manoel Pereira, a quem desde menino criara o Pe. [Ungarete] jesuíta, na sua botica de S. Roque desta cidade, da qual veyo ao depois a ser mestre ou primeiro official, vivendo sempre dentro do dito collegio e comensal delle, donde passou a ser feitor das Fazendas que os ditos Pe.s têm na aldeya de Quelosim, na dita freguezia de Cortalim, o qual ainda fica prezo na Inquizição.

O Pe. Constantino João Rodrigues, sudro, natural e morador em Bassaim, freguezia de Conculim de Salsete, de idade de 28 annos, relaxado em carne, concunhado do dito Pe. George e filho de Agostinho Rodrigues, consogro do referido Manoel Pereira e também agente pella intelligencia que tinha dos negócios e Fazendas dos ditos Pe.s e esse também ainda fica prezo sem sahir.

O Pe. Bartholomeu Dias, sudro, natural da freguezia de S. Matheus da Ilha de Goa, de idade de mais de 50 annos, relaxado em estátua, criação que foi também dos Pe.s da Companhia no seu seminário de Dio, onde foi seu tryple e depois de servir na missão do Canará, foy ultimamente recomendado na vigararia de S. Thomé de Salsete pelo bom procedimento que mostrava e pella exacção com que no exterior exercitava as obrigaçoens parochiaes.

O autor do *Manifesto* insinuou, a dado passo, baseado, segundo referiu, num comentário do Pe. Betancurt, que os Jesuítas terão posto em marcha o plano do abandono das igrejas, convencidos de que criariam ao Arcebispo um problema de difícil

²³⁸ AMTT-TSO-CG, liv. 286, Manifesto.

²³⁹ *Ibidem*, liv. 276, *Noticias da Índia da monção de 1736 para 1737*.

solução que o levaria a recusar-lhes a pretensão, em troca da concessão de condições mais vantajosas:

Da tenacidade do génio do Arceb°. hé certo que se doem estes Pe.s mais que de outra alguma couza, pois nunca supuzerão que elle tivesse a resolução e constancia que tem experimentado, e sempre entenderão que ao aparente aruido de quererem largar as igrejas, o Arceb°. lhes pegaria da capa não asseitando a dezistencia, e entregando-lhas de novo com as condições que eles mais quisessem
E o mesmo Pe. Betancurt assim o discorreio diante de outros, dizendo que o Arceb°. havia de ceder e subordinar-se por termos da Companhia e do V. Rey. E ao depois, quando vio o efeito contrário à sua esperança, voltou também o conceito dizendo que o Arceb°. era frade e como tal não tinha vergonha

Não parece crível que assim tenha sido. Os Jesuítas conheciam muito bem a teimosia e a índole do Arcebispo para ignorarem que, no momento em que largassem as igrejas, não tinham mais hipótese de as retomar num intervalo mais ou menos curto.

Constou também a existência de um apregoado desinteresse por parte dos Jesuítas nas igrejas que antes lhe estavam affectas e que seria uma das razões que levaram ao seu abandono.

A isto responderam os apaniguados do Arcebispo com uma interpelação pertinente:

Mas se não querem as igrejas e não pertendem ir para ellas para que mandão para Portugal tantas colchas de Andabã, tantas pipas de louça da China, oitenta mil pardaos em dinheiro e aquellas doze jarras celebradas de louça do Japão compradas há trinta annos por 80 xerafins e até agora encubertas e occultas ao apetite dos V.Reys para sahirem a campo na occazião de hum bom lanço, as quais com as tampas e ramos de prata (de que são flores [?] e aljofar) que lhe acrescentarão, forão avaliadas por huns em quarenta mil e por outros em 50 mil xerafins? Para regeitar e dizer que não querem as igrejas, tantos gastos e tantas diligencias, principalmente havendo ordem e preceito?²⁴⁰

²⁴⁰ ANTT-TSO-CG, liv. 286, Additamento ao Manifesto.

A sua iniciativa deixou a todos surpreendidos e não menos ao próprio D. João V quando teve dela conhecimento. O Monarca expressou o seu profundo desagrado, ao vice-rei ²⁴¹ e aos fautores da acção, bem evidenciado na carta de 18 de Abril de 1724:

Forão me presentes as vossas cartas de 14 de Setembro do anno de 1722 e 5 de Janeiro do anno passado em que me dais conta da dizistencia que o Provincial da Comp^a. de Jesus fez das Igrejas de Salcete com occasião da vizita, que nelas fez o Arceb^o. Primás e sem embargo das razoens, que dizeis tem o dito Provincial para tomar esta resolução me foi muito desagradável o procedimento e do seus súbditos, os quaes suposto haverá recebido a incumbencia de parochiar as ditas Igrejas, por especial ordem minha, não devião sem ella largallas, nem vós aceitarlhe a dezistencia, que inconsideravelmente fizeram, buscando para isso pretextos frívolos e affectados.²⁴²

E quanto ao fundo da questão, comunicava-lhe que não era oportuno tomar qualquer resolução porquanto entendia que a matéria deveria ser discutida pelos tribunais, sem embargo de ordenar ao Arcebispo que conservasse as igrejas “no estado em que se acha athe nova ordem minha, o que mando participar-vos para que a tenhais entendido”.

Após as substituições operadas pelo Arcebispo, iniciou-se um longo processo que o opôs, literalmente, às principais Ordens Religiosas de Goa, ao vice-rei Saldanha da Gama e ao próprio Tribunal da Relação, e foi pretexto para toda a espécie de desmandos, com os mais rocambolescos episódios e um chorrilho de excomunhões mútuas.

O mal-estar instalou-se na sociedade goesa ao ponto de, em 1731, o Senado da Câmara de Goa, com notório desespero, instar o vice-rei a que adoptasse medidas drásticas para, de uma vez, lhe por fim:

[...] que se valesse dos meios ordinários, ou extraordinários para ser obedecido implorando ajuda do braço secular para o dito fim, pois a experiência tem mostrado que por meyo de censuras espirituas será dificultosa a obediencia, e augmentar os escândalos, ou despesas sobre despesas.²⁴³

²⁴¹ A carta foi endereçada a Francisco José de Sampayo e Castro, entretanto falecido. No momento da sua recepção em Goa governavam, em triunvirato, D. Cristóvão de Melo, Cristóvão Luís de Andrade e o próprio Arcebispo.

²⁴² BNP, cod. 1519, pp. 60v^o.-61.

²⁴³ *Ibidem*.

No decorrer do conflito ambas as facções conseguiram infiltrar-se na Corte, onde cada uma delas dispunha do seu grupo de pressão ou, como se diria na gíria moderna, dos seus grupos de pressão que, numa guerra surda e sombria, procuravam, afincadamente, ultrapassar-se um ao outro.

Os extractos retirados da carta, de 11 de Março de 1733, endereçada pelo Pe. Belchior dos Reis, da Companhia de Jesus, ao provincial de Goa, Pe. João Monteiro, permitem desvendar alguns contornos das tramas de cada uma e dos apoios com que contavam.²⁴⁴

Depois de chegar a Lisboa por via dos Pe.s deste S. Antão e dos S. Roque, a quem dei o trassempto da relação, comuniquei as novas todas, que vierão nesta monção a todos os Principes, Sra. Rainha, e as mais pessoas de destinação nesta Corte. Também foi comunicado a El Rey, e não ficou oculta no Eminentissimo Mota ²⁴⁵, mas que importa se este he tao empenhado pelo Sr. Primás! Os outros todos levão a mal a causa de tantas desordens, e distúrbios, e se na sua mão estivesse o negocio tudo com brevidade se concluía.

E mais adiante, manifestava os seus receios de que o forte aliado do Arcebispo, o mesmo Cardeal da Mota, frustrasse as iniciativas desenvolvidas:

Estou esperando por Thome Gomes Moreira e pelo Theatino Procurador, que deixem ser do Sr. Primás: as linhas estão para quem sabe bem desta Corte para que não vão adiante com os seus desígnios. Veremos o que sucede, porque ainda não chegarão; temo porem, que o Eminentissimo Mota desarme o que está traçado com muita razão, e com muito sólido fundamento; mas Deos accudirá.

Esta convicção jesuítica partia de um sentimento que se encontrava generalizado em todo o grupo aliado. As próprias freiras de Santa Mónica tinham a mesma noção e manifestam-no, sem rodeios, na carta remetida ao Pe. Francisco Maria del Rosso, em 29 de Dezembro de 1733:²⁴⁶

²⁴⁴ BNP, cod. 1527, p. 242.

²⁴⁵ O cardeal João da Mota e Silva nasceu em Castelo Branco a 14 de Agosto de 1685. Estudou teologia, primeiro na Universidade de Évora e depois na de Coimbra, onde destacou pela sua rara inteligência e recebeu o grau de doutor. Beneficiou das graças de D. João V, que começou por nomeá-lo cónego magistral da insigne colegiade de S. Tomé, acabando por propor a sua elevação ao cardinalato, confirmada por Bento XIII no Consistório de 26 de Novembro de 1727. Resultante do conceito elevado de que gozava e de uma reconhecida capacidade negocial, o mesmo Monarca fez dele seu primeiro-ministro. Faleceu em 4 de Outubro de 1744, tendo sido sepultado na Igreja de Nossa Senhora do Monte do Carmo. Vide Fortunato de Almeida, *op. cit.*, p. 581.

²⁴⁶ ARSI, Roma.

Pois veja V.Rm^a. quam mal procedimento tem sido este Arcebispo, e que sendo pastor tem tornado em loubro. E contudo ainda lhe deixa na Goa. Voz publica hé aqui que dizem ser por respeito do cardial Motta, que sendo este pella sua dignidade coluna da Igreja, tem sido rayo contra ella porque com a fetura sua que mandou a Goa tem petrubado a pax desta Igreja, com tantas escomunhões, emtredito asyma, que he hum excandalo, couza nunca imaginada. E dizem mais as mesmas pessoas de Portugal que nos escreverão que este motta he cauza de que S. Mg.de que Deos guarde não delibera a levar para lá este mao prelado.

Realmente, a ascendência do Arcebispo era incontestavelmente superior porque além de assente no Cardeal da Mota, ele disfrutava de uma elevada confiança junto do rei. Os Jesuítas tinham a verdadeira noção dessa superioridade. É o que o mesmo Pe. Belchior dos Reis revela na dita carta:

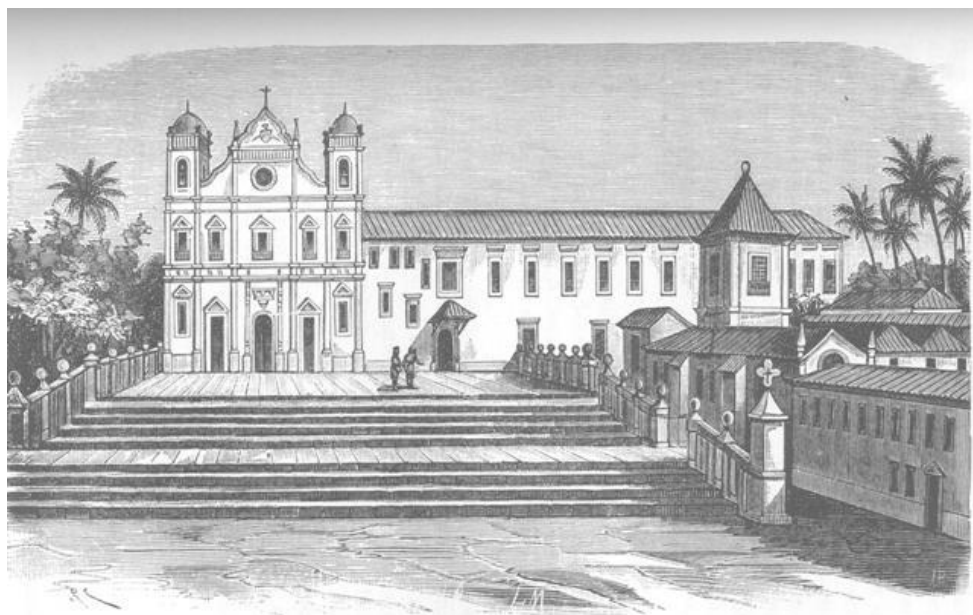
Cá não sei que se fale no negócio de Luis de Mello de [Sá] Assim os treslados das listas dos rendimentos que temos dos nossos Collegios e Cazas no Norte, digo nesse estado, e certidoens dos foros que pagamos, como os papeis instruídos afim de S. Mg.de nos dar licença para comprar Fazendas para património da Missão de Agra, aqui se conservão, mas emquanto este Rey for vivo, podemos estar deenganados que não havemos de ser despachados.

Em 25 de Abril de 1738, D. João V decidiu pôr cobro ao conflito, fazendo chegar ao visitador-geral da Companhia de Jesus ordens expressas nesse sentido.

Hey por bem recomendar-vos ordeneis ao Provincial da dita Provincia que sem replica venha logo às referidas igrejas para administrá-las na forma que o fazia antes da dita dimissão. E na certeza de que assim o executareis, ordeno ao V.Rey Conde de Sandomil lhas mande entregar.²⁴⁷

Depois de lhes comunicar esta decisão, manifestava-lhes o seu desagrado pelo facto de lhe haver ocultado o incidente durante todos aqueles anos: “Com grande desprazer meu fuy informado de que achando-se a vossa Provincia de Goa encarregada por ordem minha das igrejas e christandade de Salcete, as dimitira há alguns anos sem dar-me conta”. Todavia, trata-se de uma incongruência incompreensível uma vez que o incidente era do seu perfeito conhecimento, como revela a carta de 18 de Abril de 1724, acima mencionada.

²⁴⁷ ANTT-TSO-CG, liv. 86, p. 438vº.



Seminário de Rachol (A. Lopes Mendes, A Índia Portuguesa vol. II)

Na mesma data, dando-lhe conhecimento do conteúdo da carta ao visitador-geral, o Monarca mandava ao vice-rei que fizesse a entrega das igrejas, prevenindo-o, ainda, de que devia participar ao Arcebispo tal resolução “para que fique entendendo que não deve continuar a prover as ditas Igrejas”.²⁴⁸

Os Jesuítas tiveram conhecimento prévio das condições que lhe iriam ser impostas no regresso às paróquias. E logo de seguida cuidaram, através do seu procurador geral em Goa, de propor ao Monarca as alterações que consideravam adequadas para se precaverem contra novas investidas do Arcebispo. No memorial, sem data, enviado, continuavam a sustentar a tese de que a jurisdição das igrejas pertencia ao Padroado Real e não ao Prelado, mas, se assim não fosse entendido, imploravam ao rei que não permitisse que fossem sujeitos a novos vexames.²⁴⁹

O que suposto, se V. Mag.e nos obriga a tornar para Salsete seja servido atalhar e cortar por huma vez estes absurdos com decretos que segurem a sua regalia e a nossa imunidade, na administração daquelas Igrejas, se hé que V. Mag.e as reconhece e quer defender como suas. E se acazo as tem cedido e consignado ao Ordinario de Goa não permita V. Mag.e que os Religiozos da Companhia se sojeitem a huma servidão tão contrária às conveniências e credito da Religião, e tão alhea daquella Real benevolência com que V. Mag.e sempre honrou a Companhia.

Comprometiam-se a manter em Salcete quatro sacerdotes com a missão exclusiva de percorrer todas as freguesias para se dedicarem ao ensino da doutrina, alertando, no entanto, que não tinham padres bastantes para prover todas as paróquias, pelo que haveria necessidade de alguns deles se ocuparem de duas ou mais. Nesse caso, enquanto a Companhia não dispusesse de padres suficientes, deveriam os respectivos párocos ser coadjuvados por clérigos ou curas naturais, o que, frisava ele, era já uma prática usual no tempo da anterior administração.

Os Jesuítas desempenharam bem o seu papel, volta a repetir-se, naquele contexto de conflito permanente que se desenrolou durante toda a permanência de D. Inácio de Santa Teresa à frente da Arquidiocese de Goa. A sua actuação nem sempre se modelou pelos princípios perfilhados por Inácio de Loiola e mereceu fortes reparos que partiram até dos primeiros responsáveis da Companhia em Roma.

²⁴⁸ *Ibidem.*

²⁴⁹ BB, ARSI GOA, 9 II, *Segundo Memorial ao muito Alto e Poderoso Rey, e Senhor nosso D. João V pelo Padre Procurador-Geral da Companhia de Iesu da Provincia de Goa a respeito das igrejas de Salsete.*

Em correspondência endereçada ao provincial de Goa, em 9 de Fevereiro de 1736,²⁵⁰ o jesuíta Pe. Francisco Gomes, assistente da Companhia na Casa Professa de Roma, exteriorizava

[...] a desconsolação, a pena e o cuidado [que] tem o N. R. Padre (e eu também) que se hade esperar de huma Provincia que arde em incêndios de discórdia, que vive só com o espírito de paixão e se governa por opiniões, vinganças e vanelos? De huma Provincia onde falta a união fraterna e a que parece a mesma urbanidade e correspondência política. Em que hade isto vir a parar se não em ruínas. Que Deos lhe acuda por sua infinita misericórdia e o S. Xavier que a fundou a tome à sua conta.

Aludindo ao Arcebispo e apaniguados, observava que “as perseguiçoens que até nos faz esse Arcebº., e esses inimigos, hé castigo que Deos nos dá da nossa discórdia e nesta maneira não digo mais”.

Uma das particularidades mais aliciantes do conflito envolveu o líder supremo da Companhia de Jesus, sediada em Roma, Miguel Angelo Tamburino, seu Padre-Geral, por virtude da cordial relação que cultivou, enquanto vivo, com D. Inácio de Santa Teresa.

Com data de 15 de Fevereiro de 1727, justamente no auge da polémica entre o Arcebispo e os Jesuítas de Goa, Miguel Angelo Tamburino,²⁵¹, agraciou D. Inácio de Santa Teresa, através de um documento que, à falta de melhor definição, poderá designar-se por certificado laudativo, lavrado numa aprimorada iluminura. Reproduz-se textualmente pelo interesse que representa para uma melhor interpretação do contexto em que foi produzido.

MIGUEL ÂNGELO TAMBURINO, Superior Geral da Companhia de Jesus. Ao Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor D. Inácio de Santa Teresa Arcebispo de Goa e Primaz de toda a Índia Oriental. Saudação fraterna no Senhor.
Entrega a Vossa Excelência Reverendíssima.

²⁵⁰ BPN, cod. 1527, p.244.

²⁵¹ Miguel Ângelo Tamburino foi o décimo quarto Geral da Companhia de Jesus. Nasceu na cidade de Modena a 27 de Setembro de 1648. Depois de haver ensinado filosofia escolástica e teologia em diversas universidades, durante doze anos, e ocupado outros cargos de responsabilidade na hierarquia da Igreja, foi eleito Geral, em 3 de Janeiro de 1706, lugar em que se manteve até ao momento da sua morte ocorrida a 28 de Fevereiro de 1730. A actividade de Tamburino propiciou à Companhia de Jesus um dos períodos mais notáveis da sua existência. *Enciclopédia Católica*, disponível em <http://ec.aciprensa.com/t/tamburini.htm>, consultada em 21 de Agosto de 2013.

A virtude, a piedade, a benevolência para com a nossa Companhia e os méritos requerem que consideremos ser-lhe devido por direito e merecidamente tudo quanto possa isso ser restituído por nós, em forma de mútuo obséquio no Senhor.

Por isso, ao pretendermos declarar este nosso propósito de agradecimento a Vossa Ex^a Reverendíssima, fazemo-lo apenas com ofertas espirituais. Usando aquela autoridade que o Senhor nos concedeu, embora indigno, nesta nossa Companhia, fazemos participante Vossa Ex^a Reverendíssima de todos e de cada um dos sacrifícios, orações, jejuns e das restantes boas obras e exercícios piedosos, tanto da alma como do corpo, que pela graça de Deus se fazem em toda esta mínima Companhia, e com inteiro afecto do coração em Cristo Jesus concedemos a plena comunicação deles. Em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo.

Além disso, solicitamos a Deus e Pai de Nosso Senhor Jesus Cristo que se digne ratificar e firmar do Céu esta concessão, suprimindo do tesouro inesgotável de méritos do mesmo Seu Filho a nossa própria insuficiência, e cumule Vossa Ex^a Reverendíssima com toda a graça e bênção nesta vida e, depois, finalmente, permaneça com a coroa da glória eterna. Dada em Roma, dia 15 de Fevereiro de 1727. Miguel Ângelo Tamburino, António Mileno, Secretário.²⁵²

O achado do surpreendente documento levantou, desde logo, uma questão, de todo pertinente, que era a de conhecer as motivações que levaram Tamburino a produzi-lo. A sua iniciativa, no contexto da luta que se desenrolava em Goa, entre o destinatário e os seus súbditos, apresentava-se como um verdadeiro contra-senso.

Pretenderia ele, em última instância, refrear os ímpetos do Arcebispo, numa última tentativa de que a paz reinasse em instituições que prosseguiam o mesmo objectivo?

A correspondência do Geral para o Arcebispo, posteriormente achada, veio lançar luz sobre tão intrigante enigma. E a resposta não era aquela que se conjecturava.

Contrariamente ao que seria expectável, veio a constatar-se que, afinal de contas, existia uma consonância de pensamento entre o Arcebispo e o Padre-Geral da Companhia de Jesus.

²⁵² ANTT-TSO-CG, liv. 104. Tradução por gentileza de Pe. Henrique Rema.



Certificado laudativo (ANTT-TSO-CG, liv. 104)

Efectivamente, tudo leva a concluir que as intenções reformadoras do Arcebispo mereceram, desde o início, a concordância de Tamburino, que se transformou num fervoroso aliado seu. E em Goa, a Companhia de Jesus tinha, com toda a probabilidade, exacto conhecimento da excelente relação existente entre esses dois influentes dignitários da Igreja. No entanto, o que parece evidente, é que sempre pretendeu escamoteá-la, devido ao incómodo da situação, não fazendo menção a ela em qualquer dos numerosos escritos que publicou. E quando confrontados com essa realidade, através de uma carta de Miguel Angelo Tamburino, que o Arcebispo tornou publica, os Jesuítas não tiveram outra coisa para dizer em sua defesa senão a de ensaiarem uma débil argumentação de modo a fragilizarem a sua autenticidade: Com efeito, nessa carta, o Padre-Geral insurgia-se, com violência, contra o comportamento nefasto de alguns dos seus subordinados em Goa. E que comentários teceram eles a esse propósito num dos seus costumados libelos contra o Arcebispo?

Nesta Índia appareceo hua carta com a firma, ou falsa ou verdadeira, do R.mo Geral da Companhia, e se duvida ser sua, por ser totalmente alhea do estilo com que os Prelados desta sagrada Religião escrevem aos externos. Hé porém a dita carta escrita ao Illmº. Primás da Índia, a qual o dito Snr. mandou trasladar e repartio della várias cópias. Os pontos que em suma contem são dous: o primeiro, censura gravemente alguns súbditos seus religiosos, que não nomea mas os trata por filhos adulterinos de sua Religião, e de falsários, por imporem ao Illmº. Primás crimes supostos que nunca houve nelle; o segundo hé protestar o dito Rmº. ou algum outro em seu nome, e sito como couza certa, pois repete três vezes que o sabe, que o dito Snr. foi promovido a esta Mitra contra sua vontade, que o motivo da sua promoção fora a sua virtude e as suas letras.²⁵³

Esta carta tem a data de 14 de Fevereiro de 1724. Nela, Tamburino confessava ao Arcebispo que nada lhe podia acontecer de mais doloroso e triste do que as informações que dele recebera acerca da conduta de alguns religiosos que apelidava de “filhos espúrios da Companhia”.²⁵⁴ Manifestava-lhe o seu reconhecimento pelo zelo demonstrado em prol da sua Companhia que, dizia, estava esquecida dos seus deveres, asseverando-lhe que todos o acompanhavam e lhe ficavam gratos.

Mostrava-se pesaroso pela “temeridade e insensatez” dos seus subordinados que se atreviam a atacar um Prelado de tantas virtudes, envolvendo-o em falsas acusações. E

²⁵³ BNP, cod. 13.185, pp. 66-66vº.

²⁵⁴ *Ibidem*, cod. 1523, (mic. F. 4646).

asseverava-lhe, com toda a determinação, que tomaria as medidas necessárias para castigar os culpados:

Dou-lhe a minha palavra, Senhor Arcebispo: Impedirei com todo o esforço essa desenfreada indisciplina dos meus súbditos e a punirei com a maior severidade, de modo a que seja totalmente erradicado o que o inimigo homem semeou nesse campo do Senhor e que tão largamente foi projectado.

Na linha da convergência que existia entre ambos, Tamburino terminava a sua missiva, deixando bem explícito o afecto que consagrava ao Prelado:” Quanto ao resto, Deus imortal, para glória do Seu nome, conserve incólume por muito tempo Vossa Ex^a Reverendíssima, esteio dessa Igreja e consolação de todos os bons”.

O mesmo sentimento e a mesma convergência ressaltam da carta de 11 de Janeiro de 1726.²⁵⁵ Começava por acusar a recepção de duas cartas recebidas do Arcebispo, uma de 1 de Janeiro de 1724 e outra de 7 de Dezembro do mesmo ano. Por elas teria ficado sabedor de tudo quanto havia ocorrido durante a visita de Salcete. Falava dos sentimentos de angústia que os factos denunciados criaram em ambos e que ele atribuía “às injustiças dos tempos”. Manifestava-lhe, de novo, a sua gratidão e reafirmava-lhe a intenção de pôr ordem nos despautérios dos seus súbditos que seriam, no seu entendimento, em número reduzido. A esses, pedia-lhe, expressamente, que os banisse:

Como é evidente, de quanto V. Ex^a Reverendíssima fez por mim, tanto acerca da nossa Companhia, como acerca da sua acção cristã de excelente mérito, é que eu me consuma e abomine a desenfreada indisciplina dos meus súbditos, inquietando o Meritíssimo Prelado. Não pouparei qualquer diligência e cuidado, enquanto não conseguir o propósito.

V. Ex^a Reverendíssima perdoe o modo de viver desregrado de alguns. Mas, por culpa daqueles, não duvide da nossa estreitíssima observância e da de toda a Companhia. Lutamos sem desfalecimento e constantemente por que V. Ex^a corrija o procedimento deles. Tudo o que o molestou até agora aconteceu por culpa de poucos. Solicitamos-lhe os afaste das suas funções.

A última carta, datada de 15 de Fevereiro de 1727, que faz parte deste grupo de três, tem uma peculiaridade interessante. Nela, Tamburino, anunciava a D. Inácio de

²⁵⁵ *Ibidem.*

Santa Teresa o envio do certificado, que designava por “carta de Participação” e a sua remessa no ano seguinte. Todavia, a informação mais relevante que se retira do seu texto é a de que o documento, cuja expedição se anuncia, foi solicitado pelo próprio Arcebispo. Dizia o Padre-Geral que “Procurarei expedir, com segurança, a carta de Participação que V. Ex^a Reverendíssima se dignou solicitar-nos, se nestes apertos de tempo for possível conseguir o seu transporte nos navios que vão sair este ano”.²⁵⁶

Esta constatação traduz a realidade exacta do que ocorreu e foi comprovada, sem margem para dúvidas, pelo próprio Arcebispo na sua carta de 3 de Dezembro de 1725²⁵⁷, endereçada ao seu ilustre comparsa, que, afortunadamente, também se conseguiu localizar.

Depois de agradecer todo o empenho e solidariedade, sempre manifestados para com a sua diocese, ele finaliza a carta, rogando-lhe a concessão de um testemunho comprovativo dessa solidariedade:

Embora até aqui eu só usufrua da presença dos Padres da Província de Portugal, agora instantemente peço que se digne remeter-me um documento geral de solidariedade de toda a Companhia, subscrito por sua venerável mão. Quanto ao mais, Deus guarde Vossa Reverência lembrado de mim, o conserve incólume, e prospere com a benéfica clemência de Nosso Senhor.

Não é de todo improvável que o Arcebispo haja solicitado esta prova com o intuito de fortalecer a sua posição no conflito que o opunha aos subordinados de Tamburino.

As relações fraternas, que a correspondência patenteia, terminaram definitivamente em 1730, ano em que ocorreu o falecimento de Miguel Angelo Tamburino. Os opositores do Arcebispo, operada que foi a sucessão, apressaram-se a denegri-lo, de forma contundente, junto do novo responsável pela Companhia. Com efeito, logo em Setembro do mesmo ano, desconhecendo ainda qualquer elemento identitário do eleito, pela mão do vice-rei Saldanha da Gama, faziam chegar a Roma um colorido retrato dos erros do Prelado.²⁵⁸ Davam conta das perturbações que introduzira

²⁵⁶ *Ibidem.*

²⁵⁷ ARSI, Roma.

²⁵⁸ A 30 de Novembro de 1730 foi eleito Geral da Companhia de Jesus, para suceder a Miguel Tamburino, o Pe. Francisco Retz, nascido a 3 de Setembro de 1673, em Praga. in *Diccionario Historico de la Compañia de Jesus*, dir. de Charles E. O’Neil, S.I., e Joaquín Maria Dominguez, Madrid, Universidade Pontificia de Comilhas, [s.d.].

na Arquidiocese e das perseguições e ultrajes de que eram vítimas todas as comunidades religiosas; sublinhavam as tentativas de domínio das igrejas desde sempre administradas pelos regulares bem como as acções que visavam retirar-lhes os privilégios de que também sempre usufruíram. Explicavam todos estes comportamentos com o facto de se recusarem a acatar algumas decisões que consideravam erradas.

Finalizando a carta, o vice-rei justificava a sua intervenção com a solidariedade que lhe mereciam as vítimas do Arcebispo e pedia a intervenção do Geral junto do Summo Pontífice, dadas as excepcionais condições que tinha para o fazer:

Eu que sou da opinião dos ditos Relligiozos nesta parte os defendo, e protejo quanto devo, e posso. VRma. nessa Corte aonde assiste os pode segurar com mais facilidade explicando ao Summo Pontifice os documentos que suposto lhe hão de ser remetidos.²⁵⁹

As freiras de Santa Mónica associaram-se à iniciativa, apresentando ao Geral, através do seu procurador, Pe. Francisco Maria del Rosso,²⁶⁰ um relato pormenorizado e demolidor de toda a intervenção do Arcebispo na discórdia que se havia instalado no convento ²⁶¹. E como evidencia a carta do jesuíta Francisco Gomes, de 9 de Fevereiro, acima citada, os seus esforços foram compensados uma vez que, decorridos seis anos sobre a morte de Tamburino, já Roma falava nas “perseguições do Arcebispo”.

Confirmado que foi o abandono das paróquias de Salcete, os Jesuítas decidiram assenhorear-se de uma pequena imagem, vulgarmente conhecida por Menino Jesus de Colvá, que se venerava num dos altares da igreja de N^a. Sr^a. das Mercês, da freguesia de Colvá, província de Salcete. Durante a noite de 11 de Setembro de 1722, a imagem foi levada para o colégio de Rachol ²⁶² pelo seu reitor, com a conivência do ex-vigário da

²⁵⁹ BB, ARSI, Goa, Carta de 7 Setembro de 1731.

²⁶⁰ O Pe. Francisco del Rosso não seria benquisto no seio da Companhia de Jesus a que pertencia. Com efeito, não são nada abonatórias as considerações tecidas a seu respeito pelo jesuíta Francisco Gomes, assistente da Companhia de Jesus em Roma. Escrevia ele, em carta endereçada ao provincial de Goa, que “Já V.R. saberá que aqui se acha nesta casa o P. Francisco Maria del Rosso, que anda tão doente que se teme não dura muito porque está quase thizico. Bons gastos fará a esta província. Athé aqui nem palavra falou no negócio a que veyo. E N. R. P. não approva a resolução que V. R^{as}. lá tomarão em o mandar”. BNP, cod. 1527, Carta de 9 de Fevereiro de 1734.

²⁶¹ ARSI, Roma, *Relação sumária e verdadeira dos procedimentos que o Arcebispo de Goa D. Ignacio de Sr^a. Thereza teve com as Religiosas do Convento de Sr^a. Monica da mesma cidade no anno de 1731, 1732, 1733*, a partir de agora designada por *Relação*.

²⁶² A imagem do Menino Jesus, após a sua recuperação pelos Jesuítas, foi colocada na igreja do Seminário de Rachol, onde Gabriel de Saldanha a assinala num dos seus altares colaterais. *Op. cit.*, vol. II, p. 258.

mesma igreja. Poucos dias depois, um outro Jesuíta voltou, acompanhado de soldados, e retirou também o ouro, a prata, as jóias e os ornamentos pertencentes à igreja, deixando apenas um cálice de metal de reduzido valor.

Os freguezes de Collvá não experimentarão menor rigor porque como os Pe.s levarão ocultamente daquela freguesia hum minino Jesu milagroso, com todas as esmolos e dinheiro, não só do cofre deste mas dos outros e toda a prata e cálices da igreja, deixando hum só por não ser de ouro nem prata (era do metal a que chamão totonaca) com todos os livros de receytas e despesas.²⁶³

O incidente, que se desenrolou como que por apenso ao processo principal, envolveu, além dos Jesuítas e o seu Geral em Roma, o Arcebispo, o vice-rei e a Coroa e a Câmara de Salcete, e implicou o recurso a todas as instâncias judiciais.

Com a data de 3 de Janeiro de 1723,²⁶⁴ foi remetida ao Geral da Companhia, Miguel Tamburino, uma carta que, de acordo com o que se pode assinalar no seu início, tinha como autores “os gancares e mais povo das aldeias de Colvá, Sernabatim, Vanelim e Gandaulim”. Uma outra carta de idêntico teor fora também enviada a D. João V em data que se situa muito próximo de 23 de Dezembro de 1722.²⁶⁵ Em ambas, os subscritores salientavam a recusa do provincial de Goa em devolver ao seu espaço a imagem subtraída e rogavam a intercessão dos destinatários no sentido de demoverem os Jesuítas a persistirem no seu intento.

Três anos depois, em 11 de Janeiro de 1726, na sequência de qualquer missiva provavelmente recebida do Padre Geral, reportada ao pedido formulado, a Câmara de Goa negou terminantemente o envio de qualquer comunicação:

Recebemos a carta de V.Rm^a. Pe. e com ella entrámos em grande confusão por não termos escripto nem nós nem nossos antecessores alguma carta que condiga com a de V. Rm^a. Pe. a quem informamos com a certidão e de hoje em diante rogamos a V. Rm^a. Pe. se sirva de não reconhecer por carta desta Camera a que não for assinada pelos eleitos della, reconhecidos os seus assignados com fé pública, segundo o acordo que temos tomado pera remédio de semelhantes falcidades.

²⁶³ ANTT-TSO-CG, liv. 286, *Manifesto*.

²⁶⁴ BB –Goa 9 II, pp. 586-587.

²⁶⁵ A carta não se encontra datada mas tem anexos vários documentos datados de 23 de Dezembro de 1722.

Se a verdade estiver do lado da Câmara de Salcete, e as aparências parecem apontar para isso, o Arcebispo terá forjado as duas cartas, o que se apresenta como mais um contributo para a definição da sua personalidade. De resto, uma leitura atenta da missiva revela a existência de um dedo estranho na sua redacção, como seja a utilização do latim: “*Puer non comparet et ego quo [iba]*”.²⁶⁶ Onde terão os gancares aprendido esse latim?

A postura de intransigência adoptada pelos Jesuítas levou a que fossem ultrapassadas todas as repercussões que se podiam conjecturar para um acontecimento que envolvia apenas a disputa por uma simples imagem. Todavia, o móbil fica explícito no curto excerto que acima se transcreveu: a pequena imagem tinha fama de milagrosa, era objecto de uma veneração fanática e fonte inesgotável de toda a espécie de receitas.

Compreende-se que assim fosse porque o Menino Jesus de Colvá continua um fenómeno recorrente ainda mesmo na actualidade. É só preciso um olhar por todas as romarias que se realizam pelo país fora, em que pequenas imagens ocupam o espaço central da veneração popular e onde o dinheiro proveniente das milhentas promessas, as mais inconcebíveis, corre em abundância.

Conhecendo a reputação ao tempo atribuída aos Jesuítas não surpreende tamanha apetência pela imagem.

Depois de a mesma haver sido reposta no seu altar da igreja de N^a. Sr^a. das Mercês, por pressão de D. João V, os Jesuítas, não desistindo, acabaram por retomar a sua posse: Em 13 de Dezembro de 1728, o juiz Manuel Ferreira Lima decidiu a seu favor. A sentença foi confirmada em última instância em 29 de Julho de 1729.²⁶⁷

D. Inácio de Santa Teresa tudo fez para evitar o cumprimento da sentença e a retirada da imagem. Todavia não o conseguiu apesar de duas pastorais emitidas em que cominava com os costumados castigos os que se atrevessem a fazê-lo.²⁶⁸

²⁶⁶ *Ibidem*.

²⁶⁷ José Venâncio Machado, *The Fama of Menino Jesus of Colvá, Goa. Faith and Festivity across History*, Margão, Cinnamon Teal Publishing, 2013, p. 69.

²⁶⁸ ANTT-TSO-CG, liv^o. 312, *Pastorais de 2 e 20 de Agosto de 1729*.

3.2. Com os Franciscanos em Bardez

A presença dos Franciscanos em Goa verificou-se logo a seguir à chegada dos primeiros portugueses, juntando-se aos Dominicanos que haviam acompanhado Afonso de Albuquerque na armada de três naus que partiu de Lisboa a 6 de Abril de 1503. Os Jesuítas apresentar-se-ão trinta e nove anos depois, em Novembro de 1542.

Na sequência da partilha das freguesias, operada, em 1554, pelo vice-rei D. Pedro de Mascarenhas, como se deixou referido, eles exerciam o seu apostolado na província de Bardez, tendo-lhes sido concedida a prerrogativa de nomearem os respectivos párocos pelo que, também eles se encontravam, na mira do Arcebispo.

De início, os padres de S. Francisco distinguiam-se pelo zelo posto no exercício do seu munus espiritual e, por essa razão, beneficiavam do apreço de toda a comunidade. D. João de Castro, na sua carta de data imprecisa de 1539, dirigida a D. João III, fazia deles uma apreciação muito lisonjeira: “Uma das boas coisas que cá temos é o Mosteiro de S. Francisco desta cidade de Goa, e afirmo por verdade a V. A. que ainda não vi frades tão recolheiros e que o povo tivesse tamanho crédito”.²⁶⁹

E até no conhecimento da língua mostravam perícia suficiente para o bom desempenho da sua acção evangelizadora, ao contrário do que se verificava no momento em que litigavam com o Arcebispo.

Na verdade, no início da centúria de seiscentos, louvando-se o zelo dos párocos de Bardez, assinalava-se o esforço por eles desenvolvido na aprendizagem da língua da terra, para uma mais eficaz catequização dos seus fiéis:

E para este fim se deram muitos deles a aprender a língua da terra e fizeram-se doutos nela, não só para os catequisar, pregar e confessar, mas também para poderem traduzir e compor alguns livros que eles entendiam ser de mais importância para este fim.²⁷⁰

²⁶⁹ *Cartas de D. João de Castro a D. João III*, dir. de Luís de Albuquerque, p. 14.

²⁷⁰ Frei Paulo da Trindade, *Conquista espiritual do Oriente*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1964, vol. I, p. 350.

Contudo, esse zelo descambou, gradualmente, e a sua actividade, principalmente a partir da segunda metade do século XVII, foi fértil em turbulências de toda a espécie, que degeneraram em episódios escandalosos, alguns deles ocorridos no seio da própria instituição e que afectaram gravemente a sua dignidade.

Poucos anos antes da chegada de D. Inácio de Santa Teresa, o vice-rei D. Luís Xavier de Menezes, Conde da Ericeira (1717-1720), exteriorizava a sua amargura quando expunha a D. João V, por carta de 9 de Março de 1717,²⁷¹ o deplorável viver dos párocos franciscanos, um mal que parecia não ter cura, os quais desvirtuando a missão que justificava a sua presença na Índia, se preocupavam tão-somente em

[...] augmentar as famílias dos seus moços, alentar e enriquecer suas casas, fazendo-se contínuos sollicitadores em buscar augmentos delles, assistindo de noute e de dia em suas casas, com notável escândalo de suas pessoas, criando seus filhos nas Igrejas de Deos, trazendo nellas suas mulheres, fazendo-se padrinhos e compadres em companhia das outras, pretexto para conciliá-las à sua vontade e cumprir a sua perversa afeição.

Lastimava que o empenho e o zelo manifestado nos primeiros tempos de evangelização tivesse sido pervertido pelos seus sucessores que então assistiam nas igrejas de Bardez, construídas pelos naturais, “com exemplos perversos, escandalosos, indecorosos de suas vidas, interesses notáveis contra suas Regras e Estatutos nos legados dos defuntos”.

E a situação vivida era de tal gravidade que nem, segundo ele, os párocos mais idosos escapavam a essa realidade.

Não podemos, Senhor, exceptuar algum dos Parochos por mais velho que seja das Igrejas desta Província de Bardez, que viva exempto das recreações e continuas afeições das mulheres, em que vivem obstinados, escandalizando aos vizinhos com suas assistências de noute em casa dellas, nas ramadas dos casamentos, acompanhando-lhas em todos os actos delles, rebuscando-as de boas apparências a seus moços, fazendo-se nessa diligência administradores e medianeiros destes casamentos em buscallas a seu agrado e afeição cuja fama está estendida a em todo este Oriente [...].

²⁷¹ Cunha Rivara, *Ensaio Histórico da Língua Concani*, doc. nº. 42, pp. 282-284.

Também ele entendia que era já tempo de que o antigo propósito de substituir os párocos Franciscanos por membros de outras ordens, sempre adiado por interesses obscuros, se pusesse finalmente em prática.

É essa a razão principal por que o Conde da Ericeira, decorridos três anos da anterior iniciativa, manifestava a Lisboa que a única solução para os desmandos dos párocos Franciscanos, era atribuir as igrejas de Bardez aos padres da Companhia de Jesus. E dizia porquê: “não só vivem em semelhantes ocupações com a modéstia que devem mas a propagação do Evangelho se augmenta consideravelmente”.²⁷²

Estes distúrbios deram azo a que os arcebispos de Goa procurassem tirar partido deles, muito particularmente D. Inácio de Santa Teresa, como salientou Rivara quando escreveu que “dos últimos praticados pelos Franciscanos abriram boa ocasião ao Arcebispo D. Ignacio de Santa Thereza para renovar o antigo plano de alguns seus antecessores de expelir aquelles Frades das Igrejas de Bardez”.²⁷³

Esta forma de viver apresentava-se como uma justificação mais que suficiente para que o Arcebispo iniciasse por eles as reformas pretendidas. E só a animosidade que nutria pelos Jesuítas terá evitado que assim o fizesse. Porém, enquanto decorria a disputa com a Companhia de Jesus, não descurava já a preparação de idêntico processo contra os eles.

A carta endereçada pela Câmara de Bardez, em 20 de Janeiro de 1724,²⁷⁴ a D. João V, na qual se imputa aos seus párocos a continuada prática de toda uma espécie de abusos, apresenta-se como o primeiro passo na estratégia por ele delineada para retirar-lhes a administração das paróquias que se encontravam sob o seu domínio.

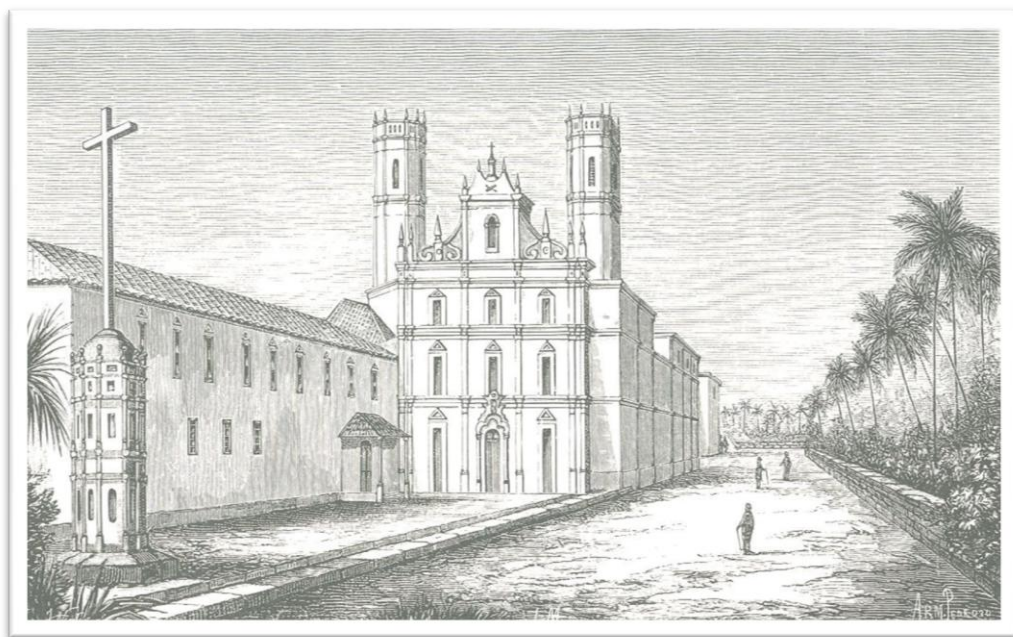
Os seus subscritores, numa minuciosa exposição que lhe ia anexa, começavam por denunciar a sua incapacidade para a missão que desempenhavam:

Mayor parte deles (párocos) são mistiços e filhos da Índia e illigítimos, que não aceitaram outras religiões, se mettem na de S. Francisco e são tão idiotas que quasi todos não sabem ler pelo breviário nem entendem as rubricas do missal, porque como se introduzem nas parrochias com soborno não se appllicão aos estudos e nem há mestres para os ensinar excepto hum que se chama Fr. Manoel da Graça, expulso da religião da Companhia que sempre rezide fora da Relligião em alguma igreja.

²⁷² *Ibidem*, p.289, doc. n.º. 44.

²⁷³ *Ibidem*, p. 43.

²⁷⁴ AHU, Índia, Conselho Ultramarino, Cx. 079.



Convento de S. Francisco (A. Lopes Mendes, A Índia Portuguesa, vol. I)

A mancebia apresentava-se como um dos grandes males que afectavam uma parte do clero, não obstante as infundáveis cominações impostas tanto pelo foro eclesiástico como pelo civil. No Estado da Índia, esse pecado pesava nas consciências de muitos dos religiosos que ali actuavam. Os párocos franciscanos eram apontados como os maiores prevaricadores. A exposição da Câmara corrobora a realidade desta culpa.

[...]lobos muy ferozes porque o seu empenho não hé fundado em outra couza senão de enriquecer os seus moços e dá-los de cazar buscando para isso mulheres fermosas e fabricando-lhes sumptuosas cazas para haverem de viver mal com ellas, não reparando a dignidade sacerdotal e o officio pastoral a que são postos [...]

E para alimentar esses vícios, os párocos não se coíbião de deitar mão a recursos por mais inconcebíveis que fossem.

Muitos morrem sem sacramentos e quando se aviza aos parrochos mandão buscar algum clérigo natural de sua freguezia e enquanto este chegue já o tal moribundo hé morto ou se lhe tolheu a falla e não procurão outra couza mais que os legados que quando não sejião a seus contentos deixão padecer o cadáver e à pancada os cobrão de seus herdeiros

No pedido formulado ao Monarca estava expressa a substituição dos párocos por clérigos naturais, com a alegação de que possuíam melhores condições para evangelizar uma vez que conheciam a língua da terra. Era justamente esta substituição aquilo que o Arcebispo pretendia, pelo que o pedido feito se enquadrava, na perfeição, no plano que concebera:

[...] pelo que pedimos a V.Mag.de [...] queira atender à supplica destes miseráveis, e ordenar ao Arcebispo deste Estado, que informando-se dos cazos que oferecemos a V.Mag.de em capítulos juntos, faça recolher aos Pe.s Parrochos mandando pôr nas freguesias clérigos naturaes por entenderem a lingoa da terra com que podem doutrinar e instruir nos mistérios da fé ao pouvo, o que não podem os Pe.s Relligiozos por a mayor parte deles não saber nem entender a lingoa da terra e serem ainda totalmente néscios de moral.

D. João V deu sequência às denúncias recebidas, incumbindo o Arcebispo de averiguar da sua justeza mediante a realização de um inquérito que veio a confirmar a

veracidade dos factos denunciados pela Câmara. Vários curas de Bardez atestaram a conduta imoral de alguns antigos párocos, denunciando particularmente os casos de Fr. Estevão do Nascimento, pároco da freguesia de Guirim, que vivia amancebado com uma tal Apolónia da Fonseca; Fr. José da Graça, reitor em Anjuna, que sustentava Madalena da Nazaré, mulher do seu meirinho, de quem tinha uma filha; Fr. João de S. Bernardino, pároco de Coluale, em mancebia com a mulher de Luís Gomes, sustentando-lhe a casa com rendimentos da igreja e de quem tinha uma filha; Fr. Joaquim de Santa Ana, pároco de Agaçaim, publicamente amancebado com a mulher de seu moço, de quem tinha um filho e a quem presenteava com “bens de raiz, cazas, ouro e prata”.²⁷⁵ Estes são apenas alguns exemplos de uma extensa lista.

Dos resultados do inquérito deu conta ao Monarca, por carta de 16 de Outubro de 1726,²⁷⁶ nela repisando a vida escandalosa prosseguida pelos ditos religiosos, frisando o esbulho que faziam de propriedades pertencentes às fábricas das igrejas, que aforaram a favor da sua Ordem com o assentimento do provincial, a nomeação extemporânea de párocos para as ditas freguesias por parte do mesmo, sem sua prévia consulta e, ainda, as extorsões que os párocos do Norte faziam aos gentios para lhes sacarem dinheiro, razão por que muitos se não convertiam pelo receio de ficarem sujeitos às multas.²⁷⁷

Ao mesmo tempo, e esse era o corolário lógico do plano há muito encetado, solicitava ao Monarca que todas as igrejas na posse dos regulares fossem entregues aos clérigos ou, quando assim não se entendesse, que se retirasse aos provinciais a faculdade de nomeação dos párocos, atribuindo-se a mesma aos arcebispos a quem caberia recrutar entre todas as Ordens aqueles mais adequados ao preenchimento dos lugares.

O Arcebispo conseguiu esse objectivo, porquanto, D. João V, em 7 de Abril de 1728, depois de ouvido o parecer do Conselho Ultramarino, comunicou que lhe confiava a tarefa de prover as igrejas de Bardez com clérigos seculares “daquella vida e costumes que em tudo se hajão de maneira, que cumprão com as obrigaçoens do seo Ministerio conforme convém ao serviço de Deos”.²⁷⁸ Ordenava que se diligenciasse a restituição dos bens indevidamente retirados às igrejas, utilizando-se os meios

²⁷⁵ ANTT-TSO-CG, liv. 86.

²⁷⁶ ANTT-Manuscritos da Livraria, nº. 1061, p. 129.

²⁷⁷ *Ibidem*, p. 130.

²⁷⁸ *Ibidem*

competentes, para o efeito. Transmitia ainda instruções para que o vice-rei proporcionasse a ajuda necessária de modo a que o Arcebispo pudesse fazer cumprir as suas determinações.

Iria desenrolar-se, a partir daqui, um processo em tudo idêntico ao ocorrido com os Jesuítas em relação a Salcete, que, de resto, se mantinha bem aceso.

Criou-se, assim, um novo espaço de conflito na sequência do qual se assistiu a um conjunto deplorável de escândalos da pior natureza, tendo sido, tudo o parece indicar, o Arcebispo a iniciar as hostilidades através de uma acção concertada. Nos primeiros dias de Novembro de 1728, ele terá instigado a Confraria da igreja de Nagoá a retirar dos cofres existentes nas casas paroquiais a prata que lhes pertencia e que ali guardavam. Os párocos franciscanos entenderam tal gesto como uma provocação do Prelado, acusaram os responsáveis da Confraria de tentativa de arrombamento dos cofres e lançaram-se numa perseguição desenfreada sobre eles com o patrocínio do ouvidor-geral do crime que ordenou uma inquirição, efectuada por entre grande alarido e diversas prisões.²⁷⁹

D. Inácio de Santa Teresa, bem ao seu jeito, saiu, logo em 18 do referido mês, com uma pastoral em que apresentou a sua visão dos acontecimentos e cominou com as mais graves penas os protagonistas dos acontecimentos.²⁸⁰

Dizia ele que os religiosos de S. Francisco haviam convertido a casa de Deus em antro de roubos e vinganças sacrílegas, em prisão cruel e violenta e em cloaca imunda, que, com pretextos falsos, convenceram o ouvidor-geral do crime a,

[...] acompanhado de huma esquadra de soldados de cavalo, e outros de pee, e de muitos Religiozos Franciscanos, extorquindo, e instruindo eles mesmos os depoimentos das testemunhas, e dando as listas dos culpados, alcançando outras ordens, para o Tenente, e soldados da Tropa de Bardes, executarem varias prizoens, as quaes começarão a executar juntamente com os officiaes dos Ministros, e prosseguindo depois por si sós, acompanhados de hum Religiozo Franciscano, que montado em hum cavalo executava igoalmente com os soldados as mesmas prizoens violentas, cercando e entrando em varias cazas, ainda dos mesmos clérigos e sacerdotes, cujos parentes tratavam com maior rigor, e crueldade, e cometendo todos varias desordens e excessos, ainda contra a honestidade das mulheres, e contra os bens de todos, roubando, danificando, e largando a muitos que se remirão por

²⁷⁹ ANTT-TSO-CG, liv. 312, *Pastoral de 18 de Novembro de 1728*.

²⁸⁰ *Ibidem*.

dinheiro, e dando a outros antecipado (r)efúgio pelo mesmo interesse, sendo os mesmos Religiosos, os que lhes insinuavão, e designavão as cazas, donde o podião tirar; e recolhendo os presos amarrados dentro da Igreja da Santissima Trindade da dita Freguezia de Nagoá, em dia dos Fieis de Deos, pela menham, pondo lhes à portas sentinelas de soldados, para que não deixassem sahir os de dentro, nem ainda as precisas operaçoens naturaes; ficando por esta cauza, por espaço de quazi trez dias, a Caza de Deos, que he Caza de Santidade, de pureza, de liberdade, e de imunidade, transformada não só em tronco de prizoens, e cativoiro, mas em cloaca de imundices, e indecências.

Igual procedimento ocorreu nas freguesias de Anjuna, Siolim e Calangute, onde foram utilizadas todas as formas de intimidação para com os clérigos e curas, particularmente com a ameaça de degredo para Moçambique, tudo para, afirma o Arcebispo, os obrigarem a abandonar as igrejas. Pelo que, sustentando a ofensa da imunidade eclesiástica e a sua jurisdição, suspendeu o provincial de S. Francisco, Fr. Manoel de St^o. André, e Fr. Ubaldo da Visitação, principais responsáveis pelos acontecimentos e executores de todas as desordens, os frades José de St^a. Maria, José do Espírito Santo e outros intervenientes, assistentes nas igrejas mencionadas, revogando-lhes as licenças para confessar, pregar e administrar sacramentos. Citou igualmente, o tenente Manuel Ribeiro Raimundo, o furriel e soldados para alegarem as razões do seu procedimento.

Em nova intervenção, ocorrida cinco dias após a anterior, o Arcebispo denunciava os religiosos de algumas igrejas de Bardez por perturbarem a actuação dos clérigos, com manifesto escândalo para os fiéis assistentes. Na igreja de Candolim, Fr. Francisco dos Anjos sacou das mãos de um clérigo que lia, por ordem do Arcebispo, uma proclama de casamento, rasgando-a e empurrando-o a ele e ao cura que acorrera em seu auxílio e ameaçando-os de que os haviam de prender e degredar para Mombaça. Igualmente, na igreja de Guirin, no último dia de Outubro, estando o cura lendo, também, uma outra proclama, surgiu Fr. Damião de S. José, que acabara de celebrar missa e segurava ainda o cálice, tentando arrancar-lhe o escrito, e empurrando-o a ele e aos que o ouviam, com a ajuda de dois moços seus, até ao exterior da igreja cujas portas fechou. Conta ainda que também os curas das igrejas de Nossa Senhora do Socorro e de Colvale foram maltratados pelos frades António da Graça e António da Encarnação que,

além disso, proferiram injúrias contra si. Decidiu-se pela excomunhão de todos os frades intervenientes.²⁸¹

Em Fevereiro de 1729, fez uma nova investida contra os Franciscanos. Através da pastoral de 10 do mesmo mês, ordenou a todos os reitores, coadjutores e curas das igrejas das freguesias de Bardez, sob pena de excomunhão e suspensão do exercício do seu múnus eclesiástico, que não impedissem que se pregasse, ensinasse o catecismo e confessasse na língua local, o que faziam para melhor ladearem a obrigação de conhecerem a mesma língua.²⁸²

No mês seguinte, deverá ter recebido a carta de 7 de Abril do ano anterior na qual D. João V comunicava a decisão de lhe confiar o controlo das nomeações dos párocos das freguesias de Bardês.

D. Inácio de Santa Teresa, na posse de tal decisão, deu início à segunda fase do processo que consistia na substituição total dos párocos franciscanos por clérigos seculares.

Alegando que havia tomado conhecimento de que o provincial tinha intenção de fazer novas nomeações para as igrejas de Bardez, expediu outra pastoral, datada de 29 de Março.²⁸³ No seu preâmbulo transcreveu, literalmente, a missiva do Monarca para melhor fundamentar a legitimidade dos poderes de que passou a dispor e, escudado nessa nova prerrogativa, notificou o provincial e todos os membros do Definitório da congregação franciscana, a quem cabia a tarefa de preencher as vagas nas freguesias de Bardez, para que suspendessem as nomeações já efectuadas e se abstivessem de fazer outras novas, sob pena de procedimento contra todos e revogação de todas as licenças já atribuídas. Fazia-lhes ainda uma outra ameaça de cariz financeiro, prometendo mandar sequestrar os quarteis²⁸⁴ que cada um recebia da Fazenda real e todas as demais benesses inerentes ao cargo.

A pastoral não produziu qualquer efeito pelo que o Arcebispo insistiu, emitindo documento idêntico, no dia seguinte.²⁸⁵ Repetia os considerandos já utilizados anteriormente, ordenando, de novo, sob pena de suspensão e interdito pessoal, a todos os párocos, seus substitutos ou coadjutores, que o fossem por nomeação do provincial,

²⁸¹ *Ibidem*, Pastoral de 23 de Novembro de 1728.

²⁸² *Ibidem*, Pastoral de 10 de Fevereiro de 1729.

²⁸³ *Ibidem*, Pastoral de 29 de Março de 1729.

²⁸⁴ Os pagamentos a todos os servidores da Coroa eram feitos pela Fazenda por periodos (ou quarteis) de três meses, trimestralmente, portanto. Linschoten, *op. cit.*, p. 151.

²⁸⁵ ANTT-TSO-CG, liv. 312, Pastoral de 30 de Março de 1729.

para, no prazo de dez dias, cederem a administração das suas igrejas e entregarem as chaves aos respectivos curas.

As directrizes do Arcebispo foram de novo ignoradas, continuando os párocos na administração das igrejas de Bardez como se nada houvesse sucedido.

O preenchimento dos lugares vagos acabou por concretizar-se, obrigando o Arcebispo a sair com nova pastoral, logo em 18 de Abril,²⁸⁶ na qual, depois de repetir ainda uma outra vez as determinações de D. João V a respeito do assunto e de sustentar a ilegitimidade das nomeações, ordenava a entrega das igrejas aos curas, sob pena de interdito pessoal e de total suspensão.

Em 5 de Maio seguinte, mantendo-se a recusa dos Franciscanos, suspendeu todos os padres nomeados a quem concedeu um novo prazo de seis dias para se retirarem das freguesias.²⁸⁷ O efeito foi o mesmo das tentativas anteriores.

Desesperado, procurou socorrer-se do vice-rei Saldanha da Gama, convicto de que encontraria nele a ajuda necessária que, de resto, D. João V lhe havia garantido. Na carta que, em 8 desse mês,²⁸⁸ lhe endereçou, começava por referir a decisão de Sua Majestade de lhe atribuir a faculdade de nomear os párocos das igrejas de Bardez, que antes pertencia ao provincial de S. Francisco. Informava-o de que, tendo tomado conhecimento de que se preparavam novas nomeações, os havia notificado para que as mesmas não prosseguissem. Porém, que o provincial se defendera, alegando que recebera uma indicação do vice-rei para que todos os párocos se mantivessem nos seus lugares. Terminava a carta, rogando que interviesse junto dos Franciscanos para que abandonassem as igrejas porque isso redundava no serviço de Sua Majestade e de Deus.

O vice-rei prestou pouca atenção ao pedido do Arcebispo pois que somente em 30 de Dezembro lhe deu resposta. E fê-lo, recorrendo a uma linguagem de todo irónica e reveladora do pouco respeito que lhe merecia o Prelado e da forte tensão existente entre ambos: “Que athe agora me não toca averigoar as forças da Carta do Conselho Ultramarino nem a justiça com que os Franciscanos desobedecerão á notificação que V. Illma lhe fez”. Recusou, igualmente, a determinação régia, constante da carta de 7 de Abril, que lhe ordenava que prestasse toda a “ajuda e favor”. Depois de negar ter dado instrução alguma ao provincial, não deixando de pôr em dúvida que o mesmo tivesse

²⁸⁶ *Ibidem*, *Pastoral de 18 de Abril de 1729*.

²⁸⁷ ANTT-TSO-CG, liv. 312.

²⁸⁸ *Ibidem*.

proferido tal afirmação, recordava que a sua legitimidade perante o Monarca era idêntica à do Arcebispo:

“[...] se me oferece dizer a V. Illma, que assim como V. Illma diz, que hé executor da sobredita ordem do Conselho, o sou eu de todas as que se achão nesta Secretaria, e que em nenhuma dellas consta me ordene El Rey nosso Senhor auxilie a V. Illma [...]”.²⁸⁹

O descrédito em que os Franciscanos se encontravam submersos propiciava a tarefa do Arcebispo, pelo que não espanta que tenha agido com os seus costumados excessos no desenvolvimento das acções executadas.

Em carta de 27 de Janeiro de 1729,²⁹⁰ o vice-rei apresentava a D. João V uma diferente interpretação dos factos e realçava a conflituosa personalidade do Arcebispo. Reprovava-lhe a forma como agira no momento da execução da ordem régia que lhe concedera a substituição dos Franciscanos por sacerdotes seculares e as primeiras acções dos novos párocos que, instruídos por ele, “[...] começarão a esbulhar aos Frades, arrombar os sacrários e cofres das Igrejas para tirarem os Santos Oleos e Livros da Christandade para as Eremidas particulares”. Ao mesmo tempo, mandou-lhes que estendessem a sua actividade sacerdotal às ermidas das Fortalezas cuja jurisdição se encontrava sob o domínio dos governantes do Estado, propósito que só não conseguiu devido à sua intervenção.

No tocante aos distúrbios relatados pelo Arcebispo, que deram origem à sua pastoral de 17 de Novembro, já referenciada, o mesmo vice-rei incumbiu o desembargador Luís Neto da Silveira, por lhe parecer o mais imparcial e menos comprometido pelo facto de haver chegado na anterior monção, “recomendando-lhe que com a maior exacção averiguasse a verdade”.

Comentando o teor da pastoral, alertava o Monarca para a “artificial feição com que está formada”, exteriorizando um sentimento de surpresa pelas suas cada vez mais surpreendentes reacções:

[...] e na verdade que se à força de experiência própria não tivesse eu aprendido antes qual o génio do Arcebispo, ainda me não capacitara que coubesse tanto fingimento e orgulho em huma consciência Relligioza e no sagrado de hum Prelado.

²⁸⁹ *Ibidem.*

²⁹⁰ Cunha Rivara, *Ensaio Histórico da Língua Concani*, doc. nº. 49, pp.333-340.

Incriminava-o pelo facto de haver convencido os canarins de Bardez de que tinha sido ele próprio vice-rei o responsável pela sua prisão em Mombaça por haverem eles requerido a execução da ordem régia de substituição dos párocos.

A exposição prosseguia com a justificação da recusa de auxílio ao Arcebispo por estar convicto de “ser todo o seu fim usurpar de huma vez a jurisdição do Mestrado de Christo”.

Deplorava a forma de agir do Arcebispo e o trato que dele recebia continuamente:

Afirmando que ao que me dá a perceber a experiência, o Arcebispo he emulo deste Governo, e não he possível se conserve em paz com V.Rey algum. Tenho-lhe sofrido tantas desatenções que seria fastidioso repeti-las, e tratando-o eu sempre com a maior veneração e respeito.

Terminava lembrando os seus excessos na relação com o Juízo da Coroa, pedindo a intervenção real de modo a evitar que viesse a ser usurpada a jurisdição secular.

Os Franciscanos opuseram forte resistência a todas as tentativas do Arcebispo no sentido de lhes retirar o controlo da administração das paróquias de Bardez, agindo, não raras vezes, com acções pouco pragmáticas e violentas, como os factos o demonstram. Mantiveram-se insensíveis a todas as cominações que lhes foram feitas sem alterarem minimamente o seu comportamento, continuando a exercer a sua administração como se nada tivesse sucedido, pondo em causa toda a acção do Arcebispo. Quando este fez remover os párocos e reitores das freguesias de Revorá, Guirim, Parrá, Aldoná, Nerul e Siolim, por conduta menos própria, o Definitório franciscano procedeu à nomeação de todos os removidos precisamente para os lugares que ocupavam antes, numa clara manifestação de desafio.

A iniciativa da Câmara, que se apresentou como uma das mais veementes denúncias da actuação dos párocos de Bardez, desencadeou uma fortíssima reacção por parte da congregação Franciscana. Enquanto opunham toda a resistência às investidas de D. Inácio de Santa Teresa, prepararam um extenso documento a que deram o título de *Discurso apologético em que se mostra a Falsidade da Queixa que os Canarins, com informe do Exm^o. Arcebispo de Goa D. Ignacio de Santa Thereza, remetterão ao Conselho do Ultramar, contra os Religiozos Franciscanos Parochos da Provincia de*

Bardes,²⁹¹ em que dissecaram as denúncias e fizeram a apologia do seu apostolado na Índia.

É curiosa a revelação feita, na abertura do documento, acerca do bom relacionamento que existia, de início, entre o Arcebispo e os Franciscanos, referindo que ele era uma visita assídua do convento e que, muitas vezes, essa assiduidade, “pela sua singularidade até cauzava estranheza”.

Nesse tempo, prosseguem eles, se notaram certas liberdades impróprias com os religiosos mais jovens do colégio de S. Boaventura e de S. Bernardo, algumas vezes repreendidos pelo provincial, numa clara insinuação, que não era a primeira, às fraquezas do Arcebispo quando em contacto com gente jovem e bonita. E referem duas situações concretas. No primeiro dia de 1728, o Arcebispo apareceu na sua manchua²⁹² no colégio de S. Bernardo e tomou alguns religiosos e estudantes jovens e os levou em passeio pelo rio, convidando-os a aparecerem no palácio episcopal para uma comemoração do ano novo, mandando, depois, recolhê-los²⁹³.

Um encontro semelhante ocorreu num dia de carnaval no colégio dos Reis Magos. E explicam o mesmo com o facto de o guardião ter sido ali colocado com a interferência do arcebispo à imagem do que havia também acontecido com alguns párocos providos nas paróquias.

E o que se seguiu?

Mandando pois S. Illm^a. brincar ao entrudo aos religiosos que alli se acharão, assim o fizerão, e sucedendo-se molharem-se a dois religiosos moços os hábitos, se retirarão para as celas aonde os despirão; e tocando-se ao refeitório, como não podião ir a elle por se acharem despidos e com os hábitos molhados, não tendo outros para mudar, a cada hum dos ditos religiosos deu S. Illm^a. hum chambre ou quimão (como chamão na Índia), ordenando-lhes os vestissem e fossem para o refeitório como fizerão.

A impugnação principiava com uma crítica feroz aos paroquianos canarins e clérigos naturais. Apodavam os primeiros de “perjuros, falsários e inimigos capitais dos párocos”. Revelavam que numa família com três ou quatro filhos, se procurava que fossem ordenados pelo menos dois para que servissem de sustento da casa e

²⁹¹ ANTT-Manuscritos da Livraria, n.ºs. 437 e 1061; BNP, Cod. 179.

²⁹² Tal como o Arcebispo, também os vice-reis, todos os oficiais e muitos particulares dispunham deste pequeno barco com uma lotação de uma dezena de lugares. Pyrard definia as manchuas como muito cómodas, em forma de carroça, só com a diferença de não serem tapadas dos lados. *Op. cit.*, p. 37.

²⁹³ A descrição do episódio encontra-se no subcapítulo *Da teoria à prática*.

fortificassem o seu respeito de modo a justificar aos restantes irmãos a exigência de maiores dotes nos casamentos.

Mas a sua aversão caía sobre os clérigos e reflectia bem o conceito em que eles tinham tal espécie de gente:

E se por tudo o referido se mostra serem estes Negros Orientaes indignos de que sejam promovidos ao estado sacerdotal, muito melhor se convence serem mais indignos e incapazes de que se lhes entreguem as parochias por ser certíssima a ruina e declinação das christandades. Porque, que se pode esperar dellas postas em poder de huns clérigos negros, por natureza sensuais, bêbados, miseráveis ambiciosos, christãos, como os mais naturaes, çujos, torpes, imundos em suas pessoas e trato, e nas couzas do culto divino faltos de respeito para com os freguezes, assim Portuguezes como naturaes, e péssimos nos procedimentos, costumes, mais que a sua declinação, a sua destruição e a sua ruina.

Asseveravam que era tal a sua ignorância que muitos dos párocos naturais nem sequer conheciam a doutrina cristã, o que os levava a proferir toda a espécie de heresias, em manifesto prejuízo dos paroquianos.

À obrigação decretada de todos os párocos regulares pregarem na língua da terra contrapunham a prática do Arcebispo, durante a visita que fez a Bardez, quando ele próprio pregava em português e, de seguida, um clérigo comentava o sermão na língua local. E interrogavam-se: “Porque logo não poderão fazer o mesmo alguns parochos regulares que ignorarem a língua dos naturaes”?

E continuavam a questionar-se: Que motivo levou o Arcebispo a interceder junto do provincial, antes do início do conflito, para que nomeasse pároco da igreja do Espírito Santo, uma das mais conceituadas da Província do Norte, o Pe. Fr. Custódio da Conceição, “sujeito muito do agrado particular de Sua Illm^a.”, apesar de ignorar totalmente a língua da terra e ter apenas vinte e quatro anos? Porque colocava o Arcebispo párocos brancos que não sabiam a língua local nas paróquias de Salcete?

E eles mesmos deram a resposta:

Porque este argumento não resulta de um impulso de zelo, mas tão-somente da determinação perversa do Arcebispo de retirar aos Franciscanos as igrejas de Bardês pois lhe parecia muito mal que estando já senhor de todas as mais igrejas, não ficassem também debaixo do seu domínio as de Bardês.

Reforçando a insinuação, afirmavam que o afastamento dos párocos regulares se devia à aversão que lhes nutria o Arcebispo, seu inimigo declarado, e à ambição nunca escondida “de ter sujeitas ao seu domínio e governo todas as igrejas deste Oriente”.

Reportando-se, depois, à imoralidade imputada aos párocos, no que tocava a promiscuidade com os moços, defendiam-se eles, alegando que os mesmos, não dispondo de rendas nem de cabedais, não podiam fazer casas sumptuosas, como constava da denúncia da Câmara de Bardez, se bem que, logo de seguida, entrassem em contradição quando confessavam que os moços possuíam “uma casa térrea que consta de uma varanda, até 4 quartos interiores, não espaçozos”. Ora, uma casa deste tipo não podia deixar de considerar-se valiosa, atendendo, sobretudo, à posição social dos possuidores e à míngua de terrenos para construção em Goa.

No tocante à escolha de mulheres formosas, desmentiam que assim fosse, mas iam acrescentando que se tal acontecesse não poderia considerar-se crime, bem pelo contrário, “porque a fermosura concilia amor e afeição e para os moços viverem em bem com suas mulheres conduziria muito o serem formosas”.

Que também era falsa a extorsão de dinheiro que os detractores atribuíam aos párocos, considerando a reconhecida miséria que sufocava as paróquias de Bardez.

Por outro lado, nesta sua impugnação, os Franciscanos socorriam-se de um argumento de relevante actualidade ao trazerem à colação a experiência vivida nas freguesias de Salcete, antes e depois de abandonadas pelos Jesuítas, onde se encontravam, como curas, clérigos seculares. Voltavam a questionar o Arcebispo sobre os vários escândalos que ali ocorriam, que eram do conhecimento público, mas que ele próprio procurava escamotear através de um procedimento cheio de ambiguidades.

Nesse sentido, instavam D. Inácio de Santa Teresa a que confessasse

[...] quantos forão os (clérigos negros) que achou amancebados na visita que fez em Salsete no tempo que administravão aquelas paróquias os Pe.s da Companhia e se o não quizer confessar é sabido na Índia que muitos se achavão e forão muitas as condenações que deles se cobrarão. Confesse, igualmente, o que lhe constou da bebedeira dos mesmos e quando o não queira confessar também é público que eles são dados igualmente a este vício, sendo raríssimo o que de noite não está bêbado e alguns de dia e de noite

E deixam um lamento para corroborar a duplicidade de critérios do Arcebispo:

Desgraça que sendo os naturaes de Bardes os peiores da Índia tudo o que disserão contra seus parrochos confirma S. Illm^a. e tudo o que os de Salsete affirmão contra os seus clérigos negros o reputa S. Illm^a. por falso. Quando os clérigos negros são castigados são apenas transferidos de local, mudados de uma para outra igreja.

Era de tal modo parcial o seu proceder que, em lugar de indagar a veracidade das denúncias, molestava os queixosos que se viam impelidos a recorrer ao vice-rei.

E quando lhe chegou a ordem real para proceder à substituição dos párocos por clérigos, em lugar de escolher os melhores, aqueles “de vida e costumes que em tudo hajão de maneira que cumprão as obrigaçoens do seu Minysterio conforme convém á observância de Deos e a beneficio dos moradores e povos” como impunha S. Majestade,²⁹⁴ entregou as freguesias a clérigos incapazes e de mau porte, violando, assim, as próprias determinações régias.

Descrevem um rol de situações ocorridas com párocos colocados pelo Arcebispo cuja conduta se revelava imprópria para um sacerdote e em relação às quais ele sempre decidia com parcialidade. Algumas dessas situações são perfeitamente mirabolantes:

Mais grave foi o que ocorreu em Siulim, entregue ao Pe. R. Pascoal e parindo-lhe a amiga mandou em sua presença baptizar o filho por outro sacerdote. Em Nagoá pastorea em huma ermida o Pe. Francisco Xavier de Quadros que diz missa com duas pistolas à cinta porque publicamente trás e se diz tem tido ajuntamento com todas as viúvas da aldeã. Por cauza de huma destas jogou aos murros junto da dita ermida com outros clérigos.

E exteriorizam, assim, o seu desalento: “Soube o Illm^o. e quando costuma declarar excomungados os sacerdotes que se injurião, não procedeo contra estas publicas mãos violentas”.

Culminam a sua defesa apontando o Arcebispo como fautor da carta e de outras movimentações que tinham o propósito de criar-lhe as condições que lhe permitissem colocar em prática os estratagemas que congeminara.

No mesmo dia cinco (de Outubro) por se ter noticia que S. Illma, com o título de que hia visitar, pertendia pasar à Provincia de Bardês e lá incitar novos motins com os canarins e forjar com elles novas calumnias e falsas imposturas contra os Religiozos Parochos

²⁹⁴ ANTT-Manuscritos da Livraria, nºs. 437 e 1061; BNP, cod. 179.

como já o tinha feito, aconselhando em o seu palácio aos da Camara Geral.

As hesitações da Coroa a respeito de tão grave problema foram constantes e comprovam que a actuação régia se fez de avanços e recuos, provavelmente, em função das pressões exercidas por cada um dos grupos intervenientes. Efectivamente, como resulta da carta de 12 de Abril de 1731.²⁹⁵ D. João V parece haver retrocedido na decisão comunicada ao Arcebispo em 1728, ao informá-lo de que, enquanto não tomasse uma resolução definitiva relacionada com as controvérsias existentes entre ele e os religiosos de Bardez sobre a administração das igrejas, deveria dar jurisdição aos Franciscanos que as estavam paroquiando. Deveria, igualmente, dar jurisdição aos candidatos que o provincial propusesse, mediante a apresentação de certidão comprovativa de que eles haviam sido examinados e aprovados na língua e na ciência. Deste modo, ao Arcebispo caberia, já não a nomeação dos párocos mas apenas a incumbência de tutelar as regras dessa nomeação e o seu posterior comportamento.

Esta nova determinação régia deverá ter sido conhecida em Goa na última quinzena de Dezembro de 1731 e de imediato o provincial, Fr. Domingos de S. Bernardino, representante máximo da Ordem no Estado da Índia, em seu nome e no de todos os religiosos do mesmo Estado, apresentou um protesto no qual procurava contrariar as razões da sua ingerência e da decisão real. Esgrimia argumentos baseados no Breve *Exponi nobis*, de Pio V, de 23 de Março de 1567, e em outras deliberações papais e régias que permitiam que as Ordens pudessem paroquiar na Índia e impediam a interferência dos bispos nas paróquias por elas administradas.²⁹⁶ Aludia à carta de Abril de 1728 para fazer dela uma interpretação diferente, ao afirmar que se mantinha a jurisdição dos párocos quando, na realidade, ela se mantinha se fosse confirmada pelo Arcebispo. Em favor dessa convicção, acentuava que a situação criada era apenas provisória, porquanto S. Magestade precisava, claramente, que, enquanto não decidia definitivamente sobre a controvérsia existente entre a sua ordem e o Arcebispo, acerca das igrejas de Bardez, se mantivesse a jurisdição dos párocos actuais. Acrescentava que S. Magestade também ordenara ao Prelado que, a partir dali, desse jurisdição ao superintendente para preencher as vagas que viessem a verificar-se, com certidão de que

²⁹⁵ BNP, cod. 1519, p.427 vº.

²⁹⁶ *Ibidem*, pp. 219-220.

o escolhido fora examinado e aprovado na ciência e na língua pelos competentes examinadores e que de toda a sua decisão havia dado conhecimento ao Arcebispo.

O provincial socorria-se, ainda, de um curioso argumento para contestar a legitimidade do Arcebispo. Além de tudo, acrescentava ele, “de presente se acha o ditto Illmo Arcebº. privado de todo o uso da jurisdição ecclesiastica, por estar excomungado, e por tal declarado pelo Illmo Bispo de Malaca”.

O documento concluía-se com uma advertência:

E como no entretanto poderá o Illmo Arcebº. Primás innovar alguma cousa (ao menos de facto) em prejuízo dos ditos privilégios Pontificios, cartas reaes antecedentes, que nessa nova senão derogão, antes parece que foi ella emanada obrepticia, e surrepticiamente por alguma informação falsa, ou suprimindo-se ao ditto Snor a existência dos dittos privilégios da Ordem que se não pode entender haver renunciado, nem poder faze-lo sem os requezeros referidos, querem os Supp.tes protestar neste Juizo perante V. Mg.e, como com efeito protestam pela nulidade de todos os procedimentos e innovações do ditto Illmo Arcebº. público excomungado.

O protesto foi remetido ao superintendente de Goa e notificado ao Arcebispo pelo escrivão do Juízo dos Feitos, em 2 de Janeiro de 1732.

Todavia, no final de Junho de 1733 estava prestes a composição com os Franciscanos. Com efeito, em carta de 27 do mês em questão, o vice-rei Conde de Sandomil regozijava-se com a notícia que lhe fora anunciada pelo Arcebispo, a quem deixava os mais rasgados elogios bem demonstrativos da excelente relação existente entre ambos:

[...] desejando não dilatar a V.Illmª. o devido agradecimento, lhe rendo já as graças pelo gosto que me dá com esta boa nova, conhecendo que ao paternal amor com que V. Illmª. cuida das suas ovelhas e do bem espiritual de todo este Estado, devo atribuir o bom sucesso deste negócio [...].²⁹⁷

O Arcebispo apressou-se a retribuir os louvores, salientando que o êxito se devia à intervenção do seu interlocutor, o que não andaria muito longe da realidade.

O diálogo entre ambos, acerca de tão melindroso assunto, terminou com uma bem-humorada censura do vice-rei aos supostos responsáveis de tão turbulento conflito:

²⁹⁷ ANTT-TSO-CG, liv. 86, p. 144.

[...] sempre disse a V. Illma, o quanto esperava da sua piedade e do seu zello, ainda quando me achava mais desenganado com as repugnâncias de todos estes Padres. Nos novos renitentes será bom que lhes reiteremos huns aqoutes, de que me parece que carecem bastantemente, e aos graves e maduros na idade, e merecimento, procurarey que se atenda com a caridade que he própria entre irmãos e filhos de tão excelente Patriarcha.²⁹⁸

Os Jesuítas, que somente cinco anos depois viram chegado o final do seu conflito com o Arcebispo, não apreciaram esta conciliação, como revela o comentário tecido pelo Pe. Francisco Gomes, assistente da Companhia de Jesus em Roma:

E cá vi eu huma carta que me mandou o Pe. Belchior dos Reis, na qual me dizia que os Franciscanos estavam já congraçados com o Sr. Arcebº. e elles forão hum dos principaes motivos porque nós nos puzemos nestes apertos, para que V. R. veja que couza são Frades.²⁹⁹

Após a saída de D. Inácio de Santa Teresa Goa, prosseguiram as dissidências internas na ordem franciscana, sempre com base nas lutas pelos lugares cimeiros de chefia, e os párocos mantiveram-se, com maior ou menor tranquilidade, à frente das freguesias.

O comportamento deplorável da congregação franciscana atingira um tal grau de gravidade que, como era sabido em toda a Goa, tudo se lhe tolerava, “facultando-se a uns viverem fora dos claustros, sem obediências e sem doutrina, e permitindo-se a outros empregos indecentes, impróprios da sua profissão”.³⁰⁰

O seu fim chegou quando em 1765, com dois provinciais a digladiarem-se pelo cargo, a Câmara de Bardez, de novo, impetrou a intervenção da Coroa para erradicar o dano que resultava das

[...] insolências, desaforos e injurias dos párocos franciscanos que além do mais desconheciam por completo a língua concani. Disfarçavam a sua ignorância utilizando, em recurso, os curas, que eram clérigos nativos, para pregar e confessar [...].³⁰¹

Em 23 de Abril de 1766, na sequência da queixa da Câmara, o Arcebispo de Goa, então D. António Brun da Silveira, recebeu instruções reais para submeter a posse

²⁹⁸ *Ibidem*, p. 146.

²⁹⁹ BNP, cód. 1627, *Carta de 9 de Fevereiro de 1734*.

³⁰⁰ Cunha Rivara, *Ensaio Histórico da Língua Concani*, p.52.

³⁰¹ *Ibidem*, pp. 54-55.

das paróquias a concurso, dando preferência aos párocos seculares naturais que soubessem a língua, devendo os mesmos submeter-se à jurisdição do Arcebispado. Na sequência de tal disposição, foram providas 19 paróquias de Bardez. Apenas cinco se mantiveram sob a alçada dos Franciscanos por lhes pertencerem por legado ou doação. Também essas acabaram por passar, mais tarde, para a jurisdição do arcebispo.

O comportamento abominável de um conjunto importante de religiosos franciscanos, que se estendeu por um período longo de mais de duzentos anos de guerrilha, difamou, definitivamente, o generoso contributo de companheiros, e foram muitos, que se dedicaram, sem mácula, à evangelização daquelas partes do Oriente. A História não lhes perdoa e a sua reprovação tem sido unânime por parte de todos os que, com isenção, se votaram ao seu estudo.

No que toca aos Franciscanos, o Arcebispo, embora muito ao seu modo turbulento, tudo tentou para pôr fim a tanto desmando. E, neste caso, parece que lhe assistia toda a legitimidade para o fazer em nome dos altos interesses da Igreja. Repare-se que, em momento algum, quando do processo com os Jesuítas, o Arcebispo lhes denunciou qualquer comportamento imoral.

3. 3. Com o poder civil em geral

D. Inácio de Santa Teresa, utilizando sempre a excomunhão como arma de arremesso contra os que se atreviam a barrar-lhe o caminho, tentou também assenhorear-se do poder civil.

Os primeiros tempos deixam perceber a existência de um trato correctíssimo entre o Arcebispo e o vice-rei Francisco José de Sempayo e Castro (1720-1723). A disponibilidade para uma colaboração em prol dos interesses do Estado parecia constituir a máxima preocupação de ambos. Quando D. Inácio lhe solicitou apoio para efectuar determinadas prisões em Salcete, o vice-rei apressou-se a satisfazer-lhe o pedido, transmitindo ordens ao sargento-mor do terço para esse efeito. E na carta de 23 de Maio de 1722, em que lhe dava conhecimento das diligências promovidas, reafirmava a sua disposição de entreajuda.

Emquanto ao adjutório que Vllm^a. me pede para as prisoens que determina fazer, vay ordem ao sargento mor do terço para concorrer com elle na forma que Vllm^a. dispuser, segurando-lhe me achará sempre com prompta vontade para tudo que for do seu agrado.³⁰²

Todavia, durante a visita às freguesias de Salcete, a concórdia deu lugar ao confronto. Encontrava-se o Arcebispo em Assolná, quando os residentes, certamente, instigados por ele, empreenderam uma surtida às terras da outra banda com a finalidade de retirarem os ídolos existentes num pagode que dias antes havia sido incendiado a mando do vice-rei.³⁰³ Este reagiu ao ocorrido, ordenando a prisão dos intervenientes e a expulsão do pároco de Assolná, ao mesmo tempo que manifestava o seu desagrado ao Prelado, por carta de 25 de Maio de 1722. Nela, depois de salientar a razão da sua investida contra o rei do Sunda, conseguindo que ele se dispusesse a aceitar tudo quanto conviesse aos Portugueses, informava o Arcebispo de que lhe havia chegado aviso de que “hum corpo de trezentos homes armados da aldea de Assolná, a som de caixas entrarão às terras do Sunda [...] não porque ella mais quisesse trazer os Idolos do

³⁰² AHU, Índia, Conselho Ultramarino, Cx. 079.

³⁰³ José Maria. Mendes, *op. cit.*, pp. 38-39.

pagode, do que os furtos que quizerão fazer ousadamente” e acusava-o de “com o seu imprudente zelo” haver comprometido o êxito da operação porque

De seu poder absoluto se intrometeu a perturbar negocio de tanta ponderação aniquilando com semelhante acção a reputação do Estado, e da Nação, a fé publica, e a minha palavra cazo até agora nunca visto, nem ainda succedido em todo o mundo.

Acrescentando que tudo isto: “não cabe outro algum discurso mais que ficar eu entendendo que V.Illm^a. sem duvida se acha com poderes de S. Magestade tais que quer o reconhecimento como o Supremo Governo da Índia”.

O vice-rei, usando de alguma ironia, concluía a carta com uma outra grave acusação:

S. Magestade me não deo Regimento para que governasse o Estado pelas revelações, que V.Illm^a. tivesse doutro mundo, pois na Sua carta me dá claramente a entender teve de Deos algumas, para por ellas guiar eu os meos acertos; nos quais eu ainda não creyo, porque estou certo, não costuma communicar estes favores, a quem passa as noites com fulias censuradas, e que com as suas acções dá motivo a chacotas.

Inácio de Santa Teresa argumentou em sua defesa que nem ele nem qualquer outra pessoa conheciam os ajustes com o rei do Sunda pois o que constava era que as tropas do vice-rei se haviam retirado para guarnecer outra posição pretendida pelo inimigo; assegurou ser falso que os residentes tivessem entrado ao som de caixas porque apenas se dirigiram ao pagode os necessários para retirar os ídolos, tendo a parte mais numerosa aguardado no cimo do outeiro e somente a sua entrada na povoação se fez ao som das caixas para melhor demonstrarem a sua satisfação.³⁰⁴ Aludindo aos furtos,

³⁰⁴ É curioso que, cerca de três anos e meio depois, entre final de 1725 e princípio de 1726, por razões que se desconhecem, os factos que originaram esta controvérsia foram objecto de uma devassa dirigida pelo Pe. Diogo Roiz do [Rozário]. Ouvidas vinte e duas testemunhas, todas elas foram unânimes em confirmar a versão de D. Inácio de Santa Teresa. No decorrer da mesma, foi ainda interrogado Luiz de Mello e Sampayo, general da Província de Salcete, que em carta de 11 de Janeiro de 1726, dirigida ao inquiridor, desvalorizou o assunto ao afirmar que “Em Mayo de 722 mandei ajustar com o Rey de Sunda se se tinha publicado ou não a tempo, que os christãos de Assolná forãoam tirar os ídolos, que tinham ficado no Pagode de [?], que antecedentemente tinha eu mandado queimar pelo sargento mayor Antonio de Azevedo, he certo, que este ajuste se tratava particularmente entre my e o Senhor V. Rey, e como a minha assistência era então em Rachol distante de Assolná, não me constou que estivesse publico em parte alguma esse trato, demais que esse successo ou expedição, como lhe quizer chamar, foy de pouca entidade, que não fiz memoria disso; porque só tratava o que era mais útil ao serviço de S. Mag.de”. BA, cod. 54.XI.37, nº. 160c.

comentou que “já aqui começo os testemunhos, e falsidades” e apresentou uma justificação bastante plausível:

Se o pagode havia quatro, ou sinco dias, que fora despojado, e queimado pellos soldados, que havia nelle, que furtar, nem na povoação dos Gentios, que fica distante pella terra dentro, e onde os de Assolná não chegarão?

Logo de seguida, o Arcebispo, intencionalmente ou não, deu origem a um outro conflito quando pôs em causa a jurisdição secular. De acordo com a descrição que fez da visita, em cada uma das freguesias, concentrou-se na reconciliação das partes em demanda que “entre os canarins são mais que os indivíduos”, obrigando à restituição de bens que “estavão huns sonogados, outros uzurpados, outros uzuraria e injustamente retidos”, tudo isto “sem que ninguém se queixasse, senão depois da vizita”.

O vice-rei entendeu esta acção do Arcebispo como uma intromissão numa área que não era a sua e ripostou, ordenando, em 8 de Julho, através de um bando (pregão) que, ao que tudo indica, representava o meio mais acintosa de ferir quem quer que fosse e muito mais um arcebispo. Repare-se, no final do texto, no alarido que devia fomentar esta forma de publicidade. Insinuando que o Arcebispo forçara as partes a comporem-se e que tal composição somente era válida se feita perante um juiz, anulava todos os ajustes operados, desde que os interessados o pretendessem.

[...] que nenhuma pessoa seja constrangida por força contra sua vontade a se compor em couza alguma, que tiver, quer seja A. ou Reo; e os que se acharem prejudicados nas composições violentas, que se tiverem feito contra a disposição da ley, hey por nullas. [...] Porquanto me consta de repetidos requerimentos e queixas que os moradores da Provincia de Salcete me tem feito e a Relação, de serem constrangidos e violentados por força para comporem as cauzas com seos contententes verbalmente, não se reparando serem de sua natureza civil e dependerem de tella judiciária, perante seu juiz competente e desse procedimento rezultava grave prejuízo pelo damno irreparável que se seguia às partes. E para o evitar ordeno e mando que nenhuma pessoa seja constrangida por força contra sua vontade a se compor em couza alguma que tiver, quer seja A. ou Reo, e os que se acharem prejudicados nas composições violentas que se tiverem feito contra a disposição da ley, hey por nullas e poderão as partes requerer o seu direito e justiça livremente parecendo-lhes, perante seu juiz competente, não obstante as taes composições obradas nulamente por força, com ameaços ou temor. E o capitão da fortaleza de Rachol, e terras de Salcete, ouvidor dellas e mais justiças de S. Mag.de, que Deos guarde, perante quem se tratar,

admittirão sem fazerem cazo das referidas composições. E para que venha à noticia de todos se publicará este a som de caixas nos lugares públicos e costumados da fortaleza de Rachol e nas aldeas daquela província e se rezistará na Relação, nos Cartórios da Ouvidoria da Fortaleza e nos termos da aldeã, de que os officiaes a que tocar passarão sua certidão e o próprio se entregará na secretaria do Estado.³⁰⁵

No início do ano seguinte, já no período em que decorria a substituição dos párocos jesuítas das freguesias de Salcete por clérigos naturais, abriu as hostilidades com os desembargadores da Relação de Goa. A pedido da Companhia de Jesus, que alertava para a progressiva degradação das freguesias, o Conselho de Estado deu instruções para que o procurador das ordens e o provedor-mor das capelas

[...] passassem à Província de Salcete, e puzessem a bom recado todos os bens moveis e de raiz pertencentes aquelas igrejas e às suas confrarias fazendo de tudo entrega judicial aos Fabriqueiros e Thezoureiros, e vendendo os móveis uzados pelos párocos religiosos, e receitando o procedido deles nos livros das fabricas.³⁰⁶

A diligência foi efectuada pelos desembargadores Manoel Martins Ferreira e Manoel Ferreira Lima, em 13 de Fevereiro, no decorrer da qual foram vendidas em leilão algumas alfaias. O Arcebispo excomungou os juízes executores e os seus auxiliares na operação, acusando-os de haverem retirado as pratas dos cofres depois de intimidarem os novos vigários com ameaças de prisão e arrombamento das portas e por motivo da venda em leilão.³⁰⁷

Em 16 de Agosto de 1724, o Tribunal da Relação, na sequência de um recurso apresentado por um tal João Agostinho de Quadros, que se encontrava preso no aljube do Arcebispo, lavrou um polémico assento em que anulava todas as prisões feitas à sua ordem por não haverem sido precedidas da ajuda do braço secular como dispunha a lei, sem deixar de aproveitar a oportunidade para uma alusão à indole prepotente do Arcebispo, ao referir

[...] ser notorio outro sy esta qualidade de violencia que à jurisdição real se fazia e outros remédios da ley com o dito R. Arcebispo, suposta a dezobediência que sempre nelle se experimentou, se não infructuosa, pois he patente que com suspeçoens e sensuras

³⁰⁵ ANTT-TSO-CG, liv. 286, *Manifesto*.

³⁰⁶ BNP, cod. 519, *Relação das controvérsias*, pp. 18-19.

³⁰⁷ ANTT-TSO-CG, liv. 312, *Declaratória de 7 de Março de 1727*.

pertende inhibir todo o procedimento dos ministros em defesa da real jurisdição³⁰⁸.

O Arcebispo reagiu com extrema violência à publicação do assento, classificado de sacrílego e ofensivo da sua jurisdição, imunidade e liberdade, e, pelas pastorais de 16 e 26 de Setembro,³⁰⁹ interditou os desembargadores intervenientes no processo, determinando que todos os padres seculares ou regulares impedissem a participação dos mesmos em quaisquer actos litúrgicos. Cominou-os, ainda, para no prazo de três dias anularem e revogarem o assento com a mesma publicidade com que fora divulgado.³¹⁰

A Relação, logo no dia imediato, retaliou, instruindo o recebedor de Bardez e o vedor-geral da Fazenda para reterem a cômputo do Arcebispo e todos os quarteis, ainda aqueles que lhe eram devidos pelo exercício de funções de governador, com a alegação do incumprimento do assento.³¹¹

O Arcebispo voltou à liça a 10 de Outubro seguinte. Renovou as penas aplicadas aos desembargadores e interditou todas as capelas e oratórios particulares sitos nas freguesias da cidade e em todas as mais das ilhas de Goa e suas adjacentes, com a única excepção das capelas dos hospitais e os oratórios dos seus colegas de governo e suas famílias. Proibiu os padres de celebrarem missa nesses templos e cominou-os com a pena de excomunhão extensível aos donos, em caso de prevaricação.

O preâmbulo dessa pastoral, em que procura justificar a acção punitiva contra os desembargadores, permite conhecer a essência das convicções que moviam o Arcebispo a intimidar os que não cumprissem os seus preceitos ou não agissem ao seu modo.

[...] continuando (os desembargadores) nos mesmos absurdos, de mal em peor, e de hum abismo em outro, mandarão publicar o dito assento na audiência desta cidade e nos lugares públicos de Bardez e Salcete a som de caixas e notificar os nossos officiaes para que não prendessem nem retevessem leigos no aljube, dando com isto occasião a novas relaxações e escândalos e a que muitos dos mesmos, que com medo da prisão vivião, ou totalmente emendados ou ao menos cautelosos, agora depois daquele publico bando, se soltassem e devassassem com impudente despejo, tornando ao vomito das suas publicas e escandalosas torpezas, uzuras e outras enormes atrocidades, dizendo e ainda congratulando-se publicamente que estão livres de

³⁰⁸ *Ibidem*, *Pastorais de 16 e 26 de Setembro de 1724*.

³⁰⁹ ANTT-TSO-CG. liv. 312.

³¹⁰ *Ibidem*, *Assento da Relação de Goa*.

³¹¹ *Ibidem*, *Interdito das capellas*.

serem presos, das censuras não fazem cazo porque destas os livrará a Relação secular, por meyo de recursos.³¹²

A posição do Arcebispo em todas estas confusões foi reprovada pelos seus colegas de Governo. Em carta de 15 de Dezembro de 1724,³¹³ Cristóvão de Melo e Cristoval Luis de Andrade apresentaram a D. João V uma versão diferente e detalhada das ocorrências, realçando o seu despótico procedimento.

Confessavam que a sua entrada para o Governo do Estado os teria levado a confiar que o Arcebispo, no momento em que assumisse responsabilidades governativas, como directo representante de Sua Magestade, tomaria consciência dos violentos agravos cometidos desde que chegara a Goa e arredaria caminho, empenhando-se na defesa da jurisdição real. Mas verificara-se justamente o contrário porque, segundo eles, o Arcebispo aproveitara-se do cargo para usurpar essa jurisdição:

Todas estas violências continuadas desde que este prelado veyo à Índia e procedidas de hum ânimo conhecidamente tenás e difficil, nos persuadimos cessarião com a sua entrada em o Governo deste Estado pelas vias da sucessão que se abrirão em 13 de Septembro do anno de 1723, suposta a obrigação que lhe corria de defender a jurisdição real e conservar o socego publico. Mas esquecido do que tanto lhe devia lembrar, tem mostrado que só para a usurpação da jurisdição real e discompozição dos ministros e mais vaçallos ocupou o lugar a que a mercê de V. Mag.de o promoveo.

Exemplificam com a excomunhão proferida contra os desembargadores. Antes do seu ingresso no Governo, havia já o provedor-mor, que era então o desembargador Duarte Salter de Mendonça, tomado a contas da Confrarias do Senhor Santíssimo e de Nossa Senhora do Socorro, da fregresia de S. Lourenço, sem qualquer resistência.

E acrescentam eles,

[...] vendo-se no governo e fundado (talvez) em que por este caracter se lhe não atrevião os Ministros da jurisdição real, foi à dita freguezia e não somente visitou as sobreditas confrarias mas por hum decreto seu anulou as contas e posse que tinham tomado os ministros, extinguiu as ditas confrarias, erigindo outras de novo e unindo os dous cofres que havia separado. Pertendendo com esta inaudita violência adquirir o jus da direcção para assim subordinar ao eccleziástico o que à

³¹² AHU, Índia, Conselho Ultramarino, Cx. 079.

³¹³ *Ibidem*.

jurisdição real pertencia, fazendo-lhe também novo compromisso para ficar mais segura ao seu parecer a instrução desta acção e por ella procedeo à eleição dos mordomos, fazendo-os todos clérigos para que fosse mais difficulতো a recuperação aos ministros seculares.

Continuando na narração, contam que encontrando-se todos os intervenientes na Casa da Pólvora, o desembargador provedor-mor Manoel Martins Ferreira rogou ao Arcebispo, de forma a resolver-se sensatamente a questão decorrente do assento da Relação e evitar novo escândalo, que retrocedesse na decisão que tomara quanto às confrarias. Perante a recusa do Prelado, que alegou que a jurisdição sobre as confrarias lhe pertencia, o desembargador

[...] appellou delle ante omnia em nossa presença para que com censuras (como costumava) lhe não impedisse o exercício da sua jurisdição em o procedimento que devia ser, assim contra alguns confrades, que fizerão termo de reconhecimento ao ecclesiástico como em a reposição das ditas confrarias em estado antigo. E com efeito procedendo contra os culpados em a violência que o Arcebº. Primás fizera à jurisdição real nas ditas confrarias, achou serem os principaes, o diffirimos pelos despachos que remetemos inclusos.

A sentença proferida no Juízo da Coroa, e depois confirmada na Mesa do Paço, foi desfavorável ao Arcebº. que, no entanto, continuou a recusar o cumprimento do assento. Foi esta a razão por que o juiz da Coroa ordenou a suspensão dos quarteis e o ordenado de governador. A última parte da sentença, - suspensão do ordenado – não foi executada por oposição do Governo que se justificou com os “inconvenientes que se seguirião no serviço de V. Mag.de [...]”.

Prosseguindo, os dois governadores pormenorizam a ocorrência relacionada com a extracção dos presos do aljube do Arcebispo:

Opprimidos os vaçallos leigos das injustas prizoens que o Arcebispo Primás sem ordem nem figura do júzo por seus officiaes lhe fazia, impossibilitados para as despesas de nenhum recurso ordinário, supplicarão na Rellação o cumprimento de huma Provizão do V.Rey, Ruy Lourenço de Távora, confirmada por V.Mag.de, na forma da qual se dignava ao ecclesiastico o prender leigos sem ajuda do braço secular. E considerando os ministros que por huma só volência em o anno de 634 se tinha assente em Relação o comprimento e execução da dita Provizão, assentarão serem mais urgentes os motivos de assim se executar as presentes e que hera geral e notória a queixa das multiplicadas aveixaçoens que por este modo experimentavão os vassallos leigos em hum Arcebispo Primás, ao qual requerendo o

Dezembargador ouvidor geral do crime com o dito assento para que soltasse os presos leigos que contra forma da Ley retinha no aljube, o não poudo conseguir delle.

De acordo com o seu relato, tudo fizeram para demover o Arcebispo de manter os presos leigos no seu aljube, contra o que instituía a lei:

Recorreo a nós para que interpuzessemos a nossa autoridade em ordem a que o dito Arceb°. Primás obedecesse ao assento por lhe não dar ocasião de o executar com algum estrondo e posto que lhe pedimos com a mayor eficácia da parte de Deus e de V.Mag.de, não conseguimos melhor resposta do que o ouvidor geral do crime. Mas antes logo munio aos ministros da Rellação para que riscassem o dito assento por sacrílego, declarando também para sair as leys em que se fundavão, prometendo censuras no cazo em que no peremptório [trino] de sinco dias o não riscassem.

Contrariando a versão do Arcebispo, os governadores esclareciam que, não obstante os desembargadores haverem suspendido o efeito do assento, por seu conselho, o Arcebispo declarou o interdito a todos os intervenientes na sua execução. E, em relação ao João Agostinho de Quadros, causador involuntário de todo o imbróglio, revelavam a terrível punição que lhe fora reservada:

E procedendo a mayor rigor com hum João Agostinho de Quadros por ser hum dos que requererão a execução do assento, ao qual estando para soltar no dia seguinte, como o mesmo Arceb°. Primás afirmou, não só o não fez mas o oprimio em forma que morreo miseravelmente na cadea carregado de grilhões, impiedade que verdadeiramente se faz incrível de um prelado e religioso.

Não existe notícia de qualquer desentendimento no seio do triunvirato governativo pelo que não haveria motivo para eventuais revanches. Os depoimentos dos colegas, incriminatórios, de forma contundente, do proceder do Arcebispo, apresentam-se, assim, revestidos de uma credibilidade sustentável. Mas, o que parece ter-se verificado é que D. João V lhe prestou pouca ou nenhuma atenção.

As repercussões de tamanho escândalo, em que se encontraram envolvidas as entidades máximas de Goa, devem ter ocasionado grande desagrado na Corte. O rei havia sido informado pelo Arcebispo que, naturalmente, apresentou uma visão que lhe fosse favorável, alijando toda a culpa do ocorrido para os seus adversários. Também a carta dos governadores lhe deverá ter chegado às mãos um largo tempo antes da decisão

condenatória dos desembargadores. Porém, a mesma parece ter sido ignorada pois foi total, da sua parte, a rejeição do procedimento da Relação,³¹⁴ que censurou asperamente, considerando o mesmo “irreverente e indigno de praticar-se com um Prelado de tanta autoridade como a nossa”,³¹⁵ A única reacção ao papel do Arcebispo foi advertí-lo de que não tinha intenção de permitir-lhe maior jurisdição do que aquela que lhe atribuíam as leis régias e o direito comum, aceitando que ele havia ultrapassado os seus limites jurisdicionais.

³¹⁴ Na carta que a seguir se referencia, D. João V, ao escrever “Fui servido desaprová-lo e ordenar ao Vice Rey desse Estado que como tal o estranhe muyto severamente ao Tribunal, sem embargo das razoens com que pretende justificar-se, as quaes são inatendíveis”, seria natural que fizesse alusão à carta dos governadores que continha um relato simples do episódio. Não o fazendo, pode concluir-se que não lhe prestou qualquer atenção.

³¹⁵ ANTT-TSO-CG, liv. 312, *Carta de 12 de Abril de 1726, de D. João V ao Arcebispo*.

4. O CONVENTO DE SANTA MÓNICA

O convento de Santa Mónica foi palco de um dos mais escandalosos acontecimentos que ocorreram na Índia durante toda a presença portuguesa. As Ordens Religiosas, que mantinham uma permanente conflitualidade com D. Inácio de Santa Teresa, criaram um novo incidente no seio das freiras que o habitavam, convencendo-as a pôr em causa a jurisdição do convento que pertencia ao Arcebispo. O convento era a única instituição religiosa feminina do género, o que muito contribuiu para o agravamento do conflito e a enorme repercussão que teve em todo o Estado da Índia e que se estendeu ao reino, que a vastíssima documentação que se lhe refere bem patenteia.

A sua instalação passou por vicissitudes de toda a espécie uma vez que as fortunas que o futuro convento geraria tornavam-se apetecíveis. Não foi de estranhar que os Franciscanos e a própria Câmara tentassem a implementação de um outro convento, contrariar a sua construção ou até apoderar-se do seu controlo. O papel do arcebispo D. Aleixo de Menezes e o desempenho de Fr. Diogo de Santa Ana foram determinantes para que essas tentativas fracassassem.

Por sua vez, quanto ao cisma ocorrido entre as freiras, o mesmo resultou de um empenhamento comum das Ordens Religiosas que controlaram, por completo, a vontade das religiosas.

4.1. Breve historial da instituição

Em 2 de Julho de 1606, foi lançada, numa cerimónia de grande aparato, a primeira pedra daquele que viria a ser o único mosteiro de religiosas em Goa. Frei Agostinho de Santa Maria deixou-nos um relato circunstanciado e colorido de tal efeméride:

Destinou este grande Prelado (D. Aleixo de Menezes), para se haver de lançar esta pedra primeira do edifício material daquela nova casa de Deos, o dia da Visitação de Nossa Senhora Santa Isabel, dous de Julho do anno de 1606, depois que residia na Índia havia onze anos. Era neste tempo Governador Geral daquele Estado, & assim assistido de toda a fidalguia, & nobreza, fez esta solemnidade de benzer, & lançar a primeira pedra fundamental para o novo Templo de Santa Monica; o que se obrou com grãde magnificência, & aparato de musicas, & danças, charamelas, & outros instrumentos músicos desta qualidade; a que se ajuntavão outros bellicos, como clarins, trombetas, & atabales de vários géneros; & outros instrumentos gentílicos, que por haver muitos em Goa, & por todas aquelas ilhas adjacentes, fazião hum tão grande estrondo, que em todas ellas soavão os eccos.³¹⁶

Após algum tempo de contacto com a realidade goesa, D. Fr. Aleixo de Menezes,³¹⁷ arcebispo da Aquidiocse, movido pelo propósito de atalhar “o grande

³¹⁶ ANTT, S.V. 8879, Fr. Agostinho de Santa Maria, *Historia do Real Convento de Santa Monica da Cidade de Goa, Corte do Estado da Índia, & do Imperio Lusitano do Oriente...*, Lisboa, Na oficina de Antonio Pedrozo Galram, 1699, p. 105.

³¹⁷ Nasceu em Lisboa, a 5 de Janeiro de 1559. Era filho de gente nobre. Seu pai, D. Aleixo de Menezes fora alcaide-mor de Abranches e aio de D. Sebastião. Sua mãe, D. Luiza de Noronha, era filha de D. Álvaro de Noronha, capitão de Azamor. Recebeu o hábito dos Religiosos Eremitas de Santo Agostinho, com a idade de apenas quinze anos, no Convento de Nossa Senhora da Graça, de Lisboa. Estudou filosofia e teologia em Coimbra, tendo, depois, rejeitado o cargo de reitor da Universidade dessa cidade, oferecido por Filipe II, de quem recebia toda a espécie de benesses. Tal afecto é bem visível na carta em que este Monarca lhe anuncia a sua decisão de o eleger arcebispo de Goa: *Fr. Alleixo de Jesus, Eu ElRey vos envio muito saudar. Vendo eu o muito que convém prover-se o Arcebispado de Goa em pessoa de partes, letras, virtudes, & Religião, que pede huma Prelazia em que tanto serviço se pode fazer a nosso Senhor no acrescentamento de sua santa Fé, & que seja de tal qualidade, que com autoridade de vida possa cumprir com sua obrigação no espirital, & ajuda a meus Vice-Reys; me pareceo eleger-vos para isso, pela muita satisfação que tenho de vós, & entendo que tendes todas as partes, & porque sendo assim não hê razão, que por nenhuns outros respeito de menos momento (sic) vos escuseis à dita Prelazia sem duvida alguma; porque disso me haverey por muito bem servido, como mais em particular volo dirá Miguel de Moura do meu Conselho de Estado, & meu Governador desse Reyno. Escrita no Prado a 21 de Novembro de 1594. REY.*

estrageo, que o demónio tinha feito nas mulheres do Oriente, aonde se não via mais que ociosidades, danças, bailes, músicas, tangeres, palmares, & tanques [...]”,³¹⁸ suplicou a Filipe II licença para fundar, em Goa, um convento de religiosas destinado a donzelas nobres sem dote para o casamento.

Foi intenção do Prelado associar ao projecto de Santa Mónica a construção de dois recolhimentos femininos, um sob a invocação de Nossa Senhora da Serra e o outro de Santa Maria Madalena, ambos debaixo da tutela da Santa Casa da Misericórdia e que, todos, no seu conjunto, seriam o antídoto por ele concebido para sustar os males que, em seu entender, inquietavam a população feminina de Goa.

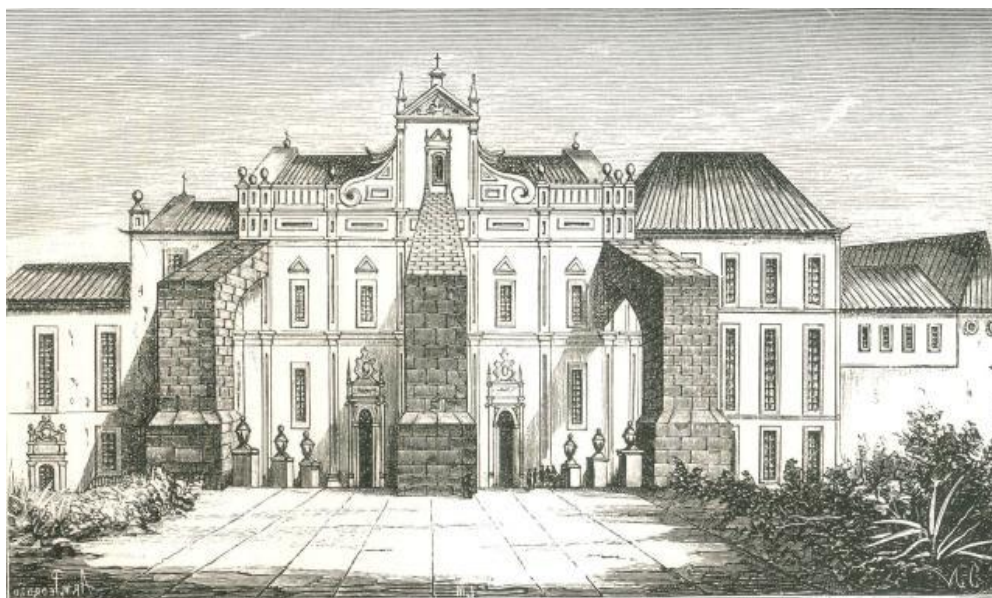
A maioria dos membros do Conselho de Estado, muito particularmente os representantes das Ordens Religiosas, tudo fez para travar os intentos do Arcebispo. Entendiam eles que “a experiencia mostrava, que não era esta vida para as mulheres da Índia, por sua muita fraqueza, grandes delicias, desleixação da terra, intemperança do clima, & licenciosa criação, que se dava às moças [...]”.³¹⁹

Todavia, a persistência de D. Aleixo de Menezes, apoiada no grande prestígio e na influência que detinha junto da Coroa, acabou por ultrapassar todos os obstáculos, progressivamente colocados, e desenvolver o projecto em definitivo, embora não afastando, de todo, as contestações que, algumas delas, geraram até situações de violência, mormente depois da sua saída de Goa para Braga.

Na sequência dessa decisão, foi sagrado bispo, em 26 de Março de 1595, no mesmo convento de Nossa Senhora da Graça, pelo Arcebispo de Lisboa, D. Miguel de Castro. Chegou a Goa na nau Nossa Senhora da Vitória, em Setembro de 1595, era, então, vice-rei, Matias de Albuquerque. Em 1609, D. Aleixo de Menezes foi o escolhido por Filipe III para ocupar o lugar vago na Arquidiocese de Braga por renúncia de D. Fr. Agostinho de Castro, tendo deixado Goa apenas a 31 de Dezembro de 1610 e dando entrada em Braga a 8 de Julho do mesmo ano. Em data imprecisa partiu para Madrid com a intenção de obter auxílio para os pobres da sua Arquidiocese e apresentar a sua renúncia a Filipe II que acabou por mantê-lo na sua Corte e o nomeou vice-rei de Portugal e Presidente do Conselho de Portugal em Madrid. Foi acumulando honrarias atribuídas por aquele Monarca, de quem recebeu o cargo de Capelão-mor do Reino de Portugal e de Governador do Priorado do Crato. De notar que, numa primeira abordagem, não se mostrou muito receptivo à aceitação do lugar, valendo a intervenção de Paulo V que, no seu Breve de 1 de Junho de 1614 o incitou a não recusar a nomeação real. Esse Breve testemunha o alto apreço em que D. Aleixo de Menezes era tido pelo Sumo Pontífice e por Filipe II: *Soubemos com gosto da eleição, que o nosso Charissimo em Christo filho Philippe Rey Catholico das Espanhas fez de vós para Vice-Rey desse seu nobilissimo Reyno de Portugal. Porque confiamos, com aumento dos vossos louvores, & bem dos povos que governardes na administração desse cargo, respondereis ao grande concerto, que o Rey tem da vossa virtude, & prudencia [...]*, Fr. Agostinho de Santa Maria, *op. cit.*, pp. 47 e 48. Faleceu a 3 de Maio de 1617, em Madrid, tendo sido sepultado na sacristia do convento de S. Felipe e trasladado, quatro anos depois, para a Igreja de Nossa Senhora do Pópulo, em Braga. Fr. Agostinho de Santa Maria, *op. cit.*, pp. 11 a 61, e Diogo Barbosa Machado, *op. cit.*, vol. I, p.88.

³¹⁸ Fr. Agostinho de Santa Maria, *op. cit.*, p. 92.

³¹⁹ *Ibidem*, p. 93.



Convento de St. Mónica (A. Lopes Mendes, A Índia Portuguesa, vol. I)

Por volta de 1605, o Arcebispo assumiu as rédeas do governo do Estado, por ausência do vice-rei Martim Afonso de Castro em Malaca, e, aproveitando essa ocasião favorável, tratou da resolução do assunto, fazendo aprovar em Conselho a decisão definitiva.

O terreno preferido pelo Arcebispo para a sua construção localizava-se na vertente norte do Monte Santo, sobre o Rio Mandovi, numa das zonas mais aprazíveis e saudáveis e por isso das mais dispendiosas da cidade de Goa, muito próximo, também, do Convento de Nossa Senhora da Graça, da Ordem de Santo Agostinho. Nele existia um conjunto de casas de habitação, algumas delas de porte nobre, que ocupavam três ruas, e cuja aquisição implicou o pagamento de verbas consideráveis. Foi ainda necessário proceder à deslocação de uma multidão de mulheres que se dedicavam à prostituição no monte, por isso denominado *Ilha do Fogo*. Somente após a construção do convento essa designação mudou para *Monte de Santa Mónica* e, mais tarde, para *Monte Santo*.³²⁰

No aproveitamento de algumas dessas casas, instalou o recolhimento destinado às primeiras noviças que iriam, mais tarde, povoar o novo convento, de cujo número faziam parte D. Filipa Ferreira, viúva, e sua filha Maria de Sá, consideradas como as fundadoras e que tinham vindo de Saná, por iniciativa de Pe. Diogo de Santa Ana.³²¹

Este frade agostinho, era o responsável pelo convento que a congregação possuía naquela vila e viria a cumprir um papel determinante na construção e administração de Santa Mónica na qual se manteve ao longo de algumas dezenas de anos com uma conduta sem mácula.

O convento foi adstrito à jurisdição da Arquidiocese, tendo a direcção administrativa e espiritual sido atribuída aos religiosos de Santo Agostinho ainda que sob a supervisão do Arcebispado. Paulo V, ratificou, pela bula *Ut ea que pro Religiosarum personarum*, de 27 de Novembro de 1613, as normas criadas por D. Aleixo de Menezes para o seu governo, estabelecendo, ainda, que as religiosas do mosteiro ficariam, perpetuamente, sob a protecção da Sé Apostólica.

³²⁰ Pe. M. J. Gabriel de Saldanha, *op. cit.*, vol. II, p. 127.

³²¹ Nasceu em Vila Nova de Lampazes, do concelho de Bragança. Estudou na Universidade de Salamanca, tendo professado no Convento da Graça de Lisboa a 21 de Outubro de 1594. Um ano depois seguiu para Goa, integrado na comitiva do novo arcebispo D. Aleixo de Menezes. Assumiu, desde o início, a construção e a administração do convento de Santa Mónica, de que foi, depois, primeiro confessor e mestre. Foi deputado da Inquisição de Goa, reitor do colégio de Stº. Agostinho e provincial da mesma congregação. Faleceu em 6 de Outubro de 1644 tendo sido sepultado no convento a que dedicou parte considerável de sua vida. Diogo Barbosa Machado, *op. cit.*, vol. I, p. 630; Fr. Agostinho de Santa Maria, *op. cit.*, p. 147.

A edificação foi iniciada em 1610, ano da partida do Arcebispo para Braga, já sob o controlo do Pe. Fr. Diogo de Santa Ana mas as obras prolongaram-se até 1627, essencialmente, pela falta de meios para lhe fazer face e pelos embaraços que lhe foram criando os contestatários.³²²

Logo em 1606, coincidindo com o lançamento da primeira pedra, a Câmara de Goa, certamente industriada pelos Franciscanos, que não viam com bons olhos a obra dos seus competidores, intervinha junto de Filipe II para que considerasse a “instituição” de um novo mosteiro. Alegava com o facto de o projecto dos Agostinhos,

[...] na forma que está traçado, que hé pera recolhimento de duzentas Religiosas, professoras, e são já tantas as donzellas e viúvas virtuosas, que pertendem recolherse, que se todas se ouverem de admitir, não será o Mosteiro capaz de tanta gente, alem de outra muita que ha nesta cidade ricas e abastadas que desejando recolheremse o não fazem oje por mostrarem muita devoção á ordem de São Francisco [...].³²³

Um ano depois, a mesma entidade, em reforço do pedido, repetia a intenção das proponentes de dedicarem o mosteiro a Santa Clara e informava o Monarca de que essa construção não acarretaria qualquer encargo à Fazenda real uma vez que as potenciais candidatas suportariam os gastos do projecto:

[...] outras muitas virtuosas molheres, que nesta cidade ha, donas e viúvas honradas, pretendem levantar outro Mosteiro de Sancta Clara pera seu recolhimento, pedindo a esta cidade lhes alcance de V. Magestade licença, o qual querem fazer á sua custa, pera o que tem dinheiro em abastança, e com seus dotes se sustentarem, sem da Fazenda de V. Magestade se despendem com ellas em nenhum tempo cousa alguma.³²⁴

Fr. Agostinho de Santa Maria corrobora os dados fornecidos ao Monarca quando escreve que

Havia na Índia muitos Terceiros da Seráfica Ordem de S. Francisco; estes desejavam, que o convento fosse de Santa Clara e que havendo de haver mais conventos em Goa, fosse o primeiro da sua

³²² Ainda antes de concluído o edifício, ingressaram ali, em procissão, vinte e uma noviças, vindas do Recolhimento de Nossa Senhora da Serra. Foi sua primeira priora soror Filipa da Trindade. Pe. M. J. Gabriel de Saldanha, *op. cit.*, p. 128.

³²³ *Archivo Portuguez Oriental*, fasc. 1, parte 2, doc. nº. 16, pp. 168-192

³²⁴ *Ibidem*, doc. nº. 16, pp. 192-218.

Ordem. Para isso ajuntarão em uma petição algumas duzentas Terceiras, em que entrava o melhor de Goa, o mais rico e o mais poderoso, oferecendo logo para as despesas da obra duzentos mil pardaos (que fazem cento e cinquenta mil cruzados) porque havia entre elas algumas Senhoras viúvas e algumas Donzelas ricas, que o desejavam.³²⁵

Alegavam, ainda, os mentores do pedido, que o projecto de Santa Mónica implicaria a necessidade de fazer deslocar do reino as monjas fundadoras para instruir as noviças na vida monástica, quando se sabia que em Goa existiam *terceiras* da Seráfica Ordem em número mais que suficiente para o fazer. O último dos argumentos sustentava-se na misticismo de Santa Clara porque, sob o seu patrocínio, asseguravam eles, existiriam mais garantias de se servir melhor a Deus.

Em 1607, o mesmo Monarca afastou, de vez, a pretensão dos Franciscanos. Com efeito, em carta de 11 de Dezembro, transmitiu instruções categóricas ao vice-rei D. Martim Afonso de Castro para que não consentisse na construção, em nenhuma parte do Estado, de qualquer outro convento de freiras:

[...]e por nenhum caso consentireis que em Goa, nem em outra alguma parte da Índia se faça outro algum mosteiro de freiras, e conforme a isso dareis ordem com que os religiosos de São Francisco se aquietem e a cidade de Cochim e todas as mais que taes pretensões tiverem, até eu mandar tratar esta materia com o santo Padre, apontando-lhe os inconvenientes que n'ella há, e se haver sua resposta.
³²⁶

Os Franciscanos, sensivelmente oito anos mais tarde, retomaram o plano da construção desse convento. Na proposta apresentada ao Conselho de Estado, de 12 de Março de 1715, os subscritores argumentavam com a firme vontade das Câmaras de Salcete, Bardez e Goa de “fundar hum Convento de Freiras naturaes debaixo da regra de Santa Thereza de Jesus com número de Religiozas, e serventes limitado”³²⁷.

Sustentavam essa vontade na existência de um sem número de mulheres naturais, designadamente viúvas ainda em idade juvenil, que, sem possibilidades de contrair novo matrimónio, levavam, em casa de seus pais, uma existência ociosa e enfadonha, sempre expostas a desacertos e escândalos.

³²⁵ Fr. Agostinho de Santa Maria, *op. cit.*, p. 98.

³²⁶ *Archivo Portuguez Oriental*, fasc. 3, doc. 56, p.156.

³²⁷ Pandurenga S.S. Pissurlencar, *op. cit.*, vol. V, doc. 112, pp. 292-294.



**Trindade Triândrica, num mural da Capela da Trindade, em Santa Mónica
(Prof. Doutor Vitor Serrão)**

A partir de 1617, ano da morte de D. Aleixo de Menezes, a oposição reascendeu-se e iniciou uma campanha de descrédito junto dos vice-reis e da Corte Filipina em Madrid, contra o convento de Santa Mónica. Envolveu na mesma trama as freiras e os frades de Santo Agostinho porque, alegavam os detractores, “despovoarão a Índia, recolhendo no seu Mosteyro todas as Donzelas della, & com isto os cabedais, & as riquezas do Oriente”.³²⁸

As pressões e as tentativas de influenciar a Corte, com origem nos vereadores da Câmara e nos próprios vice-reis, mantiveram-se por largos anos. Em Goa, houve lugar a intimidações e coações junto de todos os que trabalhavam na construção do convento e até junto dos que pretendiam fazê-lo, todos eles ameaçados de prisão.³²⁹

Na década que vai de 1620 a 1630, a crise económica, que se instalou em Goa, decorrente da perda de mercados tradicionais para a Holanda e Inglaterra, que agravou, drasticamente, o estado de pobreza da população, sem meios de subsistência, obrigada a enfrentar a guerra, a fome e um sem numero de doenças sem cura à vista, fez aumentar a pressão sobre Santa Mónica. É que, enquanto isso, as freiras viviam num ambiente de riqueza, rodeadas de tudo o que ia muito para além do essencial.

Semelhante conjuntura não podia deixar de favorecer qualquer iniciativa contestatária que visasse as religiosas. Em 1632, surgiu, mais uma vez, a Câmara a liderar um processo de exigências cujo alvo, no essencial, se centrava no controlo de toda a riqueza na posse do convento que, então, era já bem substancial e que abrangia um conjunto valioso de propriedades imobiliárias. A Câmara sentia-se encorajada graças ao apoio do vice-rei Conde de Linhares que sempre se mostrou seu solícito aliado, de tal sorte que o conflito somente seria sanado no governo do seu sucessor.

A 10 de Fevereiro de 1632, a respectiva vereação convocou a população e, encontrando-se presentes desembargadores, muitos fidalgos, cidadãos e todo o povo miúdo, o vereador Luís da Fonseca Sampayo, num discurso inflamado e imbuído de demagogia, apelou à mobilização da multidão. Valendo-se da sua experiência profissional, aludiu às situações que constataria durante as suas visitas de inspecção, quando deparara com ruas desertas, palácios e casas grandes com portas tapadas e vazias. Atribuía as causas a doenças, guerras contínuas, roubos dos piratas e à falta de

³²⁸ Fr. Agostinho de Santa Maria, *op. cit.*, pp. 172 e 173.

³²⁹ *Ibidem*, p. 176.

comércio na cidade. Mas, considerava como causa principal o convento de Santa Mónica,

visto que a elle se tem junto e acumulado todo e o melhor dinheiro desta terra, com as mais liquidas propriedades desta cidade e das do Norte, recolhendo em sy todas as moças donzelas, viúvas ricas, com que puderam despovoar a terra por ajuntar pera sy sóo, que quando tal não fora avia muitos cazamentos pera fidalgos valentes que na guerra o gastarão em serviço de Sua Mag.de; e na paz encheram e authorizaram, com seus cavalos e criados, as ruas desta despovoada cidade, e cidadãos animozos que a ajudaram a defender, e que puderam frequentar, também por via de cazamentos, as tendas das Alfandegas de El Rey nosso Senhor.³³⁰

Lembrou a pouca atenção prestada pelas religiosas às determinações das autoridades anteriores a propósito destas e de outras questões relacionadas com os danos originados pelo convento. Este continuava a reincidir nos mesmos erros ao acolher gente em excesso, acentuando que “toda a pessoa que sabem, que tem dinheiro, athe a gente preta da terra”, exemplificando com os casos da filha e sogra de Hierenimo del Rio, da mulher de D. Manoel de Souza e, principalmente, o da mulher de D. Pedro Mascarenhas “recolhida com tanta preça e violência, por rezão do seu muito dinheiro [...] que foi tirada de sua caza por força, e contra sua vontade [...] não estando acabado de enterrar seu Marido”.

Acusava o convento de rejeitar os nobres empobrecidos, dando o exemplo das filhas e viúva de Diogo de Mello de Sampayo, não obstante os valiosos serviços prestados, nem as filhas de Miguel Carneiro de Alcáçova, ou, ainda, a mulher de Nicolau de Abreu. Concluía que, contrariando a determinação de S. Magestade, o convento procurava apenas gente rica.

Com a concordância de uma multidão manipulada, a assembleia decidiu apresentar-se ao vice-rei Conde de Linhares a fim de propor-lhe que a viúva de D. Pedro de Mascarenhas retornasse a sua casa com todas as riquezas e que todas as “moças, molheres e meninas” que não houvessem ainda professado saíssem do convento com suas heranças.

³³⁰ ANTT-Manuscritos da Livraria 816, *Resposta por parte do insigne Mosteiro das freiras de Sancta Mónica de Goa. E satisfação ao acordo e queixa e requerimento que a vereação da mesma cidade de Goa, metrópole do estado da Índia Oriental, em dez de fevereiro do anno de mil e seiscentos e trinta e dous fez, contra o Religiozissimo Mosteiro e por papel seu apresentou a Dom Miguel de Noronha, Conde de Linhares e ao dito tempo actual Vizo-Rey do mesmo estado da Índia*, p. 6.

Uma delegação da Câmara foi recebida no palácio do governo pelo Conde de Linhares, que se encontrava ladeado pelo Conselho de Estado, desembargadores, bispo da Etiópia, inquisidor, governador do Arcebispado, vedor da Fazenda e outros fidalgos da cidade.

Na tentativa do aliciamento do vice-rei, os representantes da Câmara sugeriam que com as riquezas recuperadas ao convento, poderia ele custear uma mais eficaz defesa de Ceilão, enviando gente, munições e artilharia, bem como proceder ao restauro da fortaleza de Mombaça onde se encontrava seu filho.³³¹

Na réplica apresentada ao vice-rei Conde de Linhares, Fr. Diogo de Santa Ana escarpelizou toda a argumentação da Câmara, com a preocupação de demonstrar a sua falta de consistência. Segundo ele, sempre fora preocupação do convento cumprir todas as normas estabelecidas pela Coroa ou pelas autoridades religiosas quanto ao seu funcionamento. Foi particularmente incisivo em relação a Luís da Fonseca de Sampayo, o principal cabecilha da movimentação camarária que, segundo ele, se armou em doutor e mestre, apelidando-o de ignorante, sem qualidade, sem ter ainda provado nada tanto em armas como em governos pois aquela era a primeira vez que desempenhava as funções de vereador para a qual havia sido designado há pouco mais de um mês e, por isso, sem o necessário conhecimento das questões da cidade.³³²

O diferendo prosseguiu com as partes a trocarem argumentos de toda a ordem. Adivinhava-se, no entanto, que a vitória penderia para o lado da Câmara graças, essencialmente, à intervenção do vice-rei. Foi ele mesmo que, em 1634, na tentativa de dar cumprimento às decisões régias, ordenou a celebração de uma escritura, que mandou preparar em Dezembro de 1634, na qual outorgariam a Câmara, o vice-rei, as freiras e o arcebispo de Cochim Fr. Miguel Rangel, na altura governador da diocese. Legalizava-se, assim, a passagem do controlo do convento para a posse da Câmara.

Utilizando toda a espécie de tergiversações, as freiras recusaram-se a outorgar a escritura. Mostrou-se a atitude mais acertada pois Fr. Diogo de Santa Ana acabou por encontrar uma forma engenhosa de contornar a sua exigência. Fez reunir toda a comunidade e propôs-lhe, como meio de escapar à gestão da Câmara, a oferta do

³³¹ *Ibidem*, pp. 7-8vº.

³³² Fr. Agostinho de Santa Maria, *op. cit.*, p. 220.



Murais da capela da Santíssima Trindade no Mosteiro de Santa Mónica de Goa, c. 1620-30, atribuíveis à oficina de Aleixo Godinho. (Prof. Doutor Vitor Serrão)

padroado do convento a Filipe III. Acolhida com entusiasmo tal proposta, foi dela lavrada solene escritura e remetidas cópias à Corte, em 24 de Fevereiro de 1635.

O vice-rei reagiu com contundência, ordenando que Fr. Diogo de Santa Ana, considerado como o principal obstáculo ao cumprimento das suas pretensões, fosse remetido para o reino, ao mesmo tempo que impôs o sequestro de todas as rendas não só do convento de Santa Mónica como de todos os conventos dos Agostinhos.

Seguiu-se um tempo conturbado em que se assistiu ao extremar das posições de cada um dos contendentes, que levou à paralisação da actividade dos missionários daquela Ordem por falta de meios materiais.

O conflito extinguiu-se em 1636. A decisão de oferecer o padroado do convento ao rei revelou-se como um golpe de mestre. Com efeito, por alvará de 26 de Março de 1636, Filipe III, aceitando a doação, integrou o convento no Padroado Real. Logo as religiosas, num gesto de regozijo e, por certo, também de triunfo, se apressaram a colocar nos portões do edifício as armas reais. Por ironia do destino, na véspera do Natal que se seguiu, um pavoroso incêndio destruiu, quase por completo, o edifício e os portões. A sua reconstrução foi, desde logo iniciada, mas a chegada de D. João IV impediu a recolocação das armas filipinas³³³. O incêndio forçou as freiras a procurarem refúgio no colégio dos Agostinhos que se situava a poucas centenas de metros.³³⁴

O convento continuou a ser palco de conflitos de maior ou menor dimensão. No entanto, será no consulado de D. Inácio de Santa Teresa que se assistirá à grande cisão que envolverá todas as freiras e deixará sequelas que agitarão, gravemente, as estruturas religiosas de Goa. Dela se tratará no capítulo seguinte.

Nos meados da segunda década de 1700, surgiu uma outra iniciativa que tinha em vista a instalação, em Goa, de um novo convento de freiras da regra de Santa Teresa de Jesus, por acção das câmaras de Salcete, Bardês e Ilha de Goa. Trata-se de uma movimentação surpreendente, esta das Câmaras, sabendo-se que os carmelitas haviam sido expulsos de Goa em 1702.³³⁵ Poderá, com alguma probabilidade, concluir-se, face até à circunstância da inexistência de religiosos carmelitas em Goa, que o objectivo dos

³³³ Fr. Agostinho de Santa Maria, *op. cit.*, pp. 345-347.

³³⁴ Leopoldo da Rocha, *op. cit.*, p. 230.

³³⁵ Efectivamente, em 1702, os frades carmelitas, na sua maior parte, italianos, alemães e flamengos, recusaram-se a prestar juramento de obediência e fidelidade ao governo português, a forma encontrada de prevenir os efeitos da intromissão de missionários da Propaganda Fide. Após a expulsão, o seu convento foi entregue aos oratorianos de S. Felipe de Néri que o transformaram em colégio. Pe. M. J. Gabriel de Saldanha, *op. cit.*, vol. I, p. 108.

proponentes visaria o controlo directo da administração do novo convento, que não deixaria de se apresentar como um competidor em relação a Santa Mónica.

Parece, no entanto, apesar de não haver passado de uma mera hipótese não concretizada, de algum interesse o conhecimento das circunstâncias em que o plano se desenvolveu.

O Conselho de Estado reuniu, em 12 de Março de 1715, expressamente, para discutir o assunto. Começou por referir-se que as câmaras em questão haviam, repetidas vezes, manifestado ao Conselho o desejo de erigir um convento de freiras sujeito à regra de Santa Teresa de Jesus, destinado a mulheres naturais do Estado. Socorriam-se de uma argumentação já, muitas vezes, utilizada em situações anteriores idênticas, assente na existência de um elevado número de viúvas, muitas delas ainda jovens, impedidas de um segundo casamento, vivendo uma vida de ociosidade e aborrecimento, em casa de seus pais ou parentes, expostas, por isso, a riscos de toda a ordem; na existência de muitas jovens sem ninguém que lhes indicasse o caminho da virtude, causa da perdição de muitas; que essas jovens, após o seu ingresso na vida religiosa, contribuiriam para o reforço das débeis crenças dos naturais das suas aldeias.³³⁶

Seis dos conselheiros presentes na reunião pronunciaram-se favoravelmente sobre a proposta, sem tecer considerandos de qualquer teor. Por sua vez, o conselheiro João Freire de Almeida, adoptando a posição favorável assumida pelos seus confrades, fez uma intervenção curiosa ao considerar que, caso houvesse a tradição de as mulheres naturais casarem com os portugueses, a sua entrada no convento poderia constituir um entrave à sua propagação. Todavia, como não era esse o caso, porque os pais e parentes nunca aceitaram tais casamentos, a construção do convento não representava qualquer dificuldade acrescida pelo que não via nela nenhum inconveniente.

Cristóvão de Melo, que então ocupava o cargo de vedor da Fazenda, defendeu que o pedido deveria ser indeferido uma vez que as mulheres viúvas ou donzelas que desejassem seguir a vida religiosa o poderiam fazer no convento de Santa Mónica que não colocava qualquer impedimento à sua entrada. A maioria acabou por pronunciar-se favoravelmente, e as câmaras peticionárias acabaram por receber licença para a construção do seu convento.

Constava do alvará, assinado pelo vice-rei Vasco Fernandes Cesar de Menezes (1712-1717), em nome do Conselho, a 6 de Abril de 1715, que

³³⁶ *Assentos do Conselho de Estado*, in *Luso-Orientália*, vol. V, doc. nº. 112, pp. 292-294.

[...] conformando-me com a resolução do Conselho, hey por bem de conceder licença ás ditas Camaras geraes para fundarem o dito Convento com numero certo de quarenta Religiosas, que professarão a Regra, e estatutos de Santa Theresa de Jesus, e vinte serventes, e antes de com effeito se ponha em execução esta boa obra, e catholica intenção, se fará património competente para a conservação do dito Convento, e sua sustentação [...].³³⁷

Não foi possível apurar qualquer informação sobre a sequência final do projecto que terá, muito provavelmente, sido posto de parte à mingua de recursos para a sua construção, tendo em conta as graves privações que se faziam sentir em Goa nessa época.

O facto consolidou o importante espaço ocupado pelo mosteiro de Santa Mónica na vida monástica de Goa.

A magnificência do complexo fica bem expressa no comentário do provincial dos Ermitas de S. Agostinho, Pe. Frey António de Moraes, escrito em 1691, descrevendo-o como "ensigne e tudo em grandeza que poucos de Espanha o igualão, e não sei se alguns o avanta; em recolhimento se irmana com o da Madre de Deos de Lisboa, e na virtude não fica atras".³³⁸

A sua grandiosidade foi, mais modernamente, também, sintetizada nas sábias palavras de Vitor Serrão:

Uma das obras a que D. Frei Aleixo de Meneses, enquanto Arcebispo de Goa e Primaz do Oriente, se dedicou com prioridade foi a edificação daquele que seria o maior Mosteiro de freiras da Ásia, o de Santa Mónica, que mandou erigir em 1606 através do seu homem-de-fila, o agostinho Frei Diogo de Sant'Ana, que terminaria a obra em 1627 e a faria decorar com deslumbrantes altares, imagens, paramentos, pratas e ciclos de pintura mural.³³⁹

³³⁷ *Archivo Portuguez Oriental*, fasc. 6, suplemento 2, doc. nº. 79, pp.232-233.

³³⁸ *Documentação*, vol. XII, p. 167.

³³⁹ Texto por gentileza do autor.

4. 2. - O cisma das freiras, uma invenção das Ordens Religiosas para reforço da sua estratégia contra o Arcebispo

O tema relacionado com o cisma propriamente dito foi desenvolvido, com algum detalhe, na minha dissertação do seu mestrado já referenciada.

Já, então, concluíra que as freiras, por si só, não possuíam aptidão suficiente para sustentar qualquer conflito com o Arcebispo durante um tempo incomensurável de seis anos, considerando, sobretudo, o facto de estarem a enfrentar o seu todo-poderoso superior hierárquico.

Pode agora conjecturar-se, com forte probabilidade, após a análise de nova documentação, que, em boa verdade, o processo litigioso resultou da iniciativa das Ordens Religiosas, mancomunadas com o vice-rei João de Saldanha da Gama, com objectivos de vingança e de criação de uma nova frente de batalha na luta em que se empenhavam contra D. Inácio de Santa Teresa e que tinha, como fim último, retirar-lhe a jurisdição do convento.

A todos os integrantes de tal aliança sobravam motivos para se digladiarem com o Arcebispo. Prosseguia, nas instâncias judiciais, sem fim à vista, o processo decorrente do abandono das igrejas de Salcete pelos Jesuítas. Logo no início, todas as congregações de Goa manifestaram a sua solidariedade à Companhia de Jesus, ingressando no rol dos mais ferozes inimigos do Arcebispo.

A eleição do bispo de Malaca, D. Manuel de Santo António, um frade dominicano, para desempenhar funções de conservador de todas elas, afervorou a ligação do grupo. Seguiram-se os Franciscanos que resistiam, com tenacidade e alguma argúcia, às investidas do Prelado para os afastar de Bardês.

Por seu lado, Saldanha da Gama incompatibilizara-se com ele pouco tempo após o início do seu mandato. Este desentendimento surpreende, conhecendo-se as referências elogiosas que, menos de dois meses após a sua chegada, o Arcebispo tecia a seu respeito, quando manifestava a D. João V a boa impressão que o novo vice-rei lhe despertara: “Rendo também as graças a V. Mag.de por se dignar de atender à grande

necessidade do governo temporal deste Estado, provendo de hum tão bom v. rey, de cuja bondade, piedade, prudencia, urbanidade e brandura estamos todos satisfeitos”.³⁴⁰

E quanto aos Agostinhos, almejavam o controlo total do convento de Santa Mónica. Estes haviam, para tanto, delineado e posto em prática um plano que passava por introduzir a rebelião dentro da comunidade. Era uma estratégia que interessava a todos os inimigos do Arcebispo. Fizeram-no por intermédio de dois dos seus frades, Paulo da Silva e João de Jesus Maria, confessores do convento, coadjuvados pelo bispo de Malaca, cujo papel foi determinante.

Quem era, afinal, este bispo? O seu perfil assemelhava-se em tudo ao de D. Inácio de Santa Teresa. A falsa de senso era comum, ao ponto de se excomungarem mutuamente. Todavia, para além de prepotente e ambicioso, tal como o Arcebispo, acrescentava a faceta de agitador. Com efeito, durante os vinte e quatro anos que se mantivera em Timor conseguira fomentar um clima de perturbação com todos os governadores sem excepção, com o objectivo de se apoderar, ele próprio, do poder secular. Para atingir tal desiderato recorreu a tudo: aliciou, subornou e traiu, acabando por ser expulso da ilha pelo governador António de Albuquerque Coelho, decisão decorrente de uma devassa em que a unanimidade dos declarantes apontou nesse sentido.

Para suporte desta perspectiva que se traçou do bispo de Malaca concorreram os depoimentos prestados por algumas das personalidades que melhor o conheciam:³⁴¹

– D. Ventura da Costa: “Nunca deixou de se imiscuir no governo secular, perturbando o socego de qualquer governador dellas (ilhas), só afim de querer elle só mandar como se tem visto”.

- Luis [Alvarez]:

Fazia de noite ajuntamentos com os reys e coroneis da Provincia de Bellos e em sua caza, mandando chamar a hums e a outros, os quaes reys vinhão dar obediência ao dito governador como hé costume e com elles repartia as roupas que tinha trazido de Goa e outros regalos e me disserão alguns dos ditos reis que tentava a prizaõ do capitão-mor da provincia o qual efectivamente foi prezo.[...] O bispo foi um estorvo para a paz e socego, agindo contra o governador António

³⁴⁰ BA, 54/XIII/16, n.º. 180, *Carta de 23 de Dezembro de 1725*.

³⁴¹ AHU, ACL, CU, 083, Cx 2, D. 43.

Coelho Guerreiro, induzindo os reis e coronéis da provincia de Belos a que lhe fizessem um protesto contra o dito governador.

- Pe. Francisco da Madre de Deos de S. Miguel do Reino:

[...] infiro ser mais conveniente ao Real Serviço a expulsão do R. Bispo de Malaca para fora destas ditas Ilhas e o contº. mui nocivo e prejudicial à paz e sossego, obediência e bem dellas. Certifico assim por experiência que tenho no seu obrar e a certeza do passado me faz conhecer ser todo o seu desígnio arguir e fazer contendas contra os governos como a todos hé patente pois publicamente o experimentarão os mais dos governadores e isto com pouco ou nenhum motivo e destas dissensões se seguio iluminar rebeliões nos naturaes, não somente aconselhando-os para estas mas também dando-lhe por sua [parte] termos para os pretextos que [...] com facilidade se levantavão de suas más influências.

– Fr. Amaro da Conceição referiu que o bispo chegou com o governador Francisco de Melo e Castro em Julho de 1718. E acrescentou “que melhor fora não o ter trazido pois em Breves dias teve com elle o R. bispo taes dissensões como costumava tê-las com todos os governadores”.

O Bispo faleceu a 23 de Dezembro de 1733. Dizem as freiras na sua *Relação*, remetida ao Pe. Rosso que:

Aos 23 do mesmo mês (1733), às 8 horas da noyte, foy Deos servido levar para ssi ao Rvmº. Sor Bispo de Malaca, nosso conservador, com huma morte tão felix como foi a sua vida tão exemplar, com evidentes sinaes da sua rara vertude, e ficando o rosto sereno e o corpo flexível, como se estivesse vivo the o dia seguinte que foi sepultado com toda solenidade e ponpa funeral, sentimento que cauzou a todos em geral foy grande, e muito mais a nós por não haver já quem nos defenda, ainda que não hera ouvido. E por esta razão se allegarão as contrárias, porem Deos que hé amparo de todos nós acudirá.

Todavia, dois anos antes do seu falecimento, veio o Pe. António de Pilar esclarecer que o Bispo lhe confessara que “que o Sr. V. Rey o fizera aceitar a patente de

conservador dos religiosos da Companhia, dizendo-lhe se [não desse] do Illmº. Snör Arcebispo Primás, que elle o ajudaria em tudo contra o dito Senhor”.³⁴²

Foi ele que, em 1932, mandou afixar no convento de S. Mónica uma *monitória* em que pedia às freiras que não contactassem o Arcebispo por o mesmo se encontrar excomungado.³⁴³

O ambiente ali vivido era propício à investida porque a pressão dos Agostinhos e algumas liberdades assumidas pelo Arcebispo, durante as frequentes visitas que ali costumava fazer, haviam já delineado duas facções entre as religiosas, uma favorável ao Arcebispo e outra que se lhe opunha, ou, como rezam os documentos, a facção das *obedientes* ou *parciaes* e a facção das *desobedientes* ou *rebeldes*. A primeira, constituíam-na vinte e cinco a vinte e sete freiras e a segunda, mais numerosa, à volta de sessenta e duas.³⁴⁴

O triunvirato que, após o regresso de Saldanha da Gama, assumiu o governo do Estado, do qual fazia parte o Arcebispo, na carta de 24 de Janeiro, que, tudo o indica, dava a D. João V a primeira noticia do conflito, confirmava o papel proeminente do bispo de Malaca no despoletar do mesmo e o apoio recebido daquele vice-rei:³⁴⁵

Tudo Snor, se acha em notorio desacerto, e não foi pequeno o da conservatoria do Bispo de Malaca que patrocinada pello V. Rey, ocasionou em esta cidade taes desordens, que não cabem em o limitado de h u a carta, e entre todas se faz mais lamentavel a do Convento de S. Monica, porque estando hoje em formal scisma, lhes falta a observancia regular, que o acreditava.

Era tão forte o empenho de Saldanha da Gama no reforço do conflito que, mesmo na véspera da sua partida para Lisboa, não deixou de deslocar-se ao convento para encorajar as freiras a manterem-se firmes, á imagem do que haviam já feito os Agostinhos e os Jesuítas.

Havendo o V.Rey João de Saldanha da Gama feito entrega do governo aos governadores que lhe sucederão a 23 de Janeiro de 732 e havendo visitado no dia 20 as religiosas de S. Mónica de Goa, animando-as a persistirem na solevação que a maior parte dellas tinha feito contra (a) obediência do seu legitimo Prelado, o Arcebº. Primás, a

³⁴² José M. Mendes, *op. cit.*, p. 89.

³⁴³ José Maria Mendes, *op. cit.*, pp. 97-98.

³⁴⁴ ARSI, Roma, *Relação*.

³⁴⁵ *Documentos Remetidos da Índia ou Livros das Monções*, in Luso-Orientália, doc. nº. 145.

conservarem-se na obediência e devoção do B^o. de Malaca, asserto conservador dos religiosos da Companhia, persuadindo-as juntamente (para o que também as tinham persuadido os ditos religiosos e os eremitas Augustinianos) que se o Arceb^o. fosse ao ditto convento de S. Mónica para as reduzir à sua obediência, tanto que elle entrasse por hum porta ellas sahissem em comonidade pela outra, acrescentando que se ellas não quisessem obedecer, o Arceb^o. jamais as não havia de governar porque nem em dez annos se havia de poder desembaraçar desta contenda.³⁴⁶

Saldanha da Gama prosseguiu a sua visita até ao colégio dos Agostinhos, onde se refugiara o bispo de Malaca e, pela narrativa, se conclui que todos os integrantes do grupo contestatário, se encontravam perfeitamente industriados quanto ao caminho engendrado para atingir o seu alvo:

E passando no mesmo dia do convento de S. Mónica ao de S. Augustinho, com os mesmos fins e desígnios, onde o B^o. de Malaca lhe beijou a mão, pelas disposições que lhe ouvio deixar semeadas em S. Mónica, e havendo feito semelhantes diligencias com os religiosos Dominicos e Franciscanos, por occasião da mesma conservatória, se havião também solevado contra os seus legítimos prelados e eleito outros nulamente. Se embarcou finalmente o V.Rey a 28 levando consigo a alguns religiosos Dominicos, apostatas e fugitivos e dois da Companhia unidos todos com ordem aos mesmos fins e projectos, com tanta satisfação do VRey que (a) alguns dos que o vizitarão nas vésperas do embarque, declarou sem reboço, que deixava embaraçada a Índia por dez annos.

Desde o início que as freiras da facção das *desobedientes* deixaram bem definido o alvo da luta que estavam predispostas a travar contra o Arcebispo. Manifestaram-no, sem rodeios, repetidas vezes, na extensa correspondência que remeteram a D. João V e ao seu procurador em Roma, o jesuíta Francisco Maria del Rosso. Numa dessas cartas, datada de 22 de Dezembro de 1734,³⁴⁷ elas revelavam a sua forte intenção de resistir e confirmavam as suas verdadeiras intenções:

E assim de novo suplicamos a V. Magestade [...] seja servido dar-nos a devida providencia, mandando chamar ao dito Arcebispo, ou dando quem nos governe para entre tanto, de modo que o dito Arcebispo não se intrometa no Governo deste mosteiro, the que venha a dessizão do Sumo Pontífice, a quem temos pedido ponha remédio a

³⁴⁶ ANTT-TSO-CG, liv. 286.

³⁴⁷ BNP, cod. MSS, 1-4Bis.

tantas desgraças, e mude a jurisdição que os Arcebispos tem deste convento, em os Provinciaes da nossa ordem.

Da carta de final de Dezembro de 1733, enviada ao Pe. del Rosso, que acompanhava a já mencionada *Relação* em que as *desobedientes* descreviam, com minúcia e à sua maneira, a história da ocorrência, ressaltava também idêntico pedido:

V. Rm^a. ponha todo o empenho para nos livrar da jurisdição do Arcbispado [...]. Tão bem procure com todo empenho (a) administração temporal que esta hé huma matéria muy importante ao crédito do convento e boa observancia religiosa [...].³⁴⁸

A reivindicação da jurisdição sobre o convento colidia com toda a prática anterior da instituição agostiniana, que sempre reconhecera e afirmara a legitimidade da Arquidiocese quanto a esse ponto.

Um dos argumentos mais utilizados por Fr. Diogo de Santa Ana, na defesa que fez contra as arremetidas da Câmara de Goa, no sentido de subtrair o controlo de Santa Mónica aos Agostinhos, foi o de que a sua jurisdição pertencia aos arcebispos:

Vai-se continuando com a falça sopozição de que os Religiozos do patriarca Santo Agostinho têm jurisdição neste Religiozissimo Mosteiro, não na tendo senão os Arcebispos desta Sancta Igreja de Goa, que são os verdadeiros Prelados dele e os ditos Padres somente têm a pura administração e curado das ditas freiras, em sujeição dos ditos Prelados, aos quaes pertence calificar as freiras que se hão-de receber e dar licença para se receberem.³⁴⁹

Na mesma linha vai o relato das actividades dos eremitas de Santo Agostinho na Índia,³⁵⁰ em que o seu autor, Pe. Frey António de Moraes, que ocupou, por duas vezes, em 1620 e 1629, o cargo de provincial da Congregação, reconheceu, expressamente, a sujeição da instituição ao poder dos arcebispos de Goa: “Temos a administração temporal e espiritual subalternada aos Senhores Arcebispos do insigne religioso mosteiro de St^a. Monica desta cidade, da Ordem de nosso Pe. S. Augustinho”.³⁵¹

E o provincial não podia afirmar outra coisa uma vez que, tanto a bula *Ut ea pro religiosarum personarum*, de 27 de Novembro de 1613, que aprovou a erecção do

³⁴⁸ ARSI, Roma.

³⁴⁹ ANTT-MSLIV- 816, p. 23vº.

³⁵⁰ *Documentação*, vol. XII, p. 167.

³⁵¹ *Ibidem*.

mosteiro, como a *Pro tempore existente*, de 10 de Março de 1622, que confirmou as suas constituições e estatutos, não deixavam margem para dúvidas a esse respeito: a primeira acentua que o mosteiro deve estar sempre sob a protecção da sé apostólica e do arcebispo de Goa; a segunda declara que somente é lícita a intervenção do prelado do convento de Stº. Agostinho na ausência do Arcebispo.³⁵²

A adesão das freiras de Santa Mónica tornava-se uma condição *sine qua non* para o êxito da trama montada por todo aquele conjunto de adversários. E, como também ficou demonstrado, elas desempenharam o seu papel a preceito.

A mescla social daquelas religiosas reunia o condicionalismo exigido para o seu aliciamento e adesão. É consensual que, ao falar-se de todo aquele conjunto de mulheres que pejava os conventos, não pode deixar de partir-se do pressuposto de que uma boa parte delas se encontrava ali sem qualquer vocação e até por razões alheias à sua própria vontade e a qualquer motivação religiosa. Fortunato de Almeida escreve que o recrutamento de religiosas se fazia sem nenhuma regra e que muitos conventos foram erigidos com o exclusivo intuito de albergarem as filhas dos fundadores, sem outra preocupação senão a de lhes assegurar a sobrevivência. A mesma preocupação induzia muitas outras mulheres a procurarem nos conventos tudo aquilo que não conseguiam na vida secular,³⁵³ muito particularmente as filhas afastadas da herança que cabia, unicamente, ao primogénito varão.

João de Castro abordou, também, este tema, numa extensa carta, de 16 de Dezembro de 1546, quando solicitou D. João III, a mercê de “meter freiras”, as irmãs de Baltasar da Cunha, falecido no cerco de Diu:³⁵⁴

[...] porque na verdade das mulheres que ficam desamparadas por lhe os irmãos, pais e maridos morrerem na guerra de tanto serviço de Deus e de V. A. como esta é que os mosteiros deviam ser povoados e não das filhas dos homens ricos e honrados que, por darem tudo quanto têm a uma, metem as outras nos mosteiros a poder de açoutes e má vida.

Na maioria dos casos, era gente rude, vulgar e insubmissa e, sob o ponto de vista cultural, completamente iletrada. De resto, a vasta correspondência produzida tanto pelas *rebeldes* como pelas *obedientes*, durante o conflito, evidencia bem o

³⁵² Miguel Vicente de Abreu, *Real Mosteiro de Santa Mónica : Memória Histórica*, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1882, p. XII.

³⁵³ Fortunato de Almeida, *op. cit.*, p. 207, apud José Maria Mendes, *op. cit.*, p. 111.

³⁵⁴ *Cartas de D. João de Castro a D. João III*, dir. de Luis de Albuquerque, p. 95.

analfabetismo existente no convento mesmo ao nível das freiras mais cultivadas. A citada *Relação*, permite perceber até que ponto ia a ignorância dessas religiosas.

Como se observou na dissertação de Mestrado, “conviviam no mesmo ambiente mulheres que procuravam a santidade e mulheres atraentes que não tinham qualquer escrúpulo em exteriorizar a sua sensualidade, mulheres recatadas e mulheres apaixonadas”.³⁵⁵

Este terá sido, seguramente, um dos factores de maior influência para o grau de intensidade e de escândalo atingido pela rebelião empreendida pelas freiras de Santa Mónica.

Todavia, sem a iniciativa e o apoio persistente das Ordens Religiosas, coadjuvadas pelo vice-rei Saldanha da Gama, enquanto se manteve no exercício de funções, o conflito não teria vingado. Foram eles o seu verdadeiro motor. Os testemunhos que sustentam tal afirmação não deixam margem para dúvidas e incriminam todos esses intervenientes como verdadeiros responsáveis pela sua criação e desenvolvimento.

Incentivadas pelos seus sequazes, chefiados pelos frades Paulo da Silva, João de Jesus Maria e pelo bispo de Malaca, em 12 de Maio de 1732, um numeroso grupo de freiras *desobedientes* decidiu-se pelo abandono do convento, instalando-se no antigo palácio da Fortaleza, onde se mantiveram por mais de seis meses.³⁵⁶

Aliás, já no final do mês anterior, haviam feito uma tentativa gorada, quando muitas delas se reuniram no largo interior fronteiro ao convento, fazendo tocar os sinos a rebate, diz-se que com o intuito de se anunciarem e onde fora manifesta a acção dos religiosos. Responderam os sinos dos colégios dos padres da Companhia, dos Agostinhos e de S. João de Deus, alternando-se eles mediante sinais enviados de cada uma das torres. A comunidade dos Agostinhos chegou em procissão até à rua do convento para conduzir as rebeldes ao seu colégio. Acorreram também muitos Jesuítas e religiosos de S. João de Deus, trazendo consigo tochas acesas, para se incorporarem na procissão, todos aguardando a chegada das freiras.

Alertados para a desordem, vieram, da Casa da Pólvora, onde se encontravam, os governadores Cristóvão de Melo e Tomé Gomes Moreira que, percebendo a origem do ajuntamento, logo se opuseram ao intento das religiosas e pretenderam falar com o provincial da Companhia de Jesus. Este enviara, em seu lugar o Pe. Manoel de Abreu, o

³⁵⁵ José Maria Mendes, *op. cit.*, pp. 111-112.

³⁵⁶ *Ibidem*, pp 103-104

qual, interrogado sobre a razão da sua presença, respondeu que tinha vindo acompanhar o Santíssimo Sacramento.

A rua encontrava-se apinhada de cafres de todos os colégios, armados de bambus e à porta de um tal Nicolau Lopes, expulso da Companhia mas confidente de um dos padres jesuítas, estacionava um palanquim que se dizia estar cheio de armas.

Face ao comprometimento dos dois frades, o Governo ordenou ao provincial dos Agostinhos, Fr. João da Conceição, que os fizesse retirar para três léguas de distância de Goa. Porém, num sistema em que tudo era contestado e ninguém obedecia a ninguém, os frades frustraram a determinação, refugiando-se na Casa Professa com a conivência do provincial.

Não se ficaram por aqui. Como um dos muros do convento era contíguo aos da Casa Professa, prosseguiram na missão de subverter as rebeldes “convertendo os confessionários de penitência em conciliabulos de rebeliões”.³⁵⁷

Nessa ocasião, encontrava-se também ali o bispo de Malaca, com o propósito de iludir a execução da ordem do Arcebispo que determinara que regressasse ao seu bispado.

Durante a permanência na Fortaleza, que se prolongou por mais de seis meses, as religiosas continuaram a usufruir do indispensável apoio de todos os patrocinadores:

Ficarão os religiosos jesuítas concorrendo sempre em o quotidiano sustento e sugestões às freiras, a quem eles e os Agostinhos tinham persuadido que no caso que não viesse governo do reino nessa monção, sahissem logo da Fortaleza e se encaminhassem para o seu convento de S. Mónica e quando as permanentes nelle lhes não quisessem abrir as portas que as lançassem à força com machados; que eles as virião ajudar e que não havião de faltar seculares que as auxiliassem e ainda o mesmo senado da Câmara.³⁵⁸

O testemunho das próprias freiras, constante da carta endereçada ao Pe. Rosso, acima citada, confirma que foram, efectivamente, os Jesuítas que providenciaram todo o seu sustento durante a estadia na Fortaleza. Com efeito, nela solicitavam que suplicasse ao seu Geral para que a Companhia se empenhasse na defesa dos seus interesses, tal como o tinha feito em Goa:

³⁵⁷ ANTT-TSO-CG, liv. 286, *Notas da Índia da monção de 732 para 733*.

³⁵⁸ *Ibidem*.

[...] assim como em Goa tem nos sido mãe em sustentar-nos seis mezes e sete dias, assistindo com todo o nessesario, e defendendo das calunias de hum prellado inimigo, injusto e tirano, assim também em Roma suplicamos a V. Rm^a., ao Rm^o. Pe. Geral e toda sagrada Conpanhia nos sejam em tudo defensores.³⁵⁹

A época das monções, era propícia a toda a espécie de especulação. Semanas antes da chegada das naus, os boatos fervilhavam por toda a Goa. Cada um fazia a festa à sua maneira de acordo com as expectativas que alimentava e em função dos planos que concebera.

Os Jesuítas anunciavam que lhes vinha concedida a restituição das igrejas de Salcete. Por seu lado, os Agostinhos, apregoavam que a atribuição do governo temporal do convento de S. Mónica era uma certeza:

Neste mesmo tempo não cessavam os Jesuítas, como costumão todas as monções, de publicar que lhes vinhão restituídas as Igrejas de Salcette, com a cominação de lhes tornarem os Namasins, (que são as propriedades aplicadas antes aos pagodes dos gentios e depois por sua industria se aplicarão a eles), e por outra parte os Agostinhos de espalhar que lhes vinha a sua conservatória confirmada do reino e cometida a procuratura ou administração temporal do convento de S. Mónica e que a espiritual lhes vinha novamente confirmada por Roma [...].³⁶⁰

Tendo isto como certo, não se coíbiam de manifestar publicamente o seu triunfo:

E andando com isto tão orgulhosos e insolentes que andavam dando vivas e aclamando vitória publicamente pelas ruas de Goa. Tudo com o fim de animarem as freiras rebeldes e intimidar as obedientes. E com este fim passando o Pe. Manoel de Souza, Jesuíta em hum andor por de frente do mosteiro de S. Mónica, alguns Agostinhos que estavam de fora da sua portaria, no terreiro do seu convento, levantando a voz e repetindo os mesmos vivas e aclamações de triumpho, o Jesuíta apeando-se do andor com a sua valentíssima voz, que tem, alternou com eles com bastante descoco, com rizo de alguns dos ovintes e admiração de outros.

³⁵⁹ ARSI, Roma

³⁶⁰ *Ibidem*.

Após o regresso das *desobedientes* ao convento, o Arcebispo ordenou a realização de um inquérito com o objectivo de apurar as responsabilidades inerentes à tomada de tão drástica decisão, durante o qual se fizeram mais de cinquenta inquirições. O relatório final, subscrito pelo cónego Eleutério Caetano de Moraes, revelou que a decisão da saída fora despoletada pelos frades Paulo da Silva e João de Jesus Maria e pelo bispo de Malaca, através da introdução de um escrito no convento, que incentivava as freiras à rebelião:

Que estando refugiados na Caza Professa desta cidade Fr. Paulo da Sylva e Frey João de Jesus Maria, religiosos Agostinhos, por declinarem à execução da ordem do Illm^o. Snrs Governadores, que os têm mandado sahir de Goa por terem sido huns dos principaes motores da solevação das religiosas de S. Mónica contra a obediência do seu legitimo Prelado o Illm^o. e Rm^o. Sr. Arceb^o. Primás, com o pretexto dos procedimentos da Conservatória da Companhia de Jesus, e tendo igoalmente mandado recolher ao seu Bispo o Rm^o. B^o. de Malaca, eleito conservador da dita Companhia, o qual com o mesmo fim se occultou também no collegio de S. Paulo Novo, da mesma Companhia e outro sy tendo também mandado retirar os religiosos Agostinhos da administração do confisionário e capellania do dito convento de S. Monica, pelas inquirições e tumultos que nelle têm cauzado, os dois nomeados religiosos Agostinhos introduzirão hum scripto às religiosas solevadas suas parciais, em que as persuadião, que com qualquer pretexto, sahissem da clausura porque por este meyo conseguirão a restituição dos seus confessores e caplães e tudo o mais que pretendião, e que também era voz publica e fama que o dito Rm^o. B^o. de Malaca e alguns religiosos da Companhia persuadião o mesmo às ditas religiosas, com o fim de estabelecerem melhor a sua conservatória e fazerem mal por este modo ao Illm^o. e Rm^o. Snor Arceb^o. Primás.³⁶¹

O inquérito apurou ainda que as congregações religiosas de Goa haviam concertado um pacto de mútua colaboração na luta que cada uma delas travava contra o Arcebispo:

[...] também era voz publica, e fama que o dito Revm^o. Bispo de Malaca, e alguns Religiosos da Companhia, persuadião o mesmo as ditas Religiosas com o fim de estabelecerem melhor a sua Conservatoria, e fazerem mal por este modo ao Illm^o., e Revm^o. Arcebispo Primás, e que têm feito pacto mutuo as ditas

³⁶¹ ANTT-TSO-CG, liv. 276, *Notícias da Índia da monção de 1736 para 1737* e certidão emitida pelo escrivão da Câmara Pontifícia sobre os factos de St^a. Mónica, de 29 de Novembro de 1734.

duas Religioes, e a de S. João de Deos, com as Religiosas para se ajudarem reciprocamente nas suas cauzas.

Instaladas, de novo, no convento, assistiu-se ao recomeço das quezílias entre as duas facções. As *desobedientes* puseram em acção um plano, previamente concebido, e foram-se apoderando das portarias e das oficinas que estavam sob o controlo das apaniguadas do Arcebispo. E para o fazerem, contaram com o apoio dos Jesuítas que lhes forneceram as chaves para acederem às partes do convento que lhe tinham sido vedadas. O ferreiro que fabricou as chaves e um dos moços que prestava serviço na portaria do convento, chamados a depor, denunciaram os verdadeiros autores, esclarecendo a sua actuação ao pormenor. Disse um deles

que haverá três semanas pouco mais ou menos que o Pe. ministro do collegio de S. Paulo novo da Companhia de Jesus, cujo nome próprio não sabe, o mandara chamar a S. Paulo velho onde elle tinha trabalhado, e ahy o Pe. superior do dito collegio de S. Paulo velho da mesma Religião da Companhia lhe mostrou huns moldes de ceira que disse ter-lhos mandado o dito Pe. ministro de S. Paulo novo, ou como vulgarmente lhe chamão de S. Roque para que elle testemunha fizesse por aquelles moldes três chaves, que erão para o dito collegio (S. Mónica) e lhe deu os ditos moldes embrulhados em hum papel.³⁶²

Por seu lado, Caetano Madeira Bramane, moço da portaria do convento, confessou que vira um carpinteiro que trabalhava no colégio dos padres da Companhia entrar no convento para fazer moldes de cera das chaves depois fabricadas e que ele próprio tinha experimentado uma dessas chaves:

[...] que haverá couza de três semanas pouco mais ou menos, depois de se recolherem ao convento de Santa Mónica as freiras que estavam na Fortaleza e occupando estas a portaria do convento, excluindo a porteira que estava nella que era da obediência de Sua Illm^a., vio elle testemunha hum dia de tarde depois das quatro horas vir hum carpinteiro que trabalhava no collegio dos Pe.s da Companhia, e entrando dentro da segunda porta desta portaria do convento, abrindo-lhe as religiosas desobedientes a porta, começou com hum pouco de ceira que tirou da algibeira a tomar os moldes da fechadura da dita porta e depois passando à primeira porta da caza da mesma portaria que fica junto à rua, tomou também os moldes com outra pouca de ceira à

³⁶² ANTT-TS-CG, liv. 276, *Depoimento dos ferreiros que fizeram as chaves*.

fechadura dessa porta e recolhendo os ditos moldes na algibeira se foy outra vez para o dito collegio.³⁶³

Disse mais que

[...] day a quatro dias pouco mais ou menos a M.e Anna do Sacramento, religiosa das levantadas, que assistia na dita portaria por porteira intrusa, entregou a elle hum a chave nova e lhe mandou que visse se ajustava na porta de fora. E feita a experiencia por elle [já] tornou a entregar a mesma chave à ditta religiosa.

Os depoimentos das testemunhas, que denunciaram a intervenção dos Jesuítas no fabrico das chaves, foram confirmados, sem qualquer constrangimento, antes com algum embaraço, pelos próprios responsáveis da Companhia em Roma. Por carta de 9 de Fevereiro de 1734, o Pe. Francisco Gomes manifestava o seu desagrado ao provincial de Goa e interrogava-se acerca do episódio das chaves:

Eu não sei o quê e como V. R^{as}. se houveram com essas freiras, da esmola não posso dizer mal, mas de humas chaves que por ordem nossa se mandarão fazer para o Convento como é possível aprovar isso? Que tínhamos nós com isso, ou por que caminho nos pertencia? Parece-me excesso e desacordo.³⁶⁴

As freiras *desobedientes* eram permanentemente industriadas pelos seus mentores que lhe faziam chegar, com a frequência necessária, instruções escritas. Nem mesmo o bispo de Malaca, apesar do seu estado de fugitivo, se coibia de o fazer.

O tal moço que havia denunciado a presença do carpinteiro para tirar os moldes da chaves, também comprovou, nas declarações prestadas, o modo como a correspondência chegava ao mosteiro e, mesmo, que o bispo de Malaca era um dos seus subscritores.

Disse mais que antes de estar a guarda dos soldados, que agora está nas portarias do convento de S. Mónica, vio elle já por muitas vezes virem os moços do ditto collegio da Companhia com várias cartas e alguns maços dellas, que entregarão à ditta Madre Magdalena na dita portaria pela roda, e hum a vez vio que hum a dessas cartas era do Snr Bispo de Malaca, cuja letra elle já conhecia e assim disse o portador. E também vio que ao depois forão as respostas dessas cartas para o ditto

³⁶³ ANTT-TSO-CG, liv^o. 276, *Depoimento de Caetano Madeira Bramane, moço da portaria do convento de S^a. Mónica*.

³⁶⁴ BNP, cod. 1527.

collegio, das quaes elle testemunha levou huma para o dito Snr Bispo, a qual entregou ao porteiro do ditto collegio e as mais levarão os moços e cafres do ditto collegio.³⁶⁵

A intervenção dos Jesuítas foi mais longe. As *desobedientes*, logo no início do conflito, nomearam seu procurador o padre jesuíta Francisco Maria del Rosso quando o mesmo se encontrava já em Roma, depois da sua passagem por Goa. Mas não se tratou de uma decisão inocente porquanto, como revelam num dos documentos anexos à *Relação* com data de 31 de Dezembro de 1733, foi este sacerdote que, de motu próprio, se disponibilizou para exercer tal função.

Dizia a priora Madalena de St^o. Agostinho, depois de sublinhar a necessidade de um procurador, residente em Roma, que zelasse pelos interesses do mosteiro:

E como para este efeito se nos offereceo a pessoa do Mt^o. R.do Pe. Francisco Maria del Rosso, da sagrada Companhia de Jesus que porque esteve nesta terra e sabe do referido, tendo nós conhecimento da sua muita charidade e zello, esperamos que procurará o que pretendemos, para o que lhe damos todo o nosso poder que em direito podemos; e para que possa estabelecer outro ou outros procuradores aos quaes damos o mesmo poder.³⁶⁶

O comportamento deste grupo de freiras exasperou o vice-rei Conde de Sandomil, a tal ponto que chegou a comunicar ao Arcebispo que se demitia do processo e que já ordenara ao alferes que se reportasse directamente a ele.³⁶⁷

Também agastado com a situação, para a qual não encontrava saída, o Prelado participou ao vice-rei que pretendia abdicar da jurisdição sobre o convento, acabando por ser demovido por ele e por algumas pessoas responsáveis que, todavia, não identifica. No entanto, e com essa finalidade, publicou ainda, a 5 de Janeiro de 1733, uma pastoral na qual anunciava a sua predisposição de renunciar à jurisdição sobre o convento.³⁶⁸ Era notória, já nesse momento, a sua incapacidade para pôr termo à grave dissidência que o opunha às freiras de Santa Mónica.

³⁶⁵ ANTT-TSO-CG, liv. 276, *Depoimento de Caetano Madeira Bramane, moço da portaria do convento de St^a. Mónica*.

³⁶⁶ ARSI, Roma.

³⁶⁷ ARSI, Roma, *Relação*.

³⁶⁸ *Ibidem*.

As *desobedientes* recusaram a confissão mesmo na quadra do Natal, reafirmando que só o fariam com os seus antigos confessores ou frades de outras ordens e nunca com os clérigos do Arcebispo.

O vice-rei, apesar de saturado com a atitude das religiosas, munido de uma paciência evangélica, assumiu-se como intermediário entre elas e o Arcebispo. Convenceu-as a aceitarem como confessores os padres Paulistas ou os religiosos da Madre de Deus. Em carta de 11 de Março de 1733, pedia ao Arcebispo que fizesse a sua escolha a fim de entrar em contacto com os prelados das respectivas Ordens. Chegou-se ao ponto de distribuir os confessionários pelas *desobedientes* e *parciais* e suas criadas.³⁶⁹

Poucos dias depois, porém, as freiras acabaram por dar o dito por não dito e mantiveram a recusa de confessar-se.

Em 25 desse mês, o Arcebispo informava o vice-rei de que, apesar de haverem sido os Agostinhos os mentores do conflito, entendia condescender, autorizando que se satisfizesse a pretensão das freiras se confessarem a religiosos da mesma Ordem. O vice-rei, após tomar conhecimento da decisão, manifestamente resignado, confessava ao Arcebispo, que “nosso Senhor deu este motivo para que fizéssemos algum merecimento em Seu Serviço”³⁷⁰.

As *rebeldes* pareciam haver perdido todo o senso. Forçavam as portas das dependências fechadas para subtraírem objectos que, de seguida, mandavam entregar no convento dos Agostinhos: Em determinado momento, passaram a entoar das janelas, já entrada a noite, os cânticos das bailadeiras, correspondendo aos acenos dos frades agostinhos e hospitalários.

Da vastíssima correspondência trocada entre o Arcebispo e o vice-rei fica notório o intento das religiosas de criar toda a espécie de factos artificiais, recorrendo a uma estratégia de guerrilha de modo a enfraquecer o ânimo dos oponentes.

São frequentes as manifestações de exacerbação por parte do Conde de Sandomil, que já estaria saturado com tanta irresponsabilidade, evidenciada nessa correspondência. Em 9 de Abril de 1733, ele escrevia “não há segurança alguma no que prometem estas Religiozas”; dois dias passados, informava o seu interlocutor “E no que toca às dependencias das Relligiozas mando logo chamar o Pe. Frey Agostinho para lhe mostrar as falcidades das desobedientes”.

³⁶⁹ ANTT-TSO-CG, liv. 86.

³⁷⁰ *Ibidem*, Carta de 25 de Março de 1733.

Por fim, em 1736, D. João V decidiu-se a por cobro à disputa, tomando uma decisão drástica. Em cartas de 15 de Abril, cada uma delas dirigida ao vice-rei e ao Arcebispo, transmitiu-lhes indicações precisas no sentido de se pôr “perpétuo sillêncio” em tudo o que dissesse respeito às religiosas de Santa Mónica, recomendando que tudo fosse feito para “reduzillas à fraternidade em que vivião procurando extinguir as parcialidades que há poucos anos se introduzirão nesta comunidade, e têm cauzado nella tão grande ruína espiritual”.³⁷¹

Ao contrário do que seria de supor, as *desobedientes* não acataram pacificamente a ordem real. Todos os esforços desenvolvidos por D. Inácio de Santa Teresa e pelo Conde de Sandomil, e foram muitos, não produziram qualquer efeito prático. A cada tentativa por eles efectuada, elas respondiam com novas exigências.

A última diligência fê-la o Arcebispo numa pastoral, datada de 9 de Outubro de 1737, em que lançou mais um apelo para que as *rebeldes* cumprissem o voto de obediência a que se haviam obrigado na sua profissão, prometendo-lhes que se colocaria perpétuo silêncio no passado, justamente os termos utilizados pelo Monarca, e se procederia à eleição de uma nova priora.³⁷²

Vale a pena conhecer os pormenores dos últimos desenvolvimentos do conflito em que ressaltam, de um lado, o desespero do Arcebispo e do vice-rei, na tentativa de convencerem as religiosas a desistir, e por outro, a resistência insensata das mesmas.

Esgotadas todas as tentativas para fazer regressar a normalidade ao convento, o vice-rei convocou os responsáveis máximos das Ordens Religiosas, alguns teólogos e cidadãos mais notáveis de Goa na procura de uma solução.

De acordo com o teor da acta³⁷³ que se lavrou dessa reunião, realizada em 22 de Novembro de 1737 e assessorada pelo Secretário de Estado Luís Afonso Dantas, os trabalhos foram iniciados com a leitura da carta que continha as determinações de D. João V para pôr fim ao conflito. Tomaram, depois, os participantes conhecimento de que, Arcebispo e vice-rei haviam concertado que o primeiro comunicasse às *desobedientes* o teor da carta real, exortando-as à obediência e prometendo-lhes toda a clemência. Recusaram a recepção da carta do Arcebispo. O vice-rei, por sua vez, escreveu à priora Madalena de Santo Agostinho, assegurando-lhe que todo o conteúdo

³⁷¹ AHU, cód. 205, pp. 31-31vº.

³⁷² ANTT-TSO-CG, liv. 312, *Pastoral de D. Inácio de Santa Teresa*, apud José Maria Mendes, *op. cit.*, p. 110.

³⁷³ ANTT-TSO-CG, liv. 86, pp. 358-360

da carta do Arcebispo lhes era favorável. A resposta da priora foi negativa e só depois de uma segunda carta do vice-rei ela se decidiu a aceitar a carta do Arcebispo. O impasse manteve-se porque a madre Madalena deixou bem expresso que “não se fiavam nas promessas de S. Illm^a. nem admitirão exercício da sua jurisdição no seu convento”.

O vice-rei reiterou a promessa, invocando a sua qualidade de “lugar tenente de S. Mag.e”. Asseverou-lhes que

[...] ficaria em silêncio tudo o passado e mandaria S. Illm^a. proceder logo a huma elleyção canonica de priora na forma das constituições do dito convento. E lhe concederia confeçores de sua Ordem como ellas dezejavão e que finalmente faria S. Ex^a. que o Senhor Arcebispo nomeasse hum delegado para o governo do convento como também as mesmas freiras sempre pertenderão.

Não obstante a proposta representar a satisfação de praticamente todas as suas exigências, as religiosas mantiveram-se obstinadas, impondo que o procurador e administrador temporal do convento fosse religioso de Santo Agostinho, apesar de tais constituições prescreverem, no seu capítulo décimo nono, que o cargo deveria ser ocupado por um cidadão secular.

Consta da mesma acta que, no decorrer da reunião, foi recebida uma nova carta da priora, enviando um capítulo, que dizia ser o sétimo, da quarta parte do apêndice das constituições elaboradas pelo Pe. Fr. Diogo de Santa Ana. Alegava que o dito apêndice se encontrava em poder do Arcebispo que sempre o ocultara. Com ele pretendia fundamentar a sua nova imposição.

Entretanto, o Arcebispo apresentara já à Junta o documento que tinha na sua posse, tendo-se constatado que o mesmo não continha o texto referenciado pela priora, do que se pode deduzir que uma das versões teria sido adulterada. Diz a acta que

O qual capítulo conferido com o referido appendix que já por S. Illm^a. estava entregue a S. Ex^a., que o apresentou nesta mesma Junta a todos os votos della, se averiguou que o capítulo do referido traslado se não acha no dito appendix, nem em todo elle se ve capitulo algum que trate de procurador ou administrador temporal do convento que he a matéria que se contem no referido traslado remetido pela dita madre Magdalena de Santo Agostinho na dita sua carta.

Concluíram os intervenientes que tanto o vice-rei como o Arcebispo haviam feito tudo o que estava ao seu alcance para executar a ordem real. Decidiram, unanimemente, que se notificasse a priorisa

A decisão final e mais importante saída da reunião, foi a da realização de uma última diligência junto das freiras, uma espécie de ultimato,

[...] intimando-lhe que devem dar obediência sincera a S. Illm^a. sem condição alguma, com o que ficarão habilitadas para receberem os favores prometidos com total esquecimento de tudo o passado na forma que S. Mag.e tem recomendado. E que quando não admitão esta última persuasão e persistão na mesma desobediência em que estão, dará S. Ex^a. conta a S. Mag.e de quanto indignas se achão da sua real clemencia e merecedoras da sua indignação e que esgotado este último meyo as deixará S. Ex^a. sem mais se lembrar dellas nem cuidar do seu remédio.

Pouco tempo depois, por manifesta influência do vice-rei, cuja actuação se mostrou decisiva para o regresso da harmonia ao convento, as *rebeldes* lavraram um termo no qual assumiam a obediência ao Arcebispo e se comprometiam a não mais oprimir as *obedientes*.³⁷⁴

Na sequência do acordo, procedeu-se à eleição da nova priorisa que recaiu em soror Catarina do Sacramento, uma das *rebeldes*. Ela própria, comunicou ao vice-rei, em 18 de Janeiro de 1738, as circunstâncias em que havia decorrido esse acto e reconhecia o grande esforço desenvolvido por ele para a solução do diferendo:

Hoje, com favor de Deos concluiu a elleição com socego que desejamos e sahi elleita Prioriza deste Convento de que dou parte a V.Ex^a. pondo-me a seus pés com toda esta Comunidade com gratificação do muito que V.Ex^a. tem trabalhado para que se visse ella em sua antiga paz concorrendo também o Sr. Primáz com o que era necessário.³⁷⁵

D. Inácio de Sanra Teresa encontrar-se-ia, então, já numa fase extrema de desalento, ao ponto de, por carta de 29 de Janeiro de 1738, pedir escusa a D. João V das responsabilidades que lhe cabiam sobre o convento de Santa Mónica. Todavia, o Monarca rejeitou o pedido, tendo-lhe comunicado, simplesmente, que “não tenho por

³⁷⁴ Leopoldo da Rocha, *op. cit.*, p. 264.

³⁷⁵ AHG, Livro das Monções, nº. 104, apud Leopoldo da Rocha, *op. cit.*, p.264.

justo, nem conveniente admitir-vos a demissão que propusestes da Prelaria do mesmo convento”³⁷⁶

Após o desfecho de tão longa e agitada disputa, D. João V não quis deixar de ser ele próprio a encerrar o processo para não só louvar o Arcebispo e o vice-rei Conde de Sandomil mas ainda para admoestar o provincial da Ordem dos Agostinhos, instituição responsável pela administração do convento desde a sua fundação e que foi, tudo aponta nesse sentido, a principal mentora da acção das freiras de Santa Mónica

Na carta de 15 de Março de 1739, o Monarca saudava o Arcebispo pelo modo como executara as suas decisões a respeito do diferendo:

[...] mandando eu pôr silêncio perpétuo em tudo o que dissesse respeito a estas Relligiozas (de Santa Mónica), fico agora no conhecimento de que vós concorrestes com muito louvável acerto para a execução da Minha Real Ordem”,³⁷⁷ acrescentando “e espero que para o diante não haja motivo para se renovarem os distúrbios, que houve naquele convento” e recomendando que “nem ainda se faça deles lembrança para demonstração alguma de castigo.

Relativamente à actuação do vice-rei, D. João V, em carta da mesma data, sublinhava o “louvável acerto com que vos houvestes neste particular”.³⁷⁸

Naquela outra endereçada ao provincial da Ordem de Santo Agostinho, também de igual data, o Monarca salientava que havia sido por decisão sua que se pusera termo às desordens que se propagavam pelo convento de Santa Mónica, lembrando-lhe ainda que fora o Arcebispo, responsável máximo do mesmo convento, a autorizar que as religiosas tivessem confessores da dita Ordem.

Seguia-se, por fim, um severo aviso que, por certo, assentou na convicção que tinha do comprometimento dos Agostinhos em todo o procedimento que conduziu à cisão:

[...] sou servido [...] recomendar-vos e a vossos sucessores no lugar, que punhaes para os confessionários do mesmo convento sujeitos de tal prudencia e capacidade, que saibam cultivar a tranquilidade espiritual daquelas Relligiozas, encaminhando-as ao verdadeiro arrependimento dos excessos que cometeram, e não lhes sugerindo ideias de discórdia, ou desobediência ao seu Prelado, e se os seus confessores praticarem o contrário (o que não espero) ficareis vós e

³⁷⁶ AHU, cód. 205, fls. 57.

³⁷⁷ *Ibidem*, pp. 56-57.

³⁷⁸ *Ibidem*, pp. 55 e 56.

vossos sucessores no lugar, responsáveis pelas desordens que ahi se originarem e eu mandarei usar aquela demonstração, que tiver por licita e conveniente ao socego dos meus Estados.³⁷⁹

Em termos práticos, a decisão real assemelhou-se, de certa forma, a uma sentença salomónica. No final, as religiosas viram satisfeita a sua reivindicação de dispôr de confessores da mesma congregação e o Arcebispo manteve a jurisdição sobre o convento, justamente o *status quo* existente no início do conflito.

³⁷⁹ *Ibidem*, p. 56vº.

5. UMA PROPOSTA PARA A REFORMA INSTITUCIONAL E ESPIRITUAL DO ESTADO DA ÍNDIA

Em 1960 foi tornado público, pela mão de D. Fr. João de S. José de Queiroz, bispo do Pará, um escrito intitulado *Estado do Estado da Índia, Meyos fáceis, e eficazes para o seo aumento, e reforma espiritual e temporal*, da autoria de D. Inácio de Santa Teresa. O autor definiu-o como um “Tratado Político, Moral, Juridico, Theologico, Historico, e Ascético”.³⁸⁰

À primeira vista, surge como a obra de maior fôlego do Arcebispo, ultrapassando mesmo *Pérolas Orientaes*, já comentada na dissertação de mestrado. Foi concluída em 30 de Julho de 1725, como ele próprio atesta. Com efeito, ao lançar um último apelo ao contributo de cada indivíduo para a reforma que propunha, ele assinalava essa pequena efeméride:

Disponhamo-nos para esta universal conquista, domínio e reforma do universo, conquistando-nos e reformando-nos a nós mesmos, para que, da reforma particular de cada hum, resulte a reforma geral de todos e de todo o mundo que hé o fim deste nosso trabalho, ao qual impomos o último fim hoje 30 de Julho

D. Inácio de Santa Teresa ofertou o documento a D. João V, remetendo-lho acompanhado da carta de 23 de Dezembro de 1725.³⁸¹ provavelmente cogitando receber, em troca, qualquer gesto de incentivo. O regozijo manifestado quando escreve “[...] rendo a V. Mag.de as devidas graças pelas resoluções, que nos meus particulares, foi servido tomar tão favoraveis à Igreja, à minha jurisdição e ao meu crédito”, indícia que, na monção anterior, terá ele tomado conhecimento de decisões régias propícias aos seus interesses. Em reforço do seu reconhecimento, anunciava-lhe a oferta do escrito.

³⁸⁰ ANTT-Manuscritos da Livraria nº. 1816.

³⁸¹ BA, cod. 54/XIII/16, nº. 180.

E temporalmente em agradecimento daquelles, ofereço à censura e compreensão de V. Mag.de hum tratadinho político, jurídico e teológico em ordem à reformação e aumento espiritual e temporal deste Estado (o qual remeto por 2 vias a V. Mag.de), obra filha do serio zello e dezejo que tenho da sua melhora.

A obra apresenta-se dividida em duas partes distintas: uma proposta para a reforma do Estado que, na realidade, se insere bem no tema compreendido no título; uma outra reforma universal que permitisse a Portugal a assunção dos destinos daquele império, que lhe estava reservado desde Ourique.

No final de quatro anos de presença em Goa, o Arcebispo dispunha já de uma experiência que resultava das relações privilegiadas que mantinha com os mais diversos sectores da administração pública local e que lhe propiciavam um diagnóstico correcto dos problemas que haviam afectado e continuavam a afectar a solidez do Estado.

Todavia, as soluções apontadas para a cura revelam uma pobreza de ideias confrangedora porque se limitou a procurá-las num passado longínquo, com uma total ausência de inovação. Também fica claro que a consequência imediata de muitas das reformas concebidas pelo Arcebispo, no caso de concretizar-se a sua aplicação, se traduziria no reforço da sua jurisdição, o que colidia com o objectivo da sua proposta, como observa Diogo Ramada Curto, quando escreve que “No entanto, todo este discurso político de matriz eclesiástica, orientado no sentido de um fortalecimento das formas de controlo, parecia estar em contradição com a própria prática do Arcebispo”³⁸².

A proposta tem o mérito de nos permitir conhecer o pensamento do Arcebispo acerca de todas as autoridades que com ele conviviam no Estado da Índia. E como seria de esperar, a sua apreciação não pode deixar de ser negativa como se verificará no subcapítulo seguinte.

Coloca-se, por isso, logo de início, a questão de saber se a obra representava um contributo sério para atingir o fim a que se propunha ou a mesma mais não exprimia que o sentido visionário tantas vezes manifestado pelo Arcebispo.

É na procura de uma resposta esclarecedora a tais questões que consiste o propósito do presente capítulo.

³⁸² Diogo Ramada Curto, *O Estado do Presente Estado da Índia (1725) de Fr. D. Inácio de Santa Tereza*, in *Metahistória, História Questionando História*, coord. de Charles J. Borges, S.J. & M. N. Pearson, 1ª. ed., Lisboa, Veja, 2007, p. 159.

5.1. A reforma do Estado da Índia

O Arcebispo elege, como alvos que, no seu entendimento, conduziram o Estado Português à ruína, a barbárie dos Indus e os seus cultos sacrílegos e a actuação dos Portugueses que, em lugar de cuidarem das coisas espirituais, antepunham o lucro ao exercício das virtudes, desprezando tudo o que favorecesse “a propagação da fé, a reforma dos costumes e o bem universal da Igreja”.

Quando se permitem os escândalos e as idolatrias públicas para não se sacrificarem “as falsas e fantásticas conveniências”, fica-se sujeito aos “castigos e desenganos da Providencia e Justiça Divina”. Esta errada opção conduziu ao descalabro que continua a lavrar em toda a Índia Oriental e em todas as suas praças, especialmente na de Diu,

[...] nas quaes começou o seo visível descachimento ao mesmo passo que se começarão a ampliar os favores e privilégios aos gentios, ainda em matéria de religião, chegando a permitir-lhes pagodes públicos, e a dissimular-lhes ou tolerar-lhes, contra as ordens reaes e eccleziasticas, públicos exercícios e solemnidades escandalosas de seos falsos ritos [...].

O erro maior havia sido o de conceder-lhes liberdades excessivas no uso dos seus ritos e outros favores, sempre ampliados e acrescentados, factores que geraram toda a espécie de consequências malignas, porque

[...] começou a enfraquecer e deminuir o comercio, a christandade, o brio, o valor das famílias portuguesas, emfim tudo de sorte que em todas as praças caza que cahe não se levanta e o número dellas hé tão pequeno que em todas as Ilhas de Goa, provincias de Bardez e Salcete não chegão a 150; e os Portuguezes tão raros [...] e todos tão pobres que apenas se contão trez ou quatro cazas ricas em Goa mas com os prenuncios de seguirem em Breve tempo o curso das mais.

Estabelecendo um paralelismo com a entrada dos judeus em Portugal, da qual não se tiraram os devidos ensinamentos, lembra que sendo eles admitidos “por conveniências políticas de Estado e da Real Fazenda, ainda chora e chorará muito mais

Portugal os damnos espirituales e temporaes daquela admissão perniciosa não só à Fé e à Religião mas ainda à honra, vida e Fazendas dos vassallos”.

Que soluções apresenta para a erradicação de todos estes males? Recomenda a elaboração de róis de todos os gentios de cada freguesia para que se obriguem, sob a cominação de um tributo pecuniário, a ser doutrinados, aos domingos e em grupos de cinquenta, em todos os conventos de Jesuítas, Dominicanos e Franciscanos existentes no Estado, uma espécie de conversão forçada, método em uso a partir de uma fase precoce da presença portuguesa. A imposição de um novo tributo agravava o fardo pesado que os Hindus já carregavam, vítimas de toda a espécie de extorsões e violências.

O Arcebispo enaltece a sua proposta, seguro dos benefícios que ela iria produzir: “A pratica e renovação desta ley hé sem duvida que será hum dos meynos mais eficazes para a redução geral dos gentios e por conseguinte para segurança e aumento temporal do Estado”.

Considera que a conversão dos gentios não oferecerá dificuldades porque a mesma não se realiza pelo facto de estarem convictos de que a religião que praticam é superior ao cristianismo mas tão somente por temerem a sua exclusão da casta a que pertencem e as reacções dos seus parentes e amigos. O assunto ficaria resolvido com a conversão de todos eles ou da sua maior parte, como utopicamente preconiza o Arcebispo. E a melhor via para o fazer é obrigá-los a ouvirem a doutrina. Outro meio eficaz por ele considerado seria “ordenar S. Magestade que nenhum gentio lance fora da casta a outro qualquer que se converta à Fé sub pena de ser exterminado das terras do Estado”.

O Arcebispo, utilizando o estilo de Maquiavel e mesmo de Platão, divaga sobre a legitimidade que assiste ou não aos príncipes para obrigar “directe aos seus súbditos à observância da razão e da ley natural, citando Stº. Agostinho e Stº. António para concluir que “O Principe pode directe obrigar a aquillo que convém para a união, conservação e estabilidade da sua Republica”. Discorre daqui que se lhe cabe esse direito, também pode

[...] obrigar o seu súbdito infiel à unidade da Fé, e Religião que observa a maior parte da Republica, cabendo esses poderes a jurisdição directe e ainda obrigá-los para constringer os súbditos a evitar pecados de escândalo como são mancebias, blasfémias, adultérios, etc., e ainda

as ocasiões deles, como são jogos e cazas deputadas para eles, as comédias ou representações amatórias ou torpes”.

Tal como um pai de família, também o Príncipe

[...] pode obrigar directe com poder e jurisdiçam politica o súbdito infiel a alcançar a mesma Fé que elle professe não só em quanto convém ao regímen politico da Republica e naquela parte que he conforme à razão natural mas ainda em quanto he meyo único para o fim da bemaventurança sobrenatural à qual o Príncipe, como Pay da Republica está obrigado a procurar seriamente nos seos subditos, pelos meynos competentes e racionáveis.

O direito de “obrigar directamente quaesquer infieis, em qualquer parte do mundo a admitirem pregadores e ouvirem a pregação da Fé” receberam-no a Igreja e o Sumo Pontífice do próprio Jesus Cristo quando, legitimando-se no poder que lhe fora concedido pelo Pai, *data est Mihi omnis potestas in caelo et in terra*, ordenou aos seus apóstolos *euntes ergo docete omnes gentes*.

Quando os Sumos Pontífices substabeleceram os poderes que lhe foram conferidos por Jesus Cristo nos reis de Portugal e de Castela, entregando-lhes “todas as terras, domínios, bens moveis e imoveis dos reis infieis” para evangelizarem, eles ficaram legitimados para agir em conformidade.

Através dessa legitimação foram eles munidos do poder de coagirem os seus súbditos infieis a admitir os missionários e a propagação da fé.

Quanto aos infieis não súbditos, podem os reis obrigá-los, pelas armas, a receber os mesmos missionários desde que sejam observadas alguns condicionalismos que enumera:

Que entrem primeiro os missionários sem armas; que a repulsa seja pelo Rey ou a mayor parte do povo e não só dos particulares; que a repulsa e vexação seja feita mais do que duas vezes; que precedão protestos antes da guerra; que haja certeza da cauza dela; que se faça com conselho de varões doutos e prudentes; que haja moral certeza de se poder subjugar o reyno infiel sem muita effusão de sangue.

Resumindo, preconiza o Arcebispo a observação das regras da guerra justa. Acrescenta, no entanto, contrariando a suavização que faz da guerra, que, quando aos súbditos, “hé grava-los com tributos, privá-los das honras e ainda da vivenda e moradia

no seo Reyno e terras de seo domínio, em quanto se não reduzirem à Fé ou, ao menos, em quanto não admitirem a sua pregação”.

Na linha de pensamento que segue, entende ser também facultado aos reis autoridade para “constranger aos infieis subditos a deixar os erros e ritos que repugnam à ley natural e que são contrários à Fé e assim podem prohibir-lhes a profissão externa da idolatria e obriga-los ao culto de hum só Deos”. Esta teoria justifica-a com o exemplo de Constantino “que logo no princípio do seo imperio mandou fechar os templos dos gentios e cessar totalmente a idolatria” e de Teodósio “que os mandou destruir, estabelecendo leys contra a idolatria” porque, “sendo o culto de hum só Deos conforme a razão natural”, eles tinham o poder de “compelir e punir aos infieis transgressores”.

A questão a seguir abordada pelo Arcebispo prende-se com a proibição decretada que veda a actividade de quaisquer pregadores mouros ou gentios, sob pena da sua adstrição ao “serviço da Ribeira”, reafirmando que todas essas leis “estão muito conformes a todo o direito e à mesma razão do Estado e conveniência politica”. Só que as mesmas são ignoradas, porque aos mouros

[...] se permite e tolera que tantos [...] entrem todos os anos por Mossambique e por Quilimane a reduzir à sua falsa seita a tantos caffres, quantos se reduzem, e andão publicamente com touca, ainda em Mossambique à nossa santa Fé, e a outros, levando-os para Surrate para outras terras para lá os circuncidarem.

E aos gentios, apesar de igual proibição,

[...] se tolera a vinda dos bouzos da terra firme a assistir e a celebrar os seos cazamentos nas terras do Estado e ainda de próximo se lhes concedeo o celebrá-los em suas cazas a portas fechadas, sem advertir que alem do sacrificio que infalível e constantemente fazem ao Diabo, com o batté ou arroz, flores e betele que ao depois lanção sobre as cabeças dos noivos e além do sacrificio a que chamão do fogo que fazem, pondo hum candeeiro accezo com hum ballão d’agua que figura o Pagode.

Insurge-se contra a provisão que em 1701 permitiu aos gentios a celebração dos casamentos em suas casas, à porta fechada e com a assistência dos botos, quando antes, para o fazer, tinham que deslocar-se à terra firme, criticando ainda que a sua aprovação não tenha sido precedida pela audição do Arcebispado e do Tribunal do Santo Ofício, como se impunha.

Tal provisão deu origem a novos escândalos porque, contornando as regras estabelecidas, a festa passou a fazer-se “publicamente, e por muitos dias e algumas com grande aparato, armando ramada pública com mezas públicas e grande cópia de serventes christãos”.

O meyo mais eficaz e fácil para evitar todos estes “damnos e inconvenientes”, de acordo com o que propõe o Arcebispo,

[...] he reduzir tudo ao estado antigo, mandando que não entre boto algum nas terras do Estado a celebrar nenhum cazamento e que quem os quizer celebrar nellas o faça sem boto, assim como já fazem sem bayladeiras, sem estrondos nem cantigas e banquetes públicos, e não o querendo assim que podem ir celebrá-los à terra firme.

Começa por admitir como essencial o papel dos botos na celebração do casamento ao escrever que “Nem contra isto pode fazer couza alguma a razão de ser a prezença do boto essencial no seo rito, assim como no nosso a presença do Parrocho”. Porém, acaba, logo a seguir, por desdizer-se quando conclui que a mesma é tão essencial como era a das bailadeiras e, apesar disso, os gentios acabaram por dispensá-la e habituar-se. Acrescenta uma outra razão para justificar a exclusão do boto: “E como o cazamento dos gentios não hé sacramento mas [siste] só na mesma razão de contrato natural e este depende só das vontades dos contraentes, bem pode ser valioso sem a supersticiosa e infernal presença do boto”.

Todos os pretextos lhe serviam para puxar a si o controlo de tudo o que pudesse concorrer para o reforço da sua jurisdição. Seguindo essa linha, entendia que devia fixar-se por alvará “que se não possa conceder graça, favor, isenção ou permissão alguma aos gentios que por qualquer modo possa tocar ou respeitar a Fé e Religião, e reforma de costumes sem primeiro ser ouvido o Ordinário e o Tribunal do Stº. Officio”.

O amparo dos órfãos, que se relacionava com interesses diversos do Estado e da própria evangelização, e que, no decorrer dos tempos, foi objecto de uma vasta legislação, mereceu também a preocupação do Arcebispo.

Estabelecia a lei que “falecendo os pays fieis, provejão os filhos os Juizes dos órfãos e que aos filhos órfãos dos infieis dêem tutores christão”. Todavia, a mesma não se observava no tocante aos órfãos infieis pelo facto de os pais ocultarem a sua existência legal.

Para obviar a todos os malefícios resultantes desse proceder, designadamente para o reforço das milícias e o aumento das conversões, o Arcebispo recomenda

simplesmente o cumprimento da lei, isto é, “que se entreguem os órfãos tanto que o forem de paes ainda que o não sejam de avós”.

E para que tal recomendação se cumpra sem expedientes, que cada uma das freguesias do Estado disponha de um livro de que constem todos os gentios nela moradores, o qual deve ser mantido actualizado em permanência.

Como forma de tranquilizar e afastar os receios dos mais cépticos, observa ele que

Não haja receyo de que ficarão por tudo isto as terras despovoadas porque alem de que os gentios delle não podem subsistir muito tempo na terra firme, sofrendo roubos, tyrantias e crueldades dos Dessaes [...] não havia meyo para onde recorrer pois os muitos christaos que destas Ilhas e terra de Bardez s têm ausentado para o Canará e lá as cultivão com qualquer aceno de lhe entregarem as varges e palmares de gentios (que não são muitos), virão com muita facilidade povoar e ocupar o sitio que eles dezertassem.

Para que se cumpram rigorosamente as leis, preconiza que o pai dos cristãos

[...] deve ser zeloso, diligente e efficaz e rezoluto, o que não acontece porque muitas vezes os prelados oferecem o lugar por suas conveniências particulares a sujeitos sem quaisquer qualidades e que talvez são mais Pays dos gentios que Pay dos Christãos, como de próximo temos visto.

O que propunha o Arcebispo sobre esta matéria? Nem mais que uma medida que conjuntamente reforçasse a sua jurisdição.

Deve-se ordenar que os prelados nomeem os Pays dos christãos à satisfação não só dos Vice Reys mas também dos Arcebispos, visto a causa ser mais eccleziastica que profana e pertencer de jure a providencia della ao Prelado eccleziastico.

Retomando o tema da conversão, assinala que a legislação em vigor não permite que “nenhum gentio tenha officio público da Republica, nem officio em que fique tendo domínio ou superioridade sobre os christãos e determinadamente que nenhum possa ser rendeiro publico nem particular e muito menos das rendas Reaes”

Todavia, o incumprimento da mesma torna-a inócua e sem qualquer sentido, cujo efeito nocivo se reflecte na estagnação das conversões. Sugere uma metodologia

que revela, notoriamente, um excesso de optimismo próprio de um carácter visionário, ao estabelecer cálculos à partida irrealizáveis:

[...] E hé certo que a observância desta ley seria meyo efficacíssimo para a conversão destes gentios. Porque a mayor ganancia que hoje têm he nas rendas, e qualquer destes rendeiros principaes têm subalternos de 400 até 500 gentios, que são seos agentes, correctores e botiqueiros, alem dos parentes. Com que a conversão de qualquer destes seria conversão de 500 almas e a seo exemplo os outros rendeiros graves facilitarião também a sua redução.

O estrito cumprimento da lei, advoga o Arcebispo, traria consigo outras maiores vantagens como se verificou em consequência de uma iniciativa do Conde de Alvor que concorreu para que, no presente, os barbeiros fossem todos cristãos quando, no seu tempo, eram todos gentios: Acrescenta que o decreto que esteve na origem da sua conversão estabelecia que “ou mudavam todos de religião ou de sítio”.

Adverte, no entanto, de forma a evitar indecisões, que religião e fé são coisas distintas: “[...] a Fé tem por objecto as verdades divinas obscuramente reveladas e a religião o culto do verdadeiro Deos”. Por essa razão, esclarece que, ao contrário do primeiro capítulo no qual abordou a propagação da fé e a conversão dos infiéis, agora tratará também “do que toca à conservação e pureza della nos já convertidos, apontando os meynos que evitem com eficácia a preversão e apostazia”.

Enumera as leis estatuídas na Índia visando a remoção da “falsa religião e conservação da verdadeira”. Cita o alvará do vice-rei Antão de Noronha (1564-1568) que determinava que

Nas mesmas terras não haja Pagode algum e os que houver se desfiação, e assim as árvores ou outro qualquer lugar em que se faz culto Diabolico ou outro qualquer género de idolatria, e que nas Mesquitas dos Mouros não chame por Mafamede [...] e que assim não fação seremonias desta seita ou gentilica publicamente nem de maneira que se possa provar por testemunhas.

Deixa uma crítica a D. Sebastião por haver consentido, embora sob condições, na manutenção dos pagodes de Diu: “E ainda o motivo daquela permissão Sebastiana foi o prejuízo que do contrário se podia seguir à Fazenda real, hé certo que se seguio muito mayor da permissão do que se seguiria da denegação”.

Os mouros e gentios, aproveitavam-se destas e de outras semelhantes concessões para ampliar os direitos conferidos porque, diz o Arcebispo,

Fazem os seus ritos e seremonias publicamente dentro da Praça e fazem procissões publicas, em que tirão seos ídolos em andores ou à cabeça de homens ou mulheres e algumas vezes nos dias das nossas mayores solemnidades em contraposição e emulação nossa.

E que alem disso “têm em suas próprias cazas pagodes e ídolos [...] e em suas cazas lhe fazem festas contrarias (às) leys reaes e eccleziasticas e contra o edital da Inquizição”.³⁸³

O radicalismo, com o qual sempre conviveu, leva-o a propor, como medida mais eficaz,

[...] mandar demolir e arrazar totalmente aquelles pagodes visto terem excedido as condições e limitações taxadas, o que parece se pode justa e licitamente fazer não só por razão da injustiça e indecencia da couza mas também pela do excesso e falta nas limitações e condições [...].

Todavia, concedendo, aceitava que se pudessem reduzir “ todos aquelles pagodes ou templos a hum só para os gentios e outro para os mouros”, desde que fora da praça e cidade. Esta solução dependeria de algumas condições, a mais expressiva das quais era que “nelles adoravam somente ao Deos grande ou ao verdadeiro Deos”.

Enaltecia os Holandeses e Ingleses por não permitirem a existência de pagodes nos territórios por si dominados, mostrando-se até todos eles surpreendidos pelo facto de “Os Portuguezes, prezando-se de tão pios, tão catholicos e religiosos, permitão dentro de uma praça e cidade não só pagodes públicos mas publicas adorações, procissões, festas e triunfos do demónio”.

Aludindo a judeus e mouros, sublinha que nem constitui argumento válido falar-se das sinagogas existentes em Itália e na Holanda e das mesquitas permitidas por

³⁸³ Este edital foi publicado em 14 de Abril de 1736 pelo Tribunal do Santo Ofício. Tinha por finalidade, dizia-se na Introdução, “[...] a conservação, e exaltação da nossa Santa Fé catholica, extirpando todas as heresias, que contra ella se levantarem, e emendando quaisquer costumes, que possam servir de causa, ocasião ou pretexto para se ofender de qualquer sorte a pureza da Religião Christãa [...] [ANTT-TSO-CG, liv. 312, *Edital dos Inquisidores Apostólicos contra a herezia providade, e apostazia nesta Cidade e Arcebispado de Goa*. Cerceava, por completo, quaisquer práticas gentílicas por mais inocentes que fossem. No entanto, a experiência demonstrou que os seus efeitos foram nulos.

alguns príncipes cristãos nos seus domínios. Isto, porque, em boa verdade, considera ele, com base numa teoria pouco ortodoxa, que

[...] permitir sinagogas em Itália não hé permitir culto idolátrico mas verdadeiro”. [...] O mesmo se pode dizer daqueles que por alguns fins bons e honestos permittão por algum determinado tempo mesquitas de mouros porque como os mouros nas suas mesquitas adorão ao verdadeiro Deos, creador de tudo, a quem chamão o grande Allá, nunca esta permissão era idolátrica pois não o hé o culto dos mouros, o qual se refere ao verdadeiro Deos e ainda que adorem ao seo falso profeta, não o adorão como Deos mas como a seo enviado.

É curiosa esta teoria do Arcebispo que destoa da realidade existente na época, quando se mantinha vivo o estigma que levava os judeus à fogueira e mouros e cristãos continuavam a cultivar os mesmos ódios.

Ao contrário, os gentios, “Ainda que conheção um Deos grande, confessão haver outros muitos Deoses aos quaes adorão, chegando a adorar brutos, animaes, arvores e plantas insensveis, mais aos mesmos demónios conhecidos e rconhecidos por taes”.

O alvará antes mencionado vedava a mouros e gentios a residência nos bairros cristãos. No entanto tal proibição, como outras, não era observada, existindo casos em que a mesma casa era compartilhada por uns e outros. Considerava a observância rigorosa da lei essencial para a “conservação da pureza da Fé e da Religião”, sempre em risco por via do contágio.

O Arcebispo reporta uma prática hindu que considerava altamente nefasta para a religião e moral cristãs. No mês de Agosto de cada ano, costumavam os gentios da terra firme e os residentes nas partes do Estado juntar-se numa das margens do rio para um “solemne lavatório” presidido pelos botos. Durante o encontro, transportavam os seus ídolos em procissão, fazendo as suas rezas voltados para o local onde, antes, se situavam os pagodes destruídos. O evento era seguido por uma atenta assistência de Portugueses. Além da “indecência contra a religião de presenciar estas cerimoniaes, ritos e cultos idolatras, o Arcebispo acrescenta uma outra “indecência contra a honestidade” que, por si só, justificava a presença de tantos Portugueses. “[...] a descompostura com que homens e mulheres entrão no rio, aqueles todos nuz e estas com hum só véo tão fino pela cintura que sem embargo delle e muito mais depois de molhado, se estão vendo como se estivessem nuas de todo”.

Prescreve a proibição aos gentios de realizarem o encontro e aos Portugueses de assistirem a elle. Como meio eficaz, recomenda que se cumpra o que estipulavam os

decretos do 5º concílio de Goa: “ [...] que três dias antes do lavatório os capitães dos Paços não dêem licença a christãos nem a gentios para passarem à terra firme, exceptuando os regatões e que se tire devassa e se castiguem os transgressores”.

Realça o papel que pode desempenhar o vice-rei, atribuindo-lhe uma relevância determinante na execução das reformas que propõe.

A total reforma nesta matéria da Religião pende da que nellas (como em outras) tiver o V. Rey pois todos na Índia se revestem das suas inclinações [...]. Se o V. Rey hé devoto todos mostrarão que o são, se dissoluto todos os são na realidade; se hé inclinado à guerra todos são belicosos até os Frades; se em contrário todos são negociadores até os mendicantes [...].

Para assim concluir

Pelo que tenho por massima infalível que a reforma da Índia no espiritual depende mais da reforma particular de hum V. Rey que da particular e prelativa de hum Arcebispo; e se tem visto acabar hum V. Rey com o seo exemplo e ainda com a sua insinuação o que não poderão acabar muitos prelados com muitas pastoraes e censuras.

Assevera que no desrespeito e na falta de reverência para com a Igreja e os seus prelados e ministros, atributo da sociedade civil, se encontra o princípio da ruina dos reinos e dos povos, convicção que pretende sustentar com fenómenos aleatórios transformados em vingança divina.

As punições que caíram sobre os reis D. Afonso e D. Sancho de Aragão tiveram origem no facto de se haverem apoderado dos tesouros da Igreja, razão porque, igualmente, D. João I, de Castela, que cometera o mesmo pecado em Guadalupe, fora derrotado na batalha de Aljubarrota em favor do seu homónimo de Portugal que, em nenhum momento, deitou a mão à prata da Igreja.

Em Montemor-o-Velho, vítima de uma maldição por injúrias a um bispo, “caza que cahe, se não levanta e são raras as cazas nobres e ricas que nelle se sustentão. Silves, ao que julga saber, por outro desacerto semelhante, que envolveu um prelado, “a quem expulsarão em huma mula de albarda com a mão atada na cauda da besta, foi definhando em cazas e moradores e os descendentes do autor daquela ideia nascerão com semelhante sinal”.

Ao mesmo motivo atribui o declínio de Chaul, outrora uma das cidades mais ricas do Estado da Índia e onde hoje existem “seis ou sete cazas de Portuguezes pobríssimos”.

Traz ainda à colação factos em que, ele próprio, se encontrou envolvido, para demonstrar o pouco respeito pela Igreja e pela sua imunidade episcopal por parte de alguns ministros e do Governo do Estado. Relembra o aparato de que se revestiu a publicação do assento que ordenou a “extração dos presos do ordinário [...], a som de caixas e diligencias que fizeram para a sua execução e inibição da jurisdição eccleziastica”.

Inclui o fracasso do Culabo, que já havia atribuído a castigo de Deus, para acentuar o desprezo do Governo pelos direitos da Igreja, que chega ao extremo de extrair violentamente os presos que se encontram à guarda dos seus oficiais, dentro do próprio aljube e até do interior das igrejas.

Estende, igualmente, o mesmo desrespeito a outros funcionários governamentais, com cargos de responsabilidade. Os capitães das praças e os próprios feitores delas usurpam a jurisdição eclesiástica e infligem tratamentos inadmissíveis aos clérigos e religiosos, chegando ao ponto de mantê-los presos dentro das próprias igrejas.

O Arcebispo, surpreendentemente, apresenta o bispo de Malaca como um destacado exemplo das afrontas cometidas contra a Igreja. Estamos em 1725 e isto quer dizer que, por essa altura, ainda ambos os prelados viviam em paz e boa harmonia.

Pela evidência que faz às desconsiderações sofridas pelo bispo às mãos do governador de Timor e de seus colaboradores fica-se ao corrente de todos os pormenores que envolveram a sua expulsão daquela diocese. Vale a pena relembra-los:

Em Timor, o governador daquela ilha, há três anos, ao seo próprio Prelado o Illm^o. Bispo de Malaca D. Frei Manuel de St^o. António, nunca já mais, dentro da igreja, lhe deo a mão direita. O mesmo lhe fez hum general no Norte, visitando o dito Prelado aquella Provincia com consenso do Cabido, sede vacante. Em huma festa solemne lhe mandou tirar a cadeira debaixo do docel e pô-la à mão esquerda da sua, debaixo do arco da capella-mor. Fez com que se lhe tomasse primeiro a vénia no sermão que ao Prelado, que lhe dessem as mesmas thurificações que a elle e a mesma osculação do livro depois do Evangelho. E por fim o expulsou violenta e incivilmente da Ilha, remetendo-o, como prezo, a Macao e dahi a Goa, sem lhe dar tempo a que se prevenisse do preciso para tão dilatada viagem, e fazendo-o embarcar na mesma tarde em que lhe mandou avizo.

A insolência do feitor de Mangalor é outro dos exemplos, apontados pelo Arcebispo,

O feitor de Mangalor “se porta com tal majestade que, quando vai à igreja, vêm as confrarias e o vigário da vara com cruz alçada e pallio, busca-lo, não à porta da igreja, como se faz aos Principes, mas à sua própria caza a conduzi-lo em procissão até à igreja (que não he pequena distancia) onde o recebem com repiques, Te Deum e o mais que o cerimonial manda praticar só com os Reys e Principes grandes”

E esta mesma “teima ou locura”, acrescenta, “he geral em todas as praças onde há capitães de hum Prezidio, de hum Forte ou de uma Tranqueira”. E até os generais das províncias

[...] querem as mesmas honrarias de vénia, pálio, repiques, thurificações três vezes na missa com três ductos, de osculação do mesmo missal dos sacerdotes depois do Evangelho e todas as demais honras que se fazem aos Prelados na própria dioceze e Cathedral.

Todavia, são os vice-reis os principais pomos das discórdias que ocorrem no Estado porque reclamam para si todas as honrarias e poderes:

[...] querem dar a entender que os Arcebispos são mais capellães seos do que Prelados, também se intrometem no governo regular e económico das Religiões, fazendo mudar huns, eleger outros, excluir das igrejas e ainda de lugares a huns e prover nellas e nelles aos seos affilhados ou dos seus alhegados, o que hé e sempre foi cauza de não pequenos escândalos, perturbações e relaxações, sendo ordinariamente os empenhos injustos e particulares dos V. Reys a cauza não só principal mas a total de todas as perturbações que tem havido na Índia entre os regulares e no mesmo Cabido.

Atribui aos vice-reis alguns dos escândalos ocorridos em torno de figuras gradas da Igreja e religiosos de várias congregações.

A rebelião do Cabido na tentativa de desalojar do seu posto de governador o bispo de Cochim, D. Fr. Pedro Pacheco, foi patrocinada pelo próprio vice-rei. Depois de decorridos vários meses após a sua tomada de posse, de aceitarem, pacificamente, as bulas que legitimaram a sua nomeação,

[...] o pertenderão depor e pôr em si o governo, levando a Sé à escala e à força das armas (pela defenderem os religiosos dominicos) arrombando as portas com machados, com escândalo dos gentios e tanta

mayor dor do descomposto Prelado, que em Breves dias faleceo de desgosto, tendo o V. Rey tanta parte neste insulto que já no principio quis impedir ao Bispo tomar posse do Governo.

Aponta semelhante rebelião ocorrida no seio da congregação dominicana, já anteriormente assinalada, quando, por iniciativa do prior, religiosos armados pretenderam depor o seu vigário geral, tomando de assalto o colégio de S. Tomás, “confiado no favor que tinha em pessoa de dentro do Governo, por vários fins”.

O Arcebispo considera que a raiz de tudo isto se encontra na conduta subserviente que se observa no clero em relação aos vice-reis:

[...] hé comer o eccleziastico pela mão do secular e o que hé mais os bispos e os arcebispos, pois pela mão dos feitores e vedores hé que se lhes pagão suas cõngruas e quarteis; e com qualquer leve cauza se vingão dos Prelados e os amofinão quando menos dilatando-lhes as pagas.

A solução mais apropriada para pôr termo a tal subserviência seria que o pagamento das cõngruas fosse feito pelos recebedores e feitores directamente aos bispos e arcebispos sem a interferência do vedor da Fazenda e apenas por “ordem e mandado dos ditos prelados”.

Prescreve, no que tocava aos vice-reis, outros remédios para erradicar muitos destes males. Que os mesmos fossem responsabilizados por todos os desmandos que se praticassem na Índia e envolvessem regulares, seculares e tribunais, dos quais deveriam remeter à Corte relato preciso. Porque eram eles que tinham tudo sob o seu mando ou, como salienta o Arcebispo

[...] podem e acabão tudo quanto querem [...] e na Índia não há ninguém que se atreva a replicar e a por-se em pontos de desagradar aos Vice Reys, quer sejam eccleziasticos quer seculares. Os eccleziasticos não, porque todos dependem ao menos pelas cõngruas ou quarteis, que cobrão da Fazenda Real, os quaes facilmente os V. Reys impedem ou com qualquer pretexto fazem embargar, fora de outras moléstias e vexações que lhes fazem. Os seculares também não, porque os militares dependem todos para os seus aumentos e melhoramentos, os ministros e repúblicos da mesma sorte.

Este predomínio dos vice-reis, diz o Arcebispo, levou o chanceler Francisco de Figueiredo a ironizar que: “Deos livre ao Sr. V. Rey de que intente dizer missa. Porque se o intentar eu hei de ser o primeiro que lhe hei de ir ajudar a ella”

E recomenda, como segunda medida, que se acabe com a primazia honorífica atribuída aos vice-reis dentro das igrejas: “Que S. Mag.e mande por sua real ordem que os Vice Reys na igreja não tenham as primeiras honras na presença do próprio Prelado e que nesse particular se observe à risca o cerimonial romano e as leys dos concílios Goanos [...]”.

Estas simples decisões bastariam para “cortar de hum golpe todas quantas desordens, excessos, abusos, contendas, alterações e descomposições gravíssimas que tem havido nesta matéria”, até

[...] porque todos aquelles abuzos de pertenderem não só os Vice Reys mas ainda os capitães e feitores as primeiras honras na igreja, ainda na presença do próprio Prelado ao menos forão introduzidos por erro, por força e violência, sem consenso, antes com repugnância dos Prelados e muito menos com approvação, e sem nenhuma, não só sciencia mas nem ainda noticia do Summo Pontifice ou Sé Apostolica.

Que se determine aos vice-reis “que se não intromettão no governo eccleziastico do Ordinário nem no económico das Religiões, excepto naqueles cazos em que estão obrigados necessariamente a acudir”, devendo, neste caso e antes de o fazer, precaver-se com o parecer de teólogos competentes. Este parecer se torna essencial “porque quando os Vice-Reys querem, tudo protestão com a capa do bem publico, da paz e da Republica, do serviço de S. Mag.de, etc.”.

Todavia, prosseguindo na sua exposição, prescreve o autor, como método mais eficaz para a materialização da reforma da sociedade, o castigo dos prevaricadores das leis e dos autores das perturbações “pois a falta de castigo hé occasião de repetição e continuação dellas e de não pequena nota e infâmia da nação, vendo os estrangeiros e os mesmos infieis os escândalos e não vendo o castigo”.

O Arcebispo coloca ênfase nesta norma porque entendia ele que se a mesma tivesse sido convenientemente aplicada não se teria conhecido a ruína do Estado:

Por isso a Índia sempre foi de mal a peyor e sempre de cabeça abaixo porque os auctores e executores dos damnos sempre ficarão muito inteiros e com cabeça como notou hum estrangeiro entendido,

vendo a tantos Vice-Reys e Governadores da Índia na sala da Fortaleza, onde estão retractados todos com cabeça e nenhum descabeçado.

O sistema eclesiástico, particularmente do regular, constituia um dos principais pontos da reforma preconizada para o Estado da Índia. Conhecendo os antecedentes, compreende-se que o Arcebispo o considere “em total ruína”. Mas, o que propõe fazer-se para que ela tivesse o êxito pretendido?

Os verdadeiros meys e mais eficazes para isto são arrancar as principaes raízes e cortar os principaes herpes deste tão inveterado como cancerado mal: As principais raízes são a má eleição ou nenhuma eleição de sujeitos e a ambição ou desordenada cobiça de lucros, interesses e comodidades temporaes.

Porém, iam mais longe as propostas que oferecia para que pudesse materializar-se tal reforma, não surpreendendo que uma parte delas fosse orientada no reforço da sua jurisdição. Preceituava que a selecção dos missionários deveria fazer-se com critério e ponderação, sujeitando-os a um rigoroso exame e preferindo os mais experientes e letrados entre “os que se quiserem oferecer por puro serviço de Deos”.

No que tocava aos Dominicanos, se deveriam retirar das vigariarias de Timor, Sena e Moçambique,

[...] donde tirão o ouro com que ao depois na Religião comprão os cargos, e os prelados os palmares e caza de recreação, em que vivem quase desfardados e regularmente, e como proprietários comendo o dinheiro que lhe resta com os seus amigos e parciaes, de que se segue a mayor parte das relaxações e escândalos que ainda continuão e não cessarão facilmente se não cortando-lhes as raízes.

Idêntico tratamento recomendava fosse aplicado aos Franciscanos que administravam as reitorias do Norte e de Bardez,

[...] onde vivem à solta e sem observância regular, tirando dellas também lucros (ainda que não tão avantajados como os Dominicanos, com mais difformidade pelo mayor aperto de mais estreita pobreza) com que da mesma sorte comprão os prelados e os lugares e ao depois as absolvições dos castigos que merecem pelos seus excessos.

E, naturalmente, o caminho da redenção mais seguro “ hé tirar estas igrejas aos regulares deste Arcebispado e naquela administraçam prove-las em clérigos, que não faltão”.

Em reforço da solução alvitrada, lembra que a permissão concedida aos regulares para paroquiarem na Índia se baseou na falta de clérigos naturais, condicionante que já não se verificava.

Em relação aos prelados das congregações propunha um meio ainda mais fácil para a sua regeneração que “hé elege-los não só já reformados mas os mais reformados e os que fugirem de governos e prelazias”.

Por sua vez, a reforma dos seculares não lhe oferecia qualquer dificuldade desde que cessassem as interferências e protecções dos vice-reis, governadores, ministros e outros magnatas.

Aflora uma outra questão que, na realidade, mereceu, com frequência, a sua particular atenção e que se prendia com o dano resultante dos muitos oratórios particulares que enxameavam a Índia. O seu excesso banalizava o fervor e a reverência que devia atribuir-se aos templos sagrados, dando, para além disso, ensejo a um tratamento servil dos respectivos capelães. Lamenta o fracasso da reforma que encetou no sentido de impedir os excessos, a qual não foi concluída pelo pouco interesse que ela mereceu por parte do poder real.

Os excessos terminariam sem dificuldade se o rei interviesse ou cometesse aos Prelados poderes bastantes para decidirem por eles próprios.

Entrando, depois, no domínio da justiça, considera que, na Índia havia duas espécies de justiça: a justiça dos pobres e a justiça dos ricos. Decorrente dessa realidade, a sua aplicação era feita em função das posses do queixoso. Assim, salienta ele,

[...] porque, como quaze tudo quanto há nas terras de Goa e nas mais do Estado seja pobreza e miseria e os vexados e oprimidos são commumente pobres, estes como não têm dinheiro para depositarem para as custas, ainda que se queixem, não se lhes faz justiça nem se castigão os delinquentes.

Para tudo isto concorria o facto de os ministros se deixarem cair nas armadilhas preparadas pelos ricos e poderosos, entregando-se nas suas mãos através de

[...] continuas hospedagens, banquetes, descantes, bailes e folguedos, em que andão pelas cazas e quintas dos ricos e fidalgos e por

outros lugares indecentes. Pelo que pela amizade que contraem com os poderosos, a obrigação em que lhes ficão, ficão também estes impunes e os pobres e desvalidos vexados

Exemplifica com o caso de um gentio, que questionado sobre a razão por que exigia trinta mil xerafins numa demanda judicial, em que se provara que o prejuízo real se saldava apenas em quinze mil, respondeu que, para além do ressarcimento do seu dinheiro, tinha que entregar ao juiz os restantes quinze mil.

Preceitua que para uma mais equilibrada aplicação da justiça, não devia permitir-se, na Índia, o casamento dos desembargadores pela razão de, entre outros inconvenientes,

Privarem a muitos fidalgos pobres, que defendem o Estado e servem a El Rey com a espada na mão, de hum cazamento com que ficasse remediado para toda a vida (pois os melhores levão os ministros), e com que tivesse que gastar novamente no serviço de mesmo Snr.

Ou, quando muito, realizarem-se apenas os expressamente autorizados pelo rei, devendo, no caso de desobediência, serem os infractores “enviados irremissivelmente ao Reyno”, medida que seria de aplicar-se também no final do seu mandato.

Divaga sobre a corrupção existente na Alfândega, relatando situações de “violências e injustiças e ladroisses”, que terminariam se S. Majestade chamasse a si o seu controlo directo e “constituir por Juiz huma pessoa zelloza e inteligente”, como já anteriormente fora experimentado.

Os generais das aldeias são fautores da brutal injustiça que pende sobre as comunidades dos gentios que “vexão, tyrannizão e roubão”. Manobram as câmaras a seu bel-prazer, da forma que mais lhe convém, “fazem depor huns e eleger outros da sua facção que condescendão e contribuição”. Mantêm um clima de terror para subjugar os contestatários, servindo-se dos cafres para os brutalizar.

Este mal erradicar-se-ia com a extinção das tropas e dos lugares de generais, colocando-as sob a responsabilidade dos capitães das terras, como era no “estado antigo”. Porque a figura do “general” havia sido criada “mais por razões particulares que por utilidade ou necessidade da Republica”. Tanto mais que, acrescenta o Arcebispo num tom depreciativo,

Estes generais na realidade são capitães de cavalos e têm a tropa anexa. Nem têm mais soldo que o de capitães da tropa ainda que, ou pelos autorizarem ou para fazerem as nossas couzas mais pomposas e estrondosas na Índia do que na verdade são, lhes derão o título de general com mando e jurisdição naquelas pequenas Provincias, das quaes a de Bardes abrange somente 24 parochias e a de Salcete 25, com tão pouca extensão de terra que cada huma dellas não tem 3 leguas em redor, ainda das legoas da Índia que são menores que as de Portugal.

As tropas “consequentemente se devem extinguir pois não servem mais que de capa de roubos a El Rey e aos povos e os cavalos andão tão maltratados” que representam mais impedimento que vantagem nas situações de combate.

Prossegue com os excessos cometidos pelos vice-reis no provimento de cargos pelos seus criados. Segundo refere o Arcebispo, a autorização régia apenas lhes permitia prover os seus criados em capitães da guarda e de manchuas e ainda como estribeiros, com os restantes destinados a candidatos avaliados pelo mérito dos serviços prestados. Todavia, na prática, os vice-reis dispunham de todos os lugares de servidores públicos à medida dos seus próprios interesses.

A criação de um conselho de guerra, com voto apenas consultivo, um órgão semelhante ao conselho de Estado, evitaria “conluyos, subornos e outros inconvenientes”. E embora admitindo que este meio não resolva tudo “ao menos reprimirá a facilidade dos V. Reys, pois não hao-de, a cara descoberta, obrar contra os justos e conformes dos concelheiros”.

Também o cruel tratamento infligido aos escravos pelos seus senhores requereu a atenção do Arcebispo. A promiscuidade existente dava azo a situações de grande crueldade. Algumas mulheres casadas vangloriavam-se das relações de seus maridos com as escravas; o ciúme de outras levava-as a imporem-lhes castigos de toda a ordem que, frequentemente, lhes provocavam a morte, enterrando-as depois nas lojas e quintais.

As medidas preconizadas pelos concílios goanos que ordenavam se denunciasse ao Prelado os excessos cometidos sobre os escravos, de que resultava apenas uma punição com multa de cinquenta pardaús, eram inócuas. O Arcebispo propunha, além de uma pena pecuniária maior, que os infractores fossem submetidos à jurisdição da justiça secular.

Alude a comportamentos menos próprios de alguns súbditos para com os vice-reis, capitães e ministros seculares, que desvaloriza “porque todos estes as sabem vingar

e punir com mayor pena do que ordinariamente a culpa ou a desatenção sem culpa merece”.

Ocupa-se a seguir do desrespeito existente nos serviços da Coroa, por ele considerados como um agravo feito ao rei, nomeadamente na administração da Fazenda real onde os roubos e desvios são comuns. Cita o Pe. Xavier que escrevia que na Índia o verbo *rapio* se “conjugava por todos os modos”, o que serviu a Vieira, que o Arcebispo considerava como “o nosso Cícero Portuguez”, para glosar a seu modo, concluindo que “em suma o rezumo desta rapante conjugação vem a ser o suspiro do mesmo verbo: a furtar para furtar”.

A cura para o flagelo somente se encontrará “com consciência e justiça, consciência para evitar roubos, justiça para os castigar”, o que implicava necessariamente uma alteração radical de mentalidades, que, em termos práticos, não passava de um projecto imaginário.

Ocupa-se de vários outros factores que concorriam para o empobrecimento da Índia como sejam a imoderação nos gastos que gerava um forte endividamento da população em geral e que constituía uma “das principaes cauzas de estarem arruinadas as principaes cazas e quase todas as da Índia”; o excesso de soldados, agentes de toda a espécie de prepotências e crimes:

As injurias dos soldados roubando, ferindo, forçando mulheres, violentando begarins a que lhes conduzão o que lhes hé necessário, e os aldeões e pescadores a que lhes vendão os comestíveis pelo preço que eles lhe taxão, quando lhos pagão e lhos não tomão por força, como ordinariamente fazem [...]

Os crimes ficavam impunes na maior parte dos casos porque os prevaricadores se furtavam à justiça, refugiando-se na “outra banda” de onde somente regressavam depois de lhes ser garantida a não aplicação de qualquer punição.

Prescreve o Arcebispo a aplicação rigorosa da lei “nos delictos graves que mereção morte ou longo desterro ou cortadura de membro” E recomenda que se mantenham os soldados mais tempo no mar, no “exercício das presas e dos comboys”, como era costume noutros tempos.

Pelos excessos cometidos pelas Câmaras gerais dos canarins, carregando, particularmente, os pobres com taxas, excluindo-se a si e aos ricos, recomenda a sua extinção e que cada aldeia se governe por si própria.

O cumprimento da lei divina, conforme assegura, levava os reinos à glória e a inobservância dessa lei era o caminho da sua ruína. As catástrofes provocadas por “Carthagineses, pelos Romanos, pelos Ovandalos, pelos Alanos, Suecios, Godos e por fim os Mouros Africanos” tiveram “a sua raiz em pecados, e pecados especialmente de deshonestidades”. Daí estabelecer a analogia com o que ocorria na Índia: “E quem [...] não dirá que os pecados da Índia e especialmente os de deshonestidade são os que têm fortificado contra nós a estes bárbaros e os que nos têm acobardado e enfraquecido contra eles”!

E exemplifica, trazendo de novo à colação o insucesso de Culabo, em 1721, e o trato com as bailadeiras como castigo de Deus pelas afrontas dirigidas à Igreja pelo próprio vice-rei.

No conceito do Arcebispo, o panorama da Índia atingira tal grau de gravidade que seria impossível discorrer sobre todos os tipos de pecados ali cometidos

Porque, assim como os discursos, as políticas, as consciências e ainda a Moral e Theologia da Índia pareça de diversa espécie da da Europa, assim também em cada espécie dos pecados há na Índia tantas e tão várias espécies subalternas pelos diversos modos notabilíssimos de os obrar e diversíssimas e notavelmente agravantíssimas circunstancias com que os cometem, que são necessárias outras tantas e novas séries e categorias moraes a que se redução.

Esclarecendo, diz ele que os canarins se vangloriavam de conhecer sessenta “modos” de furtar cocos e o pecado do comércio com as bailadeiras incluía também uma diversidade de “espécies subalternas”: o pecado da mancebia que resultava da infidelidade; o da idolatria em função do voto por elas feito ao diabo de “se não negarem a pessoa alguma em obséquio seo”; e também o da superstição “pelas cerimónias de que aquellas circes ou purias infernaes uzão”.

Somam-se os perigos da “preversão e apostazia”; os gastos para as “falas ou flores dos pagodes nos dias das duas festas”; para as “jóias com que se ornão e enfeitão”; para os “bailes das suas festividades”; o dinheiro com que concorrem para as reedificações e construções de novos pagodes”, o que é já tão vulgar, acrescenta, que “ainda hoje em Goa se distinguem alguns pagodes dos gentios pelos nomes de cavalheiros portugueses”; e, por fim, a infidelidade à Coroa e ao Estado “pelo perigo em que deixão os fortes, os passos e as barquinhas da guarda dos rios de Goa, dezemparrando-as totalmente nos dias e noites daquellas suas assistências”; “os roubos e

lucros injustos” que muitos dos frequentadores das bailadeiras são forçados a fazer para satisfazerem “as grossas mezadas” que lhes pagam; o escandaloso exemplo que advém para os gentios e o mau conceito que resulta para a fé cristã desta prática, que envolve “não só christãos seculares sem letras, mas homens de letras, e constituídos em dignidade e ainda ecclesiasticos”.

Seguem-se os pecados resultantes do jogo que anda associado à superstição. É um mal do quotidiano mas que se agrava no sexto dia depois do nascimento de alguma criança, antes do baptismo, cerimonia que os concílios goanos proibiram mas que, não obstante, continua a praticar-se. Nesse dia “armão igualmente mezas de comer e de jogo todo o dia e toda a noite, sem dormirem, por vigiarem a criança dos insultos das bruchas. Esta cerimónia hé tomada dos gentios e como tal supersticiosa”.

O Arcebispo, seguindo a via do castigo divino como causa de todas as tragédias que abalaram a Índia, termina o seu rosário de pecados interrogando-se:

E sendo na Índia tantas e tão geraes e multiplicadas as injustiças, as afrontas, os dolos, as uzuras, os roubos, os enredos, testemunhos falsos, malquerenças, infidelidades, idolatrias e sobretudo sensualidades e demandas injustas, quem não dirá que todos estes pecados forão e são os que transferirão do domínio Portuguez ao alheyo e infiel domínio, as praças e reinos de Ceilão, das Molucas, de Malaca, de Ormuz, de Cochim, de Onor, Cananor e as mais desta costa do sul, e na da África a de Mombaça, de Paté, de Quiloa com as ilhas Zanzibar, Qurimbá, Pemba e tudo o mais que temos perdido nas conquistas?

Deixa o aviso de que tudo se perderá se não se puser um travão a tantas ofensas porque, como pregava o profeta Jeremias “ a multiplicação dos pecados hé a cauza da instabilidade e ruina das cidades e monarquias, *peccatum peccavit Jerusalem, propterea instabilis facta est*”.

A prescrição para a cura evidencia, intrinsecamente, o seu lado jansenista.

O remédio pois para evitar e reformar tantas ruinas e pecados mais depende dos auxílios da Divina graça que das diligências da humana providencia. Porem como *facienti, quod in se est, Deus non denegat gatiā suam*, e estamos obrigados a aplicar as nossas diligencias para obrigarmos a Deos a concorrer com os seus auxílios eficazes.

A correlação com as teorias de Jansénio é evidente: Para este, a visão de Deus era, necessariamente, o fim da natureza humana. Dessa forma, o homem praticava o

bem, influenciado pela graça e o mal, dominado pela cobiça. E, embora o fizesse voluntariamente, ele não tinha a capacidade para resistir nem a uma, nem a outra. O homem, uma vez que foi contaminado por Adão, através do pecado original, era portador de uma natureza corrupta e depravada e apenas conseguia libertar-se da concupiscência se a força da graça lhe fosse superior.

Em todo o caso, se bem que entenda que a vitória sobre o mal se não encontre ao alcance da “humana providencia”, não deixa o Prelado de apontar alguns meios para combater tantos malefícios próprios da natureza humana. O primeiro deles é a ociosidade mais comum nas mulheres que nos homens mas este tem fácil remédio, bastando ordenar

[...] que nas freguesias e nos conventos haja o santo exercício da meditação ou oração mental pública, precedendo alguma lição espiritual [...] e que o Vice Rey com o seu exemplo nos dias que poder sirva de guia e exemplar aos mais, e nos em que não poder, ao menos com a persuasão.

Uma recomendação jacobea, para quem o exercício da oração mental sempre fora um dos estandartes dos prosélitos da seita.

Outra medida, muito ao seu jeito, uma vez que envolvia de novo o vice-rei, consistia na obrigação de ordenar aos pregadores

Que, deixadas as subtilezas e discursos inúteis, puguem doutrina sólida e verdadeira, declamando contra os principaes vícios da Índia e ensinando os meios mais eficazes para os evitar e destruir. E porque na Índia os seculares, principalmente os nobres e militares, não ouvem sermão se não quando o ouve o V. Rey, recomendar a este que assista aos que poder não só na Quaresmamas no mais discurso do anno.

No sentido da reforma da estrutura eclesiástica, apresenta uma surpreendente proposta que a ser aplicada depositaria, em exclusivo, nas mãos dos Arcebispos todo o poder espiritual, permitindo-lhes a mais ampla margem de manobra e de controlo mesmo ao nível das congregações religiosas.

Esta será, porventura, a única e verdadeira reforma prescrita pelo Arcebispo que, pelas implicações que traria, acabou por não sair do papel e terá ficado apenas no conhecimento de um círculo restrito, não passando de “realidades de sonho”, na

expressão de Martim de Albuquerque.³⁸⁴ Com efeito, nenhuma referencia se faz a ela em qualquer dos inúmeros escritos que resultaram da permanente relação de conflituosidade em que viveu com todos os parceiros.

Trata-se, igualmente, de uma proposta que vai ao arrepio da sua linha orientadora que presidiu a tantas outras produzidas em catadupa.

Começa por fixar-se na escolha dos arcebispos e vice-reis, que devia merecer uma cuidadosa atenção por parte da Coroa, a quem recomenda

[...] mandar do Reyno hum Arcebispo santo e hum V. Rey sanctissimo e grande republico e que os Arcebispos sejam sempre fidalgos por evitar o desprezo dos V. Reys e dos filhos da Índia que dizem à boca cheia que fidalguia só a da Índia, que a do Reino hé sombra à vista dela.

Veda aos naturais da Índia, independentemente da sua pouca ou grande capacidade, a possibilidade de ascenderem ao episcopado:

[...] Evitar quanto puder ser que os bispados se não nomeem em filhos da Índia, porque com a criação das facilidades, larguezas, liberdades, políticas, conceitos aveços das couzas, pondenores em couzas mínimas e redículas e sobre tudo com os dictames e princípios moraes e theologicos próprios da Índia.

Exclui da vida religiosa não só todos os naturais da Índia como mesmo os nascidos no reino:

[...] evitar que nem ainda os religiosos que vivem e profissão e se criaram na Índia, posto que nascidos em Portugal, se promovão facilmente às prelazias della, mas que todos venhão nomeados, escolhidos de Portugal, por muitas razões.

E para um maior êxito da sua reforma, propõe que se acabe com o noviciado na Índia, devendo todos os noviços chegar de Portugal.

Idêntica medida recomenda para a ocupação do lugar de lentes para as cátedras, de prelados regulares das congregações e de sacerdotes para paroquiarem as freguesias e exercerem a sua actividade nas vigararias das varas das praças e fortalezas, cuja

³⁸⁴ *A ideia de Europa no pensamento português*, Lisboa, Babel, 2014.

nomeação deverá, de igual modo, ser feita a partir do reino, cometendo-se aos arcebispos o encargo de os colocarem onde melhor lhes parecer.

Enviar também do reino gente instruída na vertente da jurisprudência que possa servir como ouvidor nas praças, em Goa, em Bardez e Salcete, Moçambique, Sena, etc., porque tal ofício é exercido por

Sujeitos tão idiotas que nem bem sabem fazer o seo signal, e actualmente se está experimentando em algumas das províncias e praças nomeadas este intolerável defeito. [...] Do que tudo se segue gravíssimos danos e prejuízos às partes e à Republica, porque como são tão idiotas, julgão e despachão por cabeça de alguns advogados canarins quase tão idiotas na sua faculdade como os juízes e mais mal-intencionados que eles.

Seguindo o mesmo rumo, reinventa um novo povoamento da Índia com casais portugueses, com o intuito de as mulheres do reino operarem uma regeneração através “do seo louvável modo de viver, a sua modéstia e honestidade, moderação no fausto, devoção e frequência dos templos, etc.”.

Com esta medida conseguir-se-ia a multiplicação de Portugueses na Índia mas, primeiramente, a de “Portuguezes legítimos e não mixtiços que pela mesela de sangues tão diversos geralmente lhes fervem nas veas sempre para o mal e não para o bem”.

Completa a recomendação, com uma espécie de ressurreição dos casamentos de Afonso de Albuquerque, atribuindo-se ao vice-rei a incumbência de obrigar os soldados a tomarem por esposas as filhas dos canarins cuja prática era, até então, dificultada pelos párocos regulares.

Neste passo, o Arcebispo lança uma farpa aos Jesuítas, atribuindo-lhes a responsabilidade pelo fracasso dos casamentos desta natureza, porquanto os antigos párocos

Impedião e embaraçavão o uso deste arbitrio, persuadindo em contrário os canarins de Salcete, e metendo-lhes medo que não cazassem suas filhas com Portuguezes que, depois de roubadas e despojadas, as havião de desamparar, sendo o total motivo destas diligências impedirem que não houvesse filhos legítimos de Portuguezes a quem houvessem de tratar como taes e que se lhes podessem opor e estoivar o despótico mando com que dominão os meros canarins.

Repare-se como na reforma proposta são atingidos todos os supostos inimigos do Arcebispo, desde o vice-rei até aos mais baixos servidores do Estado, desde os prelados das Ordens Religiosas até aos simples religiosos, podendo concluir-se que a mesma se encontrava marcada pelos despeitos gerados pelo contencioso em que todos se encontravam envolvidos.

A derradeira questão afluída pelo Arcebispo constituía um dos temas mais controversos da evangelização, sempre objecto de uma discussão estéril. Com efeito, desde muito cedo, o uso da língua concani teve os seus detratores e defensores: os primeiros que advogavam a aprendizagem da língua portuguesa por parte de todos os convertidos, os segundos que entendiam que na evangelização deviam os seus agentes utilizar, necessariamente, a língua concani.

Numa primeira fase, o Arcebispo apresentou-se como um acérrimo defensor da aprendizagem da língua portuguesa pelos canarins, considerando que “não se podem facilmente explicar os danos que do contrário experimenta o Estado e a Republica no espiritual e no temporal”.

Sendo o púlpito e o confessionário os dois principais meios para a implementação da reforma espiritual, imprescindível se tornava que os fiéis soubessem a língua portuguesa para melhor entenderem os pregadores e confessores.

Outra vantagem se colheria, no temporal, acrescenta ele, se os canarins conhecessem a língua portuguesa: Os Juizos e auditórios poderiam dispensar os intérpretes (lingoas) e evitar os malefícios que eles representavam, particularmente, nas inquirições de testemunhas e nos depoimentos dos réus, considerando que

Os canarins são por huma parte tão interceiros que huma tanga os corrompe e por outra tão vingativos que por não perderem huma acção de vingança, perderão facilmente a honra, vida, Fazenda e a mesma alma, ficão expostas e postas as condemnações ou absolvições dos reos na balança do ódio ou affecto da interpretação dos lingoas e dependente della o bom ou o mau exito da cauza.

Para uma maior credibilidade desta sua proposição aponta a prática de Castela onde apenas se falava o espanhol:

Por estas e outras razões os advertidíssimos castelhanos nas suas Índias e Conquistas derão logo no princípio tal providencia que todos fallão a lingoa Hespanholla e hé a lingoa vulgar e geral nas praças, cidades, vilas e feitorias onde chegou a presença ou o comércio

castelhano e somente no interior dos sertãos hé que se falla a lingoa da terra.

Os dois meios propostos, para atingir este objectivo contêm algo de draconiano: “[...] ordenar S. Mag.e que todos os seus vassallos, assim machos como femeas, que em trez annos não souberem falar ou ao menos entender a lingua Portugueza, despejem as terras do Estado.

Ou, em alternativa, “que nenhuma pessoa masculina ou feminina possa cazar, nem os parochos as recebam sem as examinarem da intelligencia da lingua Portugueza (como fazem na doutrina christã)”.

Todavia, D. Inácio de Santa Teresa depressa mudaria de opinião. Por interesse ou por convicção? É de todo impossível responder. Talvez pela natureza efémera das convicções humanas!

Como se constata no capítulo dedicado aos Franciscanos, um dos argumentos por ele utilizados para propor a Lisboa a substituição dos párocos daquela Ordem por clérigos naturais foi o de que estes levavam vantagem no conhecimento que tinham da língua da terra. E chegou até, como também assinalado, a obrigar os párocos, por pastoral, a aprender essa língua em seis meses, sob pena de exclusão.

5.2. O Arcebispo e o Quinto Império Português

Adverte D. Inácio de Santa Teresa que o último capítulo do seu escrito simboliza a coroa da bem-aventurança dos alicerces da reforma que conduzirá o mundo ao reino de Deus, com Portugal à cabeça:

[...] queremos, à imitação da mesma sabedoria divina, levantar o edifício desta reforma das cidades e praças do Estado da Índia, dominadora de tantas nações bárbaras e mais conquistas de Portugal (a quem Deos chamou reino seo e escolhido por elle para Império seo, estável e perdurável, e para dar a conhecer o seo nome a estas nações bárbaras e estranhas).

A bem-aventurança de que fala é aquela que se deve procurar nesta vida e que consiste “na alteza da sabedoria, suavidade da consciência, sublimidade da virtude” e “hé também meyo para a reforma geral de huma monarquia”.

Esta bem-aventurança, meio infalível para a “reforma geral de toda huma monarquia e ainda de todo o mundo” é fácil de alcançar “querendo só o que Deos quer e aborrecendo tudo o que Deos aborrece”.

A reforma universal de uma monarquia e de todo o universo depende da “reforma particular de todos os indivíduos racionais”.

E como se poderá conseguir esta? Por duas vias, responde: “Reformando-se cada hum a si mesmo; reformando-se primeiro as principaes personagens das Republicas ou Monarquias”.

Este desiderato não é difícil de atingir, antes é muito fácil, com o recurso a dois instrumentos: “frequência dos Sacramentos da Penitência e Comunhão, e exercício quotidiano da meditação ou oração mental”.

A ruína espiritual e temporal que experimenta o mundo resulta da ausência do exercício da oração mental pelo que, concluindo no sentido contrário, a sua prática será a “causa da sua total reforma e exaltação”.

Para que essa prática milagrosa se enraizasse na sociedade, apela à colaboração dos confessores, a quem estava destinado um papel crucial:

Receitem os confessores aos mayores peccadores do mundo, por mais habituados e submergidos que estejam no peccado mais difficil de emenda e de resipiscência meya hora ou hum só quarto todos os dias de meditação ou contemplação e verão, mediante a divina graça, efeitos della prodigiosos e milagrosos.

Porém, este método meditativo interessava, para além dos cristãos, muito particularmente “às pessoas publicas que maneirão e sustentão o pezo dos negócios da Republica [...] para a melhor percepção e intelligência dellas, prudencia e sabedoria em os dirigir e administrar”.

Tal como acontece numa casa de família, em que o exemplo dos pais contamina os filhos e os próprios vizinhos, também a reforma dos reinos e das cidades dependerá da reforma dos seus responsáveis:

Reformem-se pois a si mesmo os príncipes, reformem-se os reis, reformem-se os Monarcas, os prelados, os governadores e cabeças da Republica, e depois de se reformarem a si ou juntamente consigo (que será melhor), reformem as suas cazas e a mesma experiencia lhes mostrará que em Breve se reforma toda a Corte e todo o Reino e a exemplo deste todo o mundo.

Foi assim, exemplifica o Arcebispo, que D. João III, a partir da sua própria reforma e do seu palácio, conseguiu a reforma de todo o reino mediante a implementação de um conjunto de medidas de entre as quais destaca

[...] o estabelecimento do Tribunal do Stº. Officio, da fundação da Universidade e da introdução da Companhia de Jesus e de vários religiosos insignes em letras e em virtudes que a grandes expensas trouce de todos os mais para o seo reino e enviou para as suas conquistas como hum Stº. Xavier e outros varões religiosos insignes em virtude, letras e zello da salvação das almas.

Chega-se ao ponto mais interessante do escrito, aquele em que expõe as suas teorias mirabolantes de um Portugal reformado que seria a cabeça de um mundo novo onde o mal não teria lugar, na esteira das especulações criadas pelo Pe. António Vieira, falecido no final do século anterior, que reservava para Portugal a cabeça do Quinto Império.

Com efeito, Vieira, a partir da lenda de Ourique,³⁸⁵ desenvolveu, valendo-se das profecias de Bandarra, uma fantástica quimera em que metamorfoseou D. João IV no rei novo que, no ano de quarenta, se haveria de levantar em Portugal e se chamaria João.³⁸⁶

A lenda deu origem às mais díspares interpretações, criadas à medida da fantasia de cada um dos que se interessaram pelo tema.

Atenhamo-nos somente à variante do Pe. António Vieira por ser aquela que D. D. Inácio de Santa Teresa adoptou, embora sabendo já que os vaticínios atinentes àquele rei houvessem redundado num fracasso porque nenhum deles se materializou durante o seu reinado.

A entronização de D. João IV não era mais que o culminar da presença divina que durante um longo passado acompanhou Portugal:

Quem considerar o Reino de Portugal no tempo passado, no presente e no futuro, no passado o verá nascido, no presente ressuscitado e no futuro glorioso; e em todas estas três diferenças de tempos e estados lhe revelou sempre Deus e mandou interpretar primeiro os favores e as mercês tão notáveis com que o determinava enobrecer: na primeira, fazendo-o; na segunda, restituindo-o; na terceira, sublimando-o.³⁸⁷

Porque Deus, sublinha Vieira, “é o que dá e tira os reinos e os impérios, quando e a quem é servido”.

E a promessa divina, acreditava ele, estava prestes a concretizar-se

Já Deus, Portugueses, nos livrou do cativeiro, já por mercê de Deus triunfámos de Faraó e do poder de seus exércitos, já os vimos, não uma mas muitas vezes, afogados no mar Vermelho do seu próprio sangue; imos caminhando pelo deserto para a Terra de Promissão, e pode ser que estejamos já muito perto dela e do último cumprimento das prometidas felicidades.³⁸⁸

O Arcebispo revive, vinte e oito anos depois, igual teoria, integrando-se na linha de pensamento de Vieira e conjecturando uma nova data para a materialização da

³⁸⁵ Diz a lenda que na véspera da batalha que travou com os mouros, junto às portas de Ourique, no ano de 1139, D. Afonso Henriques deparou com um eremita que lhe anunciou a aparição de Cristo. O anúncio concretizou-se e Cristo assegurou a vitória, revelando-lhe a missão gloriosa que reservara para Portugal, entre todos os reinos de mundo.

³⁸⁶ António Vieira, *Livro Anteprimeiro da História do Futuro*, Nova leitura, introdução e notas por José van den Besselaar, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1983, p. 42.

³⁸⁷ *Ibidem*, p. 41.

³⁸⁸ *Ibidem*, p. 43

profecia de Ourique, com aquela candura que Verney apontaria ao seu mentor: “é bem claro que isto tem aparências de comédia e bem parece obra feita para divertir o tempo”.³⁸⁹

Com pequenas cambiantes, também ele se mostrava convicto de que estava prestes a chegada da monarquia universal portuguesa. E quanto mais célere se fizesse a reforma espiritual de cada um, mais rapidamente chegaria o ansiado momento.

Como primeiro princípio a observar para que tal fosse possível, aconselhava os pais de família a cuidarem bem da educação de seus filhos porque, se o fizessem,

[...] dentro de 50 e 60 annos os taes filhos hão de vir a governar o mundo, huns no militar outros no politico, huns governando a Igreja de Deos, sendo prelados, parocos ou ministros eccleziasticos, outros governando o Reyno e a Republica, sendo ministros seculares, concelheiros dos Reys e talvez seos validos.

Donde conclui, com a mesma coerência, que “sendo reformados os primeiros ministros e todos os mais subalternos, necessariamente com o mando e com o exemplo introduzirão e conseguirão a genial reforma de todo o mundo”. Esta razão, que considera infalível,

[...] hé mais urgente e mais sem falência nos Portuguezes que em outra qualquer Nação. E a razão hé porque aos Portuguezes, especialmente entre todas as razões, escolheu Deos para o governo e reforma do mundo todo, com mando, domínio e imperio mero e mixto em todas as suas quatro partes e com infalíveis promessas de domínio e sujeição do mundo universo unido e reduzido a hum só Imperio de que Portugal há de ser a cabeça.

A eleição de Portugal para esta prodigiosa tarefa, recorda ele, dimanava da revelação feita por Jesus Cristo a D. Afonso Henriques:

Assim o prometteo o mesmo Christo ao nosso primeiro Rey = *Volo enim in te, et in semine tuo imperium Mihi stabilire*, declarando juntamente que tinha escolhido os Portuguezes para seos segadores em terras remotas = *Elegi eos in messoros meos in terris longinquis*, no que claramente se significa a reforma espiritual e temporal do mundo.

³⁸⁹ Luís António Verney, *Verdadeiro método de estudar : carta sobre retórica poética*, introdução e notas de Maria Lucilia Gonçalves Pires, [Lisboa], Presença, cop., 1991.

Prossegue, asseverando que à imagem do Sumo Pontífice, seu representante espiritual, Cristo terá, também, o seu representante temporal que será um rei português, consubstanciando-se a teoria de dois impérios, um espiritual e outro temporal, construída por S. Agostinho:

Assim como Christo tem hum vigário seo substituto ou lugar-tenente do seo Imperio espiritual, que hé o Sumo Pontífice, cabeça da sua Igreja na terra, assim há de ter outro substituto ou outro lugar-tenente do seo Imperio temporal, que há de ser um Rey Portuguez, cabeça do Imperio de Christo na terra e Imperador universal de todo o mundo.

Porque, finaliza ele, estabelecendo a analogia entre S. Pedro e Afonso Henriques,

E assim como Christo fundou este seo Imperio espiritual sobre huma pedra firme, que foi S. Pedro – *super hanc petram aedificabo Ecclesiam meam* – assim fundou este seo Império temporal sobre outra fortíssima pedra que foi El Rey D. Affonço 1º., como o mesmo Christo lhe disse: *Ut initiae tui super firma petram stabilirem.*

O Arcebispo entra numa outra divagação na tentativa de decifrar o futuro, ou melhor dito, o momento em que se concretizaria a profecia da entronização do rei de Portugal como “Imperador universal de todo o mundo” e qual seria esse rei. Baseando-se nas revelações atribuídas à “venerável madre Magdalena de la Cruz, huma das fundadoras dos Mosteiros de Stª. Clara de Macao e de Manilha”, e noutros que prometem um rei ressuscitado, entre os quais Bandarra, a quem cognomina como o “nosso Portuguez Bocarra”, e considerando que não seria D. Sebastião uma vez que os sebastianistas “o não confessão morto nem sepultado”, esse tal rei será, sim, “D. Afonso 1º. para que se verifique em todo o rigor o = *Volo in te Imperium mihi*”.

Para comprovar que a ressurreição do rei não era um fenómeno tão invulgar assim, narra o prodígio que envolveu o mesmo D. Afonso Henriques e seu filho D. Sancho

[...] que realmente sahindo das suas sepulturas, em que jazião, havia duzentos anos, no Real Mosteyro de Stª. Cruz de Coimbra, forão socorrer os Portuguezes na tomada de Ceuta, e assim armados com as suas espadas e escudos, apparecerão aos Religiozos daquele convento,

estando no coro a Matinas e declarando-lhes a acção e lugar donde vinhão, à vista de todos se recolherão outra vez aos seos sepulcros.

No que toca ao momento em que o fenómeno teria lugar, depois de fazer um sem número de conjecturas e cálculos, baseado também em outras tantas profecias, fixa-se no ano de 1732: “E se hé certa esta predicção não restão mais que sette anos que começamos a ver ao menos os princípios das futuras e esperadas felicidades”.

Madre Madalena augurava ainda que a realização da profecia seria antecedida de “um ano de muita chuva que seria prognostico das muitas graças e felicidades que o Ceo havia de chover na terra”. E aqui também o Arcebispo encontrou razões para fortalecer a sua convicção. Efectivamente, revela ele,

E se este signal hé infallível da proximidade daquelas futuras ditas, ao menos na Índia, nenhum velho se lembra haver anno e invernada de tantas e tão continuadas chuvas, assim na intensão como na extensão, como no anno prezente de 1725, em que não há rua em Goa que não tenha cazas cahidas, fora varias torres e frontispícios de varias igrejas, assim como no reyno do Canará, como nestas ilhas de Goa e provincia de Salcete.

Sublinha o Arcebispo, que teria chegado já esse glorioso momento não fora os pecados dos portugueses, uma vez que são eles “os que dilatão e retardão o complemento das felicidades que a eles especialmente e a todo o mundo em geral estão prometidas e decretadas”.

Porque, esclarece ele, somente quando os pecados “se evitarem e Portugal se reformar, convertendo-se deveras a Deos, guardando justiça a todos e em tudo, seguindo o caminho e profissão de virtude, só então [...] será e se verá o complemento daquela geral ventura”.

Mas, apesar da tarefa se apresentar como alguma coisa de difícil concretização, o ânimo do Arcebispo mantinha-se elevado pois confiava e acreditava piamente no seu sucesso:

Se os Portuguezes hão-de ser igualmente os conquistadores e os reformadores e dominadores do Universo, empresa que parece estar tão próxima, como se não disporão já para esta gloriosa facção a mayor do mundo, principiando em si mesmos o que hão-de exercitar em outros?

Termina com uma oração, implorando a Deus

Que para isto mova os ânimos, assim do nosso Serenissimo Monarca, como dos seos Portuguezes, povo seo singularmente escolhido para esta tão glorioza empresa, para que dêem principio a ella pella reforma espiritual do Reyno para que assim se siga e prossigua com infallibilidade a temporal da Monarchia e a temporal e espiritual do Universo conforme a infallível sentença do mesmo Christo.

Convicto do mérito da sua obra e da importância dela como contributo para a adesão dos Portuguezes à sua reforma espiritual, o Arcebispo exprime o desejo de vê-la impressa e que “se mandasse introduzir nas escolas a sua lição em lugar de Horácio, de Marcial ou de outros livros clássicos de menos utilidade e talvez de algum prejuízo”.

O ano de 1732 chegou. O Arcebispo comprovou, certamente sob uma frustração intensa, que todas as suas previsões fantasiosas haviam falhado. O Império português, tendo à frente o imperador D. Afonso Henriques não passara de uma miragem, de uma quimera nascida do seu espírito visionário, como acontecera já com o seu mentor António Vieira. Terá sido essa uma das razões por que manteve o seu escrito em completo sigilo? É uma possibilidade.

REFLEXÕES FINAIS

Quando, em 1721, D. Inácio de Santa Teresa tomou posse da cadeira episcopal, Goa reflectia a ruína que ia consumindo todo o Estado da Índia. A Igreja, a quem cabia a evangelização que, com o comércio, constituía o binómio justificador da presença portuguesa no Oriente, tinha ela mesma uma considerável porção da responsabilidade nas causas que, lentamente, foram corroendo o edifício institucional montado no início da expansão.

Na verdade, como se constatou, o clero consumia-se em quesílias de toda a ordem, o afrouxamento do zelo apostólico era notório e a degradação moral em que se encontrava submerso escandalosa, apenas com a honrosa excepção dos Jesuítas.

Algo teria que ser feito para travar semelhante cataclismo. Foi para essa específica missão que D. João V terá designado D. Inácio de Santa Teresa.

No decorrer do primeiro ano, o Arcebispo deu indicações muito positivas que pareciam augurar um bom mandato, indiciando que se encontrava, efectivamente, imbuído de uma forte vontade de reformar as instituições eclesiásticas, de pôr termo à deterioração de costumes que contaminava o clero, enfim, de levar a bom termo a incumbência que D. João V lhe confiara.

É o que fica subjacente das palavras do próprio Pe. Manoel de Sá, seu inimigo e por isso, neste caso, dignas de crédito, no já citado escrito *Verdades catholicas contra axiomas herecticos*:

Entrou este Prelado na Índia com nome de virtuoso e para que a tão bom nome correspondessem algumas obras boas, admittio à sua mesa todos os dias hum pobre pedinte, fez várias visitas aos Hospitaes, repartia aos pobres por suas mãos alguns bazarucos que para isso levava em huma bolça quando sahia fora. Na sua mesa e no seo trato era muito parco, nas suas converças muito zeloso, manifestando a todos o muito que Sua Magestade lhe recommendara a reforma desta Christandade.

Cedo, porém, se revelaram as fragilidades, ditando que, afinal, não era ele o tal reformador em quem D. João V depositara a sua confiança para implementar as mudanças que os males da Índia exigiam.

A visita que empreendeu às paróquias de Salcete, à frente das quais se encontravam os Jesuítas, foi o início de uma guerrilha sem tréguas que acabou por envolver as restantes Ordens Religiosas e as forças vivas do Estado. E, a partir daí, não mais lhe foi possível ocultar o seu carácter obstinado, hipócrita, intolerante, cruel e de uma ambição desmedida, deixando uma imagem de si longe daquela virtude que lhe era exigida pelo elevado cargo que exercia.

E essa foi a imagem que suscitou em autores como Cunha Rivara e Charles Boxer. O primeiro, foi peremptório na afirmação de que “No Arcebispo além da hipocrisia e fanatismo, prevalecia o orgulho, a arrogância, e a ambição de meter debaixo da sua jurisdição não só a todos os Regulares, mas o Estado temporal da Índia”.³⁹⁰ O segundo, descreveu-o como “[...] um prelado singularmente bélico que lutou furiosamente contra vice-reis e jesuítas”. Acrescentaria eu que lutou contra todos os que entendia lhe criavam obstáculos.

Isto, embora sem deixar de evidenciar a tenaz resistência que lhe foi oposta por todas as Ordens Religiosas, utilizando o mesmo argumento da ofensa da jurisdição para justificar toda a espécie de obstruções.

No que respeita ao conflito que opôs D. Inácio de Santa Teresa à Companhia de Jesus, o objectivo mais relevante prendia-se com a decifração do enigma que envolvia o *certificado laudativo* atribuído pelo seu Padre Geral, Miguel Angelo Tamburino, ao Prelado, e que foi, na verdade, um das principais motivações para a escolha do tema deste trabalho.

Com alguma sorte, foi possível desvendá-lo, ficando clara, através da análise da correspondência de Tamburino, a existência de uma convergência de pontos de vista, de uma linha comum de pensamento entre ambos. Aquela atribuição por parte de Miguel Tamburino exprime essa convergência e, ao mesmo tempo, o seu reconhecimento pela acção reformadora que o Arcebispo empreendeu logo após a sua chegada a Goa.

Ressalta, igualmente, da documentação que os Jesuítas em geral, tendo à cabeça os Pe.s Manoel de Sá e Antonio Betancurt, escamotearam essa privilegiada relação, pretendendo sempre encobri-la, não fazendo alusão a ela em qualquer dos numerosos escritos que publicaram. E quando confrontados com aquela outra carta em que Tamburino advertia severamente alguns deles, não tiveram outra coisa para dizer em sua defesa senão ensaiarem uma frágil argumentação para fragilizar a sua autenticidade.

À Ordem Franciscana pertenciam os autores dos mais graves escândalos que mancharam a missão evangelizadora de que eram um dos obreiros. Neste caso, o

³⁹⁰ Cunha Rivara, *op. cit.*, p. 43.

Arcebispo tudo tentou para minimizar os efeitos, embora sem o conseguir, muito, também, por culpa do seu proverbial ímpeto e pouco senso.

O procedimento dos infractores não minimiza o esforço de quantos, e foram muitos, que se empenharam arduamente na passagem da mensagem cristã, sempre associada à cultura portuguesa, como bem refere Maria de Jesus dos Mártires Lopes.³⁹¹

No que concerne ao cisma de Santa Mónica, parece terem ficado também esclarecidas as razões que estiveram na sua origem. As provas recolhidas vão no sentido de que foram os Agostinhos os principais estratégias da discórdia, com a conivência de Jesuítas e Franciscanos. Destacou-se o papel desenvolvido pelos Jesuítas que prestaram apoio logístico às freiras enquanto permaneceram na Fortaleza, além de haverem tomado a seu cargo o fabrico das chaves que permitiram o seu acesso a compartimentos do convento que lhe estavam vedados.

Como se verificou no último capítulo, o Arcebispo concebeu uma reforma radical que, a ser aplicada, sopunha ele, regeneraria o Estado da Índia, reforma que o seu sentido visionário pretendeu estender a todo o universo, sempre orientada na concretização da promessa feita em Ourique, muito para além do que preconizara o seu mentor António Vieira. Acabou ele por assistir ao fracasso de quantas profecias se inventaram sobre o tema.

De tantas reformas que preceituou para abreviar a concretização da profecia de Ourique nada impedia que pusesse em prática pelo menos aquelas que cabiam no seu foro. Teve um largo período de catorze anos para o fazer e, pelo que consta, nenhuma delas conseguiu implementar.

As reestruturações que tentou introduzir, apenas na área eclesiástica, foram, sobretudo, de cariz formal e, se bem analisadas, levam à constatação de que, quase todas elas, sob o falso argumento da jurisdição, mais não perseguiam que o domínio de todo o clero.

E o que se constatou foi que o quadro existente no final do seu mandato apresentava-se em tudo semelhante ao vivido em 1721. Continuavam bem vivos os costumes hindus; ocupavam o mesmo espaço as bailadeiras; mantinha-se a

³⁹¹ Maria de Jesus dos Mártires Lopes, *Negócios e conveniências dos jesuítas de Goa no século XVIII: contributo para a sua história*, in *A Companhia de Jesus e a Missionação no Oriente*, Actas do Colóquio Internacional promovido pela Fundação Oriente e pela Revista Brotéria, Lisboa, Brotéria, Fundação Oriente, 2000, p.246.

contaminação dos ritos cristãos; retomavam Jesuítas e Franciscanos as igrejas de Salcete e Bardês; seguiam o mesmo caminho as freiras de Santa Mónica.

Por inação ou por incapacidade de ultrapassar as resistências opostas, o Acebispo, em boa verdade, não conseguiu implementar quaisquer das propostas que preconizava, as quais, provavelmente, nada adiantariam pela utopia em que a maior parte delas se encontrava envolvida.

Se, por mera hipótese, todas aquelas que propôs no *Estado do Estado da Índia* houvessem sido aplicadas, ter-se-ia assistido a um autêntico cataclismo porque a Índia ficaria virada de pernas para o ar.

Uma última palavra para uma justa valorização do que, verdadeiramente, existia de valioso em D. Inácio de Santa Teresa. Ele era dono de uma notável cultura, fruto de uma inteligência invulgar. As citações, que faz dos grandes Padres da Igreja, dos filósofos gregos e dos autores latinos, inculcam um conhecimento perfeito de toda a sua historiografia. Também era versátil na História pré-classica, clássica, medievista e a coeva do seu tempo. A par disso, revelava um conhecimento profundo dos principais autores da sua época. O escrito *Estado do Estado da Índia* reflete bem esta sua faceta.

Faltava-lhe, provavelmente, uma boa dose daquele senso que acompanha a inteligência dos grandes homens. Dizia-me alguém, altamente conceituado, e a experiência veio a mostrar-me que assim era, que “a inteligência sem senso é como pão sem fermento”³⁹². E, efectivamente, de senso, o Arcebispo tinha pouco.

Em boa verdade, porém, o estudo, entre muitas outras facetas, revelou-nos a fragilidade de todos os agentes, qualquer que fosse o seu estatuto, civil ou religioso, sempre envolvidos numa luta desenfreada na busca do sucesso próprio em detrimento das instituições que serviam, tudo com origem naquilo que António da Silva Rego definiu, com inteira propriedade, como “barro humano”.³⁹³

³⁹² A. Champalimaud.

³⁹³ A da Silva Rego, *História das Missões do Padroado Português do Oriente*, pref. de João Francisco Marques, Braga, Comissão Diocesana dos 5 Séculos de Evangelização e Encontro de Culturas, 1993, facsimil da ed. de Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1949, p. 203.

BIBLIOGRAFIA

Fontes Manuscritas

Archivum Romanum Societatis Iesu (ARSI)

Epistolae Externorum (Epp. Ext.) 22.

___ *Carta de D. Inácio de Santa Teresa, de 3 de Dezembro de 1725, ao Geral da Companhia de Jesus em Roma, Miguel Angelo Tamburino.*

___ *Relação sumaria e verdadeira dos Procedimentos que o Arcebispo de Goa teve com as Religiozas do Convento de Santa Monica da mesma cidade no anno de 1731, 1732 e 1733*

___ *Mandato concedido, em 31 de Dezembro de 1733, pelas freiras de Santa Mónica ao Pe. Francisco Maria del Rosso, nomeando-o seu representante junto do Sumo Pontífice.*

___ *Carta das mesmas freiras, de 29 de Dezembro de 1733, ao Pe. Francisco Maria del Rosso, anunciando-lhe a sua decisão de o nomearem seu representante junto do Sumo Pontífice.*

___ *Cópia das condições apresentadas pelas freiras rebeldes de St^a. Mónica para regressarem ao convento.*

Arquivo Histórico Ultramarino [AHU]

ACL, CU, 083, Cx 2, D.43. (Bispo de Malaca)

Índia, Conselho Ultramarino

Cx. 021

___ *Carta do vedor da Fazenda, e José Pinto Pereira, de 8 de Janeiro de 1638, a Filipe IV*

Cx. 053, doc. nº. 4654, rolo 60

___ *[Parecer do Conselho de S. Magestade sobre a proposta de pessoas para Arcebispo da cidade da Bahia. Foram candidatos o arcebispo de Goa, D. Inácio de Santa Tereza, o bispo de Pernambuco, Fr. José Fialho, e o bispo do Rio de Janeiro, Fr. António de Guadalupe], 1735.*

Cx. 065, doc. nº. 5477

___ *Carta do provedor-mor da Fazenda Real do estado do Brasil, Luis Lopes Pegado Serpe ao rei (D. João V) comunicando a posse do reitor Arcebispo da Bahia, Dom José Fialho, 1739.*

Cx. 079

___ *Carta de 23 de Maio de 1722, do vice-rei Francisco José de Sampaio e Castro ao Arcebispo.*

___ *Carta da Câmara de Bardez, de 20 de Janeiro de 1724, a D. João V.*

___ *Carta de 15 de Dezembro, dos governadores Cristóvão de Melo e Cristovão Luís de Andrade a D. João V.*

___ *Carta 19 de Novembro de 1722, do vice-rei Francisco José de Sampaio e Castro ao Geral dos Dominicanos.*

Cx. 110

___ *Carta 29 de Dezembro de 1734, do Arcebispo ao vice-rei Conde de Sandomil.*

Cód. 205, fls. 55 a 57

___ *Correspondência de D. João V com o vice-rei, arcebispo de Goa e provincial da Ordem de Santo Agostinho.*

Arquivo Nacional da Torre do Tombo [ANTT]

ANTT, S.V. 8879, Fr. Agostinho de Santa Maria, *Historia do Real Convento de Santa Monica da Cidade de Goa, Corte do Estado da Índia, & do Imperio Lusitano do Oriente...*, Lisboa, Na oficina de Antonio Pedrozo Galram, 1699.

Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral

Livro 86

___ *Inquérito ordenado por D. Inácio de Santa Teresa, em 16 de Outubro de 1726, ao comportamento dos párocos Franciacanos de Bardez.*

___ *Cópia dos parágrafos que se trincarão do estímulo do cónego Miguel de Athaide quando se imprimio.*

___ *Carta de 27 de Junho de 1733, do vice-rei Conde de Sandomil para o Arcebispo.*

___ *Carta de 5 de Janeiro de 1734, das freiras obedientes ao Arcebispo.*

___ *Acta da reunião da Junta de 22 de Novembro de 1737, em que se debateu e decidiu sobre os procedimentos a adoptar para terminar com a resistência das freiras de St^a. Mónica à decisão de D. João V que pretendia pôr fim ao conflito.*

___ *Carta de 25 de Abril de 1738, de D. João V ao vice-rei Conde de Sandomil.*

___ *Carta de 25 de Abril de 1738, de D. João V, ao visitador-geral da Provincia da Companhia de Jesus da Índia*

Livro 104

___ *Certificado laudativo de Miguel Angelo Tamborino, geral da Companhia de Jesus, de Roma, 1727.*

___ *Certidão do Pe. Vicente Belly, presbitero do hábito de S. Pedro e Tezoureiro da Sé de Faro, 1747.*

Livro 276

___ *Depoimento dos ferreiros, que fizeram as chaves para S. Monica, 1732.*

___ *Noticias da Índia desde a monção de 1725, athe a de 1726, [1727].*

___ *Notícias da Índia da Monção de 1736 p^a. 737, [1738].*

___ *Reprovação do exame do Pe. Manoel de Sá ou da nova recalcitração à Censura verdadeira refutatória da sua falsa Censura, 1727.*

Livro 286

- ___ *Edital dos Inquisidores Apostólicos contra a herezia providade, e apostazia nesta Cidade e Arcebispado de Goa.*
- ___ *Manifesto do procedimento do Arcebispo de Goa contra as muytas falsidades, e calumnias que lhe tem imposto, [1723].*
- ___ *Notas da Índia da monção de 732 para 733, [1733].*
- ___ *Additamento ao manifesto.*
- ___ *Cópia das condições apresentadas pelas freiras rebeldes de St^a. Mónica para regressarem ao convento.*

Livro 312

- ___ *Declartória de 3 de Março de 1723.*
- ___ *Assento da Relação de Goa, 16 de Agosto de 1724.*
- ___ *Pastoral de 16 de Setembro de 1724.*
- ___ *Pastoral de 26 de Setembro de 1724.*
- ___ *Interdito das capellas (Pastoral de 10 de Outubro de 1724).*
- ___ *Pastoral de 10 de Outubro de 1724.*
- ___ *Carta de 12 de Abril de 1726, de D. João V ao Arcebispo.*
- ___ *Declaratória de 7 de Março de 1727.*
- ___ *Carta de 12 de Abril de 1726, de D. João V ao Arcebispo*
- ___ *Pastoral de 13 de Agosto de 1727.*
- ___ *Pastoral de 10 de Setembro de 1727.*
- ___ *Pastoral de 18 de Novembro de 1728*
- ___ *Pastoral de 23 de Novembro de 1728.*
- ___ *Carta de 27 de Janeiro de 1729, do vice-rei Saldanha da Gama a D. João V.*
- ___ *Pastoral de 10 de Fevereiro de 1729.*
- ___ *Pastoral de 29 de Março de 1729.*
- ___ *Pastoral de 30 de Março de 1729.*
- ___ *Pastoral de 18 de Abril de 1729.*
- ___ *Carta de 8 de Maio de 1729, do Arcebispo ao vice-rei Saldanha da Gama.*
- ___ *Pastoral de 2 de Agosto de 1729.*
- ___ *Pastoral de 20 de Agosto de 1729.*

___ *Carta de 30 de Dezembro de 1729 (Resposta do vice-rei ao Arcebispo.*

___ *Pastoral de 2 de Março de 1730.*

___ *Pastoral de 5 de Agosto de 1731.*

___ *Certidão emitida em 14 de Janeiro de 1732, pelo Doutor António Moreira de Souza.*

___ *(Declaração do Doutor António Moreira de Souza, de 14 de Abril de 1932).*

___ *Carta de 9 de Outubro de 1737, do Arcebispo às religiosas de St^a. Mónica.*

___ *Manifesto em que mostra o Bispo de Malaca a pouca razão, e a grande injustiça, com que o Illm^o. Arcebispo Metropolitano e Primás deste Oriente D. Ignacio de S. Thereza sahio com huma Pastoral com a qual prohibindo o seu offício de Juiz Conservador dos RR. PPe.s da Companhia de Jesus o suspendeo deste offício, e depois o excomungou, e a muita razão, que teve elle Bispo de excomungar o dito Prelado.*

Livro 313

___ *Perolas Orientaes concebidas, e geradas por beneficio do orvalho Celeste, entre as conchas de hum retiro do inquieto mar do século da Índia: repartidas e enfiadas pelo fio da contemplação, e discurso em hum Mistico Rozario de cento e sincoenta meditações pias, 1735.*

CX 1625/16487

___ *(Carta de denúncias do Pe. João Nunes Varela contra o Arcebispo da cidade de Goa e o Pe. Manuel Francisco Coelho), 1732.*

ANTT-Manuscritos da Livraria

Nº. 40 - *Pastoral que publicou o Arcebispo de Goa D. Inacio de Santa Teresa contra a Província da Madre de Deus.*

Nº. 87 - *Apologia do Insigne Mosteiro de Santa Mónica de Goa.*

Nº. 437 - *Discurso apologético em que se mostra a falsidade da queixa que os canarins com informe do [...] bispo de Goa, D. Inácio de Santa*

Teresa, remeteram ao Conselho do Ultramar contra os religiosos franciscanos da província de Bardez.

___ *Appendiz em que se expende o procedimento, que o Illm^o. Arcebispo Primaz teve com os religiosos Franciscanos parochos da provincia de Bardês, pertendendo remove-los das igrejas, que nellas administração, e do que eles obrárão em sua defeza, para effeito de nellas se conservarem, como com effeito se têm conservado athé o prezente.*

N^o. 577 – *Vida do Exm^o. e Revm^o. Sr. D. Ignacio de S. Tereza cónego Regular Arc. de Goa e Bispo do Algarve.*

N^o. 816 - *Resposta por parte do insigne Mosteiro das freiras de Sancta Mónica de Goa. e satisfação ao acordo e queixa e requerimento que a vereação da mesma cidade de Goa, metrópole do estado da Índia Oriental, em dez de fevereiro do anno de mil e seiscentos e trinta e dous fez contra o Religiozissimo Mosteiro e por papel seu apresentou a Dom Miguel de Noronha, Conde de Linhares e ao dito tempo actual Vizo-Rey do mesmo estado da Índia.*

N^o. 1061- *História da contestação entre o Arcebispo de Goa e os Franciscanos.*

___ *Carta de 16 de Outubro de 1726, do Arcebispo a D. João V.*

N^o. 1131 - *Defesa que o Provincial da Madre de Deus espalhou contra a Pastoral que publicou o Arcebispo de Goa D. Inacio de Santa Teresa, contra aquela Provincia.*

N^o. 1816 - *Estado do Estado da Índia, Obra posthuma do Exm^o., e Revm^o. Sñr D. Ignacio de Santa Thereza Arcebispo de Goa, e depois do Algarve.*

PT-TT-Manuscritos de S. Vicente, liv. 19.

___ *Relato da reunião do Conselho de Estado de 16 de Fevereiro de 1625.*

ANTT- Gav.VII, 13, 7.

___ *Bula Inter Caetera.*

ANTT-Gav. XIV, 8, 11.

___ *Carta de el-rei (D. Manuel) na qual se fala do directorio do Governo das partes da Índia e das qualidades que deviam ter os que fossem governar estas partes. 1510.*

ANTT-Gav. XX-2-28.

___ *Carta de Lopo Fernandez, de 17 de Novembro de 1529, a D. João III.*

ANTT-Gav. XX-2-26.

___ *Carta do senado da Câmara de Goa, de 13 de Outubro de 1529, a D. João III*

ANTT-Bulas, m.º. 18, n.º. 340

___ *Bula Etsi Sancta, et immaculatata.*

ANTT-Bulas, m.º. 7, n.º. 25 e 37

___ *Pro excellenti praeminentia.*

Biblioteca da Ajuda [BA]

Cod. 51-VII-10

___ *Carta do Senado da Câmara da cidade de Goa ao vice-rei João de Saldanha da Gama, de 7 de Novembro de 1731.*

Cod. 49-V-19

___ *O que pareceo a Meza da Consciencia, sobre a contenda das vizitas entre os Arcebispos, e os Parrochos Regulares com que S.Alteza se conformou hé o seguinte, 1681.*

Cod. 54-XI-35, n.ºs. 65 e 67.

Cod. 54-XI-37, n.º. 161

___ Documentos sobre o processo do P. António de Betancurt, jesuíta.
(resposta do arcebispo Primaz de Goa, D. fr. Inácio de St^a. Teresa-

Panely, 1725 Dez 14; acórdão da Relação a favor do P. António de Betancurt, Goa, 1724 Março 29; outros documentos).

Cod. 54-XI-37

Nº. 160 - *Justificação que fazem os moradores das aldeias de Assolona, Velly e Ambelly de freg^a. de N. Senhora dos Martires de Asolona (sic) das Terras de Salcete do facto de trazerem por Vilipendio, e desprezo os três Idolos das pedras pertencentes as ditas Aldeas, q estavam no Pagode queimado de Phatorpa P^a. lancarem aos pees de Sua Illm^a. Senhoria qd^o. Estaua em vizita, é sinal do arrependimento, e publica satisfação. O Escrivão Pe. Ignacio Monteiro de Almeyda. Anno de 1725.* Aceite em: 1725 Novembro 23, Goa. Tresladada em: 1725 Janeiro 10, Goa.

Nº. 160c – *Transcrição da carta do General da Provincia de Salcete, de 11 de Janeiro de 1726.*

Cod. 54-XIII-16, nº. 180

___ *Carta, de D. Inácio de St^a. Teresa, de 23 de Dezembro de 1725, para D. João V, sobre as perturbações no seu arcebispado. Alude à oferta do escrito Estado do Estado da Índia e renova o pedido da sua substituição. 1725.*

Biblioteca da Brotéria [BB]

ARSI GOA, 9 II.

___ *Memorial ao muito Alto, Poderoso Rey e Senhor Nosso D. João V, pelos Religiosos da Companhia de Iesu da Provincia de Goa, por meyo do seo Procurador, sobre a desistência que fizeram das Igrejas de Salsete.*

___ *Segundo Memorial ao muito Alto e Poderoso Rey, e Senhor nosso D. João V pelo Padre Procurador-Geral da Companhia de Iesu da Provincia de Goa a respeito das igrejas de Salsete.*

___ *Carta de 23 de Dezembro de 1722, dos gancares e mais povo das aldeias de Colvá, Sernabatim, Vanelim e Gandaulim a D. João V.*

___ *Carta do vice-rei João de Saldanha da Gama, de 4 de Janeiro de 1726, ao Pe. Geral da Companhia de Jesus em Roma.*

___ *Idem, de 20 de Dezembro de [1728]*

___ *Idem, de 4 de Setembro de 1731.*

___ *Carta 7 de Setembro de 1731, do vice-rei João de Saldanha da Gama ao Pe. Geral que sucedeu a Miguel Angelo Tamburino.*

Biblioteca Nacional de Portugal [BNP]

Reservados

Cod. MSS.1-4Bis.

___ *Relação sumária e verdadeira dos Procedimentos que o Arcebispo de Goa teve com as Religiosas do Convento de Santa Monica da mesma cidade no Anno de 1731, 1732, 1733, e 1734. [1735].*

___ *Carta das religiosas desobedientes de Santa Mónica a D. João V, de 22 de Dezembro de 1734.*

Cod. 152

___ *Documentos sobre a história eclesiástica dos Bispados de Elvas, Portalegre, Lamego, Algarve, Guarda, coligidos para trabalhos da Academia Real da História Portuguesa, [s.d.].*

Cod. 176 (F. 2527-Microfilme)

___ *Henrique Bravo Moraes, Notícia de como e quando se erigio a cathedral de Goa e dos Bispos e Arcebispos que nella houve antes e*

depois da sua erecção com outras couzas mais pertencentes ao dito Arcebispo.

___ *Materias Eccleziasticas sucedidas em Goa no anno de 1677 e 1678.*

Cod. 519

___ *Carta do Revº. Padre Provincial para o Exmº Snr Vice Rey, 1722.*

___ *Relação das controversias entre o Illustrissimo Arcebispo de Goa D. Ignacio de Santa Theresa e os religiosos da Companhia de Iesu, 1722.*

___ *Resposta a hum manifesto Apologetico, no qual se defende a validade da declaratória do Illmº. Arcebispo de Goa contra o Reverendo Pe. António de Betancurt, por cuja parte se mostra a pouca subsistência do ditto manifesto, e a nenhuma validade da ditta declaratória, 1723.*

Cod. 1519

___ *Carta de 18 de Abril de 1724, de D. João V ao vice-rei Francisco José de Sampayo e Castro.*

___ *Carta de 12 de Abril de 1731, de D. João V para o Arcebispo.*

___ *Protesto do provincial dos Franciscanos, Fr. Domingos de S. Bernardino, à carta anterior.*

Cod. 1520

___ *Breve Sanctissimi Patris Clementis 12, 1737.*

Cod. 1521

___ *Cópia das cartas do exmº. Senhor Inquisidor Geral, e das respostas a ellas.[s.d.].*

Cod. 1522

___ *Censura verdadeira de huma falsa e cavilozza censura, com que um censor simulado, com o fingido nome de Fr. Verissimo da Piedade e com o verdadeiro de Fr. Falsissimo da Impiedade, como della se verá, falsa e impiamente qualifica e falsifica a propozição de S. Illmª. que as*

boas obras feitas em peccado, ainda que em si boas, são abominação para Deos por razão do sujeito, 1725.

Cod. 1523 BNP, (mic. F. 4646)

____. *Carta de 14 de Fevereiro de 1724, de Miguel Angelo Tamburino ao Arcebispo de Goa.*

____ *Carta de 3 de Dezembro de 1725, do Arcebispo a Miguel Angelo Tamburino.*

____ *Carta de 11 de Janeiro de 1726, de Miguel Angelo Tamburino ao Arcebispo.*

____ *Ibidem de 15 de Fevereiro de 1727.*

____ *[D. Inácio de Santa Tereza, Carta Pastoral de 8 de Dezembro de 1744]*

Cod. 1527

____ *Carta de 22 de Maio de 1730, do Cardeal da Cunha ao Pe. Henrique Pereira Provincial da Companhia da Provincia de Goa.*

____ *Carta, de 11 de Março de 1733, endereçada pelo Pe. Belchior dos Reis, da Companhia de Jesus, ao provincial de Goa, Pe. João Monteiro.*

____ *Carta de 9 de Fevereiro de 1734, do jesuíta Pe. Francisco Gomes, assistente da Companhia na Casa Professa de Roma, ao provincial de Goa.*

____ *Carta de 20 de Março de 1735, do jesuíta Pe. Belchior dos Reis ao provincial Pe. João Monteiro com notícias diversas de Lisboa.*

Cod. 13185

____ *Vários discursos em que se censurão algumas proposições contra o arcebispo primaz de Goa D. Frei Inácio de Santa Teresa e outros a seu favor.*

Biblioteca Pública de Évora [BPE]

Cod. CXXV/1-28, nº. 5

___ *Copia da carta, que o Cabido. do Algarve escreveo ao seu Bispo em 3 de Novembro de 1746.*

Cod. CV/1-2.

___ *Promulgando o Arcebispo Bispo do Algarve a Pastoral do Sigilo, [1746].*

Cod. CX/1-6, nº. 11.

___ *Verdades catholicas contra axiomas herecticos, [1723].*

Cod. CXXX/2-1.

___ *[Cópia da carta de D. Alberto Caetano de Figueiredo, de 24 de Janeiro de 1732].*

Fontes Impressas

Biblioteca Nacional de Portugal [BNP]

___ *Colecção Terceira que comprehende a Bulla Ubi Primum do Santissimo Pe. Benedicto XIV, Nosso Senhor, Madrid, En la Officina de Antonio Sanz, Año de 1746.*

___ *Memorial sobre o scisma do sigillismo que os denominados Jacobeos, e Beatos levantáram neste Reino de Portugal, dividido em duas partes e apresentado na Real Meza Censoria pelo Doutor Joseph de Seabra da Silva, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, Anno de MDCCLXIX.*

Reservados

R. 2677/12A

___ *[D. Inácio de Santa Tereza, Pastoral de 25 de Março de 1743].*

Cod. 1523

___ *[D. Inácio de Santa Tereza, Pastoral de 8 Dezembro de 1744].*

Biblioteca Universitária João Paulo II [BUJP]

Cod. MC 8341

___ *Carta Censoria, em que se advertem as inadvertencias, que contém a Pastoral do Excelentissimo, e Reverendissimo Arcebispo Bispo do Algarve, 1746.*

Cod. MC-7837

___ *Estimulo Catholico, Moral, Político e Jurídico, que obrigou a Miguel de Ataíde Corte Real, Conego Penitenciario da Cathedral de Faro, a requerer ao seu Cabido, que devia intentar alguma acção judicial, pela qual fizesse certo não consentira na Pastoral mandada publicar pelo Excel. E Rever. Senhor Arcebispo Bispo desta diocese, em opposição dos dous Editaes do Santo Officio, hum de 6. de Mayo de 1745, outro de 29. de Março de 1746, 1746.*

Cod.MC-10.173

___ *Lista do Povo Catholico das Freguesias de Goa, Suas Ilhas, Salcete e Bardez, mandado pelo Exmº Senhor Arcebispo de Goa D. Ignacio de Santa Thereza, [s.d.].*

Cod. MC-1216

___ *Parallelo Evidente, que mostra as deformidades entre a Bulla UBI PRIMUM do Santissimo Pe. Bento XIV, com data de 2 de Junho do presente anno, e a Pastoral do Excellentissimo Arcebispo Bispo do Algarve de 11. de Abril publicada em 17, do mesmo mez, e anno, para convencer a cavilosa falsidade, com que o dito Excellentissimo affirma*

na Pastoral de 16. de Julho, publicada em 18. que a sua primeira hé conforme á dita Bulla, 1746.

Cod. MC-1216

___ *Resposta a Humas Cotas, que á Carta Censoria fez o Excelentissimo e Reverendissimo Arcebispo-bispo do Algarve, 1746.*

Outras Fontes Impressas

ÁGREDA, Maria de Jesus de, *Mystica ciudad de Dios...: historia divina, y vida de la Virgen Madre de Dios...*, Lisboa, en la emprenta de Antonio Craesbeeck de Mello, 1681, 1680, 1681, 3 vols.

ANDRADE, Jacinto Freire de, *Vida de Dom João de Castro, quarto vice-rei da Índia*, nova ed. emendada e acrescentada da vida do autor, Lisboa, na offic. de Antonio Gomes, 1786

ANUNCIAÇÃO, Fr. Francisco da, *Vindicias da virtude, e escarmento de virtuosos, nos publicos castigos dos hypocritas, dados pelo Tribunal do Santo Officio*, Lisboa Oriental, na Officina Ferreyriana, 1525.

Archivo Portuguez Oriental, coord. de A. B. de Bragança Pereira, Bastorá, Tip. Rangel, 1936, 10 vols.

Archivo Portuguez-Oriental, comp. de J.H. da Cunha Rivara, Reprint, New Delhi, AES, 1992, 10 vols.

As Gavetas da Torre do Tombo, ed. de A. da Silva Rego, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960-1977, 13 vols.

Assentos do Concelho de Estado/documentos, coord. e anot. por Panduronga S.S. Pissurlencar, Goa, Tip. Rangel, 1953-1957, 5 vols.

BOTELHO, Simão e LEMOS, Jorge de, *Textos sobre o Estado da Índia*, dir. de Luís de Albuquerque, Lisboa, Publicações Alfa, 1989

Cartas da Índia: Correspondência Privada de Jorge de Amaral Vasconcelos, org. de Amândio Jorge Morais Barros, Porto, Afrontamento, 2011.

CORREIA, Gaspar, *Lendas da Índia*, Porto, Lello & Irmãos, 1975, 4 vols. CASTRO, D. João de, *Cartas de D. João de Castro a D. João III*, dir. e com. de Luís de Albuquerque, Lisboa, Edições Alfa, 1989.

COUTO, Diogo do, *O soldado prático*, texto restituído, prefácio e notas pelo prof. M. Rodrigues Lapa, 3ª. ed., Lisboa, Sá da Costa, 1980.

— *O primeiro soldado prático*, introdução, ensaio de leitura, glossário e índice onomástico por António Coimbra Martins, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

DELLON, Charles, *Narração da Inquisição de Goa*, trad. de Miguel Vicente de Abreu, act.e reorg. do texto, 2ª. ed., Lisboa, Edições Antígona, 1996.

Documenta Indica, ed. de Joseph Wicki, Roma, Monumenta Historica Societatis Iesu, 1948, 18 vols.

Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente, Índia, colig. e anot. por António da Silva Rego, 1572-1582, Lisboa, Fundação Oriente e Comissão Nacional para os Descobrimentos Portugueses, 1996, 12 vols.

Documentação ultramarina portuguesa, introd. de A. da Silva Rego, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960-1967, 5 vols.

FREIRE, Bernardo de Meireles, *Jano Portuense Sagrado no Templo, Humanistico no Parnassi*, Porto, Officina Prototypoa, Episcopal, e da Regia Accademia Chirurgica Portuense, 1747.

LAVAL, François Pyrard de, *Viagem de Francisco Pyrard de Laval*, ed. de Joaquim Heliodoro e Magalhães Basto, Porto, Livraria Civilização, 1944, 2 vol.

LINSCHOTEN, Jan Huygen Van, *Itinerário, viagem ou navegação para as Índias Orientais ou Portuguesas*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações das Descobertas Portuguesas, 1997.

Luso-Orientália, *Fontes para a história Indo-Portuguesa* [DVD], coord. de Maria de Jesus dos Mártires Lopes, [Lisboa], Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, [s.d.].

MACHADO, Diogo Barbosa, *Bibliotheca lusitana, história, crítica e chronologica, na qual se comprehende a noticia dos auctores portugueses, e das obras que compuzeram desde o tempo da promulgação da Lei da Graça até o tempo presente*, Lisboa, Officina de Ignácio Rodrigues, 1741-1759, 4 vols., Edição digitalizada in Biblioteca Nacional, [s.d.].

Meu pai e meu senhor muito do meu coração: Correspondência do Conde de Assumar para seu pai, o Marquês de Alorna, Introd. e notas de Nuno Gonçalo Monteiro, Lisboa, ICL, Quetzal, 2000.

Monumenta Missionária Africana, 1ª. série, 15 vols., col. e anot. por António Brásio, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1952-[1988].

NAZARETH, Casimiro Christovão de, *Mitras Lusitanas no Oriente: catálogo dos Prelados da Egreja Metropolitana e Primacial de Goa e das Dioceses Suffraganeas*, 1ª. ed., Nova Goa, Imprensa Nacional, 1887, (2ª. ed., 1894).

— *Impressões s/a cidade de Goa*, in *Oriente Portuguez*, vol. 8, pp. 14-24.

RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha, *Ensaio Histórico da Língua Concani*, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1858.

SANTA MARIA, Fr. Agostinho de, *História da Fundação do Real Convento de Santa Monica, da Cidade de Goa, Corte do Estado da Índia, & do Imperio Lusitano do Oriente, Fundado pelo Illustrissimo, e Reverendissimo Dom Fr. Aleixo de Menezes ...*, Lisboa, Na oficina de Antonio Pedrozo Galram, 1699.

SILVA, José de Seabra, *Memorial sobre o scisma do sigillismo que os denominados jacobeos, e beatos levantáram neste Reino de Portugal*, Lisboa, na Regia Off. Typográfica, 1769.

SILVEIRA, Francisco Rodrigues da, *Memorias de um soldado da Índia* : compiladas de um manuscripto portuguez do Museu Britannico por A. de S. S. Costa Lobo, Lisboa, Imprensa Nacional, 1877.

SOUSA, Frei Luís de, *História de S. Domingos*, I vol. e CACEGAS, Fr. Luís, II vol., introd. e rev. de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão – Editores, 1977. 2 vols.

SOUSA, Pe. Francisco de, *Oriente conquistado a Jesus Cristo pelos Padres da Companhia de Jesus da Província de Goa*, 1ª. ed., Lisboa : na Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1710, (2ª. ed., Porto, Lello & Irmão – Editores, 1978).

TRINDADE, Frei Paulo da, *Conquista espiritual do Oriente*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1964, 3 vols.

VIEIRA, Pe. António, *Xavier dormindo, e Xavier acordado : dormindo, em tres oraçoens panegyricas no triduo da sua festa,... acordado, em doze sermoens panegyricos, moraes, & asceticos, os nove da sua novena, o decimo da sua canonizaçaõ, o undecimo do seu dia, o ultimo do seu patrocínio*, Lisboa : na officina de Miguel Deslandes : a custa de Antonio Leyte Pereira, mercador de livros, 1694.

— *Livro Antepimeiro da História do Futuro*, Nova leitura, Introdução e notas por José van den Besselaar, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1983.

— *Livro Antepimeiro da História do Futuro*, Nova leitura, Introd. e notas por José van den Besselaar, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1983.

XAVIER, Felipe Nery, *Bosquejo Historico das Communidades das Aldêas dos Concelhos das Ilhas, Salcete, E Bardez...*, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1852.

Baldomero Jiménez Duque, *Maria de Jesus de Ágreda*, disponível em <http://www.franciscanos.org/enciclopedia/mjagreda.htm>, consultado em 11 de Maio de 2011.

Bulla do Santíssimo Pe. Senhor Nosso Clemente Octavo, Lida no Dia da Cea do Senhor, Lisboa, Casa de Simão Lopez Mercador, 1596, disponível em <http://purl.pt/15299/1/P7.html>, consultada em 4 de Abril de 2011.

El Sacrosanto, y Ecumenico Concilio de Trento, tradução de D. Ignacio Lopez de Ayala, Madrid, Imprenta Real, 1785, disponível em

<http://www.google.com/search?tbm=bks&tbo=1&hl=pt-PT&q=El+sacrosanto%2C+y+Ecumenico+Concilio+de+Trento&btnG=Pesquisar+livros>, consultada em 11 de Abril de 2011.

Observação sobre fundos documentais:

Analisou-se mais documentação existente nos arquivos nacionais e no Arquivo Histórico de Goa, parte dela publicada. Sempre que oportuno remete-se o leitor para a sua publicação e para estudos já realizados.

Estudos

A Companhia de Jesus e a Missionação no Oriente, Actas do Colóquio Internacional Promovido pela Fundação Oriente e pela Revista Brotéria, Coord. de Nuno da Silva Gonçalves, Brotéria – Lisboa, Revista de Cultura e Fundação Oriente, 2000.

A Expansão Marítima Portuguesa, dir. de Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto, 1400-1800, Lisboa, Edições 70, 2010.

A Inquisição em xeque: temas, controvérsias, estudos de caso, org. de Ronaldo Vainfas, Bruno Feitler e Lana Lage da Gama Lima, Rio de Janeiro, Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006.

ABREU, Miguel Vicente de, *Real Mosteiro de Santa Mónica : Memória Histórica*, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1882.

ALBUQUERQUE, Luís de, *Alguns Casos da Índia Portuguesa no Tempo de D. João de Castro*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, 2 vols.

ALBUQUERQUE, Martin, *A ideia de Europa no pensamento português*, Lisboa, Babel, 2014.

ALBUQUERQUE, Teresa, *Goa: the Rachol legacy*, 1ª. ed., Mumbai , Wenden Offset Private, [1997].

AL-BUSALD, Ibrahim Yahya Zahram, *Oman e Portugal (1650-1730). Política e Economia*, Lisboa, Univesidade de Lisboa (Tese de Doutoramento), 2011.

ALDAZÁBAL, José, *Dicionário Elementar de Liturgia*, disponível em http://www.portal.ecclesia.pt/ecclesiaout/liturgia/liturgia_site/dicionario/dici_ver.asp?cod_dici=309, consultado em 11 de Janeiro de 2012.

ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, nova edição preparada e dirigida por Damião Peres, Porto-Lisboa, Livraria Civilização Editora, 1968-1971, 4 vols.

ALVES, Ana Maria Mendes Ruas, *O reyno de Deos e a sua justiça, D. Inácio de Santa Teresa (1682-1751)*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Tese de doutoramento), 2012.

AMORIM, Maria Adelina, *A Missionação Franciscana no Estado do Grão-Pará e Maranhão-1750*, *Agentes, Estruturas e Dinâmicas*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Tese de doutoramento), 2011.

AMORIM, Maria Adelina e SERRÃO, Vitor, *Arte e História do Mosteiro de Santa Mónica de Goa, à luz da “Apologia” de Fr. Diogo de Santa Ana (1633)*, in *Problematizar a História: Estudos de História Moderna em Homenagem a Maria do Rosário Themudo Barata* (coord. de Ana Leal de Faria e Isabel Drummond Braga), Lisboa, Caleidoscópio, 2007, pp. 677-713

ANDRADE, António Alberto Banha de, *Vernei e a cultura do seu tempo*, [Coimbra], Universidade de Coimbra, 1965.

AYALLA, Frederico Diniz d’, *Goa Antiga e Moderna*, Lisboa, 1888.

BAIÃO, António, *Inquisição de Goa, tentativa da História da sua origem, estabelecimento, evolução e extinção*, Lisboa, Academia das Ciências, 1945, 2 vols.

BARRETO, Ângela Xavier, *A Invenção de Goa : poder imperial e conversões culturais nos séculos XVI e XVII*, Lisboa, Impr. de Ciências Sociais, 2008.

___ "Parecem Índianos na cor e na feição": a "lenda negra" e a Índianização dos portugueses ["They look like Indians in their color and feature": the "black legend" and the Indianization of the Portuguese], *Etnográfica*, 2014, 18 (1), 111-133, disponível em <http://hdl.handle.net/10451/10754>.

___ “Conversos and Novamente Convertidos: Law, Religion, and Identity in the Portuguese Kingdom and Empire”, *Journal of Early Modern History*, 2011, 15, 3, 255-287, disponível em <http://hdl.handle.net/10451/15554>.

___ “Gaspar de Leão e a recepção do Concílio de Trento no Estado da Índia” in *O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas: olhares novos* (Eds. Gouveia, A. C., Barbosa, D. S. & Paiva, J. P.), Lisboa, Universidade Católica, Centro de Estudos de História Religiosa, 2014, pp. 133-156, disponível em <http://hdl.handle.net/10451/10776>.

___ “Recensão Crítica ao livro de José Pedro Paiva, *Baluartes da Fé e da Disciplina. O enlace entre a Inquisição e os Bispos em Portugal (1536-1750)*”, *Ler História*, 2011, 61, 189-193, disponível em <http://hdl.handle.net/10451/15555>.

BORGES, Charles Julius, *The Economics of Goa Jesuits, 1542-1759: An explanation of their rise and fall*, New Delhi, Concept Publishing Company, 1994.

BOXER, Charles R., *O Império Marítimo Português, 1415-1825*, 1ª ed., trad. de Inês Silva, Lisboa, Edições 70, 1969, reimp. 2001.

___ *Opera Minora*, vol. III, ed. de Diogo Ramada Curto, Lisboa, Fundação Oriente, 2002.

___ *A Igreja e a Expansão Ibérica (1440-1770)*, Lisboa, Edições 70, 1981.

___ *A Índia Portuguesa em Meados do Séc. XVII*, trad. Luís Manuel Nunes Barão, Lisboa, Edições 70, 1982.

___ *Relações raciais no império colonial português, 1415-1825*, Afrontamento, 1988.

BRIAN, Isabelle, *O jansenismo, entre sedução rigorista e mentalidade de oposição*, in *História do Cristianismo*, dir. de D Alain Corbin, trad. de António Maia da Rocha, Lisboa, Editorial Presença, 2008.

CARVALHO, Joaquim Ramos e PAIVA, José Pedro, 1989. «A evolução das visitas pastorais da diocese de Coimbra nos séculos XVII e XVIII», *Ler História*, 15: 29 - 41.

CASTELO BRANCO, Camilo, *Páginas quase esquecidas*, recolha, apresentação e notas de Alexandre Cabral, Porto, Inova, 1972-1973, 2 vols.

Catálogo da Colecção de Códices: Cod. 12888-13292, Biblioteca Nacional, Introdução, catalogação e índices de Teresa A.S. Duarte Ferreira, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1999.

Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral, DENZINGER, H., trad. de José Mariano e Johan Konings, S.Paulo, Paulinas, Edições Loyola, 2007.

COSTA, Avelino de Jesus da, *Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais modernos*, 2ª ed., Braga, [s.n.], 1982.

COSTA, João Paulo Oliveira e, *Henrique, o infante*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2009.

COSTA, João Paulo Oliveira e, OLIVEIRA, Pedro Aires, RODRIGUES, José Damião, *História da Expansão e do Império Português*, Lisboa, A Esfera dos Livros, Edição/reimpressão, Edição/reimpressão: 2014

CRUZ, Maria Leonor García da Cruz, *A Governação de D. João III: A Fazenda Real e os seus Vedores*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2001.

___ *Os “Fumos da Índia”: Uma leitura Crítica da Expansão Portuguesa com uma Antologia de textos dos Séculos XVI-XIX e uma cronologia da Expansão Portuguesa e do Império Ultramarino (1226-1899)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1998.

___ “O crime de lesa-majestade nos séculos XVI-XVII: leituras, juízo e competências” in *Rumos e escrita da história: estudos em homenagem a A. A. Marques de Almeida* (coord. Maria de Fátima Reis), Lisboa, Colibri, 2007. ISBN 972-772-690-9, p. 581-597. Ed. RUL, 2010: <http://hdl.handle.net/10451/1787>

CUNHA, Mafalda Soares da, e MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *Vice-reis e Governadores da Índia: Uma abordagem prosopográfica (1505-1834)*, Encontros sobre Portugal e a Índia, Lisboa, Fundação Oriente/Livros Horizonte, 2000, pp. 175.

CURTO, Diogo Ramada, “*O Estado do Presente Estado da Índia (1725) de Fr. D. Inácio de Santa Tereza*”, in *Metahistória, História Questionando História*, Coord. de Charles J. Borges, S.J. & M. N. Pearson, Lisboa, Nova Vega, 2007.

DIAS, J. S. da Silva, *Correntes do sentimento religioso em Portugal séc. XVI a XVIII*, Coimbra, Inst. de Estudos Filosóficos, 1960.

Dicionário de história dos descobrimentos portugueses, dir. de Luís de Albuquerque; coord. de Francisco Contente Domingues, [Lisboa], Círculo de Leitores, [1994], 2 vols.

Dicionário de História de Portugal, dir. de Joel Serrão, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971, 4 vols.

Dicionário histórico das ordens e instituições afins em Portugal, dir. de José Eduardo Franco, José Augusto Mourão e Ana Cristina da Costa Gomes, [Lisboa], Gradiva, 2010.

Diccionario Historico de la Compañia de Jesus, dir. de Charles E. O'Neil, S.I., e Joaquín Maria Dominguez, Madrid, Universidade Pontificia de Comilhas, [s.d.].

DISNEY, Anthony, *A decadência do Império da pimenta : comércio português na Índia no início do séc. XVII*, trad. de Pedro Jordão, Lisboa, Edições 70, 1981.

D. Juan de Palafox Y Mendoza, disponível em <http://www.newadvent.org/cathen/11414a.htm>, consultado em 3 de Abril de 2011.

DOMINGUES, Francisco Contente, *A Carreira da Índia*, [Lisboa], Clube do Coleccionador dos Correios, 1998.

DOMINGUES, Mário, *O Marquês de Pombal, O Homem e a sua Época*, Lisboa, Livraria Romano Torres, 1955.

ECO, Humberto, *Como se faz uma tese em Ciências Humanas*, 1ª. ed., trad. de Ana Falcão Bastos e Luísa Leitão, Lisboa, Editorial Presença, 1980, (15ª., 2009).

Enciclopédia Católica, Miguel Angelo Tamburini, disponível em <http://ec.aciprensa.com/t/tamburini.htm>, consultada em 18 de Março de 2014.

Enciclopédia Larousse, dir. de Leonel de Oliveira, vols. 1 e 10, Porto Alto, Temas e Debates, 2007.

FARINHA, António Dias, *Os portugueses no golfo pérsico (1507-1538). Contribuição documental e crítica para a sua História*, Sep. Mare Liberum (nº. 3, 1991), Lisboa, CNCDP, 1991.

FARINHA, Maria do Carmo Jasmins Dias, *Os Arquivos da Inquisição*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1990.

___ [et alia], *Mesa da Consciência e Ordens*, Lisboa, IAN-TT, 1997.

FARINHA, António Lourenço, *A expansão da fé: subsídios para a história colonial*, [Lisboa], Agência Geral das Colónias, 1942-1946. 3 vols.

FARINHA, Maria do Carmo Jasmins Dias, *Os Arquivos da Inquisição*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1990.

___ [et alia], *Mesa da Consciência e Ordens*, Lisboa, IAN-TT, 1997.

FELNER, Rodrigo José de Lima, *Subsídios para a História da Índia Portuguesa*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1868.

GODINHO, Rui Landeiro, *A Carreira da Índia, Aspectos e Problemas da Torna-Viagem (1550-1649)*, Lisboa, Fundação Oriente, 2005.

GODINHO, Vitorino Magalhães, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, 2ª. ed., 2 vols., 1963-1971, Lisboa, Editorial Presença, reimpressão, 1991, 4 vols.

GONÇALVES, Júlio, *Goa*, Dicionário de História de Portugal, dir. de Joel Serrão, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971, vol. 3, pp. 118-121.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa, 1935-1960, 40 vols.

Guia das Fontes Portuguesas para a História da Ásia, ed. de Comissão Nacional para Nacional - Casa da Moeda, 1998, 2 vols.

GRACIAS, J. A. Ismael, *Reforma da Religião Franciscana em Goa*, in *O Oriente Português*, vol. 7, n.ºs. 1 e 2, pp. 1-14.

HESPANHA, António Manuel, *História de Portugal Moderno, político e institucional*, Lisboa, Universidade Aberta, 1995.

História religiosa de Portugal [ed. lit.], Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, dir. Carlos Moreira Azevedo, [Lisboa], Círculo de Leitores, 2000-2002.

História Universal, coord. de Massimo L. Salvadori, com versão portuguesa da Verbis Iberia, Novara, Edição Planeta DeAgostini, 2005, 18 vols.

Jacob Schemutz, Baius (de Bay), Michel, disponível em http://www.scholasticon.fr/Database/Scholastiques_fr.php?ID=194, consultado em 21 de Março de 2014.

JACQUES, Roland, *De Castro Marim à Faifo : Naissance et development du padroado portugais d'Orient, des origines à 1659*, Lisboa, F. C. Gulbenkian, 1999.

LIMA, Durval Rui Pires de, *O oriente e a África desde a restauração a Pombal*, [s.l.], Editora Ática, 1946.

___ *Dois Arcebispos da Casa de Bragança: D. Teotónio e D. Martinho de Portugal*, in *Anais*, II série, volume 31, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1986.

LOBATO, Alexandre, *Relações Luso-Maratas (1658-1737)*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1965.

LOBO, Sandra Maria Calvinho Ataíde, *O desassossego goês-Cultura e política em Goa do Liberalismo ao Acto Colonial*, LISBOA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova (Tese de doutoramento), 2013.

LOPES, João Baptista da Silva, *Memórias para a história ecclesiástica do Bispado do Algarve*, Lisboa, Typ. da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1848.

LOPES, Maria de Jesus dos Mártires, *Goa Setecentista: tradição e modernidade: 1750-1800*, Lisboa, Universidade Católica-Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 1996.

___ *A Inquisição de Goa na primeira metade de setecentos. Uma visita pelo seu interior*, "Mare Liberum", nº. 15, 1998, pp. 107-136.

___ *Negócios e conveniências dos jesuítas de Goa no século XVIII: contributo para a sua história*. A Companhia de Jesus e a Missionação no Oriente, Actas do Colóquio Internacional promovido pela Fundação Oriente e pela Revista Brotéria, Lisboa, Brotéria, Fundação Oriente, 2000, p.246.

LOPES, Rui Oliveira, *Arte e Alteridade. Confluências da Arte Cristã na Índia, na China e no Japão, sec. XVI a XVIII*, Lisboa, Universidade de Lisboa (Tese de Doutoramento), 2011.

MACHADO, José Venâncio, *The Fama of Menino Jesus of Colvá, Goa. Faith and Festivity across History*, Margão, Cinnamon Teal Publishing, 2013.

MANSO, Maria de Deus Beites, *A Companhia de Jesus na Índia (1542-1622): actividades religiosas, poderes e contactos culturais*, Macau, Universidade de Macau, 2009.

MANSO, Maria de Deus Beites, SOUSA, Lúcio de, *Fundamentos para o estabelecimento da inquisição em Goa*, Revista Politeia, nº. 13, vol. 2, 2013, disponível em <http://hdl.handle.net/10174/9713>.

MARQUES, Alfredo Pinheiro, *Guia de História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1988.

MARTINS, António Coimbra, *Jansenismo em Portugal*, Dicionário de História de Portugal, dir. de Joel Serrão, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971, vol. 3, pp. 354-355.

Memória histórico-eclesiástica da Arquidiocese de Goa, Nova Goa, Tip. "A Voz de P. Francisco Xavier", 1933.

MENDES, António Lopes, *A Índia Portuguesa*, Lisboa, Fundação Oriente, 1992, 2 vols.

MENDES, António Rosa, *Um bispo reformador, D. Inácio de Santa Teresa (1741-1751)*, disponível em <http://hdl.handle.net/10400.1/2504>, consultado em 18 de Maio de 2014.

MENDES, José Maria, *Inácio de Santa Teresa, construindo a biografia de um Arcebispo*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, (dissertação de mestrado), 2012.

MENDIRATTA, Sidh Daniel Losa, *Dispositivos do Sistema Defensivo da Província do Norte do Estado da Índia, 1521-1739*, Coimbra, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (Tese de doutoramento), 2012.

MIRANDA, Jacintho Caetano Barreto, *Quadros Históricos de Goa, tentativa histórica*, Margão, Typografia do Ultramar, 1863.

MIRANDA, Susana Münch, «Centre and periphery in the administration of the royal exchequer of Estado da Índia (1517-1640)», *e-Journal of Portuguese History*, Vol. 7, number 2, Winter 2009.

— «Organización financiera y práctica política en el Estado de la Índia durante la Unión Ibérica», in Gaetano Sabatini (org.), *Comprendere le Monarchie Iberiche – Risorse Materiali e Rappresentazione del Potere*, Roma, Viella, 2010, pp. 261-292.

— «Guerra e Pressão Fiscal no Estado da Índia: limites constitucionais e negociação política no início do século XVII» in J. P. Oliveira e Costa e V. Gaspar Rodrigues (ed.), *O Estado da Índia e os Desafios Europeus. Actas do XII Seminário Internacional de História*

Indo-Portuguesa, Lisboa, Centro de História de Além Mar (FCSH-UNL e UA) e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa (UCP), 2010, pp. 215-233.

MONCADA, Luís Cabral, *Uma página de História Religiosa Portuguesa no Século XVIII: Jacobeus e Sigilistas*, Coimbra, [s.n.], 1951.

NP 405-4, *Informação e Documentação, Referências bibliográficas: documentos electrónicos*, Costa da Caparica, IPQ, 2002.

NUNES, E. Borges, *Abreviaturas paleográficas portuguesas*, Lisboa, FL, 1981.

O Império Oriental: 1660-1820, coord. de Maria de Jesus dos Mártires Lopes, in *Nova História da expansão portuguesa*, dir. de Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques, Lisboa, Estama, 2006, 2 tomos.

O Índico na Biblioteca da Ajuda, coord. de Francisco G. Cunha Leão, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, [et alia], 1998.

OLIVEIRA, Miguel de, *História eclesiástica de Portugal*, actualização [do] Pe Artur Roque de Almeida, [Ed. rev. e actual.], Lisboa, Publicações Europa América, 1994.

PAIVA, José Pedro, *Os Bispos de Portugal e do Império: 1495-1777*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2006.

___ *Baluartes da fé e da disciplina, o enlace entre a Inquisição e os bispos em Portugal (1536-1750)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.

PEARSON, M. N., *Os Portugueses na Índia*, trad. de Ana Mafalda Telo, Lisboa, Teorema, O Jornal, 1987.

PEREIRA, Carlos Renato Gonçalves, *História da Administração da Justiça no Estado da Índia: Século XVI*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1964-1965, 2 vols.

REGO, António da Silva, *O Padroado Português do Oriente, esboço histórico*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1940.

___ *O Ultramar Português no Século XVIII (1700-1833)*, 1ª. ed., Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1967 (2ª. ed. 1970).

____ *História das Missões do Padroado Português do Oriente*, pref. de João Francisco Marques, 1º. V., Índia, Braga, Comissão Diocesana dos 5 Séculos de Evangelização e Encontro de Culturas, 1993, Facsimil da ed. de Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1949.

RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha, *O Arcebispo de Goa e a Congregação de Propaganda Fide*, Nova-Goa, na Imprensa Nacional, 1862.

ROCHA, Leopoldo da, “*Henrique Bravo de Moraes e a sua “Notícia” inédita*”, Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, Série 97, nºs. 1-3 e 4-6, pp. 121-141.

____ *As confrarias de Goa: séculos XVI-XX: conspecto histórico-jurídico*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1973.

____ “*Uma página inédita do Real Mosteiro de Santa Mónica de Goa (1730-1734) e achegas para a história do padre nativo*”, Sep. de Mare Liberum, nº. 17, 1979, pp. 229-266.

RODRIGUES, Francisco, *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal: A Província portuguesa no século XVIII, 1700-1760*, [s.l.], Apostolado da Imprensa, 1931.

ROSA, José António Pinheiro e, *A catedral do Algarve e o seu Cabido: Sé em Faro*, Anais do Município de Faro, nº. XII, pp. 63-234, Faro, 1982.

SÁ, Francisco Xavier Valeriano de, *O Padroado Português do Oriente e os Mitrados da Sé de Goa*, Lisboa, Plátano Editora, 2004.

SALDANHA, António Vasconcelos de, *A Índia Portuguesa e a política do Oriente de Setecentos*, dir. de Luís Albuquerque, Lisboa, Publicações Alfa, 1989.

SALDANHA, Pe. M. J. Gabriel de, *História de Goa (Política e arqueológica)*, 2ª. ed., Nova Goa, Casa Editora, Livraria Coelho, 1925.

SAMPAYO, Zélia Maria Cordeiro Silvestre, *Política, diplomacia e mentalidades na Ásia portuguesa de setecentos: a governação do vice-rei Vasco Fernandes César de Menezes no estado a Índia: 1712-1717*, Lisboa, [s.n.], (dissertação de mestrado), 2004.

SANTOS, Cândido, *O Jansenismo em Portugal*, org. do Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais, Porto, Faculdade de Letras da Universidade, 2007.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo Serrão, *A Historiografia Portuguesa: Doutrina e Crítica*, Lisboa, Verbo, 1972-1974, 3 vols.

SERRÃO, Joel, *Do Sebastianismo ao Socialismo*, [Lisboa], Livros Horizonte, 1983.

___ *Verbo: enciclopédia luso-brasileira de cultura*, Lisboa, Verbo, 1963-1965, 23 vols.

___ *Vinte anos de historiografia ultramarina portuguesa : 1972-1992*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1993.

SILVA, Fr. António Pereira da, *A questão do sigilismo em Portugal no século XVIII: história, religião e política nos reinados de Dom João V e de Dom José I*, Braga, [s.n.], 1964.

SOUZA, Everton Sales, *Jansénisme et Reforme de l'Église dans l'empire portugais*, Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2004.

SOUZA, Teotónio R., GARCIA, José Manuel, *Vasco da Gama e a Índia*, Lisboa, Fundação Gulbenkian, 1999, 3 vols.

SOUZA, Teotónio R, *Goa medieval, a cidade e o interior no século XVII*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.

___ *O Padroado português do Oriente visto da Índia- instrumentalização política da religião*, Revista Lusófona de Ciência das Religiões, Ano VII, 13/14: 2008, pp. 413-430.

___ *A conquista espiritual do Oriente: Nota crítica sobre a historiografia da Igreja na Ásia Portuguesa*, in *Para uma história da Igreja na América Latina*, ed. de José Beozzo, Petrópolis, Vozes, 1986, pp. 123-135.

___ *Dedicated activists or autists*, in *The Goan*, 29.11.2014.

___ *O Ensino e a Missionação Jesuíta na Índia*, in *A Companhia de Jesus e a Missionação no Oriente*, Lisboa, Brotéria-Revista de Cultura e Fundação Oriente, 2000.

SUBRAHMANYAM, Sanjay, *O Império Asiático Português, 1500-1700: Uma História Política e Económica*, trad. de Paulo Jorge Sousa Pinto, Lisboa, Difel, 1995.

TAVARES, Célia Cristina da Silva, *Jesuítas e inquisidores em Goa: a cristandade insular (1540-1682)*, Lisboa, Roma Editora, 2004.

THOMAZ, Luís Felipe F. R., *De Ceuta a Timor*, 2ª. ed., [Lisboa], Difel, [1998].

VALE, A.N. Martins do, *Entre a Cruz e o Dragão. O Padroado Português na China do Século XVIII*, Lisboa, Fundação Oriente, 2000.

VERNEY, Luís António, *Verdadeiro método de estudar : cartas sobre retórica poética*, introdução e notas de Maria Lucília Gonçalves Pires, [Lisboa], Presença, cop., 1991.

VIEIRA, António, *Livro Anteprimeiro da História do Futuro*, Nova leitura, Introdução e notas por José van den Besselaar, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1983.

___ *Xavier dormindo, e Xavier acordado: dormindo, em tres oraçoens panegyricas no triduo da sua festa, ... acordado, em doze sermoens panegyricos, moraes, & asceticos, os nove da sua novena, o decimo da sua canonizaçaõ, o undecimo do seu dia, o ultimo do seu patrocínio*, Lisboa, na officina de Miguel Deslandes : a custa de Antonio Leyte Pereira, mercador de livros, 1694.

WINIUS, George Davison, *A Lenda Negra da Índia Portuguesa*, trad. de Ana Barradas, Lisboa, Edições Antígona, 1994.

VIVES, J. Vicens, *A estrutura administrativa estadual nos séculos XVI e XVII*, in *António Manuel Hespanha*, “Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime”, *Colectânia de Textos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

XAVIER, Ângela Barreto, *A invenção de Goa : poder imperial e conversões culturais nos séculos XVI e XVII*, 1ª. ed., Lisboa : Impr. de Ciências Sociais, 2008, p. 119.

XAVIER, Pe. Manuel, e Anónimo, *Relações da Carreira da Índia*, dir. e com. de Luis Albuquerque, , Lisboa, Publicações Alfa, 1989.

GLOSSÁRIO UTILIZADO NA PESQUISA

BAILADEIRA – Dançarina profissional da Índia Portuguesa. Vivia, geralmente, associada ao pagode e exercia uma actividade que se confundia com prostituição. As bailadeiras dançavam e cantavam em festividades públicas, religiosas e profanas. É a mulher que na Índia dança por profissão. Segundo a definição de V. Gonçalves Viana, “Vive geralmente ao pé do pagode e exerce a prostituição. O célebre chinês Hiuen Thsang, peregrino budista do século VII, faz menção de bailadeiras que cantavam constantemente num pagode de Multane. Os franceses e os ingleses transformaram bailadeira em bayadère, que alguns portugueses empregam por não conhecerem na língua vernácula termo equivalente! Em indo-inglês usa-se mais *dancing-girl*, ou *nautch-girl*, que também significa o mesmo. Em concani chamam-lhe *kalavant* ou *kalvant*, «artista».

BANEANE, banianes - Rigorosamente, o termo designa, em especial na Índia, os jainas do Guzarate ou Cambaia que exercem a mercancia. Mas os europeus aplicam-no muitas vezes, por ampliação, a qualquer comerciante hindu, do mesmo modo que chatim ao dos países dravídicos. Antigos viajantes entenderam por banianes os sectários da religião hindu ou bramânica.

BANHOS – Anúncio oficial de um casamento.

BANDO – Pregão, proclamação. Derivado do antigo vocábulo alemão *bam*, que significa pregão.

BAZARUCO – Antiga moeda miúda da Índia Portuguesa., de baixo valor e fabricada com diversos metais, como cobre, estanho, chumbo e betanaga.

BOI – Termo utilizado pelos antigos Portugueses no sentido de “homem que exerce misteres baixos”, como carregador, aguadeiro e, em particular, “portador de palanquim e de sombreiro”.

BOTICA. - Na acepção de «loja, mercearia», é termo antiquado em Portugal, mas corrente na Ásia Portuguesa.

BOTIQUEIRO é «lojista, merceeiro»; *botickeer* em indo-inglês, agora obsoleto.

BOTO - Sacerdote hindu. Conquanto todos os brâmanes sejam originariamente da casta sacerdotal, nem todos estão habilitados a exercer o ministério.

CANARIM – Em bom rigor, *canarini* é o “habitante de Canará”. Mas os Portugueses, desde o início, aplicaram, erroneamente, a denominação ao povo de Goa que, geograficamente, é concani, etnicamente, é indo-ária e, glossologicamente, é indo-europeu. Em meados do século XVII o termo adquiriu uma conotação pejorativa.

CLÉRIGO - Religioso que faz parte do clero. Esta denominação abrangia os clérigos maiores, que eram os diáconos e subdiáconos; os clérigos menores, que eram os tonsurados, ostiários, exorcistas, acólitos e leitores; os clérigos regulares, religiosos que combinavam o apostolado sacerdotal com a vida religiosa regular; e os clérigos seculares, que participam da vida civil.

COMEDIA – Quantia destinada à compra de alimentos.

CONSERVADOR – Advogado ou procurador, na terminologia actual.

EPITALÂMIO – Canto ou poema de núpcias.

DESSAI, (também deçai) - Antigo chefe ou administrador de concelho ou de aldeia no Concão; gancar-mor . Era cargo hereditário, como quási todos os outros do país. Agora existe o mero título, sine re, em muitas famílias de Goa, mesmo cristãs, como na do autor, excepto nas Novas Conquistas, onde também se emprega o termo como sinónimo de «gancar».

GALVETA – Pequena embarcação à vela utilizada no comércio na Índia na costa do Norte até Goa. Transportavam a correspondência para o vice-rei quando o general do Norte a despachava.

GANCAR, gãocar - Membro da associação agrícola aldeana, ou da gancaria em Goa. Gancar mor, gancar principal ou do primeiro voto. Os portugueses, não encontrando na língua própria termo correspondente, adoptaram, desde a conquista, o vernáculo.

GANCARIA - Associação ou sessão dos gancares duma aldeia; casa de sessão; direito ou regalia de gancar. A associação chama-se comumente em português comunidade de aldeia, denominação que os ingleses adoptaram, village community.

INDEX – Conjunto de livros cuja leitura a Igreja proibia por ofender a sua doutrina e moral. Esta censura, cuja administração competia à Congregação do Índex, que funcionava junto do Santo Ofício, foi abolida pelo papa Paulo VI, em 1965.

LINGOA – Intérprete.

MANCHUA – Pequeno barco de remos, usado na costa da Índia, de um mastro e vela quadrada.

MINORISTA – Clérigo que tomou apenas ordens menores.

MONITÓRIA – Admoestação de juiz eclesiástico que se publicava nas paróquias para obrigar alguém a ir declarar, sob pena de excomunhão, aquilo que sabia sobre a matéria contida na monitória.

NABABO – Título que se atribuía a príncipe ou governador, na Índia muçulmana.

NAIQUE – Cabo ou capitão de soldados naturais da Índia. O termo era também aplicado aos oficiais de ordens, contínuos de repartições e auxiliares da Inquisição de Goa.

PAGODE - Geralmente, o vocábulo era utilizado pelos portugueses para designar não só um templo propriamente dito mas ainda os ídolos venerados pelos hindús.

PAI DOS CRISTÃOS - Era o padre especialmente deputado, com carácter oficial e com ordenado, para cuidar dos catecúmenos e dos neófitos, na Índia e no Extremo Oriente. O cargo era considerado de grande importância e interesse.

PALLA – Embarcação de guerra, com dois e três mastros, utilizada na Índia por Portugueses e Ingleses. A tripulação era composta por 90 a 100 homens, incluindo um capitão, um tenente e outros oficiais. Dispunha entre 18 e 20 peças de artilharia.

PALANQUIM – Espécie de cadeira ou leito portátil, com um varal por cima, que dois homens transportavam às costas e servia de carruagem na Índia. As mulheres utilizavam palanquins cobertos de maneira a que pudessem ver sem serem vistas.

PARDAU – Moeda de ouro e de prata corrente na Índia Portuguesa, com o valor facial de 360 e 300 reis, respectivamente.

PATACHO – Embarcação similar à caravela redonda mas de menor dimensão. Podia desempenhar as mesmas funções em todas as circunstâncias.

PLUVIAL – Vestidura sacerdotal que vulgarmente se chama capa de asperges. Foi denominada pluvial porque se usava nas procissões fora da igreja e protegia da chuva.

SAGOATE – Donativo ou presente. Termo utilizado entre os Asiáticos.

SIGMÓ ou SIGAMÓ - Licenciosa festividade gentílica do Concão, semelhante ao nosso carnaval.

SUDRA (s. m. e f.), sudro (m.; mais usado). Indivíduo da quarta casta do regime social indo-árico.

XERAFIM ou XARAFIM, TANGA, REIS – Moeda corrente na Índia Portuguesa. Originariamente era de ouro, passando mais tarde a ser de prata e com o valor facial de 300 reis, variando muito de peso e, consequentemente, de valor intrínseco. O xerafim corrente valia 5 tangas e a uma tanga correspondiam 60 réis.

Bibliografia utilizada na elaboração do Glossário

BLUTEAU, Pe. Rafael, *Vocabulario portuguez e latino*, [...], publicado em Coimbra, no Colégio das Artes da Companhia de Jesus, com excepção do 2º vol., impresso em Lisboa, na Patriarcal Oficina da Música, do 5º., impresso em Lisboa, na Officina de Pascoal da Sylva, 1716, do 6º., na mesma oficina em 1720, do 8º., na mesma oficina em 1721, do 9º., Suplemento ao Vocabulario portuguez, e latino, impresso em Lisboa, na Officina de Joseph Antonio da Sylva, em 1727 e do 10º., Suplemento ao Vocabulario portuguez, e latino, impresso em Lisboa, na Patriarcal Officina da Musica, 1728.

BOXER, Charles. R., *O Império Marítimo Português, 1415-1825*, Trad. de Inês Silva, Lisboa, Edições 70, 1969.

DALGADO, Sebastião Rodolfo, *Glossário Luso-Asiático*, 2ª. ed., Lisboa, Academia das Ciências, 1983.

DOMINGUES, Francisco Contente, *Navios Portugueses dos séculos XV e XVI*, Vila do Conde, Câmara Municipal de Vila do Conde, 2007.

Glossário Luso Asiático in *Luso-Orientália, Fontes para a história Indo-Portuguesa* (DVD), coord. de Maria de Jesus dos Mártires Lopes,

LOPES, Maria de Jesus dos Mártires, *Goa Setecentista: tradição e modernidade: 1750-1800*, Lisboa, Universidade Católica-Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 1996.

ROCHA, Leopoldo da, *As confrarias de Goa: séculos XVI-XX: conspecto histórico-jurídico*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1973.

INDICE DO VOLUME II (DOCUMENTOS TRANSCRITOS)

NOTA PRÉVIA.....	8
ABREVIATURAS UTILIZADAS.....	10
TRANSCRIÇÃO DOS DOCUMENTOS	11
DOC Nº. 1.....	11
1625, Fevereiro, 14, Lisboa – Comunicação do Conselho de Estado a Filipe III sobre a necessidade de se encontrar solução para a construção de mosteiros desnecessários e de impedir-se a excessiva ordenação de clérigos e entrada de monges nos conventos da Índia, do que resultavam graves prejuízos para a Fazenda real.	
DOC. Nº. 2.....	13
1681, Março, 23, Lisboa – <i>O que pareceo à Meza das Consciência sobre a contenda das vizitas entre o Arcebispo e os parrochos regulares com que S. Alteza se conformou hé o seguinte.</i>	
DOC. Nº. 3.....	15
1722, Setembro, 6, Goa - Carta do padre provincial dos Jesuítas para o vice-rei Francisco José de Sampayo e Castro na qual se queixa do procedimento de D. Inácio de Santa Teresa durante a visita a Salcete e lhe anuncia a decisão de retirar os seus padres de todas as freguesias.	
DOC. Nº. 4.....	18
1722, Novembro, 19, Goa - Carta do vice-rei Francisco José de Sampayo e Castro ao Geral dos Dominicanos sobre denúncias de excessos cometidos por religiosos da Ordem em Moçambique e Rios de Sena.	
DOC. Nº. 5.....	19
1723, Janeiro, 2, Colvá - Carta dos gancares de Colvá ao Padre Geral da Companhia de Jesus, Miguel Angelo Tamburino, lastimando a retirada da imagem do Menino Jesus da igreja de N ^a . Sr ^a . das Mercês, pelo Pe. Reitor do colégio de Rachol.	
DOC.º. 6.....	21

1723, Março, 3, Goa – Declaratória de D. Inácio de Santa Teresa em que excomunga o jesuíta Pe. António de Betancurt por ser ele o autor e principal mentor dos ultrajes que lhe têm sido feitos desde a visita à freguesia de Margão.	
DOC. Nº. 7	24
1724, Fevereiro, 14, Roma - Carta de Miguel Angelo Tamburino, Geral da Companhia de Jesus em Roma, a D. Inácio de Santa Teresa.	
DOC. Nº. 8.....	26
1725, Dezembro, 3, Goa - Carta de D. Inácio de Santa Teresa a Miguel Angelo Tamburino, Geral da Companhia de Jesus em Roma, agradecendo a sua carta de 13 de Fevereiro de 1724 e solicitando-lhe um “documento geral de solidariedade”.	
DOC. Nº. 9.....	28
1726, Janeiro, 11, Roma - Carta de Miguel Angelo Tamburino, Geral da Companhia de Jesus em Roma ao arcebispo D. Inácio de Santa Teresa.	
DOC. Nº. 10.....	30
1727, Fevereiro, 15, Roma - Carta de Miguel Angelo Tamburino, Geral da Companhia de Jesus em Roma ao arcebispo D. Inácio de Santa Teresa.	
DOC. Nº. 11.....	32
1727, Fevereiro, 15, Roma – Certificado laudativo atribuído a D. Inácio de Santa Teresa por Miguel Angelo Tamburino, geral da Companhia de Jesus em Roma.	
DOC. Nº. 12.....	33
1724, Abril, 18, Goa - Carta de D. João V ao vice-rei Francisco José de Sampaio e Castro, manifestando o seu desagrado, a ele e aos Jesuítas, pelo abandono das igrejas de Salcete sem o seu prévio consentimento.	
DOC. Nº. 13.....	33
1724, Agosto, 16, Goa – Assento da Relação de Goa em que se ordena ao ouvidor geral do crime e ao procurador da coroa que retire do aljube da Arquidiocese os presos leigos que ali se encontravam à ordem do arcebispo de Goa.	
DOC Nº. 14.....	35
1724, Dezembro, 15, Goa - Carta a D. João V, de Cristóvão de Melo e Cristovão Luís de Andrade que, com o Arcebispo, constituíam o governo tripartido após a morte do vice-rei Francisco José de Sampaio e Castro, na qual denunciam o despótico procedimento do Prelado sobre os seus vassalos.	

DOC. Nº. 15.....	39
1726, Janeiro, 16, Goa - <i>Interdicto das Capellas</i> (cópia da pastoral de 10 de Outubro de 1724, através da qual o arcebispo D. Inácio de Santa Teresa interditou todos os oratórios e capelas particulares, à excepção dos que pertenciam aos governadores, e instou os desembargadores, sob pena de excomunhão, a anularem o assento que permitiu a retirada de presos do aljube do Arcebispo).	
DOC. Nº. 16.....	43
1726, Abril, 12, Lisboa - Cópia da carta de D. João V a D. Inácio de Santa Teresa, censurando os responsáveis pela retirada de presos do aljube do Arcebispado e advertindo-o de que não tinha intenção de lhe dar mais poderes do que aqueles que a lei e o direito lhe conferiam.	
DOC. Nº. 17.....	44
1729, Agosto, 2, Goa - Pastoral em que D. Inácio de Santa Teresa, tendo conhecimento prévio da intenção de retirar-se da igreja de Colvá a imagem do Menino Jesus, previne os eventuais autores para a pena de excomunhão se prosseguirem nos seus intentos.	
DOC. Nº. 18.....	47
1729, Agosto, 20, Goa – Pastoral de D. Inácio de Santa Teresa advertindo os possíveis infractores para a retirada da imagem do Menino Jesus, da Igreja de Colvá, sem sua prévia licença.	
DOC. Nº. 19.....	50
1730, Março, 22, Lisboa — <i>Copia de huma carta do Snor Cardeal da Cunha de 22 de Março de 1730 escrita ao R. P. Henrique Pereira Provincial da Companhia da Provincia de Goa.</i>	
DOC. Nº. 20.....	51
1731, Agosto, 5, Goa - Pastoral em que D. Inácio de Santa Teresa excomunga o bispo de Malaca, conservador da Companhia de Jesus, e o seu notário, com a alegação de haver invadido a sua jurisdição.	
DOC. Nº 21.....	54
1731, Setembro, 7, Goa - Carta do vice-rei João de Saldanha da Gama ao Pe. Geral que sucedeu a Miguel Angelo Tamburino.	
DOC.º.22.....	55

1732, Janeiro, 14, Goa - Certidão emitida pelo Doutor António Moreira de Souza, informando que o Pe. António de Pilar havia afirmado que o bispo de Malaca se queixara de haver sido o vice-rei João de Saldanha da Gama que o obrigara a aceitar o cargo de conservador da Companhia de Jesus.	
DOC. Nº. 23.....	56
1732, Fevereiro, 28, Lisboa - Carta do Pe. João Nunes Varela Vieira da Silva, entregue na Mesa da Consciência de Lisboa, em que denuncia um delito cometido pelo “Arcebispo da cidade de Goa”, acusando-o de haver proferido palavras eivadas de heresia.	
DOC. Nº. 24.....	57
1732, Dezembro, 21 - <i>Depoimento dos Ferreiros que fizerão as chaves para S. Mónica.</i>	
DOC. Nº. 25.....	58
1733, Abril, 11, Lisboa - Cópia de uma carta do Pe. Belchior dos Reis, da Companhia de Jesus, ao Pe. João Monteiro, provincial da mesma Companhia da Província de Goa.	
DOC. Nº. 26.....	61
1733, Dezembro, 29, Goa - Carta das freiras rebeldes de S. Mónica ao Pe. Francisco Maria del Rosso, manifestando-lhe a sua decisão de o nomearem seu procurador junto da Cúria Romana.	
DOC. nº. 27.....	66
1734, Janeiro, 5, Goa – Carta das freiras obedientes ao Arcebispo manifestando-lhe surpresa pela composição que havia sido proposta às rebeldes e o propósito de a não aceitarem.	
DOC. Nº. 28.....	67
1734, Fevereiro, 9, Roma - Cópia de uma carta do. Pe. Assistente, Francisco Gomes, da Companhia de Jesus, escrita de Roma, ao Pe. Francisco Monteiro, provincial da Província de Goa.	
DOC. Nº. 29.....	69
1734, Dezembro, 22, Goa - Carta das freiras rebeldes do convento de Stª. Mónica, endereçada a D. João V, rogando-lhe que retirasse o governo do mosteiro a D. Inácio de Santa Teresa porque, enquanto o Arcebispo se mantivesse em Goa, não haveria harmonia entre elas.	
DOC. Nº. 30.....	73

1734 – Dezembro, 29, Goa - Cópia da carta de D. Inácio de Santa Teresa ao vice-rei Conde de Sandomil pedindo-lhe para confirmar a informação contida na carta das freiras de St^a. Mónica em que as mesmas rejeitavam o pedido para se harmonizarem.

DOC. N. 3174

1735, Março, 20, Lisboa – Cópia de uma carta do Pe. Belchior dos Reis ao provincial Pe. João Monteiro com notícias diversas de Lisboa.

DOC. N.º. 32.....75

1737, Outubro, 9, Goa - Carta pastoral exortatória de D. Inácio de Santa Teresa às religiosas de S. Mónica para se reduzirem à devida união e obediência, na conformidade da Carta Real.

DOC. N.º. 33.....77

1737, Novembro, 22, Goa - Acta da reunião da Junta em que se debateu e decidiu sobre os procedimentos a adoptar para terminar com a resistência das freiras de St^a. Mónica à decisão de D. João V que pretendia pôr fim ao conflito que as opunha ao arcebispo D. Inácio de Santa Teresa.

DOC. N. 3478

1738, Abril, 25, Lisboa - Carta de D. João V ao vice-rei Conde de Sandomil ordenando-lhe que promova a restituição das igrejas de Salcete aos padres da Companhia de Jesus.

DOC. N.º. 35.....79

1738, Abril, 25, Lisboa - Cópia da carta de D. João V para o visitador-geral da Província da Companhia de Jesus da Índia, dando instruções para que ordene ao provincial da mesma Companhia que retome as igrejas de Salcete.

DOC. N.º. 36.....80

[1738], Goa - *Noticias da Índia da monção de 1736 para 1737.*

DOC. N.º. 37.....88

[s.d.], Goa - *Verdades catholicas contra axiomas hereticos.*

DOC. N.º. 38.....101

[s.d.], Goa - *Manifesto do procedimento do Arcebispo de Goa contra as muytas falsidades e calumnias que se lhe têm imposto*

DOC: N.º. 39.....179

[s.d.], Goa - *Additamento ao manifesto*

DOC. N.º. 40.....225

[s.d.], Goa - *Appendiz em que se expende o procedimento, que o Illmº. Arcebispo Primaz teve com os religiosos Franciscanos parochos da provincia de Bardês, pertendendo remove-los das igrejas, que nellas administração, e do que eles obrárão em sua defeza, para effeito de nellas se conservarem, como com effeito se têm conservado athé o prezente.*

DOC. Nº. 41.....240

[s.d.], Goa – Cópia das condições apresentadas pelas freiras rebeldes de Stª. Mónica para regressarem ao convento.

DOC. Nº. 42.....241

[s.d.], Faro - Promulgando o Arcebispo Bispo do Algarve a Pastoral do Sigilo, em que se ridiculariza o seu passado e a sua actuação na diocese do Algarve.